plural

revista de ciências sociais

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA

v.18 nº 1 | ISSN 2176-8099 | primeiro semestre de 2011

www.fflch.usp.br/ds/plural

Plural

Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP

Universidade de São Paulo
Reitor: Prof. Dr. João Grandino Rodas
Vice-Reitor: Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Diretora: Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini
Vice-Diretor: Prof. Dr. Modesto Florenzano

Departamento de Sociologia
Chefe: Prof. Dr. Antônio Flávio Pierucci
Coordenador do Programa de Pós-Graduação: Prof. Dr. Paulo Menezes
Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação: Profa. Dra. Maria Helena Oliva Augusto
Secretários do Programa de Pós-Graduação: Maria Ângela Ferraro de Souza e Vicente Sedrângulo Filho

Comissão Editorial - *Revista Plural*, v. 18, n. 1
Andreza Tonasso Galli, Cleto Júnior Pinto de Abreu, Fábio Silva Tsunoda, Francisco Thiago Rocha Vasconcelos, Guilherme Seto Monteiro, Gustavo Takeshy Taniguti, Lucas Amaral de Oliveira, Mariana Toledo Ferreira, Rafael de Souza, Tiago Rangel Côrtes, Wilson Emanuel Fernandes dos Santos

Conselho Editorial
Álvaro Augusto Comin, Amaury César Moraes, Ana Paula Cavalcanti Simioni, Cibele Saliba Rizek, Daisy Moreira Cunha, Edson Silva de Farias, Evelina Dagnino, Fernanda Peixoto, Fernando Albuquerque Mourão, Fernando Pinheiro, Heloísa André Pontes, Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins, Iram Jácome Rodrigues, Jordão Horta Nunes, José Jeremias de Oliveira Filho, José Sérgio Fonseca de Carvalho, José Sérgio Leite Lopes, Júlio Assis Simões, Leonardo Avritzer, Leonardo Mello e Silva, Lilia Katri Moritz Schwarcz, Marcelo Kunrath Silva, Marcelo Ridenti, Marcos César Alvarez, Maria Helena Oliva Augusto, Maria Neyara Araújo, Mario Antonio Eufrásio, Nadya Araújo Guimarães, Paulo Roberto Arruda de Menezes, Ricardo Musse, Ruy Braga, Samuel de Vasconcelos Titan Junior, Sergio Costa, Sylvia Gemignani Garcia e Vladimir Pinheiro Safatle

Equipe Técnica
Diagramação: Diagrama Editorial
Revisão de texto: Meiry Ane Agnese
Capa: Clara de Freitas Figueiredo
(http://cargocollective.com/ClaraFFigueiredo)

Financiamento
CAPES

Os conceitos e ideias emitidos nos textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores, não implicando obrigatoriamente a concordância nem da Comissão Editorial nem do Conselho Editorial.

Endereço para correspondência:
Depto. de Sociologia - FFLCH/USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315
05508-900 - São Paulo - SP - Brasil
e-mail: plural@usp.br
http://www.fflch.usp.br/sociologia/plural
Facebook: http://www.facebook.com/pages/Revista-Plural/293342497360416
Twitter: @plural_usp

Publicação eletrônica semestral
(1º semestre de 2011)
(Publicada em 2011)
Plural. Revista dos Alunos de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, v. 18, n. 1 (1º semestre), 2011
ISSN: 0104-67211
1. Ciências Sociais 2. Sociologia

Sumário

Editorial

Editorial 5
Comissão Editorial

Artigos

Integração regional e coesão social no Mercosul: uma análise à luz da teoria da dependência 11
Jonatan Pozzobon Müller

Modernidade, política e práxis negra no pensamento de Clóvis Moura 45
Fábio Nogueira de Oliveira

Teoria pós-crítica, desigualdade social e política educacional: uma breve análise do discurso do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem 65
Jean Carlo de Carvalho Costa e Maíra Lewtchuk Espindola

A medicalização da vida e os mecanismos de controle: reflexões sobre o Tdah 93
Tatiana de Andrade Barbarini

A anatomia da participação: os conselhos como arena decisória 117
Joana Tereza Vaz de Moura, Alan Daniel Freire Lacerda e Lindijane Bento Almeida

A cultura é autônoma ou serve às elites? Um olhar sobre as abordagens sociológicas de Jeffrey Alexander e Pierre Bourdieu 135
Arthur Coelho Bezerra

Não dá para sair do morro: pertencimento e sociabilidade no consumo de bebidas alcoólicas em um bar popular de Porto Alegre 155
Eduardo Zanella

Tradução

Entre crise global e crises ordinárias: a crise das identidades 175
Claude Dubar
Tradução de Roberta Console Akaoui e Mariana Toledo Ferreira

Entrevista

Entrevista com Sedi Hirano 185
Realizada por Francisco Thiago Rocha Vasconcelos e Gustavo Takeshy Taniguti

Resenha

Revoluções: entre o passado e o futuro 203
Bruna Nunes da Costa Triana

Defesas

Teses defendidas no Departamento de Sociologia
da FFLCH-USP em 2011 209

Dissertações defendidas no Departamento de Sociologia
da FFLCH-USP em 2011 221

Editorial

A *Revista Plural* chega a mais uma edição. Dar início a uma apresentação salientando esse fato pode parecer um truísmo ou mais uma dessas obviedades documentadas, sem maiores propósitos, a não ser servir como um meio para romper o silêncio e iniciar a conversa com o leitor. Mas, de fato, reconhecer que a *Plural* chega a mais uma edição é admitir, antes, que a tarefa compartilhada pelos membros da Comissão Editorial de selecionar, discutir e preparar artigos para a publicação em uma revista de pós-graduação, embora não seja das mais fáceis, alcança seu propósito; e não é tarefa fácil porque a Revista sempre prezou por refletir com seriedade acerca da *pluralidade* da produção acadêmica nas ciências sociais.

Ora, a diversidade de temas, propostas teóricas, metodologias de pesquisas e estilos do *fazer* intelectual não contribui, tão somente, para fazer crescer a produção acadêmica nacional, e sim constitui a própria riqueza do campo da pós-graduação no Brasil. Isso porque o compromisso com a *pluralidade* também expressa o desejo compartilhado por muitos de que a diferença e o debate entre perspectivas diversas sejam combustíveis para o avanço e, mais, para a sofisticação de nosso entendimento do mundo social em que estamos imersos, tão complexo e multifacetado. Só por meio de olhares diversos e plurais é que se torna possível dar sentido ao mundo, perceber suas nuanças mais estreitas e, assim, pensar possibilidades factíveis de mudá-lo.

Nessa medida, os artigos selecionados para esta edição apresentam um feixe de visadas muito rico acerca da vida contemporânea. Os percursos temáticos vão da medicalização da vida aos problemas do desenvolvimento no Mercosul, passando pela questão do poder subjetivo do negro na sociedade brasileira e pela construção de mecanismos de participação popular na consolidação de democracia pós-constituinte de 1988. Em suma, cursam-se os caminhos que se fixam mais

acentuadamente na antropologia do consumo até os dilemas políticos da consolidação democrática brasileira.

O artigo de Eduardo Zanella, "Não dá para sair do morro: pertencimento e sociabilidade no consumo de bebidas alcoólicas em um bar popular de Porto Alegre", representa a tradição de pesquisa que enfatiza as microinterações cotidianas como uma dinâmica criativa da ação social. Para tanto, o autor busca demonstrar, por intermédio da etnografia e da descrição densa, como o consumo do álcool se institui como um *médium* pelo qual algumas sociabilidades são construídas, dando, assim, um passo à frente das interpretações que veem tal consumo como o simples resultado de desorganização e disfunção física e psicológica. O bar não é um vácuo social, é um cartograma no qual diferentes percursos e trajetos são traçados, e outras formas de "companheirismos" passam a se estabelecer. A vida social, assim, não é desorganizada.

E, se a vida social não é sinônimo de desorganização, cumpre entender, também, como ela se organiza em diferentes níveis e patamares, pois a própria organização social tampouco é transparente e automática aos nossos olhos. Nesse contexto, o artigo "Integração regional e coesão social no Mercosul: uma análise à luz da teoria da dependência", de Jonatan Pozzobon Müller, expressa bem os dilemas da integração socioeconômica em dimensão macro. O avanço das políticas neoliberais reduziu o espaço para a criação de mecanismos de proteção social e impulsionou, de forma abrupta, a desmontagem dos Estados latino-americanos como atores autônomos e independentes no cenário internacional. O resultado disso foi a continuidade do ciclo de dependência a que esses países sempre estiveram sujeitos, bem como uma situação de desagregação social. A questão se expressa, então, da seguinte forma: como driblar esses impulsos contrários? O autor tenta responder a essa questão direcionando sua atenção para os dilemas e as dificuldades da implantação do Mercosul. A hipótese trabalhada é a de que essa tentativa de mercado comum cumpre o papel de aparelho de produção da integração social na América Latina, onde o legado colonial dotou os Estados de estruturas de administração frágeis, as quais não só inibiram o crescimento econômico, como deixaram populações inteiras à mercê das instabilidades da economia mundial.

A partir daí, apresenta-se a questão dos parâmetros pelos quais a modernidade avança e se conecta com as mais diversas realidades sociais. E pergunta-se: a modernidade deve coincidir, tão somente, com o impulso expansionista do crescimento econômico e técnico capitalista? Que sentido dar a essa modernidade? Deve-se rejeitá-la raivosamente ou abraçá-la acriticamente?

Esse campo espinhoso de problemas emerge, nesta edição, com a leitura do artigo "Modernidade, política e práxis negra no pensamento de Clóvis Moura", de Fábio Nogueira de Oliveira. O problema da modernidade é justamente o da construção de sujeitos políticos e sociais autônomos e livres, em uma ordem social justa e igualitarista. No entanto, os problemas surgem quando se reconhece que nenhum dos termos detém precedência sobre o outro. E a questão do negro incide, então, justamente sobre a ideia de que há uma *práxis* negra a qual deve ser pensada dentro do paradigma da modernidade política ocidental. Trata-se, assim, de pensar o negro não como tema de pesquisa, mas como sujeito de sua própria experiência social. A obra de Clóvis Moura se apresenta, portanto, como uma cifra do caráter político inerente à noção de cultura. A "cultura do branco" e a "cultura do negro" respondem aos chamados das pretensões políticas. Ora, nada é simplesmente neutro. Tendo isso, a formação de uma identidade racial é sempre resultado de um jogo de empurra-empurra de atributos, disposições, marcas e figurações.

Cumpre, então, pensar no que significa "possuir uma cultura". O pensamento intelectual moderno está apinhado de referências ao poder dos símbolos, dos signos e das palavras. O artigo "A cultura é autônoma ou serve às elites? Um olhar sobre as abordagens sociológicas de Jeffrey Alexander e Pierre Bourdieu", de Arthur Coelho Bezerra, traça os diagramas pelos quais a noção de cultura foi pensada por dois grandes alavancadores da teoria social contemporânea. O artigo oferece ao leitor uma exposição detalhada da recente controvérsia encetada pelas novas concepções de cultura. Para os idealizadores da sociologia cultural, que tem Jeffrey C. Alexander como seu principal autor, a noção de cultura só pode ser pensada como uma concessão explicativa ao caráter textual e autônomo da cultura, a qual, como textualidade que organiza e informa as performances sociais dos atores, faz com que o universo simbólico dos agentes não se reduza a alguma outra coisa que não ele. Ou seja, cultura é variável independente, e não variável dependente, pois cabe investigar o modo como a cultura explica as práticas sociais. De um lado quase diametralmente oposto, desenha-se a sociologia da prática efetuada, com maestria, por Pierre Bourdieu, que enfatiza o caráter situado e enraizado da cultura. Segundo o autor, Bourdieu toma como base uma arquitetura teórica que privilegia os processos de incorporação de estruturas simbólicas a atuar como disposições informantes do modo como os atores sociais disputam posições vantajosas em campos sociais mais ou menos delimitados. Para Bourdieu, portanto, a cultura é o meio pelo qual a tessitura de poder e de desigualdades constrói a sociedade contemporânea. Nesse sentido, o essencial nesse artigo é a percepção de que as teorias dos dois autores podem ser postas em contenda – o que, aliás, está longe

de acabar –, a fim de que sejam fornecidas pistas para o melhor entendimento do papel da cultura.

E da cultura e suas relações com o conceito de poder, movemo-nos para a questão das desigualdades sociais e das relações mais gerais com as estruturas de poder político. Em suma, que papel representam os dispositivos simbólicos de negociação coletiva e de comunicação entre os atores sociais na geração de justiça e igualdade? A tradição crítica é revisitada no artigo "Teoria pós-crítica, desigualdade social e política educacional: uma breve análise do discurso do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem", de Jean Carlo de Carvalho Costa e Maíra Lewtchuk Espindola. Os autores enfrentam a difícil tarefa de pensar criticamente ou, como preferem, "pós-criticamente" as políticas públicas de educação no Brasil. Mais uma vez, a questão do poder, agora do jovem, levanta questões quanto ao papel da ideia de reconhecimento na produção de sujeitos autônomos e críticos. A democracia, para que possa não só ter um "desempenho" eficiente na produção de políticas, precisa ser pensada como um conjunto de instituições, valores, projetos e campos de atuação, em que a participação ocorra por vias outras que não somente a do voto periódico e paritário. A democracia é criadora de sujeitos e depende justamente dessa *potência crítica* incorporada na comunidade política.

Mas não é só isso. De fato, a democracia reivindica para si a tarefa de autocriação, reinvenção, sequência de experiências, tentativas, desvios e inovações. Ora, nesses termos, a democracia é sempre um devir. E é isso o que nos faz pensar no artigo de Joana Tereza Vaz de Moura, Alan Daniel Freire Lacerda e Lindijane Bento Almeida, "A anatomia da participação: os conselhos como arena decisória", no qual os problemas e as dificuldades de criação de arenas decisórias e de expressão de camadas alijadas do poder ganham corpo. Se a democracia é sempre algo a ser construído, sempre um porvir, então, ela pode ser lida, também, como algo a ser construído com rotas barradas e frestas cavadas com dificuldades, sobretudo pelas iniciativas de participação sociais. Os Conselhos Gestores permitem, nesse ínterim, a participação de setores da sociedade civil na elaboração e deliberação de políticas públicas. Integrando diferentes vertentes teóricas, os autores procuram dar conta tanto das dimensões normativas quanto empíricas do estudo do funcionamento da democracia, de modo a investigar a maneira como iniciativas reais experienciam tentativas de articulação entre as noções de "democracia representativo-deliberativa" e "democracia participativa". Os problemas da ordem da lógica da ação coletiva, da dificuldade de coordenação de esforços e da concentração de poder, em alguns momentos, emergem nos conselhos, o que nos faz lembrar o quanto a democracia é um contingente funcionando sob os territórios de um equilíbrio bastante tênue.

Somos levados, então, a olhar para o modo como os sujeitos sociais se constituem em meio a uma, quase deleuziana, "sociedade do controle". É isso que parece sugerir, de forma diversa, obviamente, o projeto artístico de capa desta edição elaborado por Clara de Freitas Figueiredo, com o curioso título "Abra". Já Tatiana de Andrade Barbarini, em seu texto "A medicalização da vida e os mecanismos de controle: reflexões sobre o TDAH", investiga os efeitos pelos quais a medicalização e a estigmatização impactam no modo como determinados indivíduos lidam com suas trajetórias. Trata-se de apontar o olhar para o caráter historicamente construído dos efeitos do "Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade", para investigar a forma pela qual sujeito e sociedade interagem conjuntamente para determinar os caminhos e os trajetos das vidas. O contemporâneo se modela, aqui, enquanto um espaço de contínua produção de corpos e almas medicalizadas e fortemente marcadas pela inadaptação às exigências e demandas atuais. O corpo social, destarte, é atravessado por corpos desviantes que impõem linhas de fuga e de estranhamento para a ordem desejada. Entretanto, como lidar com um mundo biológico que constantemente produz o diverso e o diferente? Talvez a melhor forma seja o silêncio. Silêncio de vozes que habitam o limite do audível, tão distantes que se passam por cacofonia, barulho e confusão. Vozes que não sabemos interpretar, a não ser como "biologia desviante" a ser emudecida.

Enfim, o que nos faz pensar sobre nossas audições do mundo? Como estamos ouvindo o que há para ser dito pelos sujeitos sociais? Quais são suas vozes, suas palavras e os sotaques de sua existência social? Justiça e igualdade ecoam como vozes muitas vezes mudas, muitas vezes surdas, e outras tantas vezes apagadas, mormente pela profusão do barulho do real contemporâneo. O compromisso com a *pluralidade* desta Revista é exatamente o reconhecimento de que a unilateralidade não esgota a diversidade dessas vozes e desses olhares que tanto têm a dizer e a perceber. Só a presença de muitos e a astúcia de vários podem envolver a contento essa realidade que quase sempre nos escapa, porquanto nunca se revela por inteiro.

Comissão Editorial

Integração regional e coesão social no Mercosul:

uma análise à luz da teoria da dependência[1]

Jonatan Pozzobon Müller*

Resumo A história da América Latina ocorreu de forma paralela ao sistema capitalista internacional. O continente inaugurou, já no século XV, uma relação histórica de dependência com o centro do sistema mundial, fato que condicionou o modelo de desenvolvimento econômico e social ao fracasso. Com a colaboração nefasta da globalização neoliberal das últimas décadas, a região mergulhou em um caos social generalizado. A fim de reverter essa situação, instigaram-se os debates acerca dos processos de integração regional e de como eles poderiam viabilizar uma inserção autônoma na disputa capitalista internacional. Conforme o concebido pelos intelectuais da teoria da dependência da década de 1960, a ação integrada dos agentes sociais, parlamentares, partidários e sindicais alavancaria o pleno desenvolvimento regional. O objetivo deste artigo é situar a integração regional como pré-requisito para se alcançar a coesão social no âmbito do Mercosul, garantindo, dessa forma, uma inserção adequada dos Estados-membros no sistema mundial. Assim, primeiramente, será explanado o processo histórico da América Latina. Na sequência, será abordada a integração regional, segundo a teoria da dependência de Ruy Mauro Marini, como mecanismo capaz de assegurar o bem-estar social e a inserção autônoma no sistema internacional. Por fim, abre-se espaço para as reflexões sobre a coesão social no âmbito do Mercosul. Utilizando-se, portanto, do método dedutivo de pesquisa, o presente texto encaminhar-se-á dentro do rol de discussões acadêmicas vinculadas ao estudo do aprofundamento do modelo de integração e coesão social no Mercosul.

Palavras-chave América Latina; dependência; integração regional; Mercosul; coesão social.

---

* Graduado em Relações Internacionais pela Univali. Foi bolsista na Universidad de las Américas, em Santiago, Chile (2007), onde estudou Psicologia e Ciências Políticas. Atualmente, é aluno regular do Programa de Pós-Graduação de Relações Internacionais da Ufsc.

1 Para a confecção deste artigo, foram utilizadas obras de origem estrangeira, cuja tradução, em caráter não oficial, é de responsabilidade do autor.

Integración regional y cohesión social en el Mercosur: una revisión a la luz de la teoría de la dependencia

Resumen *La historia de Latino América ocurrió de manera paralela al sistema capitalista internacional. El continente inauguró, ya en el siglo XV, una relación histórica de dependencia con el centro del sistema mundial, hecho que condicionó al fracaso el modelo de desarrollo socioeconómico. Con la colaboración nefasta de la globalización neoliberal de las últimas décadas, la región entró en un caos social generalizado. Para cambiar esa situación, se incitaron los debates acerca de los procesos de integración regional y de cómo estos podrían hacer viable una inserción autónoma en la disputa capitalista internacional. Segundo la idea formada por intelectuales de la teoría de la dependencia de la década de 1960, la acción integrada de los agentes sociales, parlamentarios, partidarios y sindicales, impulsaría el máximo desarrollo regional. El objetivo de este artigo es situar la integración regional como requisito para alcanzar la cohesión social en el ámbito del Mercosur, garantiendo así una inserción adecuada de los Estados miembros en el sistema mundial. Así, primeramente, será expuesto el proceso histórico de Latino América. En seguida, la integración regional, segundo la teoría de la dependencia de Ruy Mauro Marini como mecanismo capaz de garantizar el bienestar social y la inserción autónoma en el sistema internacional. Por último, se abre espacio para reflexiones sobre la cohesión social en el ámbito del Mercosul. Se utilizando del método inductivo de la pesquisa, el texto se encaminará en el rol de discusiones académicas vinculadas al estudio de profundización del modelo de integración y cohesión social del Mercosur.*
Palabras clave *Latino América; dependencia; integración regional; Mercosur; cohesión social.*

INTRODUÇÃO

A história da América Latina se desenvolveu em conformidade com o sistema capitalista internacional. Desde que as grandes naus europeias do século XIV aqui atracaram, a região foi concebida e de tal modo organizada, a fim de servir às solicitações do poder hegemônico que, nessa época, começava a se constituir em escala global.

Primeiramente voltado para a Europa, depois, para os Estados Unidos da América, o continente inaugurou uma relação histórica de dependência com o centro do sistema mundial, fato que o condicionou ao fracasso, em uma inserção autônoma e competitiva na disputa capitalista.

A dominação colonial, culminada no modelo de globalização neoliberal das últimas décadas, representou, para a América Latina, uma profunda desarticulação das forças políticas, econômicas e sociais. O desenvolvimento dependente, atrelado e subordinado ao capital hegemônico estrangeiro privilegiou a poupança externa e o consumo interno de alto poder aquisitivo, acirrando a marginalização das classes trabalhadoras e a polarização social.

A fim de reverter essa situação, aprofundou-se, nos últimos anos, o debate sobre modelos de integração latino-americanos e como eles poderiam alavancar mecanismos capazes de garantir maior proteção social às populações. É nessa perspectiva que surge o Mercado Comum do Sul, o Mercosul.

Assim, embora o bloco originário do Tratado de Assunção, de 1991, seja de índole neoliberal e tenha a primazia dos aspectos econômicos sobre as questões sociais, estabelece em seu preâmbulo, como objetivo final da integração, o desenvolvimento econômico dos Estados-membros e a justiça social em esfera regional, visando melhorar as condições de vida de seus habitantes.

Nesse viés, é explícito que a integração social, por via da construção de uma cidadania regional plena, ainda esteja em um estágio embrionário, se comparado com os avanços expressivos da unificação das políticas alfandegárias, por exemplo.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é situar a integração regional como prerequisito para se alcançar a coesão social no âmbito do Mercosul, garantindo, assim, uma inserção adequada dos Estados-membros no sistema internacional. Para tal fim, o primeiro tópico abordará o processo histórico imposto à América Latina, responsável, em grande medida, pela atual condição de desigualdade social e desarticulação das forças políticas, econômicas e sociais da região. Na sequência, conforme o concebido pelos teóricos da dependência, em especial Ruy Mauro Marini, o segundo tópico reportará à integração regional, por via dos esforços dos agentes sociais, parlamentares, partidários e culturais, como pré-requisito para lograr um desenvolvimento autônomo e garantir, desse modo, a efetivação dos direitos sociais da população. Por último, identificar-se-á a atual dimensão em que se encontram as políticas sociais do Mercosul, bem como os possíveis mecanismos que poderão viabilizar uma plena coesão social intrabloco.

Utilizando-se, portanto, do método dedutivo de pesquisa, o presente texto encaminhar-se-á dentro do rol de discussões acadêmicas vinculadas ao estudo do aprofundamento do modelo de integração e coesão social no Mercosul.

O PROCESSO HISTÓRICO DA AMÉRICA LATINA

> A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz do torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista. [...] Ela, porém, provocando crescente indignação, nos dará forças, amanhã, para conter os processos e criar aqui uma sociedade solidária (Ribeiro, 1996, p. 120).

Atada a um passado que a condena e vislumbrando um futuro promissor, a América Latina é ainda um verdadeiro enigma. Confundida com o paraíso terrestre pelos primeiros navegantes que aqui chegaram e frequentemente lembrada como celeiro do mundo, a região e suas riquezas foram, desde cedo, exploradas em função do progresso alheio. Após cinco longos séculos, o continente procura, por fim, empenhar-se para ocupar a posição que sempre lhe foi negada nas relações internacionais.

O projeto de desenvolvimento dependente, elaborado pelas burguesias nacionais, atrelado e subordinado à vontade das estruturas hegemônicas de poder, começa a ser refutado e questionado pelos governos populares[2], que, pela primeira vez na história, têm a oportunidade de pôr em prática as reivindicações do passado.

A "Grande Pátria"[3] está cansada de colecionar frustrações, e, mais uma vez, a esperança brota revigorada da terra enfraquecida. Trata-se da esperança que alimenta o homem faminto com a fé em uma vida menos sofrida, em uma vida mais justa. O destino parece, assim, bater-lhe à porta, convidando o povo a reinventar, de uma vez por todas, a América Latina[4].

Se a história oficial é concebida como o êxito do processo civilizatório, na América Latina, ela pode ser considerada como um fracasso, desde o momento em que as grandes naus europeias aqui atracaram. Assim, o ano de 1492 marca o surgimento da modernidade. De fato, ela se originou nas cidades medievais

---

2 Este artigo considera como populares os governos de Hugo Chávez (Venezuela), Evo Morales (Bolívia), José Mujica (Uruguai), Rafael Correa (Equador) e Dilma Rousseff (Brasil).

3 Expressão cunhada por Simon Bolívar – El Libertador – e depois resgatada por José Martí, idealiza a unificação dos povos latinos em torno de uma Grande Pátria, "*la nuestra América*". O sentido dessa integração ultrapassaria o simples significado jurídico do termo; representaria um laço fraternal entre o povo e a nova pátria. Para mais detalhes, consultar Martí (1975).

4 Darcy Ribeiro (1996, p. 13) expõe a particularidade do novo povo aqui constituído: "Foi desindianizando o índio, desafricanizando o negro, deseuropeizando o europeu e fundindo suas heranças culturais que nos fizemos. Somos, em conseqüência, um povo síntese, mestiço na carne e na alma, orgulhoso de si mesmo, porque entre nós a mestiçagem jamais foi crime ou pecado. Um povo sem peias que nos atenham a qualquer servidão, desafiado a florescer, finalmente, como uma civilização nova, autônoma e melhor".

europeias, livres e centros de enorme criatividade. Contudo, passou a existir de fato quando a Europa pôde confrontar-se com "o outro" e controlá-lo, vencê-lo e violentá-lo; quando se pôde definir como um ego descobridor e colonizador.

O "outro", o ameríndio, de todas as maneiras, não foi descoberto como "outro", mas "encoberto" pelo europeu. Desse modo, a data marca o nascimento da modernidade como conceito, a origem de um mito de violência sacrificial muito particular e, ao mesmo tempo, de um processo do encobrimento do não europeu (Dussel, 1992).

A conquista da nova terra foi um processo militar, prático e violento que concebeu dialeticamente o "outro" como o "mesmo". O outro não europeu, em sua distinção, é negado e obrigado a incorporar-se na totalidade dominadora como coisa, instrumento, oprimido, assalariado (nas fazendas de frutas) ou escravo (nos engenhos de açúcar) (Dussel, 1992).

O "encontro" dos dois mundos[5] (de um lado, o europeu, superior e civilizado; do outro, o indígena, inferior e primitivo) representou para o nativo, no primeiro momento, a conquista por meio da força das armas. Após o domínio inicial, vieram o controle corporal e o espiritual do cristianismo[6]. Ambas as dimensões se constituíram como o mais eficiente processo de "desindianização" das populações dominadas. De tal modo, o colonialismo consagrou a hegemonia do pensamento eurocêntrico, fundado no projeto que pregou a fé inelutável na ciência e, de certa forma, deixou-nos de herança um mundo representado por meio de dualismos (progresso/atraso, civilizados/bárbaros, cultura/natureza, etc.) (Wallerstein, 2007).

Esses dualismos provocaram fendas históricas na América Latina. As problemáticas da educação, da terra usurpada e do reconhecimento do índio foram elementos que formaram uma estrutura muito particular que condicionou as relações sociais. Os três dilemas, assim como apontou José Carlos Mariatégui, em 1928, condenaram à ruína o modelo de organização social latino-americano[7].

Contudo, esses dualismos são resultantes de um episódio inédito na história. Segundo Aníbal Quijano, a América se converteu no primeiro espaço de um novo

---

5 Enrique Dussel argumenta que, para haver um encontro, é necessário que haja uma interação de culturas, um intercâmbio de experiências. Essa relação é estabelecida em certo grau mínimo de respeito. Segundo ele, o que houve na América, durante a conquista europeia, não foi um encontro, foi uma superioridade (reconhecida ou inconsciente) da cristandade sobre as religiões indígenas e a imposição irracional de uma cultura sobre a outra. Consultar Dussel (1992).

6 O controle corporal ocorreu por meio da servidão para o homem e do sexo forçado para a mulher; já o controle espiritual se manifestou sob a ideia de que a alma era o objeto privilegiado da salvação, e o corpo era o objeto básico da repressão.

7 Mariátegui foi pioneiro ao analisar a problemática do índio, da terra e da educação, sob as luzes do marxismo no contexto latino-americano. Nesse sentido, consultar Mariátegui (1975).

padrão de poder de vocação mundial. Duas fatalidades convergiram e se associaram para estabelecer esse novo padrão universalista. A primeira se constitui pela codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados, estabelecendo uma escala biológica entre superiores e inferiores. Já a segunda fatalidade se reporta à articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho em torno do capital e do mercado mundial[8].

Nesse sentido, a primeira fatalidade aborda o significado moderno do conceito "raça". Tal ideia surge a partir da chegada das primeiras naus à América, que estabeleceu, nesse momento, uma diferença evolutiva entre colonizadores e colonizados. Pela primeira vez, os europeus, que antes apenas remetiam a uma origem geográfica em comum, passam a se constituir como raça, identidade, uma etnia dita avançada.

As relações sociais que se seguiram criaram grupos históricos novos: índios, negros e mestiços. Essa concepção de raça serviu como fonte de legitimidade para a dominação da América, de tal modo que os europeus colonizadores se sentiam não somente com o direito, mas com o dever sagrado de espalhar a luz da civilização nessas terras incultas e sombrias.

A segunda fatalidade se refere ao modelo de apropriação da força de trabalho. O novo padrão de exploração do trabalho e da produção foi estabelecido em torno da relação entre capital e mercado mundial. Os processos de escravidão, servidão, produção mercantilista e a relação salário/capital da época não representaram para os sujeitos envolvidos prolongamentos históricos de seus antecessores. Todas essas formas eram inéditas, uma vez que foram organizadas para servir o mercado exterior e coexistiram no mesmo espaço/tempo, em função do capital e de sua reprodução. Dessa forma, surge um padrão global de controle, que se apropria da força de trabalho e dos recursos existentes para o capitalismo.

O capitalismo mundial foi, desde a partida, colonial/moderno e eurocentrado (Quijano, 1992). Já em sua condição de centro do capitalismo, os Estados europeus não somente detinham o controle do mercado internacional, mas também puderam impor seu domínio sobre todas as regiões e populações colonizadas, incorporando-as ao "sistema-mundo[9]" que assim se constituía e ao seu específico padrão de poder.

---

8 Nesse sentido, consultar também Quijano e Wallerstein (1992).

9 Segundo Immanuel Wallerstein, sistema-mundo é o conceito que define a dicotomia entre capital, trabalho e acumulação capitalista em escala mundial. O sistema-mundo se originou na Europa do século XVI. Em razão de sua própria natureza, desencadeou um processo de expansão que culminou no atual sistema global de concorrência capitalista. Para mais detalhes, consultar Wallerstein (1979).

Para tais regiões e populações, isso implicou um processo de reidentificação histórica, pois, a partir da Europa, foram atribuídas novas identidades geoculturais (Quijano, 1992).

Os acontecimentos que seguiram após o final do século XIV foram para a América Latina, acima de tudo, um capítulo do alargamento do comércio europeu, como alega Caio Prado Júnior (1981, p. 31-32):

> Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso. E com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção às considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira, [assim como a América Latina] tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país [e de toda região]. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados[10].

A relação histórica colônia/metrópole estabelecida na América Latina consolidou-a como o continente das contradições. Por um lado, deslumbra-se a América Latina rica em recursos naturais e com áreas de enorme produtividade; e, por outro lado, nela divisa-se um povo miserável e abandonado. Terra da comunhão e do coronelismo, do trabalho livre e da escravidão, da vitória e da derrota, enfim, "a nossa riqueza sempre gerou a nossa pobreza" (Galeano, 1984).

Esses eixos extremados revelam a herança do período colonial e refletem na própria identidade latino-americana. Entretanto, deve-se atentar ao fato de que a perspectiva eurocêntrica opera, nesse viés, como um espelho que distorce o que reflete. Isso significa que, apesar de possuir tantos e tão importantes traços históricos europeus, o povo latino-americano se constituiu profundamente distinto. De tal maneira, o espelho eurocêntrico reflete uma imagem necessariamente parcial e distorcida (Galeano, 1984).

---

10 Caio Prado Júnior e o historiador argentino Sérgio Bagú foram os responsáveis pela criação de um estilo de pensamento que integrou filosoficamente a América Latina. Depois deles, seguiram pelos mesmos trilhos Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, compondo um novo grupo que trouxe paradigmas inéditos ao debate acadêmico, tais como cultura, tradição, patriarcalismo, modernização e revolução. Esses intelectuais significaram uma superação do atraso de nossas ciências sociais e promoveram uma ruptura com o passado oligárquico.

O universalismo europeu, ancorado na exploração mercantilista, obstaculizou qualquer tipo de organização política, social e das forças produtivas que convergissem para o bem coletivo. A era que posteriormente se efetivou para o continente consolidou o processo de acumulação capitalista de orientação mundial pelo qual o continente, desde cedo, especializou-se em perder. Primeiro, foi o ouro de Zacatecas e a prata de Potosí; atualmente, fonte de petróleo e ferro, de cobre e carne, de frutas e café, de matérias-primas e de alimentos que têm como destino os países ricos, que ganham consumindo-os muito mais do que a América Latina ganha produzindo-os (Galeano, 1984).

Ao alcançar a independência[11] (autonomia política), no decorrer do século XIX, as novas repúblicas latino-americanas se viram governadas por uma elite burguesa europeizada, uma classe dominante marcada pela ausência de vontade política, que não se esforçou para fomentar o desenvolvimento nacional. Com as cabeças voltadas, primeiramente, para o velho continente e depois para os Estados Unidos, os novos líderes nunca representaram os interesses da maioria[12] da população. O planejamento social foi esquecido, ou melhor, fragmentado e dissolvido em prol da luta pela sobrevivência imediata. A sedução em torno de uma estratégia de salvação pessoal se consagrou em detrimento da instituição da coletividade.

O que importa ser destacado, como afirma Sérgio Bagú, é que o regime econômico/político luso-espanhol nas Américas não foi o feudalismo, mas o capitalismo colonial. Este, por sua vez, é um regime que conserva um perfil equivocado, porém sem alterar sua índole capitalista. A América Latina ingressou com extrema celeridade no capitalismo comercial, já inaugurado na Europa, e contribuiu para o ciclo com vigor colossal, tornando possível a reprodução de sua versão industrial, anos mais tarde (Bagú, 1993, p. 253).

Segundo Giovanni Arrighi (1996), a verdadeira transição a ser elucidada não é a do feudalismo para o capitalismo, mas a do poder capitalista disperso para um poder concentrado. E o aspecto mais importante desse fenômeno é a fusão singular do Estado com o capital, o que, em parte nenhuma, ocorreu de maneira mais favorável do que na Europa (Munteal, 2009, p. 330).

---

11 O caso brasileiro foi uma exceção, pois a independência foi muito mais um arranjo político do que propriamente um movimento de libertação, já que se preservaram as instituições e a ordem colonial.

12 Boaventura de Sousa Santos usa o termo "maioria minorizada" para descrever um fenômeno típico da América Latina. A maioria (numérica) de origem autóctone é a mais atingida pela falta de proteção dos direitos civis, sendo, desse modo, minorizada no que tange ao pleno exercício da cidadania em comparação com os outros grupos sociais. Para mais detalhes, consultar Santos (2009).

Desse modo, o arranque da história moderna e contemporânea está indissoluvelmente associado ao movimento de acumulação de forças pelos Estados nacionais, articulados à lógica de acumulação de capital em uma escala planetária.

Diante do exposto, percebe-se que a América Latina (o único continente cuja data de nascimento se sabe precisamente[13]) se desenvolveu paralelamente ao capital estrangeiro. Nesse sentido, Darcy Ribeiro (1996, p. 212) assevera:

> A estratificação social gerada historicamente tem também como característica a racionalidade resultante de sua montagem como negócio que a uns privilegia e enobrece, fazendo-os donos da vida, e aos demais subjuga e degrada como objeto de enriquecimento alheio. Esse caráter intencional do empreendimento faz do Brasil [América Latina], ainda hoje, menos uma sociedade do que uma feitoria, porque não estrutura a população para o preenchimento de suas condições de sobrevivência e de progresso, mas para enriquecer uma camada senhorial voltada para atender às solicitações exógenas.

O pensamento de Darcy Ribeiro revela o caráter contraditório do sistema; por um lado, muito racional para os acionistas estrangeiros e as burguesias nacionais; e, por outro lado, demasiado irracional para os outros milhões de braços que querem trabalhar, mas que não encontram lugar no campo, onde reinam os latifúndios, ou nos grandes polos industriais, como São Paulo e Buenos Aires, onde a automação descartou uma multidão de trabalhadores.

O número crescente de desempregados[14] reflete a falta de equidade social e de capacidade do Estado nacional em gerir políticas sociais com eficiência. Cria-se, assim, urgência em se alcançar uma coesão social[15] que garanta a defesa dos

---

13 A América Latina só passa a existir como sujeito, à luz da história, a partir da chegada das primeiras caravelas, em 1492. Enrique Dussel questiona essa ideia e aponta que o próprio conceito "descobrimento" é errôneo, uma vez que o continente já coexistia física e culturalmente. No momento da chegada dos europeus, a terra já era habitada por centenas de populações indígenas que cultuavam seus mitos e tradições, com uma história milenar e uma origem existencial bem anterior ao século XIV. Consultar Dussel (1992).

14 Jacques Généraux assinala a importância do trabalho na sociedade contemporânea. Para ele, um trabalhador que está desempregado está totalmente à margem da sociedade, sem dignidade e sem valor. Na era do consumismo, um indivíduo que não tem a capacidade de movimentar a indústria capitalista é remanejado para uma categoria social de segundo plano, inferior. Consultar Généraux (2001).

15 Entende-se por coesão social a eficácia dos mecanismos instituídos de inclusão social, além dos comportamentos e valores dos sujeitos que formam a sociedade, inclusos os sistemas educacionais, a titularidade de direitos, as políticas de fomento da equidade, o bem-estar e a proteção social. Nesse viés, é importante que os sujeitos tenham confiança nas instituições, despertando o sentido de solidariedade, de aceitação de normas de convivência e de participação de espaços de deliberação e em projetos coletivos (Celare, 2008, p. 3).

direitos fundamentais no aspecto regional, sem distinções de nacionalidade, religião, gênero ou etnia.

Tais problemáticas referidas se agravaram nas últimas décadas. O processo de acumulação do capital internacional típico do período colonial se adaptou e atualmente se manifesta por meio da globalização econômica. Trata-se de um modelo pensado de cima para baixo, do norte para o sul; de um universalismo relativizado, ocidentalizado e, por fim, europeizado[16].

Diante desse regime, o Estado promoveu políticas assistencialistas, na tentativa de moderar e aliviar o sofrimento de milhões de pessoas. Contudo, tais políticas se revelam, muitas vezes, ineficazes, pois não resgatam a dignidade humana, atuando nas reformas estruturais. Assim, o Estado, que deveria, *a priori*, estimular a qualidade de vida e o bem-estar de seus cidadãos, transforma-se em um gerente de desempregados e da miséria humana (Silva, 2006).

Entretanto, esse Estado clientelista foi duramente questionado nos anos 1960. Quem encabeçou a agenda crítica, nesse sentido, foi a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal, 2009)[17]. Liderada pelo economista argentino Raul Prebish[18] e com colaboração decisiva de Celso Furtado e Aníbal Pinto, a Comissão colocou em evidência os erros referentes à deterioração dos termos de intercâmbio.

Segundo seus ensinamentos, a América Latina agroexportadora se encontrava desfavorecida nas trocas comerciais com os países desenvolvidos. Os produtos industrializados, em razão de seu maior valor agregado, estabeleciam uma relação assimétrica em comparação com os produtos primários da região.

É nesse cenário que se situam intelectuais como Fernando Henrique Cardoso (FHC)[19], Enzo Faletto, Guido Mantega e José Serra. Para eles, a industrialização

16 Josoaldo Rego afirma que o discurso da globalização e a consagração de uma geopolítica neoliberal que subordina as políticas ambientais e estimula a transformação da natureza em mercadoria e, por outro lado, as mobilizações por reconhecimento de identidades coletivas, por exemplo, compõem um campo de lutas onde se podem encontrar as fronteiras discursivas da modernocolonialidade. Consultar Rego (2006, p. 186-190). Boaventura de Sousa Santos sublinha que esse campo de luta também é marcado pela ação dos movimentos de antiglobalização, como o Fórum Social Mundial. Para o sociólogo português, essas iniciativas são manifestações de uma epistemologia do sul que, em busca de reconhecimento, colidem com a epistemologia do norte, compondo, assim, o campo de luta da "sociologia das ausências" (Santos, 2005).

17 Fundada em 1948 e com sede em Santiago, no Chile, a instituição é uma das cinco comissões regionais das Organizações das Nações Unidas (ONU). Tem como função analisar e estimular a cooperação e a assistência técnica nos governos da região, por meio de formulações de estratégias políticas, econômicas e sociais. Para mais informações, consultar: <http://www.eclac.cl/>.

18 Raul Prebish foi nomeado secretário executivo da Cepal em 1950, cargo que manteve até 1963. Com grande produção intelectual, influenciou toda uma era das ciências econômicas e políticas. Ante seu grande legado, definiu a relação de centro-periferia: "enquanto os centros conservavam integralmente o fruto do progresso técnico de sua indústria, os países da periferia transferiram para eles uma parte do fruto de seu próprio progresso técnico" (Prebish, 1994, p. 238).

19 Embora Fernando Henrique Cardoso tenha participado da revisão sobre o modelo de desenvolvimento da América Latina, nos anos 1960 e 1970, seu governo à frente da presidência do Brasil (1994-2002) o contradisse radicalmente e o caracterizou como um neoliberal tradicio-

somente seria alcançada com projetos reformistas. Dessa forma, concebeu-se o desenvolvimento dependente associado, fortemente alicerçado no capital estrangeiro, com grandes ajustes fiscais e cortes rigorosos das despesas públicas, o que acirrou a deterioração das condições sociais.

A burguesia nacional, desacreditada, segundo esses pensadores, não estimularia a industrialização, daí a necessidade de se atrelar aos investimentos internacionais, por meio de políticas de privatizações e de captação de poupança externa.

Houve uma crença ingênua por parte desses teóricos de que se poderia reproduzir na periferia, mesmo com cinco séculos de desvantagem, o esquema clássico de desenvolvimento do capitalismo do centro do sistema.

Contudo, há uma ala de críticos que discordou veementemente de tais pressupostos. Para esse grupo[20], a conquista da soberania nacional estava ligada à luta revolucionária, à mobilização das forças populares e à ruptura da ordem econômica internacional capitalista. Acreditava-se que a industrialização não resolveria o problema, uma vez que a lógica orientadora do capitalismo dependente leva, segundo o célebre raciocínio de André Gunder Frank (1970), ao desenvolvimento do subdesenvolvimento ou, ainda, segundo Ruy Mauro Marini (1990, p. 18), "o fruto da dependência não pode ser [...] senão mais dependência".

Entretanto, as vozes desses críticos não foram ouvidas. A Cepal dos anos 1960-1970 entendia que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento eram fenômenos quantitativamente diferenciados, podendo o segundo ser resolvido com medidas corretivas, no plano do comércio internacional, e com uma política econômica adequada, que dependeria das situações concretas vivenciadas pela economia mundial[21].

Emir Sader (2009, p. 28 e 31) refuta as orientações cepalinas da década de 1960 e argumenta:

> A concentração de renda foi um mecanismo de aceleração da expansão econômica e da preservação da taxa de lucro, fortalecendo a capacidade de consumo dos setores com maior poder aquisitivo. [...] Tal modelo de acumulação do capital é enfocado na sua dupla ótica, ambas intrinsecamente articuladas: fornece fatores

nal. O próprio FHC afirmou, diante das câmaras de televisão: "Esqueçam tudo que eu escrevi" (Brandford, 2003, p. 75).

20 Este artigo se refere em especial a Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, André Gunder Frank e Theotônio dos Santos.

21 No contexto Cepalino, as políticas econômicas defendidas como corretas estavam ligadas ao projeto industrializante de substituição de importações.

> de produção que permitem a reprodução de capital nas economias centrais do capitalismo e, ao mesmo tempo, condiciona as burguesias da periferia, inferiorizadas na competição pelo mercado internacional, a induzir em nossas formações a exploração do trabalho. [...] O modelo voltado para a exportação e para o consumo de alta esfera exigia a restrição do mercado interno e pavimentava os caminhos para a aliança com o latifúndio e o imperialismo.
>
> A história regional terminaria comprovando a validade de tal crítica. O fracasso do modelo entreguista, ancorado no desenvolvimento dependente, reafirmou antigos problemas como o fraco crescimento, a falta de equidade, a enorme população excedente, a insuficiente captação dos recursos humanos, os mercados internos vulneráveis, a ausência de profundas reformas no campo, a falta de integração produtiva, a carência de instituições sólidas, a corrupção, a polarização social e os elevados níveis de pobreza e miséria.

Nesse cenário de caos social exacerbado, surgiu, no âmago do pensamento crítico latino-americano, uma corrente marxista que pôs em questão os pressupostos políticos e econômicos até então em voga. Com o objetivo de criar uma alternativa original que pudesse, finalmente, representar uma ruptura com o poder hegemônico, é que surge a teoria da dependência[22].

Expoente máximo de dita doutrina, Ruy Mauro Marini conseguiu definir as tendências que regem a reprodução do capital nas economias dependentes. Para ele, a integração regional, por via da mobilização das forças sociais, sindicais, partidárias e parlamentares, alavancaria o desenvolvimento econômico e social da América Latina, conforme será exposto a seguir.

DEPENDÊNCIA E INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

O debate sobre a necessidade de maior e mais intensa integração latinoamericana, a fim de romper a condição de dependência que condiciona a região e

22 Este artigo aborda a teoria da dependência elaborada por Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank e Theotônio dos Santos. Utilizar-se-á o conceito de dependência como "uma situação na qual a economia de um certo grupo de países está condicionada pelo desenvolvimento e pela expansão de outra economia, à qual se encontra atada; uma situação histórica que configura a estrutura da economia mundial de tal maneira que determinados países ficam favorecidos em detrimento de outros e que determina as possibilidades de desenvolvimento das economias internas" (Santos, 1969, p. 184).

a impede de inserir-se autonomamente no sistema mundial, teve seu apogeu no decorrer das décadas de 1960 e 1970.

A erupção de golpes de Estado[23] criou um cenário hostil de grande insegurança e repressão. Nesse momento, após tomarem o poder, os militares golpistas trataram de banir as elites políticas e intelectuais concebidas como opositoras ao novo regime instaurado. Vários militantes que não simpatizavam com o autoritarismo das forças armadas e, por isso, eram percebidos como violadores da nova ordem se viram forçados a deixar seus respectivos países e a buscar asilo no exterior. O México foi o destino escolhido por muitos. A Universidad Nacional Autónoma de México (Unam) abriu suas portas ao contingente de exilados – uruguaios, argentinos, chilenos e brasileiros – e, basicamente, converteu-se na "Meca" do pensamento crítico latino-americano. É exatamente nesse cenário que Ruy Mauro Marini se insere[24].

Embora vítima de um duplo exílio[25], Marini dedicou todo o seu entusiasmo à produção teórica de uma doutrina autônoma, crítica e apaixonada. "Assim como em todo novo projeto o arquiteto imagina um edifício melhor"[26], Marini, movido pela esperança de uma América Latina mais justa e coesa, desenvolveu, em colaboração com Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, a teoria da dependência.

Para ele, a desnacionalização das burguesias latino-americanas estava estritamente vinculada, cada vez mais, com o atrelamento de seus interesses ao mercado internacional, via modelos exportadores. Seus ciclos expansivos, além de curtos,

---

23 Sobre os golpes militares, a Operação Condor foi a grande estratégia norte-americana para fomentar ditos golpes de Estado e garantir a ascensão dos militares ao poder: "Desde a Conferência Pan-Americana de Chapultepec, no México, em fevereiro de 1945, os Estados Unidos vinham alertando os militares sul-americanos contra o comunismo. Nessa perspectiva, acordos bilaterais de assistência militar seriam efetivamente assinados em 1951: fornecimento de armas e financiamento norte-americano, presença de assessores militares e treinamento de oficiais latino-americanos nos Estados Unidos e na Escola das Américas, na zona norte-americana do canal do Panamá. A revolução Castrista de 1959 precipitou o movimento para uma defesa continental contra o comunismo" (Abramovici, 2001. Acesso em: 19 nov. 2009).

24 Marini se formou na Escola de Administração Pública, no Rio de Janeiro, e teve forte influência dos ideais revolucionários de Rosa Luxemburgo. Foi do tipo que conciliava a teoria com a práxis revolucionária. Dirigente político da Polop (Política Operária) e do MIR chileno (Movimiento de Izquierda Revolucionária), participou da direção do Centro de Estudos Socioeconômicos (Ceso). Desenvolveu ativamente a militância política e a elaboração teórica, crítica e alternativa, sendo o maior expoente da teoria da dependência na vertente mais marxista, cuja base repousa em sua obra-prima, *Dialectica de la dependência* (Marini, 1990).

25 Ruy Mauro Marini sofreu dois exílios em sua vida. Primeiro, em função do golpe da ditadura militar de 1964, quando se viu obrigado a refugiar-se inicialmente no Chile e depois no México; o segundo, executado pelo Cebrap, dirigido por Fernando Henrique Cardoso, que, com a colaboração da Fundação Ford, estimulou a construção de uma comunidade acadêmica liberal e conformada. Um episódio marcante foi a publicação da crítica de Serra e FHC à *Dialectica de la dependência*, mas sem o direito à resposta de Marini. Ambos os exílios contribuíram para a falta de conhecimento sobre seu pensamento no país.

26 Como assinalou Karl Marx em *O capital*, o homem, ao produzir socialmente, passa a reproduzir-se como ser que reconhece alternativas e se apaixona por elas (Marx, 1973).

aprofundam o caráter desigual do desenvolvimento e deformam sua estrutura econômica, com consequência de profundos desequilíbrios no plano social. O desenvolvimento econômico possível na América Latina dar-se-ia somente com o aprofundamento da dependência e da desigualdade social (Sader, 2009, p. 32).

É com essa perspectiva que Marini elaborou, em pleno turbilhão político de 1972, o manuscrito da *Dialectica de la dependência* (Marini, 1990), sua obra-prima. Dentro dele, dois axiomas, em especial, merecem destaque: o da *superexploração*[27] do trabalho e o do *subimperialismo*[28].

A dialética do desenvolvimento, assim percebida, estipula que o subdesenvolvimento de certas regiões é assimétrico ao desenvolvimento de outras. A lógica de acumulação capitalista mundial é um processo contraditório que cria mecanismos que repassam a poucos o que de muitos foi negado.

Assim, a relação de dependência latino-americana, no marco do desenvolvimento capitalista, é concebida em sua essência como um produto da profunda desigualdade que emerge entre o contraste da capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, e a acumulação fundada na superexploração do trabalhador, nos países periféricos.

O esforço dos teóricos da dependência (assim como havia feito anteriormente Mariátegui, 1975) em adaptar os conceitos marxistas à realidade latino-americana assenta-se na experiência histórica e contemporânea. Ambas são concludentes e afirmam que somente obtiveram êxito os países capazes de pôr em execução uma concepção própria e endógena do desenvolvimento e, com base nisso, incorporar-se ao mercado mundial.

Nesse sentido, clama-se por deixar para trás o legado histórico de atraso e subordinação para iniciar um novo caminho, que insira a América Latina na ordem

---

27 Um salário insuficiente ou um processo de trabalho com superdesgaste (seja pelo prolongamento da jornada de trabalho, seja pela intensificação do trabalho), que encurte o tempo de vida útil laboral e da vida total, constitui um caso no qual o capital está se apropriando hoje dos anos futuros de trabalho e de vida de um cidadão. Definitivamente, tal situação caracteriza a superexploração, na medida em que se viola o valor da força de trabalho (Osorio, 1996, p. 175). Karl Marx (1973, p. 180), reproduzindo o discurso de um proletário a um capitalista, assevera: "Calculando que o período normal de vida de um operário médio que trabalhe racionalmente é de trinta anos, teremos que o valor diário da minha força de trabalho, que tu me abonas em um dia com outro, representa 1/365 x 30, ou seja, 1/10950. Mas se deixo que a consumas em dez anos e me abones 1/10950 em vez de 1/3650 do seu valor total, resultará que só me pagas um terço do seu valor diário, roubando de mim, portanto, dois terços diários do valor da minha mercadoria. É como se pegasse a força de trabalho de um dia empregando a de três".

28 Com o passar do tempo, o modelo simples de centro-periferia, caracterizado pela troca de manufaturas por alimentos e matérias-primas, foi incrementado. O resultado foi uma reestruturação, uma hierarquização dos países de forma piramidal e, por conseguinte, o surgimento de centros médios de acumulação, que são também potências capitalistas médias – o que levou a falar da emergência de um subimperialismo (Marini, 1994, p. 238).

mundial de forma que possa ela mesma decidir seu próprio destino (Ferrer, 1999, p. 230). Confirmando a importância da reflexão original, o escritor colombiano Gabriel García Márquez sustenta que "a interpretação da nossa realidade com esquemas alheios só contribui a nos tornarmos cada vez mais desconhecidos, cada vez menos livres, cada vez mais solitários"[29].

A atualidade do pensamento de Marini é comprovada com o duro golpe que a América Latina sofreu no início da década de 1990. Com a adesão incondicional dos países ao modelo neoliberal proposto pelo Consenso de Washington, a idealização de uma América Latina unida e mais independente praticamente se dissolveu. O referido Consenso previa conter a alta dos preços, vertiginosa na região, na década de 1980, com a recomendação de uma lista com dez mandamentos aos quais os governos deveriam se adequar a fim de assegurar a estabilidade macroeconômica[30].

Coube ao Estado reduzido promover uma política entreguista, por via da aplicação das leis de mercado, beneficiando as grandes corporações transnacionais e o capital especulativo. A "reengenharia" da nova função do Estado estava intimamente ligada ao endividamento externo e aos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

O resultado do passado colonial e das ditaduras militares das décadas de 1960-1980 recebeu uma colaboração essencial e nefasta do neoliberalismo, para decididamente gerar uma convulsão radicalizada nas searas econômica e social, no continente. Nunca houve tantos pobres e desempregados como no início do novo milênio. Para se ter dimensão do tamanho do caos, basta analisar certos indicadores: o continente é a região da pior distribuição de renda do mundo; em 1990, 150 milhões viviam com menos de dois dólares diários; em 2000, esse número subiu para 250 milhões; 40% da população sobrevivia do trabalho informal; metade das exportações do continente era destinada ao pagamento da dívida externa;

---

29 Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=2950>. Acesso em: 20 jan. 2010. Um episódio que não pode deixar de ser lembrado é a Revolução Cubana de 1959, episódio este de mundial relevância. Contudo, sua implicação para a América Latina foi decisiva. Os revolucionários de *la Sierra Maestra* firmaram, de uma vez por todas, não somente o pensamento, mas a práxis marxista no continente. O levante trouxe à tona um projeto alternativo para a região na possibilidade de melhorar o bem-estar coletivo pela via revolucionária. Aproveitando as energias emanadas da ilha caribenha, outro episódio colaborou para a consolidação do pensamento crítico regional. A Revolução Sandinista na Nicarágua, em 1979, deu fôlego renovado aos dependentistas, como Ruy Mauro Marini, e mostrou que a organização e a revolta popular ainda não estavam mortas na América Latina.

30 Os dez mandamentos: 1) disciplina fiscal; 2) cortes do orçamento público para saúde, educação e infraestrutura; 3) estabilidade fiscal e baixa dos tributos; 4) liberalização das taxas de juros, a fim de atrair mais investimentos internacionais; 5) taxa de câmbio competitiva; 6) adesão ao comércio exterior, com a redução dos direitos alfandegários; 7) liberalização de investimentos estrangeiros; 8) privatização de empresas públicas; 9) abandono das regulamentações das leis de mercado; 10) garantia ao direito à propriedade (Segrera, 2009, p. 224).

em 2002, o desemprego chegou aos 9,1%, e cerca de 220 milhões estavam em condições de pobreza, dos quais 95 milhões eram indigentes, o que representa 43,4% e 18% da população, respectivamente; o Banco Mundial assinalou que se fosse taxado um imposto de 2% para os 20% mais ricos da população, o montante seria suficiente para que a pobreza fosse erradicada; ainda, com a aplicação de 1% do PIB, a pobreza extrema seria eliminada.

Entre as dez moedas que mais perderam valor em 2003, em relação ao dólar, seis foram latino-americanas[31]. Entre os anos de 1980 e 1990, o número de pessoas que viviam abaixo da linha da pobreza subiu de 37% para 39%, no caso da pobreza urbana, e de 25% para 34%, no caso da pobreza rural. Em 1970, a distância entre o 1% mais pobre e o 1% mais rico era de 363 vezes e, em 1995, aumentou para 417 vezes. No período de 1990 a 1997, nove em cada dez trabalhos criados pertenciam ao setor informal (Segrera, 2009, p. 342-346).

Já nos anos 1970 e 1980, Marini buscou atualizar o sonho de Bolívar[32], assinalando com clareza que a integração da América Latina havia se tornado um pré-requisito indispensável para nossa integração à economia mundial. Ele pensava no desenvolvimento conjunto, por meio de mecanismos multinacionais, de novos setores produtivos e de serviços, com base em tecnologia de ponta e com mecanismos compensatórios que minimizassem os custos sociais de transformação (Marini, 1992).

Compartindo da mesma consciência crítica de Marini, Alcira Argumedo (2004) manifesta seu pensamento sobre a integração regional. Para ela, é essencial aprofundarmos um pensamento crítico latino-americano, que seja diverso e solidário, sem se olvidar do respeito, bem como das peculiaridades e das autonomias das nações e de suas culturas, etnias e regionalismos internos. Destarte, é condição *sine qua non* para a viabilidade de uma integração sustentada, um explícito reconhecimento da dignidade dos "outros", capaz de respeitar e enriquecer as memórias e tradições populares em uma nova identidade (regional) que não as negue.

Já estava claro, no final do século XX, para Alcira Argumedo, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, que projetos como a Associação de Livre Comércio

31 O peso argentino caiu 72%; o bolívar venezuelano, 44%; o peso uruguaio, 40%; o real brasileiro, 27%; o peso colombiano, 15%; e o peso mexicano, 6% (Segrera, 2009, p. 343).

32 Simon Bolívar seguramente ocupa um espaço de destaque na galeria das grandes personalidades da América Latina. Nascido em Caracas, em 1783, foi militar venezuelano e líder revolucionário da independência de vários territórios da América hispânica, o que lhe rendeu o título de "*El Libertador*". Defensor árduo dos ideais integracionistas durante o século XIX, idealizou um novo mundo constituído por nações livres e independentes, unidas por si não apenas por um corpo de leis comuns, mas por um sentimento popular de comunhão e irmandade. Consultar Bolívar (1981).

das Américas (Alca)[33], liderada pelos Estados Unidos, não integrariam as sociedades e os Estados latino-americanos, uma vez que não significavam uma especialização, tampouco uma complementaridade econômica entre os países da região. Bem pelo contrário, a constituição de um bloco econômico sob a égide norte-americana pode ser encarada como um verdadeiro suicídio às soberanias nacionais dos outros países.

Para esses intelectuais, a integração regional seria a única forma de convergir as forças sociais e econômicas dos países para que, em conjunto, fosse possível arquitetar um desenvolvimento alternativo[34], sustentado em parâmetros sociais, com limites claros da exploração dos recursos naturais, cujo objetivo final não fosse outro se não a melhoria da qualidade de vida da população em geral, dando ênfase às camadas mais carentes da sociedade[35].

Porém, Marini (1992) advertia com sagacidade que, no entanto, um projeto de integração avançada dos países latino-americanos não poderia ter como objetivo os interesses de governos ou de classes dominantes nacionais. Ao contrário, deveria ser um projeto sob a iniciativa dos povos, resultado da coordenação de esforços em todos os planos: sindical, social, cultural, parlamentar e partidário. Daí que a unificação das demandas e das lutas das forças populares fizesse parte do processo de integração. Assim, Marini propunha a latino-americanização das lutas e das plataformas de ação como sendo a resposta globalizada dos nossos povos às políticas de globalização dos impérios.

No que tange à integração latino-americana tão defendida por Marini, deve-se lembrar o papel estratégico desempenhado pela Associação Latino-Americana de Integração, a Aladi. Criada em 1980 pelo Tratado de Montevidéu, a Aladi tem como objetivo elaborar um mercado comum regional, a longo prazo e de maneira gradual, mediante a concessão de preferências tarifárias e acordos de alcance parcial[36].

---

33 A proposta de estabelecer nas Américas uma área de livre comércio não é nova. Ela foi sugerida, pela primeira vez, pelos Estados Unidos, em 1889, durante a Conferência de Washington. Nesse episódio, a Casa Branca, sob a bandeira de prevenir conflitos, suscitou o debate acerca de uma união aduaneira entre as Américas. Sobre tal iniciativa, consultar Santos (2004).

34 Marini (1994, p. 14) assevera, em relação à integração latino-americana: "é preciso estabelecer bases sólidas para a tarefa de chamar para nós o grande desafio histórico com o qual estamos em confronto".

35 O prêmio Nobel de Ciências Econômicas de 1988, o indiano Amartya Sen, sustenta, em seu livro *Desenvolvimento como liberdade,* uma visão inovadora sobre o conceito de desenvolvimento. Segundo o professor, o desenvolvimento de um país não pode mais ser simplesmente considerado pela análise econômica clássica. Os indicadores econômicos são importantes, mas eles, por si só, são insuficientes para expressar o real nível de desenvolvimento de um povo. Sua tese repousa na garantia e ampliação das liberdades individuais e coletivas, como condição *sine qua non* para estimular a potencialidade humana. Para mais detalhes, consultar Sen (2003).

36 A Aladi substituiu a antiga Alalc – Associação Latino-Americana de Livre Comércio–, criada em 1960. São países-membros, atualmente: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba,

É cabível enaltecer que alguns projetos regionais em curso, embora com seus resultados práticos questionáveis, resgatam, de certa forma, os ideais integracionistas de Ruy Mauro Marini[37]. Se, por ora, uma integração latino-americana que envolva o México até a patagônia argentina pareça algo um tanto distante, até utópico[38] para os mais céticos, é inegável que certas iniciativas já expressem o interesse dos governos em alcançar um desenvolvimento conjunto e compartilhado, por via da complementaridade das economias locais e da intensificação das trocas comerciais.

Nesse viés, o fortalecimento do regionalismo consiste em uma importante ferramenta capaz de expandir a potencialidade dos países latino-americanos, a fim de possibilitar uma inserção competitiva na economia mundial globalizada.

Em consonância com esse objetivo, a Comunidade Andina de Nações (CAN), a União das Nações do Sul (Unasul) e a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (Alba)[39] são exemplos práticos, conscientes ou não, dos princípios dependentistas dos anos 1970.

Contudo, embora as citadas organizações se encontrem em estágio embrionário e careçam de políticas institucionais mais eficientes e concretas, elas são manifestações explícitas dos governos de que a integração regional possa construir pontes para vencer a perversa marginalização história.

Como exposto anteriormente, as desigualdades sociais produzidas pela dominação europeia no período colonial se acirraram com a adesão dos governos locais ao projeto neoliberal encabeçado pelos Estados Unidos. Porém, emergiram

---

Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Ver mais em: <http://www.aladi.org>.

37 Marini visualizou um crescimento compartilhado entre as nações, a fim de conseguir uma inserção autônoma no sistema capitalista mundial. Para ele, faz-se urgente estimular o diálogo entre movimentos sociais, sindicatos e governo federal. Clama-se pela mobilização das forças populares e pela participação enérgica e consciente da sociedade civil para que, juntamente com uma indústria local bem consolidada, promova à América Latina um inédito "desenvolvimento independente".

38 Eduardo Galeano reflete sobre a utopia: "A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia, então? Serve para isso: para caminharmos".

39 A Comunidade Andina de Nações (CAN) foi fundada pelo Acordo de Cartagena, em 1969. Integram-lhe, atualmente, Bolívia, Equador, Peru, Venezuela e Colômbia (o Chile, um dos signatários, retirou-se da organização em 1977). Ver mais em: <http://www.comunidadandina.org>. A Unasul (União das Nações Sul-Americanas) é uma organização que abrangeu o Mercosul e o Pacto Andino, além deChile, Guiana e Suriname, em um único bloco regional. Foi estabelecido por esse nome pela Declaração de Cuzco, de 2004, mas a formalização ocorreu apenas em 2008, quando os líderes dos países se reuniram em Brasília. Ver mais em: <http://www.comunidadandina.org/sudamerica.htm>. A Alba (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América) é um projeto contrário à Alca e visa integrar a América Latina e o Caribe sob os princípios bolivarianos de unidade e comunhão. Liderados pela Venezuela e por Cuba, somam-se ao bloco: Bolívia, Nicarágua, Dominica, Honduras, Equador, Antigua e Barbuda e São Vicente e Granadinas. Ver mais em: <http://www.alternativabolivariana.org>.

paralelamente como resposta aos efeitos negativos da globalização os processos de integração regional como a Alba, a CAN e a Unasul. Inclui-se também entre essas iniciativas o Mercado Comum do Sul, o Mercosul[40], cuja constituição oficial ocorreu com a ratificação do Tratado de Assunção, em 1991.

Embora sua criação tenha ocorrido apenas em 26 de março 1991, o ano de 1985 é o marco inicial do processo político que resultou na criação do Mercado Comum do Sul, o Mercosul. Foi o momento em que Brasil e Argentina iniciaram as negociações comerciais, no âmbito da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), com vistas à formação de um mercado regional.

Em contexto histórico marcado pela redemocratização dos dois países, os presidentes José Sarney e Raul Alfonsín assinaram, em 30 de novembro de 1985, a Declaração de Iguaçu. No documento, ambos os mandatários enfatizaram, entre outros temas, a importância da consolidação do processo democrático e da união de esforços com vistas à defesa de interesses comuns nos foros internacionais (A Criação do Mercosul, 2009).

O incremento do intercâmbio comercial entre Brasil e Argentina impulsionou a assinatura do Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, em 29 de novembro de 1988. Naquele acordo, os dois países estabeleceram um prazo de dez anos para a formação de um espaço econômico comum, mediante a eliminação de barreiras tarifárias e a elaboração de políticas conjuntas. A aceleração da estratégia de integração econômica ocorreu em um momento em que Brasil e Argentina passavam por reformas econômicas neoliberais com base na liberalização comercial (A Criação do Mercosul, 2009).

Ao esforço de integração inicialmente empreendido por Argentina e Brasil uniram-se Paraguai e Uruguai. Juntos, os quatro países formularam o projeto de criação do Mercado Comum do Sul, culminando na assinatura do Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991. Naquela data, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai acordaram em ampliar as dimensões de seus mercados nacionais, com base na premissa de que a integração constitui condição fundamental para acelerar o processo de desenvolvimento econômico e social de seus povos[41]. Esta-

40 O Mercosul foi ratificado no bojo do governo Collor e sob preceitos neoliberais, contudo, é evidente a potencialidade integracionista do bloco, o que, de alguma maneira, reporta à teoria da dependência da década de 1960 e a Ruy Mauro Marini.

41 Novas análises sobre a complementaridade dos desenvolvimentos econômico e social estão emergindo. Bernardo Kliksberg afirma que ambos os desenvolvimentos, econômico e social, estão condicionados mutuamente, pois a dinâmica atual do mundo não permite mais separá-los em categorias distintas. Reflete ainda sobre como os avanços na equidade e justiça social são importantes para o desenvolvimento econômico. Segundo ele, uma melhoria na distribuição de renda promoveria um significativo investimento na formação do capital humano; poderia

beleceram, no preâmbulo do Tratado fundador, que a constituição do mercado comum deveria se pautar pelo aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis, pela preservação do meio ambiente, pela melhora das interconexões físicas e pela coordenação de políticas macroeconômicas de complementação dos diferentes setores da economia.

O Mercosul visa à formação de um mercado comum entre seus Estados partes. De acordo com o art. 1º do Tratado de Assunção, a criação de um mercado comum implica: a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção entre os países do bloco; o estabelecimento de uma tarifa externa comum; a adoção de uma política comercial conjunta em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados; a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais; a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados-membros; e a harmonização de suas legislações nas áreas pertinentes.

Para a criação de um mercado comum, o Tratado de Assunção previu o estabelecimento de um programa de liberação comercial intrazona e a implantação de uma tarifa externa comum. Reconheceu, ainda, a necessidade de que Paraguai e Uruguai cumprissem com tal programa de liberação comercial de forma diferenciada.

Em observância às assimetrias dos Estados-membros, os quatro sócios consideraram importante que a desagravação tarifária ocorresse em velocidade menos intensa para as economias menores do agrupamento.

O Mercosul se caracteriza pelo regionalismo aberto. Isso significa que a criação do bloco tem por objetivo não só o incremento do comércio intrazona, mas também o estímulo às trocas com terceiros países. São Estados associados ao bloco: Bolívia (desde 1996), Chile (desde 1996), Peru (desde 2003), Colômbia e Equador (desde 2004). Além disso, o Tratado de Assunção é aberto, mediante negociação, à adesão dos demais países-membros da Aladi (Associação Latino Americana de Integração). Nesse viés, foi assinado, em 4 de julho de 2006, o Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela[42].

Deve-se ter presente que a integração influencia a dinâmica interna de seus integrantes, ao mesmo tempo em que é influenciada por ela. Portanto, é um processo dinâmico que apresenta momentos tanto de aceleração e aprofundamento quanto

influenciar favoravelmente no avanço tecnológico e nas taxas de poupança interna, além de fortalecer o desenvolvimento do capital social. Para mais detalhes, consultar Kliksberg (2000).

42 Para efetivar a adesão da Venezuela ao Mercosul, falta ainda o veredicto dos congressos nacionais do Brasil e do Paraguai. Os parlamentares uruguaios e argentinos já votaram favoravelmente à entrada.

de estagnação e retrocesso (Mariano, 2009). Todavia, deve-se reconhecer que a inexistência de uma agenda social, efetiva e integral, constitui uma das grandes carências do Mercosul até o momento. O bloco, embora de índole neoliberal e constituído de maneira divergente do pensamento dos dependentistas como Marini, apresenta grandes potencialidades integracionistas para os Estados da região.

A formação oficial do início da década de 1990 evidenciou o predomínio absoluto dos aspectos comerciais sobre outros instrumentos de integração[43] e, atualmente, tem revelado um vasto conjunto de necessidades e aspirações das sociedades da região, o que culminou em deixar dúvidas e incitar a falta de confiança em nossas populações, sobre o que se pode esperar do Mercosul.

A necessidade de avançar em sua formulação e tratamento pode bem constituir-se em um elemento articulador dos esforços da sociedade civil, tanto em relação ao aprofundamento da integração como em relação a um protagonismo social ampliado, que visa preencher as lacunas sociais dos Estados-membros.

O debate atual acerca do Mercosul como projeto histórico e a necessidade de estimular uma maior coesão social intrabloco devem conduzir a uma discussão muito mais aberta e profunda sobre quais são os melhores caminhos a seguir, ante os grandes desafios do presente.

MERCOSUL E COESÃO SOCIAL REGIONAL

O Mercosul surge como alternativa para estimular o desenvolvimento da região e promover melhoria na condição de vida dos habitantes, por meio de políticas regionais que garantam o desenvolvimento econômico e a justiça social. Conforme afirmado na seção anterior, durante a segunda metade do século XX, desenvolveu-se, na América Latina, um pensamento crítico, a teoria da dependência, que definiu as condições de desigualdade e de exclusão social existentes como um produto da dependência econômica, política e intelectual exercida pelo centro de dominação mundial. Segundo essa doutrina, a intensificação dos processos regionais, fortemente alicerçada na constante participação dos atores sociais, proporcionaria uma via para promover a coesão social[44] regional.

---

43 O Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe enaltece o predomínio, quase absoluto, até poucos anos atrás, dos aspectos comerciais na integração latino-americana. Ver mais em: <http://www.iadb.org.uy/intal/detalle_articulo.asp?idioma=por&aid=509&cid=351>.

44 Segundo a Cepal, dois aspectos são fundamentais para se almejar a coesão social: a confiança social, ou seja, a confiança do indivíduo na credibilidade das instituições políticas; e a multiculturalidade, que se manifesta pelo reconhecimento da diversidade e da existência harmoniosa entre grupos culturais diferentes (Celare, 2008, p. 3).

Esse pensamento originou um amálgama entre teoria e prática política que tendia à ação crítica, orientada a desfazer o controle exercido pelas forças econômicas e militares exteriores. Clamava-se pelos princípios de soberania e democracia, bem como pela defesa das identidades culturais e dos direitos humanos, que, uma vez interligados, poderiam operar a ruptura do poder dominante[45].

É nesse cenário que temas relativos às políticas sociais passam a ganhar notoriedade nas reformulações das estratégias políticas[46]. No primeiro momento, o debate acerca da revisão dos modelos político, econômico e social se restringiu às esferas internas de cada Estado, contudo, com os avanços dos processos integracionistas das últimas décadas e a necessidade de convergir as políticas comuns, o assunto ganhou novas proporções[47].

Com relação aos processos de integração regional na América Latina, no que tange ao Mercosul, pode-se corroborar com a ideia de que as políticas sociais ainda se encontram em estágio embrionário. É relevante ressaltar que, desde a segunda metade dos anos 1990, acelerou-se o processo de construção das instituições dedicadas ao estudo e às recomendações de políticas sociais. Todavia, o Mercosul ainda opera com estratégias de difícil conciliação, ou seja, no plano institucional, orienta-se por uma estratégia minimalista, uma vez que abdica de trazer para o campo da integração social o debate e a proposição de modelos de desenvolvimento econômico e social que possam sustentar o processo efetivo de constituição da cidadania regional. Já no plano conceitual/discursivo, maneja a estratégia maximalista da unificação supranacional das políticas sociais (Draibe, 2009).

Deve-se ter claro que a unificação das políticas sociais[48] e, de modo mais ambicioso, a criação de uma cidadania social[49] comunitária, apoiada em direitos

45 Consultar, nesse sentido, Marini (1992).

46 A criação do Centro de Formação para Integração Regional (Cefir), em 1993, representou um importante impulso para os ideais integracionistas da América Latina, em especial do Mercosul. O Cefir tem como objetivo contribuir para democratizar e aprofundar os processos de integração, fortalecendo suas dimensões social, cultural e cidadã. Para mais detalhes, consultar Ventura (2008).

47 Uma demonstração da crescente influência do assunto no contexto latino-americano é a Declaração de Santa Clara (Peru), que estipula, no âmbito da Comunidade Andina de Nações, a interdependência de integração regional e coesão social. De acordo com o documento, "os processos de integração política e econômica devem estar orientados a melhorar permanentemente as condições de vida dos habitantes da região, fortalecendo o exercício de seus direitos e deveres". Para visualizar a Declaração, consultar Comunidad Andina (2009).

48 De acordo com o XXXII encontro do Conselho do Mercado Comum (CMC), em 18 de janeiro de 2007, no Rio de Janeiro, decidiu-se: "art. 1º - Criar o Instituto Social do Mercosul (ISM)". Tal instituto será responsável pelo progresso social do bloco e o alinhamento das políticas sociais dos países-membros, visando promover o desenvolvimento humano na região. Ver mais em: <http://www.mercosul.gov.br/mercosul-social-e-participativo>.

49 Trata-se de constituir a cidadania a partir da coesão social, como apontou Anna Ayuso (2007, p. 107-131): "A aplicação das políticas públicas de coesão requer a criação de instituições sociais participativas e seu fortalecimento. Estas são uma condição indispensável para a construção

e sistemas comuns de proteção social, têm sido crescentemente propostas como horizonte e metas do Mercosul social.

Quem encabeça a lista nesse sentido são os atores-chave que militam no processo de sua fundação, sejam representantes dos governos dos países membros, sejam as organizações da sociedade civil.

Contudo, integrar e unificar políticas e programas sociais de nenhum modo é um processo simples[50], que depende tão somente das vontades políticas dos governantes. Em relação a eles, é de se esperar que, tanto agora quanto certamente no futuro longínquo, atrasos e déficits serão verificados sistematicamente, como bem mostra a experiência mais antiga, a União Europeia[51].

Afinal, as posições débeis e a baixa eficácia das políticas sociais também caracterizam internamente os países membros. A política social ocupa, comumente, um lugar marginal[52] ou dependente da política econômica, por carecer de uma maior integração com a própria política econômica.

Mais que da independência e da autonomia, seu fortalecimento parece depender do aprofundamento de seus vínculos com a política econômica, em um modelo de crescimento econômico no qual seu próprio centro e a partir dele a política social opere como sistema de proteção social e, simultaneamente, como fator produtivo, isto é, como alavanca do próprio crescimento. Ora, essa é uma estratégia pertinente não somente à política econômica, mas também e, quem sabe, principalmente, à política social (Draibe, 2009).

Por sua marginalidade histórica, as questões sociais não despertaram o interesse político merecido na América Latina. Uma evidência dessa situação é que a preocupação social não contou com qualquer institucionalidade própria, na

---

de um conceito de cidadania que incorpore a dignidade e solidariedade como base das políticas redistributivas".

50 A unificação das políticas sociais é difícil, pois repousa no objetivo de reduzir as disparidades entre os níveis de desenvolvimento das distintas regiões e o atraso das áreas menos favorecidas, com a ideia de que grandes desigualdades são intoleráveis em uma comunidade. No caso do Mercosul, a missão se torna ainda mais complexa, em razão das enormes assimetrias dos Estados-membros e da própria desigualdade interna entre as regiões mais afastadas das metrópoles e dos centros econômicos.

51 A União Europeia, cuja base integracionista remonta à década de 1950, é o projeto de integração regional mais avançado em curso no mundo e encontra grandes dificuldades na conciliação das políticas sociais comunitárias. O grande déficit democrático do bloco e a resistência de certas parcelas da sociedade civil às políticas supranacionais confirmam a complexidade da tarefa e o tamanho do desafio que o Mercosul terá de enfrentar.

52 Vilmar Faria destaca a importância de Bernardo Kliksberg em "mobilizar argumentos fortes, irrespondíveis, em favor de um objetivo inadiável, o de situar o tema da desigualdade e da pobreza no centro da agenda política, no centro das políticas dos países latino-americanos. Em realidade, é de surpreender que sejam necessários argumentos tão fortes. A rigor, as diversas manifestações da injustiça social em nossa região são tão evidentes, tão chocantes, que o mais natural seria que essa questão nunca tivesse deixado de estar no núcleo de nosso debate político" (Kliksberg, 2000, p. 9).

primeira etapa de constituição do Mercosul. Com efeito, por pressão das entidades sindicais e outras organizações da sociedade civil, agregou-se aos dez primeiros subgrupos de trabalho instituídos pelo Tratado de Assunção[53] o subgrupo Relações Laborais, Emprego e Previdência Social[54], protagonista exclusivo das políticas integracionistas na época (Di Petro, 2009).

O Mercosul, como referido, não nasceu com uma agenda social dotada de autonomia, embora certas dimensões sociais da integração tenham estado obviamente presentes em suas metas originais. Entretanto, impulso importante ao alargamento intelectual e valorativo da agenda social do bloco foi dado da metade dos anos 1990 em diante, pela incorporação de alguns dos temas centrais da agenda internacional: o compromisso da integração com os valores do Estado de Direito e, mais amplamente, da democracia e também a perspectiva dos direitos humanos, no quadro mais amplo de um modelo de desenvolvimento econômico regional, pautado pela justiça e pela equidade.

> Em outros termos, verificou-se um processo intelectual de atualização e ampliação do *marco geral,* no qual se definem hoje os objetivos da integração social (Draibe, 2009). Pode-se tomar como um exemplo disso a Declaração do Conselho do Mercado Comum (reunião de junho de 2003), quando registra: [...] a necessidade de priorizar a dimensão social do Mercosul para incentivar o desenvolvimento com eqüidade dos Estados Partes e da região em seu conjunto, com ênfase naquelas medidas tendentes a propiciar a inclusão social e econômica dos grupos mais vulneráveis da população. Na área laboral [...] a necessidade de adotar medidas para erradicar o trabalho infantil, facilitar a livre circulação de trabalhadores e incluir o tema do emprego como objetivo na agenda da integração (Mercosul, 2009).

Apesar de a mencionada Declaração enfatizar a prioridade do desenvolvimento social no Mercosul, a referência a uma cidadania "supranacional" e comunitária não é nova. Sua base repousa na meta de garantir a livre circulação das pessoas entre os Estados-membro; ambição que até agora não se efetivou, pois a falta de

53 Para ver os dez subgrupos iniciais do Mercosul, acessar o Tratado de Assunção, em Tratado de Assunção (2009).

54 A Resolução Mercosul/GMC/RES nº 11/1991(I) criou o Subgrupo de Trabalho nº 11, Assuntos Trabalhistas; a Resolução Mercosul/GMC/RES nº 11/1992 modificou o nome do Subgrupo de Trabalho nº 11 para Relações Trabalhistas, Emprego e Seguridade Social. Consultar em: Tratado de Assunção (2009).

institucionalidade nos planos jurídico e legal impede a definição de uma normativa internacional comum (Uriarte, 2009).

O conceito de *cidadania social* é fundamentado no objetivo de se processar a integração social no plano de *políticas sociais unificadas*[55]. Ele é tributário, em alguma medida, das bandeiras mobilizadoras dos movimentos sociais e das ONGs atuantes no plano global orientadas por posições críticas aos processos da globalização[56]. Nesse sentido, é preciso refletir sobre a forma como efetivar-se-á o processo de integração do Mercosul, em especial no que concerne à defesa de direitos, à redução dos impactos negativos da integração e à ampliação da participação social por meio da incorporação das organizações da sociedade civil.

As propostas em matéria da unificação das políticas sociais se restringem ao plano do discurso, com poucas ações práticas. De todo o modo, é possível identificar dois sentidos nessa proposição. O primeiro, menos forte, estaria se referindo às medidas de harmonização, entre os países, de suas políticas sociais, caminho já parcialmente seguido, por exemplo, por meio de tratados bilaterais de complementação mútua de políticas sociais, como o celebrado entre Brasil e Argentina, anos atrás. O exemplo mais claro é o da educação, sobre as medidas visando à compatibilização dos créditos, diplomas e níveis de escolaridade (Draibe, 2009).

O segundo sentido é mais forte, uma vez que leva a supor a unificação *stricto senso* das políticas sociais, ou seja, uma efetiva convergência delas, um processo de igualação de seus programas, em conteúdo, forma e mesmo instituições. Em certo sentido, uma verdadeira cidadania social "supranacional", fundada em direitos sociais mínimos comuns, exigiria, para se efetivar, um processo unificador ou igualador de políticas sociais, algo um tanto longínquo ainda (Draibe, 2009).

Com efeito, apenas a partir de fevereiro de 2003 as autoridades responsáveis pelo desenvolvimento social do Mercosul, reunidas em Montevidéu, passaram a conferir prioridade à luta contra a fome e a miséria e reafirmaram a necessidade de diminuir a desigualdade social na região. Para sua viabilização institucional,

---

55 Segundo o Instituto Social do Mercosul, a unificação das políticas sociais tem como objetivos: a consolidação da dimensão social como eixo fundamental do desenvolvimento do Mercosul; a contribuição na superação das assimetrias e a promoção de mecanismos de cooperação horizontal. Ver mais em: <http://www.mercosur.int/msweb/Normas/normas_web/Decisiones/ES/2007/DEC%20003 -2007_ES_Instituto Social.pdf>.

56 Nesse sentido, o Fórum Social Mundial se tornou um ator relevante na mobilização crítica da sociedade. Ele se caracteriza por ser um espaço de debate democrático de ideias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital ou por qualquer forma de imperialismo. Após o primeiro encontro mundial, realizado em 2001, em Porto Alegre, configurou-se como um processo mundial permanente na busca e construção de alternativas às políticas neoliberais. Sobre o FSM, acessar:: <http://www.forumsocialmundial.org.br>.

afirmaram que seria preciso criar um Fundo Social, formado por contribuições dos países - membros e associados[57]. Em tal reunião, ficou acordado entre os chefes de Estados que o desenvolvimento regional mereceria especial atenção, assim como as condições fundamentais para alcançá-lo. Manifestaram também o compromisso dos Estados em cumprir as Metas de Desenvolvimento do Milênio[58].

Apesar de os avanços referentes à construção de uma agenda social serem ainda tímidos, um importante passo foi dado nessa direção, em 2004, com a criação do Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul, o Focem. Com um orçamento anual de US$ 100[59] milhões, mais possíveis contribuições voluntárias, o Fundo se destina a financiar projetos para melhorar a infraestrutura das economias menores e regiões menos desenvolvidas do Mercosul, impulsionar a produtividade econômica dos Estados-partes, promover o desenvolvimento social, especialmente nas zonas de fronteira, e apoiar o funcionamento da estrutura institucional do bloco.

De acordo com o artigo 30 da decisão CMC nº 24/05, o Focem desenvolverá os seguintes programas: Programa de Convergência Estrutural; Programa de Desenvolvimento da Competitividade; Programa de Fortalecimento da Estrutura Institucional e do Processo de Integração; e Programa de Coesão Social, sendo que os projetos apresentados neste último âmbito deverão incluir as áreas de saúde humana, educação e redução da pobreza e do desemprego.

Para tanto, os componentes do Programa de Coesão Social são: i) implantação de unidades de serviço e atendimento básico em saúde, com vistas a aumentar a expectativa de vida e, em particular, diminuir as taxas de mortalidade infantil; melhoraria da capacidade hospitalar em zonas isoladas e erradicação de enfermidades epidemiológicas e endêmicas provocadas pela precariedade das condições de vida; ii) ensino fundamental, educação de jovens e adultos e ensino profissionalizante, a fim de diminuir as taxas de analfabetismo e de evasão escolar; aumento da cobertura do sistema educativo formal na população; promoção de educação

57 Para visualizar a Declaração de Montevidéu, acessar: <http://www.segib.org/documentos/25/esp/ Declaracoamontevideu1%5B1%5D%5B1%5D.pdf>.

58 As Metas de Desenvolvimento do Milênio estabelecidas pela Organização das Nações Unidas são: 1. erradicar a extrema pobreza e a fome; 2. atingir o ensino básico universal; 3. promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4. reduzir a mortalidade infantil; 5. melhorar a saúde materna; 6. combater o HIV/Aids, malária e outras doenças; 7. garantir a sustentabilidade ambiental; e 8. estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. Ver mais em: <http://www.mercosur-social.org/documentos/declaraciones/declaracion_de_principios_PORTU.pdf>.

59 Os aportes são feitos em quotas semestrais pelos Estados-partes do Mercosul, na proporção histórica do PIB de cada um deles. Desse modo, a Argentina é responsável por 27% (vinte e sete por cento) dos recursos; o Brasil, por 70% (setenta por cento); o Paraguai, por 1% (um por cento); e o Uruguai, por 2% (dois por cento).

destinada a proteger as necessidades específicas de especialização; e diminuição das disparidades no acesso à educação; iii) capacitação e certificação profissional de trabalhadores, concessão de microcrédito; fomento do primeiro emprego e de renda em atividades de economia solidária; orientação profissional e intermediação de mão de obra, com vistas à diminuição das taxas de desemprego e subemprego; diminuição da disparidade regional, incentivando a criação de emprego nas regiões de menor desenvolvimento relativo; e melhoria da situação dos jovens no mercado de trabalho; iv) combate à pobreza, com identificação e localização das zonas mais afetadas pela pobreza e pela exclusão social; ajuda comunitária; promoção do acesso à moradia, à saúde, à alimentação e à educação de setores vulneráveis das regiões mais pobres e fronteiriças.

É interessante mencionar que a construção de uma agenda social do Mercosul, assim como os demais núcleos da integração, gira em torno do binômio igualdade *versus* distinção.

Ao mesmo tempo em que se vislumbra uma integração social por meio da unificação de suas políticas, esta não pode representar uma ameaça às soberanias dos Estados-membros. Essa questão impõe ao bloco um grande desafio institucional, uma vez que ainda não estão claros na parte política quais serão os mecanismos e as agências que regulamentarão dito processo.

Deve-se alertar sobre o fato de que, para o cumprimento de uma integração que abranja todos os povos no âmbito do Mercosul, é fundamental que sejam consideradas a participação efetiva e as reivindicações dos agentes sociais regionais. Obrigatoriamente, devem constituir esse objetivo, assim como afirmou Marini: empresários e trabalhadores sindicalizados, desde logo, mas também segmentos de trabalhadores conectados com o setor informal; os colégios profissionais; as organizações de mulheres; as associações de defesa do meio ambiente; as ONGs envolvidas com as distintas dimensões e áreas das políticas sociais, etc. (Podestá, 1996).

Consoante com a necessidade de fortalecer a sociedade civil e de ampliar e diversificar os agentes envolvidos na integração regional, a Profa. Dra. Karine de Souza Silva assevera que, no campo da práxis, a sociedade civil organizada tem sido responsável por capitanear a criação de diversas redes que, sem olvidar a reflexão teórica, promovem um enfrentamento direto à globalização excludente[60]. Essas redes interligam, em diferentes níveis, muitos atores e revelam uma presente interconexação dos meios interno e internacional (Silva, 2009, p. 152).

60 Sobre a globalização excludente, pesquisar em Herz e Hoffmann (2004).

Nesse viés, para atingir os interesses de bem-estar regional, além de incluir os agentes sociais na participação efetiva dos processos de integração e de criar instituições "supranacionais" que executem a agenda social do Mercosul, faz-se necessário uma urgente revisão sobre o próprio modelo de desenvolvimento econômico e social de cada Estado-membro. Abre-se, assim, a oportunidade para a reflexão sobre a implantação de um modelo que, diferentemente do atual, inclua e privilegie o progresso social em suas próprias metas econômicas.

Além de razões de equidade, igualdade, coesão e inclusão social, há argumentos que sublinham a importância, nos tempos atuais, de se criarem alternativas ou modelos de desenvolvimento econômico que sejam, ao mesmo tempo, economicamente dinâmicos, politicamente democráticos e socialmente inclusivos (Mkandawire, 2002, p. 3-8).

Do ponto de vista das políticas sociais, buscar-se-ia um sistema de proteção social no sentido mais amplo, cujas interações com o tecido econômico operem como uma alavanca tanto para o crescimento da economia quanto, ao mesmo tempo, para a promoção da maior igualdade entre os cidadãos. Ou seja, tratar-se-ia de colocar no centro da Agenda Social um novo e virtuoso modo de articulação entre a política econômica e a política social, em uma estratégia comum que viabilizasse a concretização tanto de um novo modelo de desenvolvimento social quanto da própria e almejada integração social regional. Ao não fazê-lo e, ao contrário, ao eleger projetos de unificação das políticas como objetivo central, a estratégia aparentemente maximalista da Agenda Social revela sua verdadeira face minimalista e institucionalmente débil, dada sua inviabilidade (Draibe, 2009).

Sabe-se das barreiras para se avançar na direção de um modelo como o referido, ainda mais no Mercosul, quando as forças hegemônicas internacionais da globalização tendem a ir em sentido contrário. Contudo, isso não significa um impedimento à formulação de novas alternativas de desenvolvimento. A busca por uma inserção internacional do bloco deve se orientar pela inclusão e pelo desenvolvimento social. Ademais, os objetivos propriamente sociais não estão isolados, eles atuam em parceria com os objetivos estratégicos e políticos dos Estados, o que torna cada vez mais propício que se busque, por meio das comunidades envolvidas e dos pactos regionais, o apoio para a implantação de novos projetos de desenvolvimento econômico e social.

Em suma, espera-se que o Mercosul assuma seu compromisso com a equidade social e a cidadania regional. Embora a globalização e o neoliberalismo tenham dissipado quase por completo a coesão social, a solidariedade e a ação coletiva

para o bem comum, faz-se imprescindível, no atual contexto, incorporar, em uma mesma esfera de atuação, indivíduo, sociedade e Estado.

Para esse propósito, devem-se concentrar fortes investimentos na educação[61], no emprego, na saúde, na reforma agrária e na seguridade social entre os cidadãos, pois a elevação de uma coesão social implica a participação dos indivíduos na vida pública e nos processos de decisão que afetam suas vidas. Nesse viés, a alienação coletiva e a falta de consciência popular devem ser revertidas, o que exige também a abolição da discriminação entre os grupos incluídos e excluídos socialmente. Apenas com a cidadania regional plena é que será possível alcançar uma coesão social suficiente para atingir um desenvolvimento equânime e sustentado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas pendentes desde o período colonial, na América Latina e no Mercosul, requerem uma capacidade de adaptação às circunstâncias históricas e mutantes. Os cientistas políticos atuais podem se valer do rico legado do pensamento crítico dos teóricos da dependência de 1970, como Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e André Gunder Frank, e renovar as políticas progressistas de hoje, a fim de enfrentar os desafios propostos pela globalização. De tal forma, deve-se desenvolver primeiro a teoria social crítica, fortemente alicerçada nos movimentos sociais desafiadores do *status quo* pelo método da práxis contínua, como o Fórum Social Mundial, para formular propostas alternativas que garantam a emancipação dos grupos sociais mais vulneráveis.

Nesse roteiro, não há como negar que o regionalismo estratégico, ou seja, uma integração consciente, orientada pelos parâmetros de complementaridade econômica, exploração sustentável dos recursos naturais, desenvolvimento da capacidade humana e maior coesão social possa, finalmente, representar para o continente uma ruptura permanente da subordinação ao poder hegemônico internacional e à construção de uma ética cosmopolita de fato.

De tal forma, a coesão social deve operar em simetria com o desenvolvimento econômico regional e, de maneira prioritária, compor o núcleo orgânico das estratégias do Mercosul. As políticas sociais não podem ser meramente compen-

61 É inconcebível a elevação da coesão social sem o fomento da educação, tanto no nível nacional como regional. Ela deve operar como ferramenta emancipadora do indivíduo, através da conscientização popular e da "descodificação" do pensamento opressor, na qual, por opção, cada um assuma para si a decisão e o comprometimento de participar da atividade política. Nesse sentido, consultar (Freire, 2006).

satórias dos custos do ajuste nos grupos e territórios "perdedores" do processo de integração, nem se limitar a ser um mecanismo para reduzir as assimetrias entre os países-membros e regiões, ainda que ambas as coisas sejam elementos indispensáveis para a política de coesão.

Por fim, o compromisso de garantir uma plena coesão social regional deve refletir uma particular distribuição de competências e meios de ação entre os governos locais e regionais, as autoridades nacionais e o Mercosul, seja por meio de métodos intergovernamentais, seja por meio de mecanismos comunitários "supranacionais". É, portanto, resultado da colaboração entre Mercosul e Estado e, dentro deste, das administrações centrais, regionais e locais e de atores não governamentais, como movimentos sociais, sindicatos, ONGs e partidos políticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abramovici, Pierre. *O pesadelo da "Operação Condor"*. Paris: Le Monde Diplomatique, maio 2001.

A criação do Mercosul. Disponível em: <http://www.mercosul.gov.br/principais-tema-da-agenda-do-mercosul/aspectos-gerais-do-mercosul/a-criacao-do-mercosul/?searchterm=histórico do Mercosul >. Acesso em: 14 Set. 2009.

Argumedo, Alcira. *Los silencios y las vocez en América Latina*. Buenos Aires: Colihue, 2004.

Arrighi, G. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto/Unesp, 1996.

Ayuso, Anna. Pobreza, desigualdad y cohesión social. Más allá de los Objetivos del Milenio. *Pensamiento Iberoamericano*, n. 0, p. 107-131, 2007.

Bagú, Sérgio. *Economia de la sociedad colonial*. Cidade do México: Grijalbo, 1993. p. 253.

Bolívar, Simon. *Simón Bolívar ideario político*. Caracas: Ediciones Centauro, 1981.

Brandford, S. The Fernando Henrique Cardoso. In: Brandford, S. et al. *Politics transformed*: Lula and the work`s party in Brazil. Londres: Latin America Bureau, 2003. p. 74-102.

Celare. Cohesión social: la clave del desarrollo. Eurolat, *Revista de Integración y Relaciones Eurolatinoamericanas,* v. 4, n. 77, ano 15, dez. 2008.

Cepal. *Anuário estatístico 2004 e 2005*. Disponível em: <http://www.eclac.org/>. Acesso em: Set. 2009a.

Cepal. *La inversión extranjera en América Latina y el Caribe, 2004 y 2005*. Disponível em: <http://www.eclac.org/>. Acesso em: set. 2009.

Comunidad Andina. *Declaración de Santa Clara*. Disponível em: <http://www.integracionsur. com/comunidadandina/ComunidadAndinaConsejoRegional>. Acesso em: 1º. out. 2009.

Di Petro, Paolo. *La dimensión social del* Mercosur: recorrido institucional y perspectivas. Disponível em: <http://www.iadb.org/intal/>. Acesso em: 21 ago. 2009.

Draibe, Sônia Miriam. *Coesão social e integração regional*: a agenda social do Mercosul e os grandes desafios das políticas sociais integradas. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 27 out. 2009.

Dussel, Eenrique. *1492:* el encubrimiento del otro. Hacia el origen del mito de la modernidad. Bogotá: Antropos, 1992.

Ferrer, A. *De Cristóbal Cólon a internet. America Latina y la globalización*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1999.

Frank, A. G. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1970.

Freire, Paulo. *Pedagogia del oprimido*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2006.

Galeano, Eduardo. *Las venas abiertas de América Latina*. 28. ed. México: Siglo XXI, 1984.

Généraux, Jacques. *O horror é político*. 4. ed. São Paulo: Bertrand, 2001.

Herz, M; Hoffmann, A. *Organizações internacionais*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

Kliksberg, Bernardo. *Desigualdade na América Latina*: o debate adiado. São Paulo: Cortez, 2000.

Mariano, Marcelo P. Mercosul: criação, problema e perspectivas. Coordenação Karina L. P. Mariano. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. Disponível em: <http://www.iadb.org/intal/ intalcdi/PE/2009/03145pt.pdf>. Acesso em: 12 out. 2009.

Mariátegui, José Carlos. *7 ensaios de interpretação da realidade peruana*. Tradução Salvador Obiol de Freitas e Caetano Lagrasta. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

Marini, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. 10. ed. Cidade do México: ERA, 1990.

_____. *América Latina*: dependência e integração. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

_____. *La teoria social latinoamericana*. Cidade do México: Unam, 1994.

Martí, José. *Obras completas*: Nuestra América. Havana: Editorial de Ciências Sociales, 1975.

Marx, Carl. *El capital*. t 1. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1973.

Mercosul. *Declaración*. In: Reunión Del Mercosur, 24. Disponível em: <http://www.sela.org/public_html/AA2K3/ ESP/cap/N67/cap67-11.htm>. Acesso em: 02 set. 2009.

Mkandawire, T. *Le rétour du development*. Paris: Courrier de la Planete, 2002. p. 3-8.

Munteal, Oswaldo. Ser ou não ser subdesenvolvido: a dialética da dependência e a história do Brasil. In: Sader, Emir; Santos, Theotônio dos (Org.). *América Latina e os desafios da globalização:* ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 330.

Osorio, J. América Latina hoy. Entre la explotación redoblada y la actualidad de la revolución. *Herramienda*, Buenos Aires, n. 35, jun. 1996.

Podestá, B. Mercosur: los primeros pasos del Foro. Lima: Gestión, 6 jun. 1996.

Prado Júnior, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 1. ed. 1942. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Prebish. Raúl. *El desarrollo económico em América Latina y algunos de sus principales problemas*. Cidade do México: Unam, 1994. p. 238.

Quijano, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y America Latina. *Peru Indígena*, Lima, v. 13, n. 29, 1992.

Quijano, A.; Wallerstein, I. Americanity as a concept or the Americas in the modern world-system. *International Social Science Journal*, Paris: Unesco, n. 134, 1992.

Rego, Josoaldo Lima. O universalismo europeu. *Revista Agrária*, São Paulo, n. 5, p. 186-190, 2006.

Ribeiro, Darcy. *O povo brasileiro*: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Sader, Emir et al. *América Latina e os desafios da globalização*: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Organização Emir Sader e Theotônio dos Santos. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2009.

Santos, Boaventura de Sousa. *O Fórum Social Mundial*: manual de uso. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Epistemologias do sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

Santos, Luís Cláudio Villafañe Gomes. *O Brasil entre a América e a Europa*: o império e o interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington). 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

Santos, Theotônio dos. *La crises de la teoria del desarrollo y las relaciones de dependencia en América Latina*. Cidade do México: Siglo XXI, 1969.

_____. *Unipolaridade ou hegemonia compartilhada*. In: *Os impasses da globalização*. São Paulo: Loyola, 2003. v. 1.

Segrera, F. López. *El pensamiento social latinoamericano en el siglo XX*. Caracas: Unesco, 2009.

Sen, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Lisboa: Gradiva, 2003.

Silva, Felipe Luiz Gomes. *Trabajo, "exclusión social" y "globalización"*: repensando CONCEPTOS. São Paulo: Unesp, 2006.

Silva, Karine de Souza. *Integração regional e exclusão social na América Latina*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2009.

Tratado de Assunção. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/ trade/mrcsrp/mrcsrinp.asp>. Acesso em: 17 set. 2009.

Uriarte. Oscar Ermida. *La ciudadania laboral en el* Mercosur. Disponível em: <http://www.ilo.org/spanish/region/ampro/cinterfor/sala/ermida.pdf>. Acesso em: 03 set. 2009.

Ventura, Deisy et al. *Reforma institucional del* Mercosur: análises de um reto. Montevidéu: Cefir, 2008.

Wallerstein, Immanuel. *El modierno sistema mundial*: la agricultura capitalista y las origens de la economía-mundo europea en el siglo XVI. México: Siglo XXI, 1979.

_____. *O universalismo europeu*: a retórica do poder. Tradução Beatriz Medina. Apresentação Luiz Alberto Moniz Bandeira. São Paulo: Boitempo, 2007.

Modernidade, política e práxis negra no pensamento de Clóvis Moura

Fábio Nogueira de Oliveira*

Resumo O pensamento de Clóvis Moura (1925-2003) contribuiu, de forma crítica, à reconstrução simbólica do negro como sujeito político em torno da práxis negra e da defesa de uma sociologia *do* negro, antiacadêmica (construída fora da sociologia produzida pelas instituições universitárias e em oposição a ela) e militante. Em seus escritos dos anos 1970 e 1980, como fenômeno sociopolítico, a práxis negra se inscreve como parte da modernidade e da conflituosa integração do negro na sociedade ocidental e como categoria-chave na *tradução* do marxismo a partir da perspectiva *do* negro.
Palavras-chave Clóvis Moura; modernidade; sociologia; práxis negra; intelectuais negros.

Modernity, politics and black praxis of Clóvis Moura thinking

Abstract *The thought of Clovis Moura (1925-2003) contributed, in a critical way, to the symbolic reconstruction of the black as a political subject around the black praxis and defense of a black sociology, anti-academic (built outside and in opposition to sociology produced by universities) and activist. In his writings of the 70s and 80s, such as socio-political phenomenon, the black praxis is written as part of modernity and conflictual integration of black in Western society and can be seen as the key category in the translation of Marxism from the black perspective.*
Keywords *Clovis Moura; modernity; sociology; black praxis; black intellectuals.*

* Graduado em Ciências Sociais pela USP, mestre em Sociologia e Direito pela UFF. Atualmente, é doutorando em Sociologia pela USP e professor assistente do Instituto Multidisciplinar de Saúde da UFBA.

INTRODUÇÃO

Nascido em Amarante, no Piauí, em 1925, Clóvis Moura tem uma vasta e contínua produção bibliográfica sobre o negro – que é anterior à publicação de *Rebeliões da senzala*, seu livro de estreia em 1959, e que percorreu praticamente toda a sua vida (seu último livro, *Dicionário da escravidão negra no Brasil*, foi publicado *post-mortem*, em 2004). Uma característica estruturante da obra de Moura – foram mais de vinte livros, além de artigos e capítulos de livros – é sua ênfase no processo de resistência violenta do negro ao escravismo.

Apesar do reconhecido caráter pioneiro de *Rebeliões da senzala* (Gomes, 1995; Gomes; Reis, 1996) em destacar o caráter ativo do negro na luta em seu processo de emancipação – e, com isso, ampliar as possibilidades de análise histórica e sociológica da resistência negra sob o escravismo –, a escassa literatura sobre Clóvis Moura não se debruça sobre seu pensamento, suas categorias de análise e sua apropriação do marxismo[1]. Este artigo tem como objetivo contribuir para compreender o pensamento de Clóvis Moura considerando a práxis negra como categoria-chave e relacionando-a, na modernidade, com o processo de reconstrução simbólica do negro como sujeito político.

Defende-se, aqui, também, que a categoria de práxis negra no pensamento mouriano é uma *tradução* do marxismo, a partir da perspectiva *do* negro e que, por sua vez, fundamenta uma sociologia *do* negro, antiacadêmica (construída fora e em oposição à sociologia produzida pelas instituições universitárias) e militante[2].

UTOPIAS, MODERNISMO E MODERNIDADE NEGRA

Em *O Atlântico negro*, Paul Gilroy busca compreender como a experiência dos negros na diáspora – corporificada a partir da escravidão, do deslocamento e do exílio – está amalgamada à formação da modernidade (Gilroy, 2001). Define, assim, o Atlântico Negro como um *mesmo mutável:* as experiências diaspóricas negras

1 Com exceção dos trabalhos de Maestri (2004), Konrad (2007, p. 115-133) e Mesquita (2002).

2 Em seu livro *A sociologia posta em questão* (1978), Clóvis Moura traça um balanço crítico das ciências sociais sob o impacto das ditaduras militares instaladas na América Latina e, em especial, no Brasil, em 1964 (tendo recrudescido, em 1968, com o AI-5). Em linhas gerais, o livro de Clóvis se estrutura a partir da oposição entre sociologia acadêmica e sociologia da práxis: a primeira representaria uma forma de "ciência aplicada na medida em que coonesta o atual tipo de sociedade [a capitalista], racionalizando-o (no sentido weberiano)" e a segunda, uma "anti-sociologia capaz de produzir ruptura, superando o dogmatismo acadêmico e apresentando, na sua proposta, novas normas de ação" (Moura, 1978, p. 10; 20). Dessa maneira, a sociologia antiacadêmica de Clóvis Moura tem relação direta com o conceito de práxis e se situa nos marcos de uma sociologia militante.

são formações transculturais e internacionais das quais emergem diferentes formas de construir identidades culturais, raciais e políticas em relação *à* modernidade e *na* modernidade, a qual foi, originalmente, uma forma de pensar o Ocidente.

Antônio Sérgio Guimarães entende a *modernidade* como uma ruptura com a ideia de tradicional e clássico, predominante na representação do Ocidente como civilização e que tem como raízes o cultivo da herança greco-romana, que data da Renascença, bem como a expansão dos domínios da Europa nórdica e ocidental (Guimarães, 2003).

Na Europa, a partir do final do século XIX, o movimento da vanguarda artística avançou pela conjunção das transformações dos costumes e do modo de vida característico da *belle époque*, desencadeado pelo desenvolvimento tecnológico e científico e pela crise da economia capitalista que precipitaria a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Essas experiências artísticas, que se caracterizam por expressar a realidade de forma diferenciada e múltipla, estão representadas por movimentos como: o cubismo, em que se trabalhou a qualidade dos planos geométricos superpostos e cuja maior expressão foram as telas do pintor espanhol Pablo Picasso (1881-1973); o dadaísmo, que libertou a expressão artística da lógica, coerência e coesão, protagonizado pelo poeta e ensaísta romeno Tristan Tzara (1896-1963); o futurismo, liderado pelo italiano Marinetti (1876-1944) e que exalta a velocidade, a máquina e o movimento; e o surrealismo do escritor francês André Breton (1896-1966).

A transformação no gosto e na estética do mundo ocidental, sobretudo como reação à tragédia e à carnificina da Primeira Guerra, materializada no sentimento dessas vanguardas, incorpora as expressões estéticas do negro e suas manifestações culturais contíguas como modernas (Guimarães, 2003).

Essa ruptura em torno da percepção do desenvolvimento do mundo ocidental, fundamentada na crítica aos pressupostos comportamentais, estéticos e culturais sedimentados durante séculos de inculcação e controle social (Elias, 1993 *apud* Guimarães, 2003) oferece abrigo às representações que os negros passam *a fazer de si mesmos* e forma um repertório de constructos intelectuais, artísticos e políticos *modernos*.

Portanto, para Antônio Sérgio Guimarães (2003, [s/p]), a modernidade negra emerge como um processo de

> inclusão cultural e simbólica dos negros à sociedade ocidental, mas sob a palavra negra se escondem personas muito diversas: o escravo e o liberto das plantações; o africano, o crioulo, o mestiço e o mulato das sociedades coloniais americanas;

> o norte-americano, o latino-americano, o africano e o europeu do mundo ocidental pós-guerra.

A modernidade negra pode ser dividida em dois momentos (não necessariamente coincidentes): o primeiro, caracterizado por representações positivas dos negros, elaboradas por intelectuais ligados às vanguardas literárias e artísticas europeias (cubismo, negrismo e modernismo); o segundo, em que os negros, em consonância com esse movimento, passam a representar positivamente a si mesmos (Guimarães, 2003). No entanto, as respostas intelectuais à inclusão dos negros ao Ocidente não se apresentaram de forma uniforme e linear: elas variaram de acordo com o momento histórico e as tendências culturais dominantes; logo, a construção de identidades raciais dependeu de seus diferentes contextos discursivos.

Mônica Grin (2002, p.201) por exemplo, compara a modernidade brasileira, surgida nos anos 1930, que reifica a mestiçagem e a ambivalência racial como marcas de nossa nacionalidade, com o purismo racialista presente nos contextos históricos norte-americano e europeu. Dessa maneira, diferentes formas de integração dos povos e nações ao Ocidente se refletem em distintas formas de manifestação da modernidade negra e das identidades raciais: se, na formação dos estados nacionais europeus e norte-americano, prevaleceram a pureza identitária, no Brasil, a identidade nacional se constituiu como hibridismo e mestiçagem racial e cultural, em torno de uma identidade homogênea.

A modernidade negra, em termos da distribuição das populações negras na diáspora africana, pode ser organizada em três formas originárias: a norte-americana e do Caribe anglófono, a dos países latino-americanos de colonização portuguesa e espanhola e a dos países do Caribe francófano.

A vertente anglo-americana se caracteriza pela afirmação de uma cultura negra relacionada à cultura dominante, mas independente desta. Já nos países colonizados por espanhóis e portugueses, os negros afirmam sua identidade em bases mestiças.

Nos países do Caribe francófano, como um híbrido entre as duas formas anteriores, constroem-se culturas nacionais e afirmam-se subculturas negras (Guimarães, 2003). Essas modernidades negras, do ponto de vista histórico, refletem diferenciadas respostas à elevação de milhões de negros escravizados à condição de cidadãos da sociedade burguesa. Em termos cronológicos, as ondas de emancipação se iniciam com a Revolução Haitiana (1804) e se encerram com a abolição completa da escravização no Brasil, em 1888 (Guimarães, 2003).

Essas modernidades, por sua vez, representam distintas formas de apropriação da modernidade e contradiscursos sobre a integração dos negros na diáspora, no Ocidente expandido (Gilroy, 2001).

No entanto, é necessário considerar as diferentes estratégias de integração e superação de barreiras – sociais e raciais – erigidas contra os negros nas sociedades pós-abolição e como elas assumirão um caráter *coletivo* (Sptizer, 2001, p. 206). No plano político, o contexto de luta cada vez mais radicalizado dos negros na diáspora contra o racismo (luta em defesa dos direitos civis, *Black Panthers*), o recrudescimento do *Apartheid*, na África do Sul, e a formação de novos estados nacionais africanos, nos anos 1950 e 1960, contribuíram para o estremecimento das fronteiras que restringiam o acesso à cidadania e circunscrevia à Europa, à América e aos Estados Unidos os conceitos de soberania, igualdade e autonomia política.

Naturalmente, a partir de suas distintas posições e de seus interesses no mundo ocidental, os intelectuais negros se movimentam: inventam-se tradições (Hobsbawm; Ranger, 1997) e fundam-se novas cosmologias de pertencimento nacional, "racial" e regional que ligam grupos sociais subalternizados e disseminam novas percepções acerca da participação política destes no mundo moderno (Sptizer, 2001, p. 206).

Por exemplo, se compreendemos que um processo similar ocorre em relação às "populações indígenas" (povos originários) na América Latina, podemos fazer uma comparação entre duas construções culturais relevantes, no sentido de demonstrar o imbricamento entre alternativas discursivas à integração política das populações afro-descendentes e originárias ao Ocidente: o "comunismo incaico" de José Carlos Mariátegui (1894-1930) e a "República de Palmares" de Clóvis Moura.

O crítico literário, jornalista e sociólogo peruano José Carlos Mariátegui nasceu em Monquecua, em 1894, e faleceu em Lima, em 1930, com apenas trinta e seis anos de idade. Começou a escrever poemas para a imprensa limenha, sob o pseudônimo de Juan Croniqueur, dedicou-se à crítica literária e se aproximou das correntes nacionalistas que agitaram a república peruana no início do século XX. No prólogo ao romance do escritor Valcarcél, *Tempestad en los Andes*, Mariátegui (1975, p. 21) expressa da seguinte maneira sua crença no ressurgimento da cultura indígena peruana:

> A fé no ressurgimento indígena não provém de um processo de "ocidentalização" material da terra quechua. Não é a civilização, não é o alfabeto do branco, o que enobrece a alma do índio. É o mito, é a idéia da revolução socialista. A espe-

> rança indígena é totalmente revolucionária. O mito, a idéia, em si mesmos, são agentes decisivos no despertar de outros velhos povos, de outras velhas raças em colapso: hindus, chineses etc. A história universal tende, hoje mais do que nunca, a reger-se pelo mesmo quadrante. *Porque há de ser o povo incaico, que construiu o mais desenvolvido e harmônico sistema comunista, o único insensível à emoção mundial?* (grifo nosso).

Já para Clóvis Moura, a República Palmarina era um misto de monarquia e democracia e tinha como objetivo a valorização dessa construção política negra vista e representada como *moderna* (em comparação, naquele momento, com o estatuto colonial-escravista).

De acordo com Érica Mesquita (2002, p. 58):

> Para [Clóvis] Moura, Palmares era uma síntese entre república e simultaneamente monarquia. República, pois cada quilombo que integrava Palmares tinha seu representante, e este decidia, de forma autônoma, ou seja, conjuntamente com o seu povo como solucionar problemas incidentes em seu reduto; monarquia, pois possuíam um rei com toda distinção hierárquica-social, muitas vezes não só social como também religiosa, e que em tempos de guerra exercia poderes absolutos. Era dessa forma *um modelo singular de governar o povo* (grifo nosso).

Portanto, essas tradições e cosmologias devem ser vistas como construções simbólicas sobre modos de vida apresentados ao mundo ocidental como *modernos* e que, no contexto de luta política dos negros africanos e na diáspora, radicalizado entre as décadas de 50 e 80 do século XX, incorporam-se às teorias marxistas, terceiro-mundistas e nacionalistas revolucionárias e formam uma teia multiforme de projetos, versões e representações sobre sociedades futuras (utopias) e "comunidades imaginadas" (Anderson, 2005).

A tradução do marxismo a partir da perspectiva do negro, no pensamento mouriano, tem como categoria-chave a noção de *práxis*. É a práxis – considerada como ação de rebeldia e resistência violenta ao escravismo – que confere ao negro um *caráter* e, por sua vez, torna-o *sujeito*.

Nas próximas seções, analisa-se, durante os anos 1970 e 1980, como Clóvis Moura contribui, de forma crítica, à reconstrução simbólica do negro como sujeito político em torno do praxismo negro e da defesa de uma sociologia *do* negro, antiacadêmica e militante.

A NEGRITUDE COMO PRÁXIS E A PRÁXIS DA NEGRITUDE

O movimento da negritude francófona surgiu em Paris, nos anos 1930, com o encontro dos intelectuais negros Leopold Senghor (1906-2001), Aimé Césaire (1913-2008) e Leon Damas (1912-1978), que fundaram a revista *Etudiant Noir* (1934).

Em linhas gerais, a negritude é um movimento de recusa da assimilação cultural do branco e de valorização da experiência cultural africana (Munanga, 1988). Em janeiro de 1974, em Dakar, capital do Senegal, representou a bancada brasileira, junto com o antropólogo pernambucano Renê Ribeiro (1914-1990), no Colóquio Sobre Negritude e América Latina, sob a presidência de Leopold Senghor (1906-2001). Durante o encontro, que teve como objetivo principal aproximar os intelectuais latino-americanos da temática da negritude, Clóvis teve contato, entre outros, com os intelectuais negros Nicomedes Santa Cruz (1925-1992), do Peru, e Zapata Olivella (1920-2004), da Colômbia.

As impressões de Clóvis sobre o conclave foram sintetizadas no artigo "Negritude: uma solução, nunca um problema", publicado no *Jornal de Debates*, em 1974 (reeditado em 1983, em *Raízes do protesto negro*) (Moura, 1983).

A primeira parte do artigo de Clóvis Moura se atém à polêmica presente durante o Colóquio entre os que definiam a negritude como conceito – atitude dos negros diante do mundo dos brancos (posição representada por German de Granda, da Espanha, e Renê Ribeiro, do Brasil) e os que defendiam a negritude como posição "existencial dinâmica" (com a qual se alinhava, entre outros, Clóvis Moura e Nicomedes Santa Cruz).

Estabeleceu-se, portanto, uma oposição entre os "acadêmicos" que definiam a negritude como um conceito e/ou um campo estudo, de um lado; e, de outro, os "militantes" – grosso modo, negros – que a interpretavam em termos de ideologia (para ser "vivida e aplicada") (Moura, 1983, p. 40).

Para Moura, a posição dos cientistas tem como objetivo higienizar a *negritude*, trabalhá-la etnocentricamente – de fora para dentro – sem, com isso, compreender, em sua "práxis – certa ou equivocada, não importa –, a possibilidade de ser usada como instrumento de conhecimento e ação no processo de transformação da realidade problemática" (Moura, 1983, p. 42).

Para Moura, a negritude, como parte do processo de autoconsciência social, possui densidade científica e relevância, sociológica se pensada em "bases dinâmico-radicais" (Moura, 1983, p. 42). A negritude, diante das barreiras que impediam a assunção dos negros nos espaços brancos, surge como um processo em que o negro se reinventa subjetivamente, em um mecanismo de compensação

quanto à precária convivência com o mundo branco. Por outro lado, para Clóvis Moura, a negritude extrapola seus limites iniciais – a consciência de si do negro diante do mundo branco – e assume uma significação universal, exteriorizando-se como consciência de uma humanidade alienada.

Nas palavras do sociólogo:

> Se a negritude (ou qualquer outro nome que a designe) é a generalização das contradições criadas em uma sociedade opressiva e se ela exterioriza – em termos de conscientização – exatamente o lado mais irracional dessas contradições, então é um instrumento de conhecimento válido a partir daquele conceito de Hans Freyer, segundo o qual só sabe algo sociologicamente quem quer algo socialmente. Isto é: a negritude como método de observação participante representa a unidade entre a teoria e a prática no sentido de desalienar não apenas as populações negras, mas todos aqueles estratos populacionais que, de uma maneira ou de outra, se sentem oprimidos e/ou marginalizados pelo sistema dominante em qualquer parte (Moura, 1983, p. 43).

Foi, no entender de Clóvis Moura, esta posição que prevaleceu durante o Colóquio em Dakar: pensar a relação e as implicações da negritude aplicadas à realidade latino-americana (Moura, 1983, p. 43).

Na segunda parte do artigo, Clóvis faz uma crítica às raízes aristocráticas da negritude, localizando suas origens na atitude de protesto intelectual de negros com formação europeia, radicados na Paris dos anos 1030. No entanto, com a descolonização africana, esse movimento intelectual assumiu caráter político e ideológico (Munanga, 1988, p. 7).

Com o avanço da descolonização do continente africano, nas palavras de Moura, a negritude passou a ser combatida por setores conservadores e sua ala mais radical (representada por Wole Soyinka). Isso porque a negritude, para Clóvis Moura, correspondeu à conscientização "da opressão que sofriam como negros letrados", mas não somou seu protesto estético "ao protesto social e político passivo e muitas vezes ativo de milhões de negros africanos os quais, sob as condições do colonialismo, sobreviviam na África Negra" (Moura, 1983, p. 44).

No entanto, alguns, a exemplo de Senghor, souberam converter esse protesto estético em práxis política (mesmo que, para Moura, a negritude de Senghor tenha se revelado politicamente equivocada e frustrante) (Moura, 1983, p. 45). A força dos movimentos de libertação africanos e sua integração aos dilemas comuns dos países do chamado Terceiro Mundo deram novo combustível dialético à negritude.

Por um lado, para Moura, se a negritude, no contexto europeu e africano, sofreu a inflexão da práxis política anticolonialista, no Brasil, por outro lado, isso não ocorreu. A negritude ficou congelada, sem a força dos movimentos políticos de massa, e estagnou como categoria aristocratizante praticada por uma elite negra. Excetuando algumas tentativas isoladas de uma negritude popular e radical – refere-se a Solano Trindade –, a negritude brasileira não passou de ideologia de uma elite intelectual negra.

Clóvis Moura faz uma análise crítica da recepção da negritude – como movimento ideológico – por parte dos intelectuais ligados ao Teatro Experimental do Negro (TEN), nos anos 1950 (Moura, 1983, p. 46).

O Teatro Experimental do Negro, em termos históricos, coincide com o intervalo democrático do Pós-Segunda Guerra Mundial (1945-1964) e com o que Antônio Sérgio Guimarães entende por *consenso racial-democrático*. Com a desmoralização do racismo pseudocientífico, a derrocada do nazismo e dos governos autoritários (fascismo e franquismo), segue a valorização da cultura na interpretação da realidade nacional e, por conseguinte, assiste-se a uma maior afirmação da cultura negra por parte da intelectualidade negra incrustada no Teatro Experimental do Negro (Guimarães, 2002, p. 144-149).

Ao contrário de Clóvis Moura (vinculado ao Partido Comunista Brasileiro e, a partir de 1962, ao Partido Comunista do Brasil), Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos, principais expoentes do teatro negro, tiveram suas trajetórias ligadas ao trabalhismo e apoiaram governos que disputavam o legado do varguismo (Barbosa, 2004; Nascimento, 1980).

Entre os membros do Teatro Popular Brasileiro (Edison Carneiro e Solano Trindade) e do Teatro Popular Brasileiro (Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos), há divergência quanto à linha de atuação do movimento negro: para os primeiros, este deveria abarcar o conjunto das massas negras proletarizadas; para os segundos, deveria se constituir como um movimento cultural de intelectuais negros.

Clóvis Moura defende posição idêntica a de Luiz de Aguiar da Costa Pinto, em *Relações raciais no Rio de Janeiro* (1998) (Costa Pinto, 1998), que, ao analisar o Teatro Experimental do Negro, defende a coexistência entre organizações da elite negra (no qual se inscreve o teatro negro) e as do *negro-massa* (escolas de samba, candomblés, etc.).

Para Clóvis Moura, ao fazer da negritude uma "atitude psicológica de revolta inconsciente e vaga de negros intelectuais frustrados no mundo dos brancos" e deixar de emprestar-lhe o caráter de ideologia para ser "vivida e aplicada", esse

comportamento elitista do Teatro Experimental do Negro levou a um desgaste paulatino (Moura, 1983, p. 47). Por outro lado, essa negritude aristocrática, com a emergência do negro-massa, restringiu-se, naquele momento, a atenuar as tensões e os conflitos entre as áreas brancas enriquecidas e as pobres, majoritariamente negro-parda (Moura, 1983, p. 47).

Durante o pós-Segunda Guerra, entre 1945-1964, Clóvis Moura não participou de organizações antirracistas e do movimento negro, o que se relaciona com o fato de que, ao contrário do que ocorrerá a partir dos anos 1970, nesse período (década de 1940 a 1950), o reconhecimento *intelectual* de Clóvis Moura não dependia de sua condição "racial", ou seja, ela não era declarada. As posições político-ideológicas de Moura (comunista) o distanciavam, por exemplo, do TEN – Teatro Experimental do Negro (que possuía suas duas principais lideranças, Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos, ligadas ao trabalhismo).

No longo depoimento ao escritor Luis Silva (Cuti), o militante negro paulista José Correia Leite (1900-1990), fundador da Frente Negra Brasileira (FNB) e da Associação Cultural do Negro (ACN), não fez, entre os anos 1940 e 1960, qualquer referência à participação de Clóvis Moura em algum movimento político negro (ao contrário, por exemplo, de Florestan Fernandes, Sérgio Millet, Solano Trindade e Fernando Góes) (Cuti; Leite, 1992).

As jovens lideranças negras dos anos 1970-1980, oriundas de grupos de esquerda universitária, desencadearam um conjunto de ações no plano político e deram origem, em 1978, ao MNU (Movimento Negro Unificado). Essa liderança, de acordo com Clóvis Moura, seria a ponta de lança do movimento de unidade de todos os setores marginalizados da riqueza nacional (Moura, 1983, p. 43).

Logo, a negritude deixaria de ser um movimento no campo das ideias e ganharia materialidade por meio da política, constituindo-se com o movimento de libertação dos negros e dos oprimidos quanto à exploração econômico-social e à dependência cultural dos antigos centros metropolitanos. Torna-se, dessa forma, força social e política com capacidade de incidir na materialidade do mundo social e definir os rumos do desenvolvimento social.

Destacando o discurso final do ministro da educação, Sr. Alione Sena, no Colóquio, Clóvis Moura acredita que, a partir da reformulação realista da negritude, em especial nas áreas da América Latina e do Terceiro Mundo, esta seria capaz de desempenhar, "como etapa do pensamento, o mesmo papel que os filósofos do século das Luzes, precursores da Revolução de 1789 desempenharam, porque expressa uma vontade de libertação política e de desenvolvimento econômico e cultural" (Moura, 1983, p. 43).

Trata-se de um movimento ideológico que, a partir de sua realização no mundo, abre espaço para sua própria negação: negritude é consciência histórica, coletiva – forma de encetar a ação política –, com o objetivo de superar uma situação de marginalização objetiva e construir um futuro, um "novo" que é negação do "antigo". No entanto, não o faz sem – ao se colocar na história como um movimento real – negar-se a si mesmo como condição desse futuro.

QUILOMBAGEM, HISTÓRIA E PRAXISMO NEGRO

Em *História do negro brasileiro* (Moura, 1989), Clóvis Moura utiliza o conceito de *quilombagem,* movimento no qual o quilombo, como unidade básica do processo de resistência do negro, articulava-se a outras formas de luta, como as insurreições urbanas da Bahia, durante o século XIX, e a revolta dos malês, em 1835, e o bandoleirismo (João Mulungu, em Sergipe, e Lucas da Feira, na Bahia). Dessa maneira, quilombagem é definida como

> um movimento de rebeldia permanente organizado e dirigido pelos próprios escravos que se verificou durante o escravismo brasileiro em todo o território nacional. Movimento de mudança social provocado, ele foi uma força de desgaste significativa ao sistema escravista, solapou as suas bases em diversos níveis – econômico, social e militar – e influiu poderosamente para que este tipo de trabalho entrasse em crise e fosse substituído pelo trabalho livre (Moura, 1989, p. 22).

Como expressão da contradição fundamental da sociedade escravista, que opõe senhores e escravos, a *quilombagem* não se trata de um movimento de negros organizados em grupos isolados em quilombos, sem inserção nas cidades; ao contrário, é um movimento que, atuando em várias frentes, tem o quilombo – em função de sua quantidade e continuidade histórica – como um núcleo articulador de várias manifestações de resistência negra (cultural, política e religiosa).

Dessa maneira, a variável cultural assume característica de cultura de resistência: o sistema escravista, na luta contra as pressões da quilombagem, inferiorizou a cultura africana, que, por sua vez, passou a desempenhar um papel de autodefesa e proteção social aos negros escravizados e rebeldes. Em outros termos, a cultura negra é apreendida, entremeada ao processo de resistência contra a cultura dominante, forma sua fisionomia no *praxismo*, na ação ofensiva ou defensiva, em que a cultura não é tomada por "sobrevivência", mas como *práxis reativa* ao sistema dominante.

No ensaio "Sincretismo, assimilação, acomodação, aculturação e luta de classes" (Moura, 1988, p. 34-59), Clóvis Moura faz uma crítica aos conceitos antropológicos com racionalizações dos aparatos colonialistas e neocolonialistas, voltados à dominação das populações "primitivas". Dessa maneira, opõe-se a uma interpretação culturalista da dinâmica da cultura negra e afro-brasileira – que os conceitos de sincretismo, assimilação, acomodação e aculturação procuram explicar de forma insuficiente, pois partem de uma horizontalidade de posições entre os grupos sociais que trocam e intercambiam traços de suas respectivas culturas e abstraem, dessa maneira, a posição desigual dessas culturas dentro do modo de produção escravista e capitalista.

Nessa perspectiva, Clóvis Moura (1988, p. 46) conclui:

> O culturalismo exclui a historicidade do contato, não retratando, por isso, a situação histórico-estrutural em que cada cultura se encontra nesse processo. Desta forma não se pode destacar o conteúdo social do processo e não se consegue visualizar cientificamente quais são aquelas forças que proporcionam a dinâmica social e que, em nosso ver, não têm nada a ver com os mecanismos do contato entre culturas. Para nós este dinamismo não está nesse contato horizontal de traços e complexos de culturas, mas na posição vertical que os membros de cada cultura ocupam na estrutura social, ou seja, no sistema de propriedade.

Isso não significa, no entanto, que os elementos da cultura dominada não tivessem função específica dentro do sistema: eles tenderiam à autodefesa e proteção social do grupo negro-africano, na situação estrutural do escravismo, e evoluiriam para formas de consciência e autonomia política e social. Ao mesmo tempo, a cultura negra é permitida como cultura de *folk*, suplementar e anexada à cultura dominante, branca e europeia. Por extensão, a cultura negra só será dominante "se houver um processo de mudança social radical que eleve os componentes da cultura afro-brasileira à dominação social e política" (Moura, 1988, p. 48).

Assim, ao considerar a cultura branca e negra como integradas à dinâmica das relações de poder e de produção na sociedade escravista, que opunham *brancos* e *negros* como classes antagônicas e, por outro lado, ao atribuir funções específicas a estas, Clóvis Moura *politiza* a cultura: os sistemas simbólicos e culturais em suas diversas manifestações – religião, culinária, vestimentas, línguas e técnica de trabalho – estão marcados por luta, oposição e contradição.

Outra dimensão que liga quilombagem a praxismo é sua posição quanto ao nível de consciência dos escravos africanos em relação às suas ações. É certo reco-

nhecer, nesse ponto, que, para Clóvis Moura, malgrado a ação ser o fundamento da *práxis negra*, a consciência desta é relativa: existiriam formas mais apuradas de luta, de acordo com a capacidade de elaboração política dos negros em luta. Observa-se de antemão, no entanto, que o conceito de quilombagem – formulado por Clóvis Moura – surge paralelamente ao de quilombismo de Abdias do Nascimento (Nascimento, 1980).

A diferença entre ambos é que, para Clóvis Moura, *quilombagem* é um movimento político-social, dirigido pelos próprios negros contra a sociedade escravista, por representarem uma de suas classes fundamentais (Moura, 1989, p. 22); já o quilombismo, para Abdias, é uma doutrina política dos afro-brasileiros que, nas palavras de Antônio Sérgio Guimarães (2002, p. 100), é "uma das principais matrizes ideológicas que permeavam o movimento negro nos anos 1980, aliando radicalismo cultural a radicalismo político".

Flávio Gomes (1995, p. 14) assevera que, na interpretação mouriana do processo histórico, "as experiências eram quase que exteriores às ações dos sujeitos históricos que as vivenciavam" . Nesse diapasão, Clóvis Moura opõe o negro acomodado – que aceita passivamente a escravidão – ao rebelde, quase-herói, quilombola, antípoda do primeiro e, por outro lado, as formas de resistência passiva (suicídios, fugas, formação de quilombos) e as ativas (revoltas abertas, assassinatos de feitores e ações de guerrilhas dos quilombolas) (Gomes, 1995, p. 15).

A afirmação é correta, no entanto, se, em *Rebeliões da senzala* (obra de estreia de Clóvis, publicada em 1959), há a preocupação com as formas ativas de resistência – os quilombos, as insurreições e as guerrilhas –, elas assumem outros contornos, sem prescindir de seu núcleo original (o quilombo), ao longo da obra de Clóvis Moura. Dessa maneira, a *quilombagem* é tomada como práxis, ou seja, processo histórico, de caráter coletivo, decorrente do acúmulo de ações contínuas e permanentes que incidem positivamente na mudança da estrutura social.

Nos marcos desse praxismo negro, seu significado e alcance, situa-se a contribuição mouriana ao pensamento social brasileiro.

Nas condições históricas do escravismo, o nível de apreensão da realidade, mesmo relativo e/ou parcial, que não avançou, para Clóvis Moura, por exemplo, à formação de movimentos massivos ou partidos políticos, ocorre não obstante o fato de a quilombagem influenciar e se articular, como processo, a outras formas de luta de resistência.

Outro ponto importante é que, como veremos, não há para Moura a distinção clássica entre movimentos político e pré-políticos, ou seja, a violência é compreendida como artefato político moderno que conforma o caráter do negro em sua

experiência na Diáspora (opondo-se, assim, à sua despersonalização e, em termos marxistas, à sua alienação).

Esse *caráter* aproxima o quilombola do herói romântico ou do político vocacionado ou do soberano. Ao mesmo tempo, Clóvis Moura é um marxista clássico, no sentido de que não se atém ao significado particular de cada ação para os sujeitos nela implicados, mas ao significado geral das ações, consideradas em sua totalidade.

A mediação entre sujeito e estrutura é, assim, a práxis, o que o diferencia de um marxismo enrijecido de base estruturalista – e o faz afirmar a condição de sujeito histórico do negro escravizado –, sem, no entanto, optar por análises micro-históricas.

No ensaio "Reivindicação e consciência no escravismo" (Moura, 1986), Clóvis Moura defende a ideia de que nem todas as lutas entre senhores e escravos tiveram conteúdo insurrecional ou de lutas violentas com base na ocupação, pelos escravos da Fazenda Santana, em Ilhéus, na Bahia, em 1789, estudada pelos historiadores João José Reis e Stuart B. Schwartz. Os escravos enviaram um documento – um *tratado de paz* – ao seu senhor, no qual reivindicavam, entre outras coisas, redução da jornada de trabalho, controle das ferramentas e terreno para suas hortas, como condição de retornarem ao eito. Em suma, propunham a instauração de um novo regime de trabalho.

Sobre o episódio, Clóvis Moura (1986, p. 76) comenta:

> O nível de consciência desses escravos é ininteligível se nos apoiarmos nos conceitos clássicos de escravismo e alienação total do *instrumentum vocale* de acordo com as teorias tradicionais... Esses cativos estavam dando um salto qualitativo no processo do conhecimento do seu nível de exploração, pois não mais se colocavam como escravos, mas como cidadãos, reivindicando direitos idênticos aos trabalhadores assalariados atuais... Esta *ponte* estabelecida na consciência destes escravos com a sua situação estrutural é uma demonstração de que, em circunstâncias especiais, os velhos conceitos consagrados sobre as limitações do escravo no processo de conhecimento, muitos deles repetidos por simples mimetismo científico, não são suficientes para interpretarem a realidade emergente (grifos do autor).

Com isso, fala-se de sujeitos – de um nível de consciência em relação às ações imediatas –, por mais que essa consciência não apreenda a totalidade, mas seja, em esfera micro, expressão direta dos dinamismos históricos e estruturais.

Em seus diversos contornos, a luta e a violência negra, direta e imediata, conformam a quilombagem como práxis negra, seu estatuto político, e influenciaram o sentido das transformações históricas, quando os acontecimentos não foram considerados de forma *teleológica*.

Assim, o pensamento mouriano se inscreve em um lugar específico dentro da *modernidade negra*: o de ver na violência negra, e não apenas nas compensações subjetivas de uma identidade afro-centrada, a forma de integração *política* destes na sociedade ocidental.

PRÁXIS COMO ALTERNATIVA AO EUROCENTRISMO

Durante os anos 1980 até 2000, Clóvis Moura publicou mais de 20 títulos, entre livros e artigos – quase todos relativos à resistência negra ao escravismo. *Rebeliões da senzala,* seu livro de estreia, publicado em 1959, receberia mais três edições (1972, 1981 e 1981), e o seu último trabalho, *Dicionário da escravidão negra*, foi publicado pela Editora da Universidade de São Paulo, em 2004.

Ao mesmo tempo, Clóvis manteve ligação, nos anos 1970, com o movimento negro que se reorganizou no pós-ditadura militar (1964-1989), por meio de entidades como o MNU (Movimento Negro Unificado) e a Unegro (União dos Negros pela Igualdade), além de ser colaborador e simpatizante do PCdoB (Partido Comunista do Brasil).

No início de 2000, Clóvis se aproxima do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e publica, pela Editora Expressão Popular, o livro *Sociologia política da guerra camponesa de Canudos* (Moura, 2000). O objetivo do livro é estabelecer a relação entre Canudos e a luta do MST por reforma agrária nos dias atuais.

Sobre Canudos e seu líder, Antônio Conselheiro, Clóvis faz referências às explicações racistas, predominantes em autores como Euclides da Cunha, que relacionam seu caráter messiânico à origem racial de seus membros. Essa explicação racista, para Moura, seria logo desmoralizada e, em sua sequência, as ciências sociais tradicionais, subordinadas aos "estereótipos elitistas e preconceitos de classe, procuraram outros caminhos", tentando apreender a excepcionalidade do movimento de forma "científica" como simples caso de "patologia social" (Moura, 2000, p. 23).

Clóvis Moura critica aqueles que explicam o movimento de Canudos como manifestação "messiânica, pré-lógica, carismática e/ou pré-política". Dessa maneira, para esses autores criticados por Moura, apenas seriam considerados

políticos os movimentos que tivessem condições de elaborar um programa de ação e de governo de acordo com os postulados da Revolução Francesa e que desembocassem, como conclusão, em um projeto liberal (Moura, 2000, p. 24). Já os demais movimentos seriam formas rebaixadas e menos apuradas de luta política (banditismo social, milenarismo).

Nesse ponto, Clóvis se volta contra o eurocentrismo do conceito de movimento pré-político. Eric Hobsbawm aplica o conceito de movimento pré-político aos bandidos sociais, a exemplo de Robin Hood, em seu livro *Bandidos* (Hobsbawm, 1976).

Ao questionar o conceito de movimento pré-político, Clóvis crítica Hobsbawm, nos seguintes termos:

> Embora o conceito de movimento pré-político tenha sido cunhado por um historiador grandemente ligado ao pensamento marxista – E. J. Hobsbawm – acreditamos que ele é eurocêntrico, elitista e uma forma neoliberal de analisar e interpretar a dinâmica social. Se o aceitarmos seriam excluídos como políticos todos os movimentos do chamado Terceiro Mundo. A luta de Zapata e Pancho Villa no México, a de Sandino, na Nicarágua, o movimento camponês de Pugachov, na Rússia, todos os movimentos de libertação da África Negra, como o kinbangista, incluindo-se os Mau Mau e o de Lumumba. Todos seriam englobados genericamente sob o título de milenarismo, salvacionismo ou banditismo social e com isto seria descartada a essência dos mesmos, conservando-se apenas a sua casca exterior, a sua forma, sem, no entanto, decifrar-lhe o seu conteúdo político (Moura, 2000, p. 24).

Segundo Moura, para Marx, os fenômenos e seus respectivos conteúdos não são coincidentes: caso o fossem, não haveria necessidade da ciência. Ainda de acordo com Clóvis, em relação aos movimentos sociais, Marx dizia que "não haverá jamais movimento político que não seja social ao mesmo tempo. Não será senão numa ordem de coisas na qual não haja mais classes, que as evoluções sociais deixarão de ser revoluções políticas" (Marx, 1946, p. 156-157, *apud* Moura, 2000, p. 24).

Clóvis interpreta livremente essa citação de Marx, ao afirmar que, para o filósofo alemão, não há movimento social que não seja, ao mesmo tempo, político. Dessa maneira, a práxis – a ação – subrepticamente ressurge com o fundamento da consciência, deslocando o sentido original empregado por Marx – que não vê

movimento político que não tenha fundamento social, mas nem por isso reconhece em todo o movimento social um caráter político.

Dessa forma, Clóvis conclui:

> Todos os movimentos que desejam mudança social são movimentos políticos apesar do fato dos seus agentes coletivos não terem total consciência disto. O que vale e determina é o nível de consciência social de cada um e as propostas subseqüentes para a mudança projetada. Mas todos se enquadram (com maior ou menor nível de consciência social) na proposta da transformação revolucionária (ou não) da sociedade (Moura, 2000, p. 25).

Portanto, adequado às condições histórico-sociais de luta dos movimentos nos países do terceiro mundo, o praxismo se torna uma alternativa ao eurocentrismo. No encontro, com o sertão, a utopia sertaneja de Canudos emerge para Clóvis Moura como mais uma prova de que a práxis, a ação coletiva de negros, camponeses e sertanejos, foi uma constante e paciente forma de construir picadas históricas e de se contrapor ao intelectualismo esnobe e artificial que representa os interesses da camarada dirigente estabelecida.

Em suas andanças, Clóvis Moura trouxe ao marxismo o lume negro-rebelde e contribuiu, com o conceito de práxis, à construção de narrativas alternativas à formação da sociedade brasileira, expandindo as possibilidades cognitivas e epistemológicas para o estudo do negro e do racismo pelas ciências humanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensamento de Clóvis Moura produziu um contradiscurso alternativo à modernidade eurocêntrica (Gilroy, 2001), centrado no sujeito coletivo negro, a partir de sua condição inicial de escravo. Essas construções políticas também operam no plano simbólico e subjetivo e conectam-se a elas, pois são necessariamente fundamentadas em novas percepções acerca da integração e superação da marginalização dos negros como grupo social subalterno na sociedade ocidental.

É dessa maneira que se deve entender a reconstrução simbólica do negro político, do qual a sociologia da práxis é estruturante: a República de Palmares e os quilombos, como "comunidades imaginadas" (Anderson, 2005), assim como o quilombola, como vanguarda dessa integração violenta na sociedade burguesa, devem ser analisados como uma tentativa de traduzir o marxismo a partir da perspectiva *do* negro.

Clóvis Moura não apenas aplicou a interpretação marxista às condições histórico-sociais do negro no escravismo; ele, na acepção de Slajov Zizek, *traiu* o marxismo (Zizek, 2008, p. 8)[3], expandiu seu conteúdo original e o enegreceu. A práxis do negro, para Clóvis Moura, enegrece o marxismo e o transfere da realidade pensada pelos intelectuais à realidade vivida pelos sujeitos históricos. É isso o que torna seu pensamento anti-intelectualista.

Assim, dentro do repertório de soluções radicais ao problema do negro, a negritude é reinventada desde o praxismo: a construção subjetiva da identidade negra, como construção política, deve se mover para além das rígidas fronteiras da situação histórica imediata e, a exemplo de outros movimentos intelectuais como o Iluminismo e políticos, como a Revolução Francesa, lançar-se como um novo universal, capaz de ser o catalisador da esperança de realização de um contingente cada vez maior de massas humanas.

Com a práxis radical, o "dilema negro" é superado não apenas subjetivamente, mas de forma objetiva: o significado político da práxis negra é a emancipação humana, a qual, para o autor, ocorreria com a superação da sociedade burguesa. Por outro lado, ao analisar a práxis negra em termos sociológicos, Clóvis Moura propõe libertar a sociologia dos constrangimentos da fragmentação, massificação e impessoalidade do *habitus* científico.

Como utopia intelectual, na sociologia praxista, sujeito e objeto se constituem na experiência: a expectativa de compreender e transformar o mundo, por meio desse contato, funde-se. Ao mesmo tempo, essa sociologia da práxis legitima um discurso construído fora dos muros da academia.

Também, *Rebeliões da senzala* (1959), livro de estreia de Clóvis Moura, não parece um caso isolado: segue percurso similar de estudos de outros intelectuais marxistas, também negros ou mestiços[4]. A sociologia da práxis – marxismo – de Clóvis Moura concentrou-se na práxis do negro e, a partir dela, construiu um discurso alternativo sobre o negro político: a quilombagem. A *traição* do marxismo

3 Para Slavoj Zizek, ao analisar os deslocamentos na história do marxismo, é necessário reconhecer que "Marx precisou da ´traição´ de Lênin para levar à prática a primeira revolução marxista: é uma necessidade inerente ao ensinamento ´original´ submeter-se e sobreviver a essa ´traição´, sobreviver a este ato violento de ser arrancado do seu contexto original e lançado em cenário estranho em que se deve reinventar – só assim nasce a universalidade" (Zizek, 2008, p. 8).

4 Entre eles, destacam-se *The black Jacobins* [Jacobinos negros] (1934), de C. R. L. James (1901-1989); *How Europe underdeveloped Africa* [Como a Europa subdesenvolveu a África] (1972), de Walter Rodney (1942-1989); *Peau noire, masques blancs* [Pele negra, máscara branca] (1952), de Franz Fanon (1925-1961) e *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana* [Sete ensaios de intepretação da realidade peruana] (1928), de José Carlos Mariátegui (1984-1930).

operada por Clóvis Moura e a singularidade do pensamento mouriano chamam para uma reflexão sobre a possibilidade de construção de um "marxismo negro".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anderson, Benedict. *Comunidades imaginadas*: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. São Paulo: Ed. 70, 2005.

Barbosa, Muryatan. *Guerreiro ramos e o personalismo negro*. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia)–FFLCH/USP, São Paulo, 2004.

Costa Pinto, Luís de Aguiar. *O negro no Rio de Janeiro*. Relações de raças numa sociedade em mudança. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

Cuti, Luís; Leite, José Corrêa. *...E disse o velho militante José Correia Leite*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

Elias, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

Gilroy, Paul. *O Atlântico negro*. 1. ed. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

Gomes, Flávio S. *História de quilombolas*: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

Gomes, Flávio S.; Reis, João José (Org.). *Liberdade por um fio*. História dos quilombos no Brasil. São Paulo: Compahia das Letras, 1996.

Grin, Mônica. Modernidade, identidade e suicídio: o "judeu" Stefan Zweig e o "mulato" Eduardo de Oliveira e Oliveira. *Topoi*, Revista de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, Rio de Janeiro, p. 201-222, jul.-dez. 2002.

Guimarães, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, raça e democracia*. 1. ed. São Paulo: 34, 2002.

_____. *Intelectuais negros e modernidade no Brasil*. Working Paper CBS-52-04. Centre for Brazilian Studies: University of Oxford, 2003. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/asag/Intelectuais%20negros%20e%20modernidade%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2010.

Hobsbawm, Eric. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

Hobsbawm, Eric; Ranger, T. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

Konrad, Diorge Alceno. Na senzala a resistência, no quilombo a liberdade: a obra de Clóvis Moura. In: Santos, Júlio Ricardo Quevedo dos; Dutra, Maria Rita Py (Org.). *Nas trilhas da negritude*: consciência e afirmação. 1. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2007. p. 115-133.

Maestri, Mário. Clóvis Moura: uma visão revolucionária precoce sobre o Brasil. In: Maestri, Mário. *Clóvis Moura*: fragmentos de vida e obra. Brasília-DF: Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura, 2004. CD-ROM.

Mariátegui, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Alfa Omega, 1975.

Mesquita, Érika. *Clóvis Moura*: uma visão crítica da história social brasileira. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia)–IFCH/Unicamp, Campinas, 2002.

Moura, Clóvis. *Rebeliões da senzala*. São Paulo: Zumbi, 1959.

_____. *A sociologia posta em questão*. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

_____. *Brasil*: raízes do protesto negro. São Paulo: Global, 1983.

_____. *Os quilombos e a rebelião negra*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.

_____. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1989.

_____. *Sociologia política da guerra camponesa de Canudos*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

_____. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004.

Munanga, Kabengele. *Negritude*: usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1988.

Nascimento, Abdias do. *O quilombismo*: documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.

Sptizer, Leo. *Vidas de entremeio*. Assimilação e marginalização na Áustria, no Brasil e na África Ocidental (1780-1945). Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

Zizek, Slavoj. Mao Tsé-Tung, "Senhor do Desgoverno" marxista. In: Tse-Tung, Mao. *Sobre a prática e a contradição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

Teoria pós-crítica, desigualdade social e política educacional:

uma breve análise do discurso do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem[1]

Jean Carlo de Carvalho Costa* e Maíra Lewtchuk Espindola**

Resumo Este trabalho analisa o discurso do ProJovem a partir de seu Projeto Político Pedagógico. Seu objetivo é desenvolver o protagonismo juvenil por meio da escolarização, da orientação ao mundo do trabalho e do desenvolvimento de ações comunitárias. Do ponto de vista teórico-metodológico, este trabalho está situado, na esteira da recente teoria social, nos desdobramentos da categoria do reconhecimento social, cuja utilização está associada à teoria pós-crítica, de Charles Taylor, Nancy Fraser e Axel Honneth. Essa abordagem permite a configuração de profícuo instrumento no entendimento da formação discursiva de políticas públicas, particularmente o ProJovem, cujo objetivo ressalta, por um lado, o reconhecimento simbólico, pela ênfase no protagonismo juvenil e na participação paritária da comunidade e, por outro lado, no reconhecimento distributivo, via escolarização e iniciação ao trabalho.
Palavras-chave Teoria crítica; reconhecimento social; juventude; política pública.

Post-Critical theory, social inequality and education policy. A brief analysis of the discourse of the "Programa Nacional de Inclusão de Jovens" – ProJovem

Abstract *This paper analyzes the discourse of ProJovem from its political-pedagogical project. Your goal is to develop youth involvement through education, orientation*

---

1 Este trabalho, com algumas breves modificações, foi apresentado no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado entre os dias 28 e 31 de julho de 2009, no Rio de Janeiro (RJ), em "GT: reconhecimento social e cidadania".

* Graduado em Psicologia pela UFPB, mestre em Psicologia Social pela UFPB e doutor em Sociologia pela UFPE. Atualmente, é professor pesquisador nos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Educação da UFPB.

** Graduada em Pedagogia pela UPFB. Atualmente, é mestranda em Educação pela UFPB.

to the world of work and development of community action. From the standpoint of theoretical and methodological work that is located in the wake of recent social theory, developments in the category of social recognition, whose use is associated with post-critical theory, Charles Taylor, Nancy Fraser and Axel Honneth. This approach allows the configuration tool useful in understanding the discursive formation of public policy, particularly ProJovem, whose goal highlights, on the one hand, symbolic recognition by emphasizing the role of youth and the equal participation of the community and, on the other hand, in recognition distributive, through education and work initiation.
Keywords *Critical theory; social recognition; youth; public policy.*

INTRODUÇÃO

> Deve existir uma razão para que nenhuma obra de boa reputação filosófica tenha sido publicada sob o título *O reconhecimento*. A razão disso seria que estaríamos lidando com um falso verdadeiro conceito que oferece ao autor em busca de novidade a armadilha de um verdadeiro falso tema? E, no entanto, a palavra é corrente em minhas leituras, ora aparecendo como um diabo inoportuno, ora sendo bem acolhida, até mesmo esperada nos lugares certos (Ricouer, 2006, p. 13).

Do ponto de vista da teoria crítica contemporânea, em lugar da ideia central de justiça, produto de uma espécie de "era da democracia social", vê-se o surgimento de uma ideia nova que, a princípio, parece politicamente um tanto menos inequívoca. O objetivo não mais parece ser a eliminação da desigualdade, mas a anulação da *degradação* e do *desrespeito* (Honneth, 2007). Ou seja, por um lado, a ideia de justiça visa fundamentalmente alcançar a igualdade social e, por outro, para que uma sociedade seja de fato justa, é preciso o reconhecimento da dignidade pessoal de todos os indivíduos.

Na contemporaneidade, uma forma exemplar de desrespeito é a negação dos direitos e a exclusão social, situação na qual indivíduos padecem em sua dignidade por não terem concedidos os direitos morais e as responsabilidades de uma pessoa legal plena em sua própria comunidade (Honneth, 2003).

De certo modo, a elaboração e implantação de políticas públicas, no âmbito governamental, é uma consequência dessas inquietações sociopolíticas, e este artigo, nesse sentido, é sintoma do desmembramento de uma relativa avaliação de uma dessas políticas no contexto brasileiro contemporâneo.

De tal modo, por exemplo, é possível afirmar que, hoje, a questão da desigualdade social, associada à categoria do reconhecimento, traduz uma agenda

de pesquisa em amplo desenvolvimento, no âmbito das ciências sociais e de intervenção social. Ela tem adquirido, gradativamente, um caráter de urgência, em função do suposto vínculo existente entre reconhecimento e identidade e, em certo sentido, também de emancipação social. Além disso, tem nos conduzido, inevitavelmente, ao debate sobre em que medida o Estado-Nação, na contemporaneidade, poderia exercer o papel de agente na configuração da identidade (Féres Jr., 2002), via políticas públicas.

Em uma vertente da sociologia contemporânea, especialmente aquela derivada do pensamento giddensiano, afirma-se a constituição do que se denomina modernidade tardia, a partir de categorias conceituais, como, por exemplo, mecanismos de encaixe e desencaixe e, talvez a mais importante, a noção de "reflexividade institucional" (Giddens, 1991). Essas categorias reivindicam traduzir a modernidade a partir da aceleração do ritmo das mudanças sociais, cuja consequência é afetar de modo mais dramático práticas sociais e a diversidade de estilos de vida.

Aqui, localizam-se questões como a intensificação da globalização, a pluralidade de valores, as discussões em torno da diluição de uma identidade fixa e imutável e "a impossibilidade da idéia de controle" (Giddens, 2002; Bauman, 1999, 2001, 2005, 2007). Inevitavelmente, no âmbito da teoria social, alguns desses elementos se desdobraram nas análises de fenômenos sociais, como a própria configuração das políticas públicas situadas nesse espaço de infinitas possibilidades e de autopercepção da fugacidade privada e, muitas vezes, associada também ao espaço público e às contingências a ele intrinsecamente atreladas.

A despeito do fato de que essas inquietações são relativamente comuns entre jovens de diferentes grupos sociais, elas são ainda mais acentuadas para jovens de baixa renda, público-alvo da política pública denominada ProJovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens), haja vista as constantes experiências deles em relação à "insegurança", a certa opacidade autopercebida de suas próprias vidas e, consequentemente, a inevitáveis elementos de risco que, do ponto de vista da teoria social giddensiana, constituem, ainda que com certas ressalvas em relação à modernidade periférica (Costa, 2004), a própria contemporaneidade (Giddens, 1991; Giddens; Beck; Lash, 1997).

A radicalização do processo de globalização também afeta de modo diferenciado os distintos contextos e grupos, ampliando, por um lado, as possibilidades de acesso a informações e benefícios para alguns setores da sociedade e, por outro, excluindo grupos dos mesmos benefícios, de forma a aumentar, assim, as desigualdades sociais e as distâncias entre a diversidade de grupos.

As desigualdades sociais, existentes já há um longo período, tornam-se ainda mais evidentes na medida em que as transformações na sociedade ocorrem de modo cada vez mais acelerado, dificultando o acesso das minorias aos benefícios tecnológicos, sociais e educacionais, os quais passam a ser considerados fundamentais para o acesso à informação relevante, para a qualificação educacional e a competência profissional dos jovens, especialmente quando se trata do primeiro emprego.

Desse modo, as preocupações da juventude contemporânea, especialmente dos jovens de baixa renda, são, fundamentalmente, produzidas concomitantemente às incertezas e à contingência que caracteriza as sociedades hodiernas, em parte derivadas do acelerado ritmo de transformação social (Giddens, 1991) e em parte também consequência de fundamentos estruturais inequivocamente perversos, os quais remetem a inseguranças relacionadas ao acesso à *educação* de qualidade, à *profissionalização* e à *capacitação adequada ao mercado de trabalho*, cuja consequência imediata, em países como o Brasil, fundamentalmente de modernidade periférica (Souza, 2003), é a naturalização das desigualdades sociais e a consequência da instituicionalização de uma espécie de "subcidadania", produto efetivo do processo de modernização que o norteia, desde inícios do século XIX (Souza, 2003, 2006).

A ideia de "centro" e "periferia" parece se constituir, do ponto de vista de alguns sociólogos contemporâneos, em relevante oposição teórica instituída no debate acadêmico atual, possibilitando, de forma não opaca, a elaboração de um esquema heurístico interessante para a tradução dos dilemas relativos à desigualdade social em solo brasileiro.

A professora Myrian Sepúlveda dos Santos (2008, p. 51), por exemplo, diz:

> No centro do poder estão as nações que primeiro se industrializaram, o capitalismo, as democracias liberais e seus valores chaves. Na periferia se colocam as minorias étnicas, os movimentos feministas e anti-racistas e as nações que foram colonizadas, entre tantos outros.

Seguindo na mesma esteira, Jessé Souza (2003), ao longo dos últimos anos, tem instituído, no âmbito do debate nas ciências sociais, também o caráter fundante da ideia de periferia, articulando o conceito de desigualdade social ao seu elemento "naturalizador", por meio de releituras críticas das principais teses interpretativas do chamado "dilema brasileiro", percurso seguido desde a assimilação da clássica

tese weberiana, em *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, até seu último suspiro, no pensamento antropológico de Roberto DaMatta.

O argumento fulcral, que guia as reflexões do professor Jessé Souza (2003, p. 17), materializado no que ele denomina como "sociologia da inautenticidade", consiste em:

> [...] a naturalização da desigualdade social de países periféricos de modernização recente como o Brasil pode ser mais adequadamente percebida como conseqüência, não a partir de uma suposta herança pré-moderna e personalista, mas precisamente do fato contrário, ou seja, como resultante de grandes proporções que toma o país paulatinamente a partir de inícios do século XIX. Nesse sentido, meu argumento implica que nossa desigualdade e sua naturalização na vida cotidiana é moderna, posto que vincula a eficácia de valores e instituições modernas com base em sua bem-sucedida importação "de fora para dentro". Assim, ao contrário de ser personalista, ela retira sua eficácia da "impessoalidade" típica dos valores e instituições modernas.

Dentro desse quadro, algumas categorias de análise têm sido trazidas à baila, com o objetivo de constituir mecanismos instrumentais eficazes na produção, implantação e avaliação de políticas públicas. Entre elas, no âmbito das ciências humanas, especialmente filosofia, ciência política e sociologia, a noção de *reconhecimento social* tem, de modo constante, se feito presente como uma ampliação do "campo de possibilidades" em torno do qual se discute a eliminação ou mesmo a diminuição da desigualdade social (Pizzio, 2008).

Nos debates derivados dos dilemas do interculturalismo nas sociedades complexas, nas lutas de movimentos de reivindicação identitária para a construção da cidadania e, particularmente, no entendimento dos possíveis efeitos de políticas públicas que se pretendem inclusivas ou, ainda, no diagnóstico de padrões simbólicos desrespeitosos, a noção de reconhecimento social tende a ser promissora e eficaz (Mendonça, 2007).

Charles Taylor, um dos intelectuais que reintroduziram a discussão no âmbito da teoria política, ao discutir a relação entre reconhecimento e multiculturalismo, afirma: "Falta de reconhecimento (*nonrecognition* ou *misrecognition*) pode ser prejudicial, pois é uma forma de opressão que aprisiona o indivíduo em um modo-de-ser tolhido, falso e distorcido" (Taylor, 1994, p. 25).

Na última década, como aludido, a noção de reconhecimento tem sido atrelada à produção acadêmica do canadense Charles Taylor (2000). Segundo o autor, essa

preocupação, eminentemente moderna, surgiu em decorrência de duas mudanças importantes, internas às sociedades complexas. A primeira é o que ele denomina "o colapso das hierarquias sociais", as quais se encontravam na base da ideia de *honra:* "Para que alguns tenham honra nesse sentido, é essencial que nem todos tenham" (Taylor, 2000, p. 242). Substituta da noção clássica de honra, emerge a noção moderna de dignidade, utilizada em sentido universalista e igualitário, conduzida na direção de permitir que se perceba nela o partilhar de todo o cidadão. Uma segunda mudança é sintetizada por ele no que denomina o "ideal de autenticidade", consequência, segundo ele, de mudanças na própria compreensão da identidade individual emergente, em fins do século XVIII, ou seja, agora: "poder-se-ia falar de uma identidade *individualizada*, identidade particular a mim mesmo e à minha própria maneira particular de ser" (Taylor, 2000, p. 243).

No entanto, ele percebe que, gradativamente, há uma transição de uma concepção de indivíduo, essencialmente psicologizante, a um entendimento mais dialógico: "As pessoas não adquirem as linguagens de que precisam para se autodefinirem por si mesmas. Em vez disso, somos apresentados a essas linguagens por meio da interação com outras pessoas que têm importância para nós" (Taylor, 2000, p. 246).

A tese defendida por Taylor (2000) é de que nós construímos nossa identidade de maneira dialógica, e não no isolamento, ou seja, "[...] Minha própria identidade depende crucialmente de minhas relações dialógicas com os outros" (Taylor, 2000, p. 248). Daí depreende-se a íntima relação que se vai elaborando entre a noção moderna de identidade e a centralidade a ela associada, derivada da força cognitiva e material da ideia do *reconhecimento.*

Um desdobramento dessa relação é o esforço de Taylor (2000) em configurá-la. Ele identifica dois níveis do discurso do reconhecimento: o primeiro na esfera íntima, especialmente nos primeiros passos de formação de nossa personalidade, constituída a partir da relação entre pais e filhos; e o segundo na esfera pública, a partir da identificação de situações em que inexista reconhecimento social; no caso em exame, por exemplo, jovens em situação de vulnerabilidade social e risco. Nessa segunda esfera, Taylor (2000) faz uma articulação do que ele chama de política de reconhecimento e política de dignidade igual, gizando a fulcralidade dessa noção e sua proficuidade no desvelamento de certas dicotomias tradicionais, bem como seu uso no entendimento de fenômenos sociais complexos, isso porque:

> A partir da ideia de reconhecimento pode se desdobrar um conceito de intersubjetividade onde formas diferentes de sociabilidade vão surgindo no decorrer dos

> próprios conflitos em torno do reconhecimento, nas quais as pessoas ao mesmo tempo enfatizam sua subjetividade autônoma e reconhecem-se na sua pertença comunitária. Ou seja, a relação constitutiva entre identidade pessoal e práxis cultural e as instituições é entendida não como relação instrumental ou relação de dependência orgânica, substantiva, do indivíduo com a comunidade, mas como relação reflexiva de reconhecimento recíproco. O reconhecimento permite uma reconciliação, sempre passível de revisão, quando for o caso, entre diferença e identidade (Werle, 2004, p. 52).

Axel Honneth (2003), seguindo, em certo sentido, Taylor (2000), mas, por outro lado, guiado fundamentalmente por sua leitura crítica da obra harbermasiana e por sua ideia de "ação comunicativa", desenvolve essa mesma intuição em sua concepção de reconhecimento social, fundamentando-a, no entanto, na ideia de *luta*.

De modo sintético, pode-se dizer que o objetivo de Honneth (2003) é uma tentativa de

> [...] desenvolver em toda conseqüência um conceito de sociedade, e especialmente de mudança social, a partir da dinâmica de uma luta por reconhecimento. Seriam as motivações morais das lutas de grupos sociais que, enquanto tentativa coletiva, permitem a progressiva institucionalização e aceitação cultural das dimensões do reconhecimento recíproco (Souza, 2000, p. 24).

Ora, para tanto, do ponto de vista de Honneth (2003), duas ideias centrais norteiam a *luta*: toda a relação social tem o potencial de se tornar *relação de poder*, e o motor da história é a *luta social*, crivando o fato de que essa *luta* ocorre no âmbito intersubjetivo e coletivo de caráter dialógico (Saavedra, 2007).

Ora, essa intervenção na ciência social contemporânea ocorre a partir da releitura da categoria hegeliana do *reconhecimento* e do elemento de intersubjetividade a ela associado, efetuada pela chamada "terceira geração" da Escola de Frankfurt, especialmente a partir das contribuições instituídas por Honneth (2003), em seu diálogo com o próprio Jurgen Habermas, com Charles Taylor e com Nancy Fraser, uma de suas principais interlocutoras na reconfiguração da teoria crítica na atualidade e do papel do conflito social nela instituído.

No entanto, antes de adentrar no modo como o Programa ProJovem é organizado e em que medida é possível identificar aproximações entre a ideia de

"reconhecimento" e os procedimentos ali instaurados, o foco será o Programa, a fim de conhecê-lo com maior aprofundamento.

POLÍTICA PÚBLICA, JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO PARITÁRIA[2]

O ProJovem Experimental foi criado no governo de Luis Inácio Lula da Silva, pela Lei 11.129 (a qual criou, também, a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude), de 30 de junho de 2005.

Essa lei estabeleceu que o Programa teria validade de dois anos e poderia ser renovado no final do segundo ano, por um período igual. Sua implantação, no município de João Pessoa, efetivou-se em 2006, 2007 e 2008.

Esse ProJovem foi parte de uma política pública voltada para as juventudes e direcionado, inicialmente, para jovens de 18 a 24 anos que não tinham concluído o ensino fundamental e não possuíam um emprego formal. Esses jovens realizavam um curso de doze meses para obter o certificado de formação do ensino fundamental, recebiam uma iniciação no "mundo do trabalho" e desenvolviam uma ação comunitária. A carga horária dessas atividades era dividida em: 800 horas de formação básica; 350 horas de qualificação profissional; e 50 horas de ação comunitária, totalizando 1.600 horas de atividades, sendo 1.200 horas presenciais e 400 horas de atividades não presenciais.

Se o jovem obtivesse 75% de frequência e entregasse os trabalhos em dia, ele contaria com uma ajuda de custo mensal de cem reais. As finalidades desse Programa eram: a conclusão do ensino fundamental no período de um ano; a inicialização no mundo do trabalho; e a elaboração e execução de um plano de ação comunitária (PLA), segundo as propostas do ProJovem:

> O Plano de Ação Comunitária é um instrumento construído pelos jovens nas Unidades I e II do curso, com o apoio do professor-orientador, para organizar e orientar o engajamento e a participação cidadã em ações sociais de interesse público que serão realizadas no decorrer das Unidades III e IV do Programa. O PLA deve servir como um "guia para a ação", descrevendo o caminho que será percorrido pelos jovens e os procedimentos e as ferramentas que serão utilizados (Brasil, 2005 p. 40).

2 Para realizar tal discussão, foram utilizados alguns documentos oficiais do programa, disponíveis tanto no meio eletrônico (site do programa) quanto no meio impresso. São eles: Projeto Pedagógico Integrado; Plano Nacional para Gestores, Formadores e Educadores; Guia do Educador; Guia do Estudante; entre outros.

O PLA possuía a menor carga horária das atividades feitas pelos jovens durante o Programa, apenas cinquenta horas, e o Projeto Pedagógico estava definido no campo da assistência e da seguridade social. Porém este poderia ser um espaço bastante fértil para o desenvolvimento da cidadania desses jovens, os quais, nessa perspectiva, podiam não ser apenas integrantes do Programa ou também seus construtores, pois esses jovens teriam um espaço dentro de suas comunidades para agir e assim poder elaborar uma autoimagem em função da participação na comunidade, a partir da inserção nos grupos que a constituem.

Outra ação da política pública é o "encontro de lideranças", em que os jovens procuram lideranças de seus bairros ou integrantes de outros grupos atuantes no município para expor os problemas da comunidade local no núcleo do qual eles participam. Segundo a própria coordenadora do PLA, esses jovens também estão sendo incentivados a participar do Orçamento Democrático Municipal, uma experiência relevante, do ponto de vista da política pública e da juventude, segundo Sposito e Carrano (2003, p. 20):

> Um segundo campo de disputas nas políticas públicas de juventude decorre das formas como são concebidas as relações entre Estado e sociedade civil na conformação da esfera pública. Tratar o tema apenas no eixo da juventude – se as políticas são para os jovens, com os jovens, por meio dos jovens, com base neles –, embora importante para o debate público, do ponto de vista analítico, é insuficiente. As formulações diferenciais que pressupõem formas de interação com os atores jovens não são construídas apenas com base em uma imagem do que se pensa sobre a juventude na sociedade, mas decorrem, também, de uma clara concepção de modos de praticar a ação política, do exercício do governo (abertura ou não de canais de participação dos atores/formas de parceria etc.) e das relações com a sociedade civil na construção da esfera pública.

As primeiras análises desenvolvidas no Programa apontam que é na relação entre o jovem e a participação local que se encontram maiores "possibilidades" de diálogo entre as diversas instâncias envolvidas e, consequentemente, maior reconhecimento por parte dessa parcela da juventude cujas incertezas muitas vezes tendem a ser mais exacerbadas.

Mais recentemente, no entanto, a partir de desdobramentos do próprio Programa e da experiência acumulada em um Programa integrado, algumas mudanças foram a ele associadas. O objetivo continua a ser, fundamentalmente, investir em uma política nacional com programas e ações voltados para o desen-

volvimento integral do jovem brasileiro, representando uma dupla aposta: criar as condições necessárias para romper o ciclo de reprodução das desigualdades e restaurar a esperança da sociedade em relação ao futuro do Brasil.

De fato, no início de 2007, constituiu-se o grupo de trabalho GT Juventude, que reuniu representantes da Secretaria Geral da Presidência da República, da Casa Civil e dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social, do Trabalho e Emprego, da Cultura, do Esporte e do Planejamento. Essas reformulações ocorreram a partir dos resultados das avaliações interna e externa do Programa, realizadas pelo Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem – SMA[3], com instâncias separadas das gestões municipais/estaduais do Programa; fato esse bastante importante, segundo Carvalho (2003, p. 186):

> Integrar a avaliação ao processo das políticas públicas não significa, contudo, que ela deva ser promovida pelas agências responsáveis por sua implantação. Ao contrário, a posição que a avaliação ocupa no processo das políticas públicas é *externa* aos agentes gestores e executores e *singular* em face de seus propósitos.

Assegura-se, assim, uma avaliação na qual se possa realizar um ajustamento ou uma validação dos objetivos, das metas e dos focos sociais, uma adequação dos meios utilizados aos fins propostos, com quantificação e qualificação do atendimento realizado e dos benefícios gerados e uma identificação dos impactos ou efeitos das ações nas condições de vida dos beneficiários diretos e indiretos. Em parte, percebe-se que isso ocorreu com as modificações, a partir dos dados fornecidos pelo SMA, ocorridas no ProJovem Urbano em relação ao seu programa original, o ProJovem Experimental.

O ProJovem Urbano foi instituído pela Lei nº. 11.692, de 10 de junho de 2008, a qual revoga os dispositivos da Lei nº. 11.129, de 30 de junho de 2005. Uma das primeiras providências instituídas nessa lei, em seu artigo 2º, é o desmembramento do Programa em quatro modalidades, a saber: ProJovem Adolescente (serviço socioeducativo); ProJovem Urbano; ProJovem Campo – Saberes da Terra; e ProJovem Trabalhador.

3 O SMA é coordenado pela Universidade Federal de Juiz de Fora, em convênio com a Secretaria Geral da Presidência da República e com sete universidades federais, as quais atuam regionalmente, nas capitais e cidades de suas regiões metropolitanas. No caso de João Pessoa, há a coordenação da Universidade Federal de Pernambuco.

Esses Programas, apesar de serem formulados pela mesma lei, possuem documentos, instâncias e estão vinculados a Secretarias e a Gestões diferentes, por isso a restrição, neste trabalho, ao ProJovem Urbano.

No artigo 11 da referida lei, são elencados os três objetivos principais do Programa, os quais são iguais aos do Programa anterior: elevar a escolaridade, visando à conclusão do ensino fundamental, à qualificação profissional e ao desenvolvimento de ações comunitárias, com o exercício da cidadania, na forma de curso.

Esses objetivos estão previstos no § 2º do artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, lei nº. 9.394/96: "§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social" (Brasil, 1996, p. 1).

A faixa etária atendida pelo ProJovem Urbano aumentou em relação ao Experimental, passando a compreender jovens com idade entre 18 e 29 anos. Especificou-se na lei que era necessário esse jovem saber ler e escrever e se manteve o fato de não poder ter o ensino fundamental concluído.

A vigência do curso foi ampliada para dezoito meses letivos, e sua carga horária passou a ser de 2.000 horas, sendo 1.560 de atividades presenciais e 440 de não presenciais. Conservou-se a ajuda de custo de cem reais mensais para o jovem que obtivesse 75% de frequência e entregasse os trabalhos em dia.

São finalidades específicas do Programa: a reinserção dos jovens nos processos educacionais; a identificação e a capacitação dos jovens para o trabalho; sua participação em ações coletivas de interesse público; a inclusão digital; a ampliação de seu acesso à cultura.

Para alcançar tais objetivos e finalidades, o Projeto Político Integrado (PPI) do ProJovem Urbano propõe que sejam consideradas as especificidades dos jovens atendidos pelo Programa. Para tal, destaca a importância da integração entre a formação básica, a qualificação profissional e a participação cidadã com a condição juvenil. Assim se tenta formar uma "teia" de direitos para que esses jovens possam superar a situação de exclusão na qual muitos se encontram.

Ao usar o termo direito, o PPI se refere aos direitos universais do ser humano e também à necessidade de se perceber o jovem não como alguém que possui uma cidadania tutelada, mas sim como cidadãos ativos, conscientes de seus direitos e da necessidade de lutar por eles.

Segundo Sposito e Carrano (2003), as políticas públicas contemporâneas tornaram esses direitos o eixo norteador para sua construção. Assim, a cidadania passou a incluir, além dos direitos civis e políticos, os direitos sociais, os quais fazem referência às condições de vida e trabalho e ao acesso aos bens de consumo

reconhecidos pela sociedade. Esse também é um ponto destacado por Honneth (2003, p. 216-217):

> [...] De início, podemos conceber como "direitos", *grosso modo*, aquelas pretensões individuais com cuja satisfação social uma pessoa pode contar de maneira legítima, já que ela, como membro de igual valor em uma coletividade, participa em pé de igualdade de sua ordem institucional; se lhe são denegados certos direitos dessa espécie, então está implicitamente associada a isso a afirmação de que não lhe é concedida imputabilidade moral na mesma medida que os outros membros da sociedade. Por isso, a particularidade nas formas de desrespeito, como as existentes na privação de direitos ou na exclusão social, não representa somente a limitação violenta da autonomia social, mas também sua associação com o sentimento de não possuir o *status* de um parceiro da interação com igual valor, moralmente em pé de igualdade; para o indivíduo, a degeneração de pretensões jurídicas socialmente vigentes significa ser lesado na expectativa intersubjetiva de ser reconhecido como sujeito capaz de formar juízo de moral; nesse sentido, de maneira típica, vai de par com a experiência da privação de direitos uma perda de auto-respeito, ou seja, uma perda da capacidade de se referir a si mesmo como parceiro em pé de igualdade na interação com todos os próximos.

Ou seja, o autor assevera que, quando uma pessoa é desrespeitada em seus direitos, institucionalmente garantidos pela sociedade, é subtraída dela a capacidade de ter dignidade moral, a qual poderá ser reintegrada por processos de integração socializadora, a terceira esfera de reconhecimento proposta por Honneth (2003). É nessa esfera que podem agir as políticas públicas.

TEORIA PÓS-CRÍTICA, AXEL HONNETH E RECONHECIMENTO SOCIAL

Honneth (2003) parte do princípio de que o que distingue a sociedade moderna é a ideia de solidariedade, a qual está vinculada à condição de relações sociais simétricas de estima entre indivíduos autônomos e à possibilidade de esses mesmos indivíduos desenvolverem a autorrealização. Assim, subjaz ao seu argumento que, quando o sujeito social faz uma experiência de reconhecimento, ele adquire entendimento positivo sobre si mesmo; caso ocorra o contrário, e a situação social a qual esse sujeito é conduzido a experimentar se traduza em uma situação de *desrespeito*, a consequência é o adoecer.

Para executar a configuração desse "pano de fundo moral", Honneth (2003) busca na história social uma tipologia tripartite negativa da estrutura das relações de reconhecimento e, desse modo, levanta três princípios integradores do reconhecimento, a saber: a autoconfiança, a adjudicação de direitos e a solidariedade.

Desses princípios integradores do reconhecimento, Honneth (2003, 2007) propõe, como trabalho preliminar de elaboração de uma teoria positiva do reconhecimento, uma tipologia tripartite das formas de desrespeito (Honneth, 2003, 2007), origem de nossas patologias sociais.

O primeiro caso são os maus-tratos físicos, que ocorrem quando a pessoa é alienada do controle sobre seu próprio corpo. A tortura e o estupro são os exemplos clássicos desse insulto. Para ele, o maior dano causado por essa forma de desrespeito não é a dor física, mas a humilhação da perda da autonomia corporal, que, mais tarde, se converte em perda de autoconfiança, estranhamento em relação ao mundo e insegurança no contato com outras pessoas. Em suma, a pessoa é ferida em sua autoimagem. Honneth (2003) denomina essa forma de desrespeito como "*morte psicológica*".

O segundo tipo de desrespeito corresponde à negação de direitos a uma pessoa. Segundo Honneth (2003), enquanto membro de uma sociedade, a pessoa se entende possuidora de uma série de direitos que espera ver respeitados pelos outros membros. Uma vez que qualquer desses direitos lhe é repetidamente negado, a pessoa se sente rebaixada a uma posição de inferioridade moral, pois o que pressupõe a igualdade de direitos é a capacidade que cada um tem de formular julgamentos morais. Tal insulto deprime a autoestima da pessoa no tocante à capacidade que ela tem de se relacionar com os outros de igual para igual. Honneth designa essa forma de desrespeito como "morte social".

A terceira forma, por fim, consiste na depreciação do estilo de vida individual ou grupal (Honneth, 2003). Extraindo uma síntese da tipologia honnethiana, Mendonça (2007, p. 179) argumenta:

> [...] Honneth afirma que, "para poderem chegar a uma auto-relação infrangível, os sujeitos humanos precisam [...] além da experiência da dedicação afetiva e do reconhecimento jurídico, de uma estima social que lhes permita referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas" (2003, p. 198). É no interior de uma comunidade de valores, com seus quadros partilhados de significação, que os sujeitos podem encontrar a valorização de suas idiossincrasias.

Ora, a "honra", a "dignidade" ou, para usar uma palavra moderna, o "*status*" de uma pessoa corresponde ao grau de aceitação social, dentro do horizonte de tradições culturais de dada sociedade, dos métodos de autorrealização escolhidos pela pessoa.

Caso a hierarquia de valores sociais seja estruturada de modo a imprimir um rótulo de inferioridade e deficiência sobre suas convicções e seus estilos de vida, essa pessoa é impedida de atribuir valor social às suas habilidades (Honneth, 1992).

Nesse caso, o desrespeito, segundo Honneth (2003), deprime a autoestima da pessoa, na medida em que ela não consegue identificar seus projetos de autorrealização como algo de valor para a comunidade onde está inserida. Com base nessa tipologia das formas de desrespeito, Honneth (2003) constrói uma tipologia positiva das formas de reconhecimento.

O autor argumenta que, se a falta de reconhecimento fere a autoestima individual (ou grupal), o reconhecimento mútuo é a maneira pela qual o sujeito é capaz de construir uma imagem positiva de si mesmo, adquirindo, assim, positividade moral e capacidade de ação.

Em comparação com a Teoria da Justiça com a qual Honneth (2003) dialoga criticamente, a Teoria de John Rawls, seu avanço, refere-se ao fato de que fornece um diagnóstico crítico sobre as "patologias sociais" contemporâneas, a fim de apontar para sua superação; intenção essa que inexiste na teoria rawlsiana (Ravagnani, 2009).

Esse diagnóstico se encontra vinculado às formas de reconhecimento. E a primeira delas – a que se refere ao respeito à integridade corporal da pessoa – corresponde à afeição e ao encorajamento que ela recebe daqueles que lhe são próximos. Honneth (2003) informa-nos de que o jovem Hegel, durante sua fase romântica em Jena, chamou-a simplesmente de "amor". O senso de segurança corporal e autoconfiança afetiva criados pelo reconhecimento dos sentimentos e das necessidades da pessoa é, conforme Honneth (2003), um pré-requisito psicológico para o desenvolvimento de outras atitudes de respeito próprio. Contudo, dado que esse reconhecimento advém daqueles que nos são próximos, membros da família, amigos e parceiros amorosos, aqueles que Taylor (2000) chama de "*significant others*", ele só pode gerar uma moral particular, ou melhor, restrita ao círculo fechado daqueles que compartilham essa afeição.

A segunda forma equivale ao reconhecimento do cidadão, por parte dos outros cidadãos, como membro pleno daquela comunidade e, portanto, como possuidor dos mesmos direitos e deveres que cabem a qualquer outro cidadão. Segundo Honneth (2003), essa relação de reconhecimento é investida de um caráter cogni-

tivo ausente na forma anterior, pois, por meio dela, os sujeitos apreendem a lei em seus dois sentidos, como conjunto de normas específicas da sociedade à qual pertencem e como princípio universalizante de regulação das relações humanas.

A terceira e última forma de reconhecimento corresponde ao respeito e à estima pelo estilo de vida que constitui parte fundamental da biografia de cada indivíduo. Do ponto de vista da pessoa, isso corresponde à percepção de que suas escolhas individuais, qualidades e habilidades são valorizadas pela sociedade como sua contribuição autêntica. Para Honneth (2003), essa forma de reconhecimento pressupõe a anterior, ou seja, o reconhecimento universal dos direitos e deveres.

Ao mesmo tempo, ele adiciona ao mero aspecto cognitivo desse reconhecimento um elemento emocional na forma da solidariedade e da simpatia. Honneth (2003) defende que esse tipo de reconhecimento funciona pelo princípio de diferenças igualitárias, ou seja, a ideia de que as pessoas são diferentes, mas não desiguais. E Honneth (2003) conclui que a moralidade, se entendida como uma instituição que visa à proteção da dignidade humana, deve defender a reciprocidade do amor, o universalismo dos direitos e a igualdade da solidariedade contra os ataques da força e da repressão.

É necessário explicar, aqui, qual é a noção de juventude para o Programa atual, pois houve mudanças consideráveis na forma de se pensar esse conceito. Essas mudanças ficam bem claras ao serem percebidas as diferenças na noção de juventude. Eis como esse fato está exposto no ProJovem Experimental:

> [...] Entretanto, na perspectiva do ProJovem, a juventude, com sua diversidade, é vista não apenas como passagem, mas como fase singular da vida, que pressupõe o reconhecimento de direitos e deveres específicos. Portanto, o jovem já é um cidadão, e sua vida escolar, sua preparação para o trabalho e seu engajamento social são entendidos como exercício da cidadania (Brasil, 2005, p. 51).

A juventude, nessa perspectiva, não era mais vista apenas como uma passagem da vida infantil para a adulta, mas também como portadora de direitos e atuante na sociedade, fato esse bastante importante para o entendimento da condição juvenil, porém, nesse antigo formato do Programa, não havia referência ao diálogo intergeracional, o qual se refere às relações compartilhadas – nas famílias, na escola, no mundo do trabalho, nos espaços públicos, etc. – entre os jovens e os adultos. Esse diálogo é de fundamental importância para a construção das políticas públicas.

Miguel Abad (2003), por exemplo, destaca que as políticas voltadas para o segmento juvenil devem ser *políticas de valorização*, as quais devem ter o enfoque

nas relações dos jovens com as outras gerações. E é esse conceito o encontrado no PPI do ProJovem Urbano. Segundo essa proposta,

> para compreender melhor o sentido de "viver a juventude" nos dias de hoje, é necessário assumir uma perspectiva de geração, que consiste numa nova forma de perceber a juventude em suas relações com outros grupos sociais. Assim como a "perspectiva de gênero" não está restrita às mulheres e diz respeito à eqüidade nas relações entre homens e mulheres, a "perspectiva de geração" necessariamente aponta para novas relações inter e intrageracionais e requer um diálogo intergeracional que produza novas escutas e aprendizados mútuos (Brasil, 2008c, p. 56).

Nesse diálogo, tanto os jovens quanto os adultos têm experiências para partilhar entre si. Há um segundo tipo de diálogo proposto no PPI do Programa: o diálogo intrageracional, o qual tem sua importância fundada no reconhecimento da diversidade juvenil e na ampliação das possibilidades de participação de todos os jovens.

Essa ênfase na ideia de "diálogo" deve ser considerada fundamental na formação da identidade juvenil. De fato, o próprio Charles Taylor (2000, p. 248), retomando toda uma tradição de pensamento moderno relativo à formação do indivíduo, argumenta:

> Assim sendo, minha descoberta da minha identidade não implica uma produção minha de minha própria identidade no isolamento; significa que eu a negocio por meio do diálogo, parte aberto, parte interno, com o outro. Eis por que o desenvolvimento de um ideal de identidade gerada interiormente dá uma nova importância ao reconhecimento. **Minha própria identidade depende crucialmente de minhas relações dialógicas com os outros** (grifo nosso).

É a partir do diálogo e do reconhecimento dos direitos que a pessoa – no caso, o jovem – pode se engajar em atividades que contribuam para sua autonomia e emancipação. É importante ressaltar que, apesar de exposto no PPI do Programa, constata-se em pesquisas anteriores que esses objetivos ainda são atingidos de forma muito incipiente no município de João Pessoa.

E é pertinente também aludir à visão que o PPI do ProJovem traz de currículo. Se o argumento de Tomaz Tadeu da Silva (2007), em seu livro *Documentos de identidade*, for considerado à luz da teoria de identidade de Stuart Hall, perceber-se-á que:

> No fundo das teorias do currículo está, pois, uma questão de "identidade" ou de "subjetividade". Se quisermos recorrer à etimologia da palavra "currículo", que vem do latim *curriculum*, "pista de corrida", podemos dizer que no curso dessa "corrida" que é o currículo acabamos por nos tornar o que somos. Nas discussões cotidianas, quando pensamos apenas em conhecimento, esquecendo-nos de que o conhecimento que constitui o currículo está inextricavelmente, centralmente, vitalmente, envolvido naquilo que nos tornamos: na nossa identidade, na nossa subjetividade. Talvez possamos dizer que, além de uma questão de conhecimento, o currículo é também uma questão de identidade (Silva, 2007, p. 15-16).

O PPI traz, de forma bastante clara, o conceito de currículo, iniciando, inclusive, com um pequeno percurso histórico de seu significado. Porém essa discussão está muito "presa" à noção de grade curricular do Programa, não se colocando o currículo como uma *questão de identidade,* como fala Silva (2007), fato esse estranho, já que há uma centralidade na proposta do Programa em fomentar as identidades juvenis. Segundo esse documento:

> No entanto, as idéias mais atuais vêem o currículo, não como algo **feito**, mas como algo **que se faz** ao longo do tempo, e é essa concepção que se adota no ProJovem Urbano, considerando-se o currículo como um processo que envolve **escolhas, conflitos e acordos** que se dão em determinados **contextos** – como os órgãos centrais de educação ou as próprias escolas – com a finalidade de propor o que se vai ensinar (Brasil, 2008c, p. 62-63, grifo do autor).

O PPI do ProJovem propõe que se trabalhe com um currículo integrado, o qual deve abranger "os diferentes aspectos do ser humano em sua interação com a cultura e a sociedade contemporâneas" (Brasil, 2008c, p. 63). O currículo proposto é o integrado, pois se relaciona de forma a articular os três objetivos[4] já citados do Programa.

As diretrizes gerais relativas às dimensões curriculares propostas no PPI são:

- A formação básica deverá garantir as aprendizagens que correspondem às Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental e a certificação correspondente e, ao mesmo tempo, fundamentar a qualificação profissional e a participação cidadã.

4 São eles: formação básica, qualificação profissional e participação cidadã.

- A qualificação profissional inicial deverá possibilitar novas formas de inserção produtiva, com a devida certificação, correspondendo, na medida do possível, tanto às necessidades e potencialidades econômicas, locais e regionais quanto às vocações dos jovens.
- A participação cidadã deverá garantir aprendizagens sobre direitos sociais, promover o desenvolvimento de uma ação comunitária e a formação de valores solidários (Brasil, 2008c, p. 68).

Esse currículo do ProJovem Urbano se organiza em seis eixos estruturantes, unidades formativas, os quais se relacionam com os conteúdos curriculares e com as questões relativas às juventudes. Esse formato não é inovador do Programa, já que existia no ProJovem Experimental, porém apresenta duas unidades formativas a menos, em decorrência de sua duração ser menor que a do atual Programa.

Atualmente, os eixos são divididos em: Unidade Formativa I – Juventude e Cultura; Unidade Formativa II – Juventude e Cidade; Unidade Formativa III – Juventude e Trabalho; Unidade Formativa IV – Juventude e Comunicação; Unidade Formativa V – Juventude e Tecnologia; e Unidade Formativa VI – Juventude e Cidadania.

Para garantir que haja essa conexão entre a formação básica, a qualificação profissional e a participação cidadã no currículo, o PPI propõe temas integradores, os quais devem ser trabalhados tanto pelos gestores do Programa, com apoios de nível superior e formadores, quanto por seus professores e pelos alunos.

Para que essa proposta se materialize com os professores, o PPI propõe que estes realizem um planejamento integrado das atividades de cada unidade formativa. Esse planejamento, realizado por todos os professores do núcleo em conjunto, deve articular as áreas específicas (especialistas) com as atividades integradoras, o plano de orientação profissional e o plano de ação comunitária.

A partir das informações sucintamente apresentadas, observam-se certo caráter de inovação do Programa e possibilidades de articulação com a perspectiva honnethiana, especialmente a partir da reconfiguração da terceira etapa do reconhecimento social de Hegel e George Mead, aquela que se refere à noção de solidariedade social, cuja base é a ideia de que os pilares da solidariedade moderna são as relações simétricas existentes entre os membros da sociedade (Mattos, 2006).

Por relações simétricas deve-se compreender, segundo Honneth (2003), a possibilidade de qualquer sujeito ter chances de ter suas qualidades e especificidades reconhecidas como necessárias e valiosas para a reprodução da sociedade. A despeito da contribuição de Pierre Bourdieu (2007), hoje, indubitavelmente,

de profunda relevância na sociologia contemporânea, relativa à *ideologia das oportunidades iguais*, que, de modo sintético, atribui o prestígio social a padrões culturais predefinidos de acordo com o pertencimento a uma determinada classe, o argumento de Honneth, em certa medida, fundamenta uma espécie de "agenda" e de um "campo de possibilidade" (Pizzio, 2008) o qual deve ser extensivo à constituição do Programa, porém não de forma opaca.

PARTICIPAÇÃO, EMANCIPAÇÃO E DIALOGICIDADE

A categoria *reconhecimento* é considerada central na configuração política das últimas décadas, haja vista que, por meio de um resgate do pensamento hegeliano e de toda uma tradição em filosofia moderna, que, embora transite desde Agostinho, passando por Rousseau e Herder, até os dias de hoje, tenha sido sutilmente alvo de um processo de "invisibilidade", mantém sua intuição original na necessidade de se supor um *contexto normativo preexistente como dado primário e original para a prática social e política*, no entanto, intrinsecamente atrelado a um "outro significativo" (Mead, 1993).

Ora, esse "dado primário", ao qual se refere Axel Honneth (2003), relaciona ao fato de que o "não-reconhecimento ou o reconhecimento errôneo podem causar danos, podem ser uma forma de opressão, aprisionando alguém numa modalidade de ser falsa, distorcida ou redutora" (Taylor, 2000, p. 241).

De fato, essa estratégia argumentativa permite analisar como essas noções se tornaram constituintes da forma de se pensar o social; nele incluída a ideia de política pública e seu caráter emancipatório.

A inovação atrelada a essa perspectiva reside em seu deslocamento de um tipo de "naturalismo"[5] teórico-metodológico à constituição de uma configuração de análise do social cuja ênfase recai sobre o produto do diálogo entre as épocas e o caráter reflexivo que as constitui, sem, no entanto, secundarizar a ideia de *conflito social* e de *poder*, central na Teoria Crítica de Adorno e Horkheimer (1985), bem como sem deixar de lado o caráter reflexivo e de entendimento suscitado pela ideia-chave de *intersubjetividade comunicativa*, basilar na teoria habermasiana da ação, mas que, em Honneth (2003), ambos os elementos são tratados a partir do que ele denomina "*déficit sociológico*" interno a ambas as gerações.

5 Naturalismo, na perspectiva de Charles Taylor (1994), refere-se à tendência moderna, operante tanto no senso comum da vida cotidiana quanto na forma de praticar filosofia ou ciência dominantes, de desvincular a ação e a experiência humana da moldura contextual que lhe confere realidade e compreensibilidade (Taylor, 1994).

A princípio, em relação a Adorno e a Horkheimer, Axel Honneth argumenta que suas teorias da sociedade subestimam o sentido próprio do mundo da vida social. Do ponto de vista dele, os pensadores constroem a imagem de uma sociedade totalmente integrada, na qual a vida social se esgota em um circuito fechado do exercício centralizado da dominação (o capitalismo de Estado), do controle cultural (indústria cultural) e do conformismo individual (personalidade autoritária).

Para Honneth (2003), a primeira versão da teoria crítica secundariza os padrões morais, os estilos de vida e as possibilidades de operações interpretativas dos sujeitos – nos quais a interação comunicativa cotidiana entre indivíduos ganha expressão –, preservando apenas seu caráter reprodutor da vida em sociedade (Honneth, 2003).

Em segundo lugar, na teoria da ação de Habermas, o *déficit sociológico* herda da primeira vertente da teoria crítica uma concepção de sociedade que tem dois polos e nada a mediar entre eles, ou seja, uma visão de sociedade situada entre estruturas econômicas determinantes e imperativas (mundo do sistema) e a socialização do indivíduo (mundo da vida), desconsiderando, no entanto, o papel da ação social como fundamentalmente mediador (Nobre, 2003).

Axel Honneth (2003), como ressaltado, procura, a partir de sua reconfiguração da teoria crítica tradicional, recuperar a dimensão da ação e do conflito social, bem como a tese de que a base da interação é o conflito, e sua gramática, a "luta por reconhecimento". Nele, isso ocorre sem deixar de lado as variáveis *culturais* e de *poder*, centrais no seio das relações identitárias, especialmente quando nelas estiverem expressos os valores tanto quanto os horizontes privados de percepção dos agentes sociais inseridos na situação de contrato intercultural.

Ou seja, contrapondo-se à ideia que relaciona a assimilação a uma cultura hegemônica, com a consequente imagem de inferioridade que é inculcada sobre os grupos subjugados, percebe-se a internalização, em Honneth (2003), via Charles Taylor (2000), da noção hermenêutica de "fusão de horizontes", por meio da configuração da tese de que "compreender outra cultura implica uma abertura em relação a ela que equivale, em alguma medida, a uma transformação, ainda que parcial, dos parâmetros de julgamentos da própria cultura hegemônica" (Souza, 2003, p. 37). Alternativamente, nos termos da hermenêutica crítica de Hans-Georg Gadamer, se há uma transformação no indivíduo que está falando e no outro que está escutando, então, há um diálogo, o qual implica a inexistência de uma perspectiva ideal de encontro, como a ideia de um símbolo de duas metades. Todo o outro, em sua alteridade, está sempre além do "tu" que o indivíduo conhece (Gadamer, 1997 [1960]).

Obviamente, percebe-se, em Honneth (2003), que, a despeito de algumas similaridades existentes entre sua concepção de poder e aquela tradicionalmente inscrita na tradição frankfurtiana clássica e na teoria crítica contemporânea em Michel Foucault ("poder totalitário, que se inscreve nas entranhas de nosso cotidiano"), a dele, instituída em seu primeiro livro, *Crítica do poder*, publicado em 1986, tende muito mais a uma ruptura, haja vista que Honneth privilegia o fato de que o tipo de luta social em sua *teoria do reconhecimento* não é marcado por objetivos de autoconservação ou aumento de poder, elementos centrais no pensamento social e político mais tradicional. Em vez disso, a ele interessa os conflitos que se originam de uma experiência de *desrespeito social* (Honneth, 2007), de um ataque à identidade pessoal ou coletiva, capaz de suscitar uma ação que busque restaurar relações de reconhecimento mútuo ou justamente desenvolvê-las em um nível evolutivo superior[6]. Ou seja, o ponto do qual Honneth (2003) parte é o fato de que, nas relações comunicativas, há uma suposição básica de reconhecimento social: os sujeitos alimentam a expectativa normativa de serem reconhecidos em sua identidade particular e coletiva, constituindo, assim, o pressuposto fundamental de toda a ação comunicativa, a aquisição do reconhecimento recíproco (Werle; Melo, 2007).

A consequência disso, para ele, é ver nas lutas sociais por reconhecimento uma força moral que impulsiona desenvolvimentos sociais (Honneth, 2003). Comparativamente à teoria crítica habermasiana, em vez de focalizar a tensão entre "sistema" e "mundo da vida" (Habermas, 1987), a perspectiva crítica deveria se concentrar nas *causas responsáveis* pela sistemática violação das condições de reconhecimento, intersubjetivas (individuais) ou interinstitucionais (coletivas).

Nesse sentido, de algum modo, a partir da externalização do Programa, guiado pela avaliação do discurso que o institui, é possível perceber elementos que tendem a reforçar a interação e autopercepção desses sujeitos como partícipes dessa política pública, levando a enxergar em alguns dos "*insights*" de Honneth (2003) novas formas de aperfeiçoar essa agenda de investigação e de trabalho,

6 No entanto, é importante ressaltar a inexistência de consenso em torno da ideia de que, se, por um lado, há de fato uma ruptura em relação ao pensamento harbemasiano e à teoria social clássica, por outro lado, não se trata, na verdade, apenas de uma "continuidade" interna à própria tradição, como inclusive sugere o próprio Honneth (2003), ao afirmar que essa "pode ser vista como um posterior desenvolvimento do projeto teórico habermasiano" (Honneth, 2003, p. 246). Ainda, como ressaltou recentemente Holmes (2009), trata-se apenas de uma "briga de família". "Isso porque, na verdade, parece sim haver certo consenso em atribuir o desenvolvimento inicial do pensamento de Honneth à evidenciada intuição habermasiana, já presente em seu capítulo Trabalho e Interação, de *Técnica e ciência como ideologia*, publicado em 1968, com relação à presença de elementos, no jovem Hegel, que permitem a elaboração de uma teoria da intersubjetividade.

algo que, sem dúvida, reforça o impacto dessa perspectiva de análise em papel na revitalização da teoria crítica.

"O SR. DESAJEITADO"

Hannah Arendt, em seu clássico *Homens em tempos sombrios* (2008), ao "ler" Benjamin perpassado pela figura poética do corcunda, diz: "Sua mãe, como milhões de outras mães na Alemanha, costumava dizer 'O Sr. Desajeitado manda lembranças (*Ungeschickt lasst grussen*)'" (Arendt, 2008, p. 171), aludindo ao conto de fadas originário da figura e ao seu impacto no imaginário infantil alemão da época.

A pergunta aqui elaborada e que guiou este artigo se refere à proficuidade teórica da ideia de reconhecimento em tempos, por que não dizer, talvez, ainda relativamente sombrios. Ora, a partir da contribuição honnethiana, parece ser possível extrair, sim, minimamente aproximações profícuas entre o modo como se efetiva o reconhecimento social, no âmbito da esfera pública, e a própria ideia de cidadania (Silva, 2000), por exemplo, articulando ou tratando a política pública como uma espécie de mecanismo que possibilitará a execução dessa agenda metateórica, configurando-se como um "campo de possibilidades" passível de estreitar as relações entre reconhecimento e desigualdade social ou, ainda, ao olhar crítico como um dos mecanismos institucionais, no âmbito do Estado, de fortalecimento cognitivo e material dos sujeitos sociais diante de situações de desrespeito que possibilitem, minimamente, a necessária "ampliação das relações de reconhecimento" (Saavedra; Sobottka, 2008).

A consequência dessa aproximação é a emergência, na contemporaneidade, da elaboração e implantação de políticas públicas que articulem a necessidade de reconhecimento a novos grupos sociais, considerados em situação de vulnerabilidade social, como os jovens, fundamentados em elementos tanto simbólicos quanto materiais.

Segundo Taylor (2000, p. 241):

> A exigência de reconhecimento assume nesses casos caráter de urgência dados os supostos vínculos entre reconhecimento e identidade, em que "identidade" designa algo como uma compreensão de quem somos, de nossas características definitórias fundamentais como seres humanos. A tese é de que nossa identidade é moldada em parte pelo reconhecimento ou por sua ausência, frequentemente pelo reconhecimento *errôneo* por parte dos outros, de modo que uma pessoa

> ou grupo de pessoas pode sofrer reais danos, uma real distorção, se as pessoas ou sociedades ao redor deles lhes devolverem um quadro de si mesmas redutor, desmerecedor ou desprezível.

Isso não quer dizer que se pretenda reduzir o reconhecimento apenas à valorização de grupos sociais, e sim que se está discutindo a perspectiva de reconhecimento como sendo essencial ao homem, e não apenas como uma cortesia dada a um grupo de pessoas (Taylor, 2000).

Para Taylor (2000), o que surgiu na modernidade não foi a necessidade de reconhecimento, mas sim as condições em que a tentativa de ser reconhecido pode malograr:

> Eis por que essa necessidade é agora reconhecida pela primeira vez. Em épocas pré-modernas, as pessoas não falam de "identidade" nem de "reconhecimento" – não porque não tivessem o que chamamos de identidades ou porque estas não dependessem de reconhecimento, mas porque estas eram demasiado sem problemas para ser tematizadas (Taylor, 2000, p. 248).

Ou seja, é possível afirmar, assim, que, uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpretado ou representado, a identificação não é automática, mas pode sofrer ganho ou perda, tendendo, aí sim, a ser passível de politização.

Eis, então, o espaço híbrido onde a política pública deveria se tornar presente, haja vista que,

> Para esses grupos, as políticas de reconhecimento abrem, na esfera pública, um campo de possibilidades de formulação e implementação de projetos coletivos que visam à conquista e ampliação dos direitos sociais característicos da cidadania, com perspectivas reais de diminuição das desigualdades sociais. Contudo, este não é um movimento fácil de ser realizado quando nos movemos num domínio reivindicatório de políticas de igualdade como a cidadania. Num tal contexto, os reclames dos grupos em torno da diferença são difíceis de serem conciliados dentro de políticas de igualdade, pois a lógica predominante, nesses casos, é de homogeneização. Desse modo, procura-se legitimar, reconhecer e valorizar o que é comum a todos; em outras palavras, a igualdade nas relações é mediada por aqueles aspectos que são compartilhados por todos dentro de uma comunidade. Já quando discorremos acerca de políticas da diferença, percebemos que essas

> buscam dar relevo às singularidades. A lógica que prevalece, nesses casos, é de diferenciação (Pizzio, 2008, p. 85).

O direcionamento do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (ProJovem), no município de João Pessoa, decerto questiona o termo "considerações finais" deste artigo. Na verdade, as primeiras impressões analíticas do ProJovem revelam mais as possibilidades de aprofundamento de estudos e menos uma análise definitiva dessa política.

Além dos aspectos já ressaltados, destacam-se dois pontos centrais neste debate: o primeiro se refere a como o ProJovem (como política pública direcionada às demandas da juventude urbana no Brasil) tem respondido *relativamente* às expectativas dos jovens considerados em situação de vulnerabilidade social ou em "situação de risco" (Leccardi, 2005).

Evidentemente, a ação do Programa não pode ser vista de forma isolada, e deve, sim, ser vista em conjunto com a dinâmica socioeconômica da sociedade brasileira, haja vista que os "caminhos emancipatórios" (Honneth, 2003) não são, de forma nenhuma, instituídos a partir da implantação de uma política social, mas sim, fundamentalmente, associada a reformas sociais, políticas e econômicas mais radicais, de tal modo que aqui já se depreende a importância da teoria social honnethiana como óculos profícuo, no sentido avaliativo.

Contudo, por outro lado, a lacuna se evidencia entre a própria política e o contexto sociocultural mais amplo, em que o público-alvo se encontra, ou seja, o termo referido revela, por um lado, o caráter inconcluso da própria natureza e dinamicidade, o qual se encontra atrelado à produção de conhecimento, alvo permanente de pesquisa. O objeto de estudo deve ser percebido como complexo e passível de diversos olhares "sociológicos".

O segundo aspecto de (in)conclusão revela que, por outro lado, o desenvolvimento do Programa pode tomar feições e direcionamentos diversos, a partir de variáveis como o papel das instâncias locais em sua condução, por exemplo. Evidentemente, o olhar sobre o ProJovem, no município de João Pessoa, indica a necessidade de estudos comparativos nas diversas municipalidades, no sentido de aprofundar as variáveis postas. Logo, percebe-se que o programa se apresenta como campo fecundo para investigações futuras.

Finalmente, pode-se dizer também que, ainda que o Programa possa aumentar as possibilidades daquilo que propõe (como formação para a cidadania, iniciação ao mundo do trabalho, ação comunitária e, finalmente, aumento de escolaridade

dessa parcela da população) pode, da mesma forma, revelar a não vinculação direta entre aumento da escolaridade e participação no mercado de trabalho, por exemplo.

Assim, neste caso, o olhar deve se voltar mais sobre as possibilidades de emprego e renda, no atual quadro da sociedade brasileira, do que propriamente sobre o programa. Essa concepção procura afastar tanto os olhares ingenuamente otimistas (que veem na educação uma ponte direta para a inclusão social, pela via da inclusão no mundo do trabalho) quanto os pessimistas, que, nesse caso, seriam fadados ao imobilismo por parte do Estado e de suas políticas públicas.

Seguindo na esteira de outros estudos sobre políticas públicas e juventude (Martins, 1998; Paiva, 2000, Sposito; Carrano, 2003), identifica-se, também, dentro desta pesquisa, uma concepção diferenciada de política pública, na qual se pode observar uma maior participação gradativa dos jovens em parte da elaboração da política, especialmente no que concerne à participação em sua comunidade, conhecendo sua realidade e fundamentando esse conhecimento, a fim de, no futuro, possibilitar a ele intervenções mais concretas em sua própria realidade.

Percebe-se, assim, desdobramentos da noção de reconhecimento na implantação da política, haja vista ser o ProJovem não apenas uma política elaborada de modo verticalizado, mas muito mais dialógica, existindo espaços nos quais os jovens podem construí-la. Ao criar-se a possibilidade de se fomentar uma consciência crítica no jovem, abre-se espaço para ele se tornar um produtor, e não um mero reprodutor, dentro da sociedade, no geral, e de sua comunidade, no particular.

Então, nesse sentido, é possível, sim, extrair proficuidade da ideia de reconhecimento e da Teoria Crítica, e, em particular, de Walter Benjamin, esse "Sr. Desajeitado", que sempre nos manda lembranças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abad, Miguel. Crítica política das políticas da juventude. In: Freitas, Maria Virgínia; Papa, Fernanda de Carvalho (Org.). *Políticas públicas*: juventude em pauta. São Paulo: Cortez/Ação Educativa, 2003.

Adorno, T.; Horkheimer, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. p. 223.

Arendt, H. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 315 p.

Bauman, Z. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. 334 p.

_____. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 258 p.

_____. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 110 p.

_____. *Vida Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. 210 p.

Bourdieu, P. *A distinção*. Crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007. p. 556.

Brasil. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996.

Brasil. Lei n. 11.129, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ; e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as leis nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1º. de julho de 2005; seção 1, p. 1.

Brasil. Lei n. 11.692, de 10 de junho de 2008. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem –, instituído pela Lei nº. 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei nº. 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das leis nº. 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 de junho de 2008a; seção 1, p. 1.

Brasil. Decreto n. 6.629, de 4 de novembro de 2008. Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem –, instituído pela Lei nº. 11.129, de 30 de junho de 2005, e regido pela Lei nº. 11.692, de 10 de junho de 2008, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 05 de novembro de 2008b; seção 1, p. 4.

Brasil. *Projeto pedagógico integrado do* ProJovem *Urbano*. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano, 2008c.

Brasil. *Plano Nacional de formação para gestores, formadores e educadores*. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano, 2008d.

Carvalho, Sonia Nahas de. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. *São Paulo em Perspectiva,* São Paulo, v. 17, n. 3-4, pp. 185- 196, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000300019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 abr. 2009.

Costa, S. Quase crítica: insuficiências da sociologia da modernização reflexiva. *Revista Tempo Social*, São Paulo, v. 16, n. 2, pp. 73-100, 2004.

Féres Jr., J. Contribuição a uma tipologia das formas de desrespeito: para além do modelo hegeliano-republicano. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p. 555-576, 2002.

Giddens, A. *Conseqüências da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. 177 p.

_____. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. 233 p.

Giddens, A.; Beck, U.; Lash, S. *Modernização reflexiva*: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 264 p.

Habermas, J. *Teoíra de la acción comunicativa*. Madri: Taurus, 1987. v. I.

Holmes, P. Briga de família ou ruptura metodológica na teoria crítica (Habermas x Honneth). *Tempo Social*, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 133-155, 2009.

Honneth, A. Integrity and disrespect: principles of a conception of morality based on the theory of recognition. *Political Theory*, Thousand Oaks, v. 20, n. 2, pp. 187-202, 1992.

_____. *Luta por reconhecimento*: a gramática moral dos conflitos morais. São Paulo: 34, 2003. 291 p.

_____. *Disrespect*. The normative foundations of critical theory. Cambridge, UK: Polity Press, 2007. 275 p.

Leccardi, C. Para um novo significa do futuro. Mudança social, jovens e tempo. *Tempo social*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 35-57, 2005.

Martins, H. H. T. Souza. A juventude no contexto da reestruturação produtiva. In: Abramo, H. W.; Freitas, M. V.; Sposito, M. P. (Org.). *Juventude em debate*. São Paulo: Cortez/ Ação Educativa, 1998.

Mattos, P. *A sociologia política do reconhecimento*. As contribuições de Charles Taylor, Axel Honneth e Nancy Fraser. São Paulo: Annablume, 2006. 163 p.

Mead, G. *Espiritu, persona y sociedad*. Desde el punto de vista del conductismo social. México: Editorial Paidos, 1993. 403 p.

Mendonça, R. F. Reconhecimento em debate: os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado habermasiano. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, n. 29, pp.169-185, 2007.

Nobre, M. Apresentação. Luta por reconhecimento: Axel Honneth e a teoria crítica. In: Honneth, Axel. *Luta por reconhecimento*. A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo, Editora 34, 2003. p. 07-19. 291 p.

Paiva, M. R. Juventude e mobilização. In: Abramo, H. W; Freitas, M. V.; Sposito, M. P. (Org.). *Juventude em debate*. São Paulo: Cortez/Ação Educativa, 2000.

Pizzio, A. As políticas sociais de reconhecimento como elemento de redução das desigualdades sociais. *Revista de Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 44, n. 1, p. 80-86, jan./abr. 2008.

Ravagnani, H. B. Uma introdução à Teoria Crítica de Axel Honneth. *Intuitio*, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 51-67, 2009.

Ricouer, P. *Percurso do reconhecimento*. São Paulo: Edições Loyola, 2006. 280 p.

Saavedra, G. A. A teoria crítica de Axel Honneth. In: Souza, J.; Mattos, P. (Org.). *Teoria crítica no século XX I*. São Paulo: Annablume, 2007. 163 p.

Saavedra, G. A.; Sobottka, E. Introdução à Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth. *Civitas*, Porto Alegre, v. 8, n. 1, pp. 161-182, 2008.

Santos, M. S. dos. Eurocentrismo e identidade. In: Silva, J. P. da (Org.). *Por uma sociologia do século XX*. São Paulo: Annablume, 2008. 215 p.

Silva, J. P. da. Cidadania e reconhecimento. In: Avritzer, L.; Domingues, J. M. (Org.). *Teoria social e modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. 238 p.

Silva, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade*: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Souza, J. A dimensão política do reconhecimento social. In: Avritzer, L.; Domingues, J. M. (Org.). *Teoria social e modernidade no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. 238 p.

_____. *A construção sociais da subcidania*. Para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj, 2003. 207 p.

_____. .*A invisibilidade da desigualdade brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2006. 396 p.

Sposito, M. P.; Carrano, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, 2003.

Taylor, C. The politics of recognition. In: Gutmann, A. (Ed.). *Multiculturalism*: examining the politics of recognition. Princeton/Chichester: Princeton University Press, 1994.

_____. *Argumentos filosóficos*. Tradução Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Edições Loyola, 2000. 311 p.

Werle, D. L. *Lutas por reconhecimento e justificação da normatividade*. (Rawls, Taylor e Habermas.). 2004. 220 p. Tese (Doutorado em Filosofia)–Departamento de Filosofia, FFLCH/USP, São Paulo, SP, 2004.

Werle, D. L.; Melo, R. S. Teoria crítica, teorias da justiça e "reatualização" de Hegel. In: Honneth, A. *Sofrimento de indeterminação*: uma reatualização da Filosofia do Direito de Hegel. São Paulo: Editora Singular; Esfera Pública, 2007. 145 p.

A MEDICALIZAÇÃO DA VIDA E OS MECANISMOS DE CONTROLE:

reflexões sobre o TDAH[1]

Tatiana de Andrade Barbarini*

Resumo Este artigo propõe uma reflexão sociológica acerca do tratamento psiquiátrico e medicamentoso prescrito a crianças diagnosticadas com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), definido por psiquiatras e literaturas especializadas como um transtorno mental cujos sintomas são: desatenção, hiperatividade e impulsividade. Esse tipo de proposta é importante, pois investiga qualitativamente alguns processos relacionados ao transtorno e seu tratamento, tais como biologização, patologização, medicalização e estigmatização de certos comportamentos infantis, além de suas consequências para as crianças que recebem o diagnóstico de TDAH e têm sua condição patológica confirmada. O intuito é revelar aspectos sociais, culturais e históricos omitidos pela naturalização do transtorno, uma vez que sua etiologia é aceita como primordialmente biológica (o que confere papel secundário a fenômenos sociais). Abordam-se o discurso e saber psiquiátrico acerca do transtorno e as experiências leigas dos sujeitos que vivenciam o TDAH e que estão em contato com profissionais de saúde especializados, para que se analise se o TDAH e seu tratamento psiquiátrico e medicamentoso podem ser interpretados como mecanismos de controle de vidas. Os dados foram coletados por meio de pesquisas bibliográfica e empírica. A pesquisa de campo se desenvolveu no Ambulatório de Psiquiatria Infantil do Hospital das Clínicas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e contou com o método etnográfico e as técnicas de observação participativa, bem como entrevistas semiestruturadas (com profissionais de saúde atuantes no referido ambulatório, crianças entre 6 e 12

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1 Este artigo contém resultados de pesquisa de Mestrado, orientada pela profa. dra. Maria Lygia Quartim de Moraes e financiada pela FAPESP (também contou com o apoio da CAPES). O projeto de pesquisa teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Médicas/ UNICAMP, com o Parecer nº. 694/2009.

anos diagnosticadas como portadoras de TDAH e seus pais ou representantes legais) e produção e interpretação de desenhos infantis.
Palavras-chave TDAH; sociologia da saúde; medicalização; infância.

MEDICALIZATION OF LIFE AND CONTROL MECHANISMS: REFLECTIONS ON ADHD

Abstract *This article aims to reflect sociologically on the psychiatric and medicamental treatment prescribed to children diagnosed with Attention Deficit/Hyperactivity Disorder (ADHD). It is defined as a mental disorder by psychiatrists and specialized literature and its symptoms are: inattention, hyperactivity, and impulsivity. This kind of proposition is important because it investigates qualitatively some processes related to the disorder and its treatment, such as biologization, pathologization, medicalization, and stigmatization of certain children's behaviors, and their consequences for those children who are diagnose with ADHD and whose pathologic condition is confirmed. In other words, we have the purpose of unveiling social, cultural, and historical aspects suppressed by the naturalization of ADHD, since its etiology is accepted as primordially biological. As a consequence, social phenomena have subordinate role. In order to accomplish its aims, this article approaches the psychiatric speech and knowledge on ADHD and the lay experiences of individuals who live with the disorder and in contact with specialized health professionals. We wish to analyze if ADHD and its psychiatric and medicamental treatment can be seem as life control mechanisms. Information was collected in bibliographical and empirical researches. The field research was developed at "Ambulatório de Psiquiatria Infantil do Hospital das Clínicas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)". We used ethnographic method and techniques of participative observation, semi-structured interviews (with health professionals acting at the above mentioned clinic, 6-to-12-years-old children diagnosed as ADHD bearers, and their parents or legal guardians), and children's drawings production and interpretation.*
Keywords *ADHD; health sociology; medicalization; childhood.*

INTRODUÇÃO

A sociedade atual exige cada vez mais de seus membros comportamentos racionais e individuais, voltados ao trabalho e ao sucesso. Flexibilidade, desapego emocional, produtividade e eficiência são algumas das características exigidas dos indivíduos (LIMA, 2005), inclusive das crianças, para quem o fracasso escolar é o principal sinal de que seu desempenho está abaixo do esperado. Isso evidencia

que as crianças, desde muito cedo, são submetidas a ambientes competitivos, nos quais há comparação, classificação e punição dos "inadaptados".

Por muito tempo, a família, a escola e a Nação foram os responsáveis pelo cuidado e pela educação das crianças, mas outros atores entraram no palco do mundo infantil: os profissionais de saúde. Em situações em que os problemas da infância não são resolvidos por pais ou professores, a medicina e, no caso especial do objeto de estudo deste artigo, a psiquiatria assumem o papel social de apresentar as ferramentas e soluções mais adequadas. É o que acontece com o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH).

Definido pela literatura especializada – psicologia, neurociências, psicopatologia e, principalmente, psiquiatria – como um transtorno mental (psiquiátrico) que se desenvolve em crianças antes dos sete anos de idade e que pode ou não prevalecer durante a adolescência e a vida adulta, o TDAH é indicado como a causa mais comum da presença de crianças em consultórios e ambulatórios psiquiátricos no Brasil, atualmente.

Na quarta edição revisada do *Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais* (DSM-IV-TR) – guia psiquiátrico que contém informações sobre os mais diversos transtornos mentais estudados e classificados, publicado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA) –, estima-se que entre 3% e 5% da população escolar estadunidense seja portadora do transtorno (APA, 2002)[2].

Segundo Lima (2005), essa estimativa também se aplica ao Brasil, embora os dados não sejam precisos, e se acredita que muitas crianças ainda não foram diagnosticadas.

O TDAH é considerado pelos profissionais de saúde e definido pelo DSM como um problema de saúde sério, porque envolve disfunções cerebrais e falhas em neurotransmissores que desempenham importantes funções em áreas do cérebro responsáveis pela atenção, organização, ansiedade e impulsividade. Assim, as principais consequências do transtorno são: os prejuízos nas atividades cotidianas, como finalizar atividades escolares, prestar atenção nas aulas, organizar-se, seguir

2 O DSM foi publicado pela primeira vez em 1952, e a publicação de sua quinta versão está prevista para 2013. A versão vigente é a quarta revisada (DSM-IV-TR), organizada por um comitê composto por psiquiatras membros da APA, os quais agrupam experiências profissionais e acadêmicas e pesquisas científicas sobre os mais diversos transtornos mentais. A principal função do DSM é padronizar definições, critérios e classificações diagnósticas, procedimentos e códigos e, assim, guiar a prática psiquiátrica em todo o mundo. Para lidar com as diferenças de cada indivíduo e cultura, o manual propõe que os profissionais tenham um olhar singularizado para cada caso. Por outro lado, o guia abre espaço para críticas tanto por parte de estudiosos que questionam sua padronização e seu embasamento estatístico quanto daqueles que discutem a subjetividade da prática psiquiátrica, que contrariaria os princípios objetivos das ciências médicas.

as regras sociais e de brincadeiras, e nas relações sociais da criança portadora, assim como a observação dos sintomas hiperatividade, desatenção e impulsividade (APA, 2002, p. 77-83).

A partir dessas definições, problemas como não prestar atenção nas aulas, não realizar as atividades e as tarefas de casa, a excessiva agitação, estar constantemente no "mundo da lua", entre outros conceitos populares que descrevem uma criança "danada" e "difícil", passam a ser explicados pela ciência. Ou seja, essas crianças não são preguiçosas, e tampouco seus pais e professores são culpados pela situação: elas carregam em seu corpo, em seu cérebro, disfunções biológicas e desarmonias químicas, que devem ser tratadas por profissionais especializados para que a criança seja normal.

O Tdah, então, constitui-se como um transtorno mental psiquiátrico e biológico característico da infância, no qual fatores como a vivência da criança em um meio desorganizado (a família e a escola, geralmente), por exemplo, exercem influência secundária, facilitando a expressão do transtorno, mas não a determinação de sua existência. Constitui-se, portanto, como um problema individual.

Essa "individualidade" desperta questionamentos, quando se percebe que a quantidade de casos no Brasil e no mundo está crescendo, assim como a adoção de medicamentos para o tratamento do transtorno. Pergunta-se: por quê? Por que se considera que crianças com Tdah não serão – ou serão com muitas dificuldades – bem-sucedidas? Por que desatenção, hiperatividade e impulsividade são problemas? A quais regras essas crianças devem estar adaptadas para serem bem-sucedidas? Deve haver algo além de um problema estritamente biológico. Mas o quê? Os críticos apontam para problemas sociais, políticos, culturais e econômicos que refletem a atual sociedade.

Assim, não se deseja, neste artigo, como Thomas Szasz (1974) faz, afirmar que o Tdah e os transtornos mentais são mitos, mas é preciso desnaturalizá-los (Moysés, 2001; Lima, 2005), refletindo sociologicamente sobre os processos de biologização da sociedade, medicalização da vida (e também da sociedade) e estigmatização.

São trazidos alguns dos resultados obtidos em pesquisa de campo (parte constituinte de pesquisa de Mestrado em fase de conclusão), que se desenvolveu no Ambulatório de Psiquiatria Infantil do Hospital das Clínicas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), entre 2009 e 2011. Contou-se com o método etnográfico, bem como com técnicas de observação participativa, entrevistas semiestruturadas (com profissionais de saúde atuantes no referido ambulatório, crianças entre 6 e 12 anos diagnosticadas como portadoras de Tdah e seus pais ou representantes legais) e produção e interpretação de desenhos infantis.

É relevante informar que as famílias incluídas na pesquisa são membros de grupos sociais com recursos financeiros limitados, e esse recorte se explica pelo fato de o Ambulatório fazer parte do Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro.

O TDAH E A PSIQUIATRIA

Uma breve consideração sobre a psiquiatria na constituição do TDAH como seu objeto de estudo e prática permitirá compreender a introdução dos processos de biologização e medicalização na sociedade. "Biologizar" significa compreender e explicar determinados fenômenos por meio de manifestações fisiológicas, cerebrais e/ou genéticas, ou seja, manifestações individuais do ser como um organismo.

Ligado a esse conceito está "medicalizar", entendido, primeiro, como tratar problemas e fenômenos antes considerados não médicos (sociais, políticos, culturais e econômicos) como problemas médicos, que passam a receber atenção dos profissionais de saúde e a estar sujeitos a um diagnóstico e tratamento médicos; e, segundo, como introduzir a medicação como solução desses problemas (CONRAD, 1992).

Portanto, biologizar e medicalizar significam, ao mesmo tempo, "responsabilizar" os indivíduos por seus problemas e permitir que apenas profissionais especializados lidem com eles, uma vez que passam a ser definidos como manifestações patológicas do corpo, da mente e da saúde.

Para Foucault (2006a), a sociedade capitalista não se impõe aos indivíduos simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas principalmente quando atinge seus corpos e controla seus gestos e comportamentos. Por ter o corpo doente do ser humano como objeto de intervenção, a medicina se constitui como um mecanismo com o qual o poder disciplinar e a sociedade moldam-no, segundo seus interesses, e tornam-no dócil. Desse modo, o corpo se torna uma realidade biopolítica, e a medicina, uma estratégia biopolítica (FOUCAULT, 2006a, p. 80).

Analisando as formas de desenvolvimento da medicina social na Europa dos séculos XVIII e XIX, Foucault conclui que ela organizou seu conhecimento, tornando-o legítimo e o único capaz de lidar com os problemas de saúde e de desorganização das cidades e da população, submetendo todos os âmbitos da sociedade ao seu poder disciplinar. O autor também percebe que esse poder disciplinar médico (e depois psiquiátrico) de organizar, vigiar e controlar espaços foi aplicado aos indivíduos, especialmente àqueles que representavam uma ameaça social: os leprosos e loucos (FOUCAULT, 2006a, 2006b, 2008a). Contudo, neste artigo são enfatizados os segundos, assim como sua relação com a atualidade.

Phillipe Pinel e Jean-Étienne Dominique Esquirol, alienistas franceses do século XIX, foram essenciais à transformação da loucura em objeto da psiquiatria, ao consolidá-la como doença. Pinel desenvolveu um modelo de classificação, descrição e tratamento das doenças psicopatológicas com base no conhecimento científico e implantou a reforma e a reorganização dos hospitais.

A partir desse momento, alcançar-se-ia a cura pelo restabelecimento do domínio da razão por meios morais e físicos aplicados pela medicina mental (denominada "terapêutica"), já que se considerava que a loucura era causada pelas "paixões da alma", pela desordem social e pelos sentimentos existentes em excesso, resistindo à regulação pela razão (Facchinetti, 2008, p. 503-504).

Esquirol, seu discípulo, definiu uma série de fenômenos psicopatológicos, como a idiotia e a demência, a partir de estudos sobre a loucura. De acordo com Foucault (2006b), estava, então, pronta a base para o domínio do louco pelo psiquiatra, seu afastamento da sociedade e a classificação dos problemas mentais nas crianças (a idiotia e o retardo), possibilitando a expansão do poder psiquiátrico no século XIX. Determinando, assim, os problemas mentais que afetavam os indivíduos e a anormalidade, a psiquiatria se tornou mais geral e perigosa, pois assumiu o "poder sobre o anormal, poder de definir o que é anormal, de controlá-lo, de corrigi-lo" (Foucault, 2006b, p. 280).

O movimento de formação da medicina como única ciência legítima para lidar com a saúde e a doença dos indivíduos e da psiquiatria como responsável pela classificação, identificação e pelo tratamento da loucura também esteve presente no Brasil, desde seu período colonial. Desenvolveram-se os movimentos higienista e puericultor, com os quais os médicos intervinham na vida familiar da população e lhe ensinavam novos hábitos higiênicos e de cuidado, além da educação das crianças. Os psiquiatras, por sua vez, identificavam ameaças potenciais aos indivíduos sãos e trabalhavam pelo equilíbrio psíquico individual e, consequentemente, pela segurança da população e nação brasileira (Machado et al., 1978).

Portanto, sob a justificativa de afastar do país e de sua população a ameaça representada pelas doenças e pela loucura, a medicina e a psiquiatria criaram mecanismos legítimos – porque fundamentados em conhecimentos científicos, aceitos e evocados pelo Estado e pelos indivíduos – para intervir em famílias, espaços públicos, escolas, hospitais, fábricas, prisões, quartéis, cemitérios e bordéis, a fim de reconstituir seu interior segundo a lógica da higiene.

Como consequência, os mais diversos âmbitos da sociedade brasileira e da vida de sua população foram – e ainda hoje são – considerados por médicos e

psiquiatras como suas responsabilidades, bem como muitas questões cotidianas se tornaram problemas médicos e psiquiátricos.

É isso o que Conrad (1992) chama de medicalização, processo fortalecido pela biologização (transformar em estritamente biológico) e patologização (tornar patológico) de modos de pensar, agir, reagir, enfim, em modos de viver.

Na década de 1920, a psiquiatria brasileira adotou a vertente preventiva da ciência, definida pela intervenção social e individual prévia, a fim de evitar qualquer tipo de sinal de desequilíbrio mental, uma vez que os distúrbios mentais representavam o perigo da estagnação social e econômica do país.

Pesquisadores e figuras importantes da época, como Arthur Neiva, Belisário Penna e Monteiro Lobato, defendiam que a falta de educação, higiene e saneamento era a causa principal do atraso do país e que, para promover o progresso, era preciso investir em tais medidas.

A higiene mental, então, passou a fazer parte dessa política, logo que se percebeu que o psiquismo era também importante para o progresso nacional. Assim, os psiquiatras tomaram para si a tarefa de regenerar e evitar a degradação física e mental da população, inclusive das crianças, em quem as primeiras impressões e os conhecimentos oferecidos ficariam para sempre marcados, como em uma cera mole (Reis, 2000).

É interessante retomar a questão da medicalização e a da loucura (objeto da psiquiatria) para compreender a ponte entre essa discussão e o Tdah. Segundo Foucault (2008a), a loucura nem sempre foi considerada uma ameaça aos indivíduos e às sociedades, tanto que há séculos ela era reverenciada por intelectuais, como Erasmo de Rotterdam, como expressão de liberdade, criatividade e verdade do indivíduo. Entretanto, essa verdade foi silenciada e transformada em perigo, sinal de caos e irracionalidade, não pertencimento e estranheza, a partir do surgimento dos internatos e asilos na Europa do século XVII.

O louco e a loucura foram, então, patologizados e transformados em ameaça que deveria ser contida, afastada e curada. Eles foram medicalizados.

Atualmente, a loucura cedeu lugar às doenças, aos transtornos mentais e às mais diversas denominações referentes às suas manifestações, como o Tdah. Ainda hoje, observa-se (como foi possível constatar em campo) que os indivíduos diagnosticados como portadores de transtornos mentais, inclusive o Tdah, são constantemente comparados com os indivíduos considerados "normais" quanto à loucura, à imagem do louco, ao caos, ao perigo e ao medo.

Também foi possível perceber em campo que, assim como mostra a literatura sobre a loucura e a psiquiatria (Machado et al., 1978; Foucault, 2006a, 2006b,

2008a, 2008b), essa ciência preza pelo restabelecimento do equilíbrio psíquico de seus pacientes, a fim de que retomem suas atividades cotidianas, e pela prevenção de problemas futuros que possam ser causados aos portadores e aos demais indivíduos.

Por exemplo, o TDAH, que é caracterizado como um transtorno mental, um desequilíbrio químico em neurotransmissores, constitui-se como um problema sério, porque impede a criança de executar as atividades cotidianas que lhe são exigidas, principalmente pela escola, e de se relacionar com os demais. Além disso, os comportamentos agressivos e impulsivos de seus portadores podem causar-lhes danos mais graves, como acidentes, e ainda geram inseguranças nos indivíduos com quem convivem, que passam a temer um "ataque" violento ou um "surto".

Assim, estabelece-se um vínculo forte (porém vagamente percebido e valorizado) entre psiquiatria, TDAH, loucura, sociedade, medicalização e criança, mas que se perde quando o problema passa a ser visto como estritamente biológico, e sua solução passa a ser fundamentada em etiologias, classificações, critérios e tratamentos psiquiátricos e químicos.

Isso significa que é necessário analisar esse vínculo a partir de um olhar crítico e que questione o pensamento marcante na psiquiatria: se os portadores de TDAH (e de outros transtornos mentais) não forem tratados no presente, ainda enquanto crianças, o que será de seu futuro?

AS RELAÇÕES ENTRE CONHECIMENTO LEIGO E LEGITIMIDADE PSIQUIÁTRICA

Até aqui, enfatizou-se a ciência subsidiária ao TDAH. Mas como ela chega aos indivíduos que vivem o transtorno? Como ela se faz compreensível aos leigos? A resposta mais imediata para essas perguntas é: por meio da legitimidade do profissional que diagnosticará e tratará a criança.

Os leigos – entendidos neste artigo como os indivíduos que não possuem conhecimentos e (não proferem) discursos especializados e legítimos sobre o TDAH – percebem facilmente que uma criança é excessivamente agitada ou está sempre no "mundo da lua", que seu rendimento escolar não é satisfatório e que as reclamações de professores, pais e colegas são frequentes. Percebem, portanto, que algo está errado, mas não compreendem o problema e veem-se obrigados a procurar profissionais.

O encaminhamento de crianças com TDAH a psiquiatras, nos casos observados, é, em geral, sugerido pelas escolas ou por outros profissionais de saúde, como

pediatras, neurologistas e psicólogos, quando o problema se encontra fora de seu alcance de atuação.

Dessa forma, o conhecimento sobre o TDAH se insere no cotidiano leigo a partir desses primeiros contatos, mas é o diagnóstico psiquiátrico que confirmará a existência do transtorno. É somente a palavra do profissional especializado que tornará o transtorno real, dando sentido à situação da criança.

> Não, não, não conhecia nada, tava, assim, totalmente neutra, do problema, da doença, entendeu? Só depois que [o psiquiatra] descobriu que ela tinha que começamos a ver na internet, pesquisar, ver o porquê, como lidar, aí que começamos a aprofundar no assunto (Mãe V)[3].

Essa mãe entrevistada relatou, logo no início de seu depoimento, que ela e seu marido percebiam que sua filha era diferente de outras crianças, por ser demasiadamente quieta. Essa percepção se intensificou e foi transformada em um problema, quando uma professora chamou a atenção dos pais e solicitou o encaminhamento a um profissional de saúde especializado. Foi dessa forma que se chegou a um psiquiatra e ao diagnóstico de TDAH.

No trecho de entrevista citado, a mãe reconhece sua ignorância em relação à existência de uma doença e de um problema, o que se sobrepõe à sua percepção inicial de sua filha como alguém simplesmente diferente das demais crianças, e não como portadora de problema psiquiátrico.

A informante ainda usa em entrevista uma expressão bastante interessante para avaliar o desenvolvimento da condição de sua filha e dos resultados do tratamento psiquiátrico e medicamentoso: "Do baque agora virou só alegria, né, só tá ajudando".

A mãe explica que o recebimento do diagnóstico pode causar apreensões nos pais, pois o termo "transtorno mental" e a prescrição de medicamentos "tarja preta" carregam um sentido natural negativo (bastante ligado às suas origens relacionadas à loucura).

Isso significa que ter "problemas na cabeça" e tomar medicamentos para esse fim desperta nos indivíduos um sentimento de medo em relação ao doente, uma vez que ele é relacionado à figura do louco, o que dificulta a aceitação tanto da

3 Dados de entrevista. Parte da pesquisa de campo realizada no Ambulatório de psiquiatria Infantil do Hospital das Clínicas da UNICAMP, em 08 de abril de 2010. As demais citações de trechos de entrevistas apresentadas neste artigo também constituem dados de pesquisa obtidos no campo indicado, mudando apenas as datas da coleta de informações.

existência de um problema tão perturbador pelos pais quanto da própria criança pelos indivíduos que a temem.

Nesse momento, o psiquiatra desempenha o importante papel de fazer o leigo compreender que não se trata de uma doença mortal ou degradante, mas que deve ser tratada para que as desarmonias químicas cerebrais se estabilizem e permitam que a criança possa viver como qualquer outra.

Essa simbologia carregada pelo transtorno mental é bastante importante quando se analisa a forma como os outros, os "normais", lidam com crianças com Tdah. Mas essa questão será abordada posteriormente.

Portanto, entende-se que o diagnóstico coloca aos leigos a dúvida e o questionamento a partir da desvalorização de suas percepções e de seus conhecimentos, situação amenizada pela palavra de conforto do psiquiatra. Além disso, o desconhecimento coloca-os em uma posição inferior de incapazes de lidar com o problema e, consequentemente, de dependentes da ajuda de um profissional especializado, reconhecido pelos leigos como alguém culto e legitimamente habilitado a diagnosticar e tratar o Tdah.

Segundo Boltanski (2004), esse respeito pela ciência – considerada incontestável e inacessível aos leigos – e pelos profissionais de saúde especializados é imposto aos indivíduos pela educação escolar, que os faz crer em sua própria ignorância e submeter-se "aos detentores legítimos do conhecimento médico, os médicos, aos quais se delega até o direito de falar do próprio corpo e dos males que o atingem" (Boltanski, 2004, p. 25).

Por esse motivo, é de extrema necessidade que o Tdah seja caracterizado como um problema de substrato biológico. Em outras palavras, se não houvesse um modelo diagnóstico fundado em conhecimentos e discursos voltados à biologia, à medicina e à genética, mantendo-se as antigas compreensões leigas sobre as crianças "danadas" e "difíceis", as ciências médicas não teriam respaldo social e popular para explicar e solucionar o problema.

Estabelece-se, então, uma hierarquia entre psiquiatra e leigo, fundada na legitimidade do primeiro e no desconhecimento do segundo. E para torná-la ainda mais sólida, cria-se um movimento de aproximação e distanciamento entre psiquiatra e paciente, no qual é permitido aos pais e às crianças-pacientes traduzir as explicações e recomendações médicas para uma linguagem mais simples, cotidiana e informal, que é também assimilada pelo psiquiatra. O trecho a seguir é ilustrativo:

> Eu passo na psiquiatria Infantil, eu tenho hiperatividade e eu não paro um minuto pra descansar. [...] [Hiperativa] É uma pessoa que é elétrica, ela não consegue

> parar um minuto. Não tem descanso, ela é hiperativa, quer dizer, ela é hiper ativa, não consegue parar muito tempo, não consegue ficar sentada muito tempo (Criança U, 11/02/2010).

Essa criança entrevistada apresenta uma explicação sobre o TDAH e a criança hiperativa por meio de termos simples e populares (como "pessoa elétrica", que não para e não tem descanso), que têm como base o conhecimento e o discurso psiquiátrico sobre o transtorno.

Sua mãe relatou que essa explicação foi dada por uma psicóloga, que, a fim de tornar compreensível o significado da condição da criança, traduziu uma linguagem técnico-científica para uma popular e acessível.

Faz parte da função do psiquiatra tornar o discurso técnico-científico compreensível àqueles que não estão familiarizados a ele. Isso permite transpor a barreira linguística entre os sujeitos e difundir os conhecimentos sobre o TDAH. Mas, ao contrário do que possa parecer, essa transposição é meramente linguística, pois não iguala os conhecimentos especializados do psiquiatra aos novos conhecimentos superficiais adquiridos pelos leigos. Em vez disso, ela concretiza a hierarquia entre esses sujeitos, ao diminuir as possibilidades de questionamento do discurso e do conhecimento especializado e fixar sua aprovação e legitimidade a partir do leigo.

No entanto, também o psiquiatra está sujeito à avaliação do paciente. A expectativa que se cria, tanto para o profissional quanto para o paciente e sua família, é a da cura, no sentido de verificação de uma melhora da criança, da diminuição dos sintomas e do aprimoramento do aproveitamento e desempenho em suas atividades cotidianas.

Se essa melhora não se verifica, a prática do profissional é questionada. Por isso, uma mãe entrevistada fala em *confiança*:

> Médico, psicólogo é que nem padre e melhor amigo, você tem que confiar. Se não confiar, não adianta. Não adianta, porque você vai tomar o remédio achando que não vai dar certo, você não vai ter coragem de falar tudo o que tem pra falar, então ou a gente tem que pegar confiança no profissional ou não adianta (Mãe A, 11/02/2010).

Esse sentimento se vincula, principalmente, à figura do psiquiatra e à sua prática, e não somente ao conhecimento psiquiátrico sobre o TDAH. É o profissional que é avaliado: se seus esforços não promoverem a melhora para a criança, outro profissional será procurado. Contudo, se o psiquiatra causar o bem-estar da criança

por meio de seus recursos, o discurso técnico-científico é ainda mais fortalecido, e o psiquiatra, autorizado a tratar seu paciente.

A partir desse momento, a confiança permite a aliança entre os lados: o psiquiatra se esforça pelo bem da criança, e os leigos (paciente e sua família) se submetem às recomendações e aos pedidos desse profissional.

Para ilustrar essa interpretação, cita-se o exemplo do uso de medicamentos. A partir do momento em que esse uso é autorizado pelos pais – quando se deposita a confiança no profissional –, o psiquiatra se torna o responsável por prescrever os compostos mais adequados, e os pais, por administrá-los sem falhas. Mas, mais do que isso, o psiquiatra se torna o responsável por ressignificar a vida de seus pacientes, a partir da definição de seu problema e de sua solução. Assim, é também a partir desse momento que os indivíduos se submetem a um poder maior – que Foucault (2006b) chama de poder disciplinar –, que os vigia e também lhes ensina a detectar as anormalidades, delatá-las, levá-las a quem as corrija e, mais profundamente, a viver sob novas perspectivas: as do normal e do patológico.

Para Foucault, é a possibilidade de a psiquiatria definir o que é normal e o que é anormal nos comportamentos infantis e a adesão da família ao seu discurso que permitem vigiar e "psicologizar" a criança.

Dentre as novas formas de viver criadas pela intervenção psiquiátrica, encontram-se recomendações médicas, como as indicações de horários para administração do medicamento, os pedidos de informação sobre as mudanças de comportamento da criança, as sugestões para os professores, como onde a criança deve sentar em sala de aula para que não se distraia com estímulos externos, etc.

Como essas recomendações estão contidas no modelo diagnóstico denominado TDAH, permite-se ao psiquiatra redefinir legitimamente as maneiras como os leigos criam e educam as crianças diagnosticadas e os próprios significados dos comportamentos desses portadores. E isso por meio de um modelo construído tendo como fundamento principal disfunções patológicas e comportamentais individuais e que deixa de lado qualquer fenômeno social, cultural ou histórico que possa influenciar as exigências e expectativas da sociedade (adulta) para com as crianças.

Outra questão relacionada à legitimidade do psiquiatra é colocada por Lima (2005). Em seus estudos sobre o TDAH, o autor percebeu que estão se formando cada vez mais grupos identitários – grupo de pais de crianças com TDAH, associações, comunidades virtuais, etc. –, que reúnem os indivíduos com uma característica em comum: ser TDAH. Isso significa que os sintomas do TDAH deixam de ser simplesmente características de um transtorno mental e passam a definir seus

portadores. Tanto que, em seu livro, Silva (2003), uma médica psiquiatra que tem publicado uma série livros sobre transtornos mentais e se destacado nos meios de comunicação de massa nos últimos anos, afirma que não se *tem* TDAH, se *é* TDAH. Portanto, o diagnóstico e o discurso psiquiátricos ressignificam os modos como os indivíduos com TDAH compreendem sua situação e as imagens que eles fazem de si próprios.

Dessa maneira, o saber médico legítimo, de modo abrangente, é mais do que uma leitura da realidade: ele cria a realidade social da doença, a experiência cotidiana do doente, ao nomeá-la, diagnosticá-la e fazer suas prescrições (ADAM; HERZLICH, 2001, p. 99). Esse saber possibilita que os leigos reformulem seus discursos, suas atitudes e suas imagens, mas sem se ausentar, graças a um processo de biologização que caracteriza o TDAH como um problema do organismo, que torna secundários quaisquer outros fatores relacionados e que medicaliza – ou seja, reconstrói com base na patologia, no problema médico e no uso de medicamentos – a realidade, a imagem, as relações, enfim, a vida da criança diagnosticada como portadora de TDAH.

Em vista disso e para se prosseguir com a reflexão crítica adotada neste artigo, consideram-se como princípios básicos dois fenômenos relacionados ao TDAH: o tratamento medicamentoso à base de psicoestimulantes prescrito às crianças diagnosticadas e o estigma que elas sofrem.

CONTROLE EFETIVO E SUTIL: UM MEDICAMENTO CHAMADO RITALINA®

Conforme Conrad (1992), a medicalização da vida é o processo de transformar circunstâncias da vida cotidiana dos indivíduos em problemas médicos e tratá-los como tais, especialmente como doenças ou transtornos mentais. A adoção dessa definição para uma reflexão sociológica sobre o TDAH revela um ponto essencial: há algo de social que permeia o transtorno em questão e que vem sendo omitido tanto pela caracterização psiquiátrica que se confere ao problema quanto pelo controle químico exercido pelos medicamentos psicoestimulantes, como a Ritalina®. Nesse item do artigo, será explorado que controle é esse e, no item seguinte, por que ele é evocado.

A literatura psiquiátrica define que o tratamento adequado ao TDAH é o uso de psicoestimulantes, como o metilfenidato (ou a Ritalina®, como é comercialmente conhecido), associado à psicoterapia. No campo estudado, entretanto, percebeu-se que essa combinação de terapias não é efetiva, sendo a prescrição de medicamentos a crianças diagnosticadas o principal recurso para o tratamento

do transtorno e controle de seus sintomas. Isso se explica por um conjunto de limitações e demandas que permeiam o ambulatório observado e que se expandem pela sociedade.

Por um lado, a instituição mencionada que provê o atendimento de saúde sofre com a falta de profissionais, materiais e espaço físico para a realização de sessões de psicoterapia, enquanto a prescrição do medicamento exige basicamente um psiquiatra que acompanhe o caso e uma receita médica. Sobre essa limitação, um médico psiquiatra entrevistado explica:

> O tratamento é mais farmacológico, é... Bom. O tratamento do TDAH, como um transtorno multifatorial, ele, em tese, tem que ser também multidimensional. Você pode usar medicamentos, [...] tratamentos psicoterápicos, psicoterapia, diferentes orientações, psicanalítica, comportamental, e aí depende muito do que o serviço dispõe, de que tipo de recurso ele dispõe. E também social, quer dizer, a adequação do ambiente da escola, das interações, tem um trabalho muito importante com a escola, com os professores, orientação educacional e tal. O ideal é isso. Aqui no HC da UNICAMP, nós temos poucos recursos. É... como eu vou dizer, psicológico, psicoterapêutico. Nós trabalhamos muito baseados na medicação, não porque seja melhor, mas pelo tipo de recurso de que a gente dispõe, né, trabalho com... Então a maior parte das crianças recebe medicação, que é uma parte do tratamento importante (Profissional de saúde Y, 08/04/2010).

O informante enfatiza a possibilidade de se abordar um mesmo fenômeno por diferentes pontos de vista, inclusive a reformulação de maneiras de organizar ambientes e adaptar crianças, famílias e professores e a adoção privilegiada do medicamento em razão das limitações institucionais de recursos. Mas, embora o psiquiatra não revele nesse trecho de entrevista, observou-se também a existência de demandas por bem-estar colocadas pelos pacientes e, principalmente, por suas famílias sobre o profissional. Como se discutiu em item anterior neste artigo, o psiquiatra é avaliado por sua capacidade de promover a melhora da criança, e, assim, o medicamento aparece como uma ferramenta importante.

O metilfenidato é um tipo de anfetamina que, de acordo com as descobertas de Charles Bradley, médico estadunidense, proporciona um efeito calmante em crianças extremamente agitadas e com "maus comportamentos", ao contrário dos indivíduos considerados "normais", em quem o composto age como estimulante (BRADLEY, 1994). Administrando benzedrina (também um tipo de anfetamina) a crianças institucionalizadas e consideradas problemáticas em termos de compor-

tamentos e desempenhos escolares, o pesquisador obteve respostas rápidas: logo após as primeiras doses, o medicamento gerava nessas crianças o que o médico chamou de aprimoramento do ponto de vista social, pois elas tinham seus comportamentos controlados, tornando-se, mesmo temporariamente, mais plácidas e interessadas em seu meio.

É preciso notar que esse controle do medicamento sobre as crianças da experiência de Bradley nada mais é do que a potencialização do desempenho escolar, o controle das emoções e manifestações corporais, a inserção dessas crianças nas atividades da instituição e relações com outros indivíduos e a obediência, exigências sociais que definiam e ainda definem as "boas crianças". Entretanto, essa vertente social foi desvalorizada em vista das potencialidades médicas do composto, as quais também caracterizam o metilfenidato.

A Ritalina®, que foi associada ao TDAH somente na década de 1980, atua como estimulante do sistema nervoso central, aumentando, em tese, o desempenho das funções executivas e auxiliando crianças diagnosticadas com TDAH (acima de seis anos) a melhor desempenhar suas atividades cotidianas, especialmente as tarefas escolares, embora não estejam completamente claros os mecanismos de ação do medicamento (RITALINA®, [200-]).

De qualquer modo, a Ritalina® vem ganhando cada vez mais popularidade mundial, porque oferece uma resposta positiva a inúmeros casos de crianças diagnosticadas com TDAH: o controle de comportamentos infantis (desatenção, impulsividade e hiperatividade) definidos como sintomas do transtorno.

Um caminho que pode ser escolhido para a discussão sobre a adoção do medicamento é o da indústria farmacêutica como parte constituinte de um mercado lucrativo, que crescentemente produz respostas para o sofrimento humano. No caso do TDAH, esse ramo econômico é bastante expressivo, já que, entre 2005 e 2009, houve um aumento de 83,8% na venda de medicamentos contendo o metilfenidato como princípio ativo no Brasil[4] (ANVISA, 2010). Contudo, outros autores (LIMA, 2005; ITABORAHY, 2009; MIGUELOTE; CAMARGO JÚNIOR, 2010) já traçaram esse percurso.

Outro caminho é o da eficácia e do significado do medicamento destinado ao tratamento do TDAH. Como Bradley (1994) notou, as anfetaminas promovem o *aprimoramento* dos desempenhos da criança, uma vez que seus comportamentos considerados inadequados são controlados e silenciados. Transportando esse resultado da ação medicamentosa para as observações sobre o TDAH, o medicamento

4 O metilfenidato é indicado para casos de TDAH e de narcolepsia.

representa o sucesso do tratamento, pois promove o bem-estar e a "normalidade" desejada pelo paciente, sua família e o psiquiatra.

O metilfenidato, então, carrega um significado simbólico de cura (Lefèvre, 1991), que, quando concretizado, permite que o medicamento seja visto como algo positivo e benéfico, mesmo que não se conheçam as consequências de seu efeito e sem que haja uma reflexão sobre os processos sociais implícitos em sua produção e aquisição de sentido simbólico.

Ele passa a ser amplamente adotado e evocado por indivíduos que desejam diminuir ou evitar manifestações indesejadas – estigmas, sofrimentos psíquicos futuros, comportamentos – supostamente causadas pelo que se configurou como um transtorno mental (o Tdah), com o respaldo biológico e científico.

Essa significação do medicamento como algo benéfico tem uma consequência importante, porém pouco valorizada: a de sua função como mecanismo de controle de indivíduos. Para Deleuze (1992), a sociedade disciplinar de que falava Foucault foi substituída pela sociedade de controle "ao ar livre", que não necessita de locais fechados, como hospital, escola ou prisão, para disciplinar os indivíduos; bastam outros mecanismos, como a internet, as novas formas de educação e os medicamentos, para que a disciplina e o controle sejam difundidos pela sociedade de maneira ainda mais sutil e efetiva que os castigos e as punições físicas, morais e disciplinares. Isso porque o controle se torna mais difuso e estruturado em objetos de desejo individuais e coletivos.

Essa constatação permite interpretar, no caso do Tdah, o metilfenidato como um novo dispositivo de controle de vidas de crianças cujos comportamentos são socialmente desaprovados e percebidos como incômodos. Isso significa que, medicadas, as crianças portadoras do transtorno podem tornar-se corpos dóceis, educados, quietos, atentos, enquadrados em regras sociais e em padrões comportamentais socialmente definidos como adequados e desejáveis.

O medicamento, então, torna-se um referencial: se a criança não estiver medicada, é justificável sua atitude agitada, desconcentrada e impulsiva; mas, medicada, essa justificativa é inabilitada.

Nas palavras de uma mãe entrevistada:

> Só que hoje, não sei, você vai ver no desenvolvimento, no jeito das crianças hoje, eles usam esse próprio "sou hiperativo" como [...] uma desculpa, "ah, eu sou hiperativo", não, você tá medicado, tá controlado, você não tem desculpa (Mãe A).

Ela relaciona TDAH, medicação e controle em um conjunto do qual não se pode escapar e contra o qual nada pode ser feito. Na verdade, é um conjunto cujo resultado é largamente desejado. Afinal, o controle dos sintomas e, consequentemente, da criança diagnosticada é o objetivo da busca pelo profissional de saúde e do discurso psiquiátrico, uma vez que representa o bem-estar e a "normalidade" que tanto desejam. Mas o que se processa, em última instância, é a medicalização da vida por meio não só de um controle de sintomas, mas também das mínimas partes dos corpos e formas de expressão infantis, assim como de seus estigmas.

OS ESTIGMAS DAS CRIANÇAS COM TDAH

Conforme proposto anteriormente, é relevante ainda analisar por que esse controle das crianças diagnosticadas com TDAH é evocado. Nesse sentido, a discussão sobre os estigmas desses portadores é enfatizada porque é por meio dela que a importância dos fatores sociais se torna mais clara.

É necessário lembrar que as famílias que participaram da pesquisa em que se fundamenta este artigo pertencem a grupos sociais com condições financeiras precárias, identificadas no ambulatório como "SUS-dependentes", ou seja, que dependem do SUS, uma vez que não dispõem de recursos financeiros para custear serviços de saúde particulares ou convênios médicos. Consequentemente, as crianças entrevistadas, com raras exceções, frequentam escolas públicas. Essas informações não limitam as discussões e interpretações aqui expostas, mas contextualizam-nas, principalmente quando se analisam expectativas, exigências e regras sociais impostas a indivíduos.

Assim, o ponto de partida é o próprio DSM-IV, no qual se afirma que o transtorno se desenvolve em crianças antes dos sete anos de idade, bem como a experiência dos psiquiatras observados em campo que sustentam ser o transtorno evidenciado durante a fase escolar e, principalmente, com a entrada da criança na escola. Então, pergunta-se: o que isso significa?

Significa, em primeiro lugar, que a criança é o sujeito – ou vítima – principal do transtorno. E, em segundo lugar, que a entrada em um sistema de comparações e classificações – a escola – evidencia as características e os comportamentos considerados bons e ruins de uma criança. Em outras palavras, ao entrar na escola, a criança adentra em um processo de socialização que a colocará em contato com os mais diferentes indivíduos e, em especial, com as regras sociais estabelecidas para seu contexto: o mundo infantil. Essa interpretação tem uma relação intrínseca com um tema comum que apareceu nas falas dos informantes: a presença

de preconceitos, humilhações, apelidos pejorativos e brincadeiras de mau gosto. Trata-se dos estigmas.

Definido por Goffman (1988) como resposta à discordância entre o que se espera de determinado indivíduo (identidade social virtual) e os atributos reais que esse indivíduo possui (identidade social real), o estigma é uma marca imputada a indivíduos cujas características pessoais e atitudes não condizem com o que se espera deles.

Por exemplo, de uma mãe espera-se responsabilidade, carinho, cuidado para com seu filho; de um médico, a prudência e o cuidado com seus pacientes; de uma criança, o respeito aos mais velhos, a dedicação aos estudos, bons comportamentos e uma rede de amizades, entre outras expectativas. Àquelas crianças malvadas, indisciplinadas, "respondonas" e que passam sozinhas seus recreios são sempre atribuídas características negativas, e elas, por esse motivo, passam a ser conhecidas como mal-educadas, violentas e esquisitas.

A situação é ainda pior se elas tomam remédios "para a cabeça", pois elas se tornam "loucas". As crianças "normais" as temem, não as aceitam em suas brincadeiras e as humilham constantemente, fazendo uso de brincadeiras e apelidos pejorativos. Esse quadro é bastante conhecido pelas crianças com TDAH.

> Eu sou um menino que é desfeito por todos da escola. Adoro jogos eletrônicos, TV, PC e esportes, tipo futebol, basquete, pingue-pongue, tênis e vôlei. Na escola todos falam que eu tomo "Gardenal", que sou louco, que sou um débil-mental, que sou burro, que sou um debiloide (redação feita pela Criança U).

Esse trecho foi escrito por uma criança de onze anos, quando sua professora propôs o tema de redação: "Quem sou eu?". O informante se dedica ao que gosta, busca ideias para suas "engenhocas" nos livros de física e define-se como qualquer outra criança que aprecia jogos e esportes. Contudo, não tem amigos que o compreendam. Um ou dois – que talvez lhe valham por mil –, mas tem uma escola toda que o considera uma criança problemática, louca e diferente.

A mesma situação é vivida por outra criança de onze anos, delicada e minuciosa em seus desenhos, mas julgada por seus colegas de escola porque é demasiadamente quieta e toma medicamentos controlados ("tarja preta"). Sua mãe conta:

> Os amiguinhos da sala de aula tiram sarro, já teve problema dentro da escola, chamam de louquinha, ela toma remédio tarja preta, ela vai na UNICAMP, então

> tem... certos preconceitos, né? Teve um ano atrás que ela ficou assim bem mal que eu quase cheguei a trocar ela de escola por causa desse preconceito (Mãe V).

Ambas as crianças mencionadas – assim como outras diagnosticadas como portadoras de TDAH, observadas e entrevistadas em campo – passam pelo processo de estigmatização, porque são diferentes, não condizem com aquilo que se espera de uma criança "normal" e, consequentemente, "desviam-se" do "bom caminho". Mas quem define qual é o bom caminho para uma criança?

Becker (2008, p. 15) sustenta que, para que haja um desvio, é preciso haver normas socialmente instituídas que "definem situações e tipos de comportamento a elas apropriados, especificando algumas ações como 'certas' e proibindo outras como 'erradas'".

Se as regras impostas forem infringidas por um indivíduo, este será considerado um tipo especial: um *outsider* ou um desviante. O sociólogo ainda acrescenta que os diferentes grupos sociais são responsáveis pela produção e imposição de regras a serem seguidas por seus membros e pela categorização e classificação de atitudes como certas e erradas, adequadas e inadequadas, de acordo com as normas criadas, os grupos e o contexto em que se encontram.

Seguindo a lógica desse pensamento e aplicando-a às relações entre adultos e crianças em sociedades ocidentais atuais ou, mais especificamente, brasileiras, apreende-se que são os adultos que determinam as regras sociais a serem seguidas pelas crianças. Isso porque há um consenso bastante difundido de que as crianças são indivíduos ainda imaturos, irracionais e inocentes, incapazes de decidir o que é melhor para suas vidas e que, por isso, devem ser guiados no presente, na formação da "boa criança", e em direção ao futuro, à formação do "adulto ideal", por indivíduos mais experientes – os adultos.

Obviamente, as definições de "boa criança" e "adulto ideal" variam de acordo com os grupos sociais, suas regras e os contextos em que vivem. Mas o que é importante a ser observado é que essas determinações existem e influenciam as relações, as imagens e os modos de pensar e agir dos indivíduos. É ainda mais importante analisar como o TDAH se insere nessas realidades.

Em contraste à "boa criança", existe a criança que apresenta comportamentos inadequados, identificada por seu grupo como "difícil", "mal-educada" ou desinteressada, e dela são exigidas, assim como de seus pais ou responsáveis legais, atitudes mais adequadas ou medidas corretivas. Essa identificação se expressa no estigma, na marcação ou rotulação dos que se desviam do "bom caminho", dos transgressores de regras sociais e definições da criança ideal.

Infere-se, então, que o estabelecimento do diagnóstico de TDAH é o momento em que os comportamentos infantis socialmente considerados inadequados se tornam características de um transtorno mental, e os portadores passam aos cuidados médicos; ou seja, é o momento em que se concretiza a patologização da condição das crianças "desviantes". Está aberta, assim, a porta para que o psiquiatra entre na vida da criança e de sua família e lhes recomende o que se deve fazer para que suas tarefas cotidianas sejam retomadas.

Pode-se dizer, nesse sentido, que o TDAH se constitui como um modelo que agrupa determinados comportamentos tidos como inadequados e cria modos de detectá-los (os critérios diagnósticos e os diagnósticos em si) e de tratá-los (medicamentos, terapias e conselhos), reajustando a criança às regras sociais.

Entretanto, a mudança de perspectiva que redefine a criança "difícil" como criança com TDAH, que manifesta comportamentos patológicos e anormais, modifica também o estigma que ela sofre. A criança não será mais vista como uma transgressora de regras sociais definidas por seu grupo, mas sim como alguém "doente" e "louco", perigoso e imprevisível. Ou seja, ela continua sendo diferente, mas, a partir do diagnóstico de TDAH e do tratamento psiquiátrico e medicamentoso, sua diferença se torna nociva e ameaçadora. Como consequência, os indivíduos "normais" exigirão medidas que contenham o perigo representado pela criança diagnosticada, assim como a própria criança e sua família buscarão a "normalidade" e o bem-estar onde há a promessa de "cura": no psiquiatra e no medicamento.

Desse modo, estigma, patologia (TDAH), psiquiatria e medicamento inserem a criança em um círculo vicioso que alimenta sua "anormalidade" e a busca por soluções; no caso, o tratamento psiquiátrico e medicamentoso. Alimenta, principalmente, processos de medicalização e de controle de vidas e subtrai a importância de processos sociais, culturais e históricos, ao mesmo tempo em que permite que se perpetue uma sociedade fundamentada na competitividade, classificação e valorização dos bons desempenhos, sem qualquer crítica, já que os problemas são entendidos como biológicos e, até mesmo, naturais.

Enfim, TDAH, medicamento e estigma se encontram implicados em um movimento de controle de indivíduos e populações – que Foucault (1977) denomina como biopoder – quase imperceptível e fracamente contestado, que condiciona os modos como os indivíduos compreendem e explicam sua condição, as imagens de si e de seu mundo e seus estigmas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões propostas neste artigo permitem enxergar, sobre o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, algumas manifestações sociais e históricas, envolvendo os processos de biologização, medicalização e estigmatização. Nesse sentido, o TDAH funciona como um modelo social e historicamente construído para detectar indivíduos que, de determinada maneira, não se adaptam às mudanças e às novas exigências da sociedade. Por isso, deve-se questionar a base biológica que se defende para o transtorno e a própria construção de um modelo diagnóstico para comportamentos infantis ressignificados como patológicos, de forma a valorizar, nesse tipo de debate, os processos sociais, culturais, econômicos, políticos e históricos que compõem uma sociedade e influenciam a maneira como os indivíduos constroem e explicam seu mundo.

A medicalização está em consonância com a biologização, uma vez que o primeiro processo somente é possível a partir do segundo e da legitimidade que ele fornece à intervenção médica e ao uso de medicamentos para tratar problemas definidos como de saúde.

No caso do TDAH, o uso de medicamentos psicoestimulantes, como a Ritalina®, é o modo mais rápido, eficaz e, por isso, mais adotado de se alcançar os resultados propostos pelo tratamento psiquiátrico, isto é, a busca de bem-estar e "normalidade" e o aumento do desempenho social, acadêmico e individual da criança diagnosticada.

De forma mais clara, a Ritalina®, com o respaldo de profissionais de saúde e leigos, é uma das maneiras mais eficientes e, ao mesmo tempo, sutis de controle de indivíduos.

Por sua vez, a estigmatização é a ferramenta de que dispõem esses processos para apontar a existência de crianças "desviantes" e justificar a necessidade de seu tratamento. Entretanto, ela também é uma ferramenta para quem busca um olhar crítico sobre o TDAH, pois revela as formas como as sociedades e seus grupos impõem exigências e expectativas às crianças e permite compreender por que certos comportamentos infantis passam a ser definidos como patológicos.

Por fim, é preciso ter em mente que a criança é o principal sujeito do TDAH, de seu diagnóstico e tratamento e dos discursos e saberes que os envolvem. Ela é silenciada por classificações e soluções psiquiátricas que recriam sua própria imagem. Também é socialmente entendida como um ser imaturo, frágil e irracional, em formação para o futuro adulto.

Tendo em vista essas considerações, surge a pergunta: essas crianças diagnosticadas com TDAH não estariam tentando dizer algo por meio de seus comportamentos hiperativos, desatentos e impulsivos? Quer dizer, manifestar comportamentos diferentes poderia ser uma maneira de as crianças dizerem que algo está errado em seu mundo ou que algo não lhes agrada?

De qualquer forma, a busca pela "cura" dos comportamentos desagradáveis e as respostas dadas a ela promovem a adaptação das crianças com TDAH às exigências de seus grupos e sociedade. Essas crianças são silenciadas por um controle que as toma completamente, desde a composição química e fisiológica de seus corpos até suas formas de se expressar e viver. Nessa lógica, é possível interpretar o TDAH e seu tratamento psiquiátrico e medicamentoso como mecanismos de medicalização e, mais profundamente, de controle de vidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Philippe; HERZLICH, Claudine. *Sociologia da doença e da Medicina*. Bauru: EDUSC, 2001.

ANVISA. *Venda de metilfenidato*. [Mensagem pessoal.] 06 JUL. 2010.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA (APA). *Manual diagnóstico e estatístico dos transtornos mentais*. 4. ed. revisada. Porto Alegre: Artmed, [2000] 2002.

BECKER, Howard S. *Outsiders:* estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOLTANSKI, Luc. *As classes sociais e o corpo*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

BRADLEY, Charles. The behavior of children receiving benzedrine (1937). *American Journal of Psychiatry*, Arlington, v. 94, n. 3, p. 577-585, 1994. Disponível em: <http://ajp.psychiatryonline.org/cgi/content/abstract/94/3/577>. Acesso em: 21 jan. 2011.

CONRAD, Peter. Medicalization and social control. *Annual Review of Sociology*, Waltham, v. 18, p. 209-232, ago. 1992. Disponível em: <http://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.so.18.080192.001233?journalCode=soc>. Acesso em: 20 jan. 2011.

DELEUZE, Gilles. *Post-scriptum* sobre as sociedades de controle. *Conversações:* 1972-1990. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. p. 219-226.

FACCHINETTI, Cristiana. Philippe Pinel e os primórdios da Medicina Mental. *Revista Latino-Americana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 502-505, set. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v11n3/14.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2011.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I*: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. *Microfísica do poder*. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006a.

_____. *O poder psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes, 2006b.

_____. *História da loucura*: na Idade Clássica. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008a.

_____. *O nascimento da clínica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b.

Goffman, Erving. *Estigma:* notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

Itaborahy, Cláudia. *A Ritalina no Brasil*: uma década de produção, divulgação e consumo. 2009. 126 p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública)–Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, Rio de Janeiro, 2009.

Lefèvre, Fernando. *O medicamento como mercadoria simbólica*. São Paulo: Cortez, 1991.

Lima, Rossano C. *Somos todos desatentos?* O TDA/H e a construção de bioidentidades. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005.

Machado, Roberto et al. *Danação da norma*: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

Miguelote, Vera R. S.; Camargo Júnior, Kenneth R. de. Indústria do conhecimento: uma poderosa engrenagem. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 190-196, fev. 2010. Disponível em: <http://www.scielosp.org/pdf/rsp/v44n1/21.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2011.

Moysés, Maria Aparecida A. *A institucionalização invisível:* crianças que não-aprendem-na-escola. Campinas: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2001.

Reis, José Roberto F. De pequenino é que se torce o pepino: a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 135-157, mar./jun. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702000000200007&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 jan. 2011.

Ritalina®: Cloridrato de metilfenidato: comprimidos. Responsável técnico farm. Marco A. J. Siqueira. Taboão da Serra: Novartis Biociências S/A, [200-]. *Bula de remédio*. Disponível em: <http://www4.anvisa.gov.br/base/visadoc/BM/BM%5B26162-1-0%5D.PDF>. Acesso em: 21 jan. 2011.

Silva, Ana Beatriz B. *Mentes inquietas*: entendendo melhor o mundo das pessoas distraídas, impulsivas e hiperativas. São Paulo: Gente, 2003.

Szasz, Thomas S. *O mito da doença mental:* fundamentos de uma teoria da conduta pessoal. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

A ANATOMIA DA PARTICIPAÇÃO:

os conselhos como arena decisória

Joana Tereza Vaz de Moura*, Alan Daniel Freire Lacerda** e Lindijane Bento Almeida***

Resumo Como espaços de expressão democrática, desde a Constituição de 1988, os conselhos fazem parte de um arcabouço institucional que prevê a participação da sociedade na gestão das políticas públicas. A literatura especializada usualmente tem analisado tais órgãos à luz de teorias sobre participação e cidadania, faltando um olhar mais detido sobre o processo decisório no interior desses grupos. O objetivo deste trabalho é formular uma abordagem analítica unificada que procure suprir a carência mencionada, integrando a teoria das elites, a da escolha pública e o pluralismo. Com isso, espera-se entender de maneira mais refinada a formação de preferências e de grupos dirigentes no âmbito dos conselhos.

Palavras-chave Conselhos; participação; processo decisório; elites; escolha pública.

THE ANATOMY OF PARTICIPATION: THE COUNCILS AS DECISION MAKING ARENA

Abstract *Councils are, since the 1988 Constitution, spaces of democratic expression. They also are part of the institutional framework that provides to the society ways to participate of public policies management. The literature has typically examined these organs in the light of theories of participation and citizenship, missing a closer look on decision making process inside these groups. The objective is to formulate a unified analytical approach that seeks to supply the deficiency mentioned by integrating the theory of elites, the public choice theory and pluralism. With this, we hope to better understand the preference formation and the group leaders in the councils.*

Keywords *Councils; participation; decision making; elites; public choice.*

* Graduada em Administração pela UFLA, mestre em Ciências: Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela UFRRJ e doutora em Ciência Política pela UFRGS.
** Graduada em Ciências Sociais pela UFRN, mestre e doutora em Ciência Política pelo IUPERJ.
*** Graduada em Ciências Sociais, mestre e doutora em Ciências Sociais pela UFRN.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os conselhos gestores mereceram enorme atenção na literatura acadêmica, especificamente nas Ciências Sociais, por se tratarem de espaços inovadores de formulação e acompanhamento das políticas públicas, configurando uma nova relação entre Estado e sociedade, especialmente no que se refere ao papel desempenhado pela sociedade civil na consolidação e no aprofundamento da democracia (Santos, 2002; Avritzer, 2000, 2004; Costa, 1997; Gohn, 2003).

Pode-se dizer que, hoje em dia, tem-se um arcabouço teórico denso para entender a configuração desses espaços e seu funcionamento. Vários estudos remetem à questão da participação da sociedade civil como central na discussão, enfatizando, em alguns casos, a relação de poder existente nesses espaços (Fuks; Perissinoto, 2006). Outros estudos enfatizam a configuração institucional desses espaços, mostrando que, muitas vezes, a concretização dos ideais democráticos depende muito mais da natureza das instituições que processam as decisões do que do nível de governo encarregado da gestão das políticas (Arretche, 1996; Cortes, 2005).

Embora alguns trabalhos ressaltem a importância de se entender as relações sociais e de poder existentes entre sociedade e Estado nesses espaços (Fuks; Perissinoto, 2006; Lavalle; Castelo; Bichir, 2006; Moura; Silva, 2008), a maioria das análises centra o debate em torno dos conceitos de participação e sociedade civil, deixando de compreender "quem" ou "o que" formula as políticas públicas nos conselhos.

Este trabalho tem como objetivo apresentar novas formas de interpretar e analisar o processo decisório nos espaços institucionais de participação social que passaram a existir no Brasil a partir dos anos 1990. Ou seja, a partir de três modelos analíticos existentes na Ciência Política, pretende-se complementar o arcabouço teórico das ideias da democracia participativa sobre o processo decisório, a fim de entender como as decisões são tomadas, se resultam de uma discussão em que todos participam igualmente e em que medida aqueles que participam do processo decisório podem decidir considerando os interesses de grupos exteriores a esse processo.

A análise de um processo decisório, obviamente, não permite responder ao questionamento sobre quais são os interesses desses segmentos. O que ela permite é determinar quais interesses e quais ideias motivaram os tomadores de decisão. Conforme o nível de detalhamento das informações que se possui sobre as ações e o funcionamento interno de um conselho, podem-se empregar diferentes modelos

analíticos. Os três modelos analíticos que serão utilizados para entender o processo decisório nos Conselhos são: o pluralista, o elitista e a teoria da escolha pública.

Trata-se, portanto, de uma análise crítica do funcionamento desses Conselhos, problematizando a questão do processo decisório por meio dos representantes das mais variadas organizações que os compõem. Acredita-se, nesse sentido, que tal esforço analítico permitirá compreender mais aspectos relacionados ao processo decisório e como a representação desenvolvida por atores da sociedade civil, nesses novos espaços de debate sobre políticas públicas, interfere diretamente nas decisões do Conselho.

A primeira parte deste ensaio traz uma reflexão sobre a participação da sociedade civil, apresentando os esforços e os limites, na substância analítica, desses conceitos, para entender como o processo decisório acontece.

Em um segundo momento, faz-se uma breve apresentação das três abordagens teóricas e suas contribuições analíticas para o entendimento do processo de decisão política, buscando demonstrar suas potencialidades para apreender a complexidade, diversidade e dinamicidade das relações de poder existentes.

Finalmente, algumas reflexões são feitas sobre a utilização de novos referenciais teóricos, a fim de entender o processo decisório nos conselhos, vistos como novos espaços de participação/representação institucionalmente consolidados no país.

PARTICIPAÇÃO E SOCIEDADE CIVIL: RETOMANDO E PROBLEMATIZANDO

Os conselhos gestores fazem parte de um arcabouço institucional nos âmbitos nacional, estaduais e municipais, que prevê a participação da sociedade na gestão das políticas públicas. Compreender as práticas e os processos políticos que acontecem em seu interior é aspecto fundamental para refletir sobre os avanços e os limites dessas novas modalidades de expressão da ampliação da democracia no Brasil.

Os processos de redemocratização, ao inserir novos atores na cena política, ao aumentar a participação da sociedade – o que se revelou, principalmente, pela participação dos movimentos sociais –, instauraram uma disputa pelo significado da democracia e pela constituição de uma nova forma de fazer política. A partir dessa realidade, recolocou-se na agenda do debate democrático a questão da relação entre procedimento e participação da sociedade civil no interior do processo decisório.

Uma rápida incursão na literatura é capaz de demonstrar que a ideia de compatibilizar a democracia representativa com a participativa surge como uma alternativa para a crise que, nas últimas décadas, a democracia vem sofrendo. Os anos 1990 trouxeram à tona o apelo à participação como recurso fundante de um novo modelo de democracia, como mecanismo capaz de complementar a democracia liberal-representativa, uma vez que estabeleceria um novo padrão de relação Estado-sociedade, o qual seria capaz de apontar possíveis soluções para a profunda crise vivida pelo Estado capitalista contemporâneo.

Os teóricos do modelo de democracia participativa, o qual ressurge na Europa durante os anos 1960, advogam pela tese de que uma maior participação da sociedade na definição das políticas governamentais é de extrema importância, na medida em que possibilita uma maior responsabilidade do Estado perante os eleitores.

Esses teóricos defendem a necessidade da participação cidadã no processo de tomada de decisões das políticas públicas, assim como a criação de canais de controle da sociedade sobre o Estado para além das instituições centrais da democracia liberal, como partidos políticos, representantes políticos e eleições periódicas.

Pateman (1992), em seu livro *Participação e teoria democrática*, chama a atenção para o fato de que a participação gera atitudes de cooperação, integração e comprometimento com as decisões. Destaca o sentido educativo da participação, a qual, como prática educativa, forma cidadãos voltados para os interesses coletivos e para as questões da política. Os defensores da democracia participativa inovam com sua ênfase na ampliação dos espaços de atuação dos indivíduos para além da escolha dos governantes e ao destacar o caráter pedagógico da participação.

Os teóricos da democracia participativa defendem a tese de que há uma inter-relação entre os indivíduos e as instituições, uma vez que a participação tem função educativa, e os indivíduos são afetados psicologicamente ao participarem do processo de tomada de decisão, o que só é possível a partir do momento em que eles passam a tomar parte nos assuntos públicos e considerar o interesse público. Enfim, essa teoria assinala a importância da experiência nos processos participativos.

A ideia é de que a participação tende a aumentar, à medida que o indivíduo participa, porque ela se constitui como um processo de socialização, que faz com que quanto mais as pessoas participem, mais tendam a participar. Em outras palavras, é participando que o indivíduo se habilita à participação, no sentido pleno da palavra, que inclui o fato de tomar parte e ter parte no contexto onde estão

inseridos. Assim, "quanto mais os indivíduos participam, melhor capacitados eles se tornam para fazê-lo" (Pateman, 1992, p. 61).

Na democracia participativa, há, portanto, uma exigência da participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão, em uma sociedade democrática, porque ela tem um caráter pedagógico no aprendizado das relações democráticas, contribuindo para a politização dos cidadãos, o que é importante para eles exercerem um controle sobre os governantes. A democracia participativa é um modelo de democracia que incorpora e defende a participação da sociedade civil no interior dos Estados democráticos, buscando restabelecer o vínculo entre democracia e cidadania ativa. Isso porque, ao abrir o espaço de tomada de decisão, ao ampliar a participação, os cidadãos levam para as instâncias decisórias informações de fundamental importância para a definição dos problemas, na medida em que eles possuem um conhecimento mais íntimo da realidade local.

Isso não significa dizer que toda e qualquer experiência participativa será capaz de produzir, como resultados, políticas públicas mais eficazes e justas, mas sim apenas aquela experiência que promova e resulte de uma participação de fato pública e democrática.

No Brasil, o debate sobre participação, especificamente no período de transição – entre fins da década de 1970 e final dos anos 1980 –, apresentava-se fortemente marcado pelo contexto político-ideológico da época. Diante da experiência da ditadura militar, o Estado e, mais do que isso, o campo político institucional passa a ser apresentado como o espaço do autoritarismo, sendo seus agentes identificados como responsáveis pela opressão e repressão aos interesses sociais excluídos do bloco no poder. Por outro lado, a sociedade civil se torna o campo da resistência ao poder autoritário, com uma homogeneização discursiva de seus agentes, então percebidos como democráticos, autônomos e portadores da dinâmica da transformação social e política do país (Silva, 2003).

O marco da transição é a Constituição Federal promulgada em 1988, que "[...] definiu um novo arranjo federativo, com significativa transferência de capacidade decisória, funções e recursos do governo nacional para os estados e, especialmente, para os municípios" (Almeida, 1995, p. 92).

Assim, o tema da participação é aclamado em todos os cantos do país, obscurecendo e diluindo, como analisado por Dagnino (2004), os diferentes sentidos que lhe conferem sustentação. Torna-se cada vez mais necessário não apenas "decantar" os diferentes sentidos da participação – os quais parecem acomodados em um axioma que não problematiza uma suposta relação imediata entre democracia e participação –, mas também analisar a participação para além de si mesma,

incorporando os elementos e mecanismos que operam para o fortalecimento (ou enfraquecimento) das práticas democráticas.

Segundo Pedro Jacobi (1996, p. 08),

> a participação popular se transforma no referencial de ampliação das possibilidades de acesso dos setores populares dentro de uma perspectiva de desenvolvimento da sociedade civil e de fortalecimento dos mecanismos democráticos, mas também para garantir a execução eficiente de programas de compensação social no contexto das políticas de ajuste estrutural e de liberalização da economia e de privatização do patrimônio do Estado.

Além disso, o argumento a favor do aumento da participação também ganha força, principalmente quando movimentos sociais, organizações locais ou nacionais, partidos políticos, sindicatos, ONGs, entre outros atores sociais, começam a reivindicar espaços para aumentar a participação social, em um momento bastante específico, o da redemocratização.

Como mostra Gohn (2003), a abertura de canais de participação política era uma reivindicação dos movimentos populares, principalmente nos anos 1980.

Dagnino (2004) reforça essa visão, ao afirmar que essa experiência dos movimentos sociais configura o que se denomina *projeto participativo*. Os significados atribuídos, no âmbito deste projeto, à participação estão associados à "partilha efetiva do poder entre o Estado e a sociedade" (Dagnino, 2004).

Segundo Cortes (2005), são muitos os autores que veem os novos espaços de participação social, como os conselhos e orçamentos participativos, de forma otimista, e, de acordo com eles, esses espaços teriam importância central para a criação da democracia participativa e para a melhoria da gestão pública. Esses autores veem com bons olhos os espaços participativos na formulação e implantação de políticas públicas e na criação de outro tipo de democracia em contraste à democracia representativa.

Para alguns deles, esses espaços contribuiriam para a governança e, consequentemente, propiciariam a redução da corrupção e da violência, características da relação entre governo e sociedade.

Alguns autores, contudo, defendem uma posição menos otimista com relação a esses espaços, quando sustentam que o desempenho da gestão local estaria, em princípio, obstruído por inúmeras razões, as quais remetem, de maneira geral, à incapacidade político-institucional dos municípios – fragilidade financeira; reduzida capacidade organizacional; tradição de práticas clientelistas ou ausência de

um capital social aprimorado capaz de atuar como partícipe de uma gestão social (Cortes, 2005).

Muitos estudos têm argumentado que esses espaços que se abrem para a representação da sociedade civil, por si sós, seriam preferíveis ao funcionamento das instituições do Estado (Santos, 2002; Avritzer, 2004; Costa, 1997). Nesse sentido, não trabalham de modo a entender a sociedade e o Estado de forma relacional. Lavalle (2003) observa que boa parte da literatura sobre participação trata o mundo institucional da política diferentemente do mundo da sociedade. Como ele mesmo aponta, existe um descompasso entre o modelo teórico e os atores que conformam a sociedade civil, a qual é altamente heterogênea, tendo características de clientelismo, autoritarismo, etc.

Outro elemento sempre presente nessas análises e que parece comprometer a perspectiva com a qual essas experiências têm sido estudadas é o fato de esses espaços serem considerados como de participação direta, principalmente em virtude da ausência de mediação dos partidos políticos no processo.

Desse modo, ora focando no sistema representativo e em sua reconfiguração, ora na importância da chamada sociedade civil e nas inovações participativas, as ciências sociais deixaram de lado o fenômeno da representação política exercida por organizações da sociedade civil.

Segundo Lavalle, Houtzager e Castello (2006, p. 46),

> a problemática da representação política no seio das organizações civis é encoberta pela ênfase na sociedade civil e na participação cidadã como alicerces para a reforma da democracia. No primeiro caso, porque é concebido que os atores da sociedade civil emergem por uma continuidade ou animados por uma conexão genuína com o tecido social [...]. No segundo caso, em virtude de a participação cidadã cancelar [...] a própria idéia de representação (grifos no original).

Por outro lado, no entanto, tal visão encobriu tanto a apreensão e análise da complexidade e heterogeneidade do Estado e da sociedade civil quanto os profundos vínculos e as interdependências existentes entre a configuração do campo político-institucional e a conformação do tecido associativo[1].

1 Uma exceção, no contexto dos anos 1980, foi o trabalho de Boschi, cuja crítica a uma apreensão "anti-institucionalista" dos processos de organização social se expressa na seguinte afirmação: "As instituições organizam a experiência diária dos indivíduos, dando forma aos ressentimentos e definindo as demandas e metas de ação. Também são um determinante implícito das formas eventualmente assumidas pelo protesto, no sentido de que é a vida institucional que agrega e dispersa as pessoas" (Boschi, 1999, p. 19).

Ou seja, vista como solidária, preocupada com o interesse geral, em associação espontânea, entre outras características, a sociedade civil passa a ser o alvo das análises sobre participação, em decorrência da própria ideia da atuação conjunta entre sociedade e Estado.

O processo decisório nos conselhos se torna, então, um grande desafio a ser enfrentado por analistas, já que movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil têm de aprender e apreender esse novo formato institucional de relação com o Estado. Na medida em que compõem o aparato decisório do Estado, os conselhos articulam, em seu espaço, os representantes escolhidos em pleitos eleitorais, via partidos políticos (os governantes e seu bloco de ocupantes de cargos de confiança e funcionários), e os representantes da sociedade civil, via os mais diferentes movimentos sociais e as organizações (Ferraz, 2005).

Para tanto, é preciso entender a dinâmica que se estabelece nos conselhos e analisar o papel dos dirigentes políticos na conduta de intermediação dos diversos interesses ali representados, a partir das relações sociais que se constituem e que fazem determinadas entidades e/ou o poder público dominarem o debate e, consequentemente, a agenda pública.

Assim, um aspecto, em especial, parece demandar instrumentos teórico-metodológicos mais qualificados, capazes de fornecer marcos interpretativos e gerar informações que permitam um tratamento analítico mais adequado à complexidade que caracteriza o objeto empírico em foco: observa-se a necessidade de introduzir teorias que possibilitem refletir o resultado de uma deliberação a partir da interação dos indivíduos, ou seja, deve-se procurar as regras que coordenam o comportamento dos indivíduos de forma a buscar convencer os demais em torno de suas preferências. Intenta-se mostrar também como toda a decisão do grupo tem custos internos, isto é, custos para os próprios tomadores de decisão e riscos externos, os riscos para quem recebe as decisões de fora, conforme salienta Sartori (1994, p. 289) e é teorizado no próximo item.

ELITISMO, PLURALISMO E TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA

São conselhos infensos à formação de elites em seu interior? O intento democrático que os criou é capaz de manter efetiva igualdade de poder entre seus membros? Grande parte da melhor tradição da teoria social sugere que isso é simplesmente impossível. Os autores elitistas, por exemplo, veem a ascensão de elites como um processo inevitável nas sociedades e organizações (Michels, 1968; Mosca, 1939; Pareto, 1966). Eles chegam, inclusive, a tecer juízos sombrios sobre

a possibilidade da própria democracia, diante do fato de que sempre são minorias que governam.

Por ora, importa reter os mecanismos geradores dessas minorias governantes e, em seguida, indagar se tais mecanismos também existem nos conselhos. Embora frequentemente identificados como um conjunto de autores, a verdade é que os três teóricos citados apresentam diferenças importantes na maneira como definem o que são elites e as razões da manutenção de seu poder.

Já é canônico, sobre isso, afirmar que a minoria governante de Mosca se define por sua capacidade organizacional (Grynszpan, 1996). Elites são minorias organizadas e, na verdade, organizam-se com mais facilidade justamente por serem minorias, ou seja, grupos pequenos. Maiorias enfrentam diversos problemas de ação coletiva ao perseguir objetivos e, por esse motivo, terminam por ceder às preferências do grupo que já está organizado e com objetivos definidos.

A rigor, as formulações de Mosca, a exemplo de outros autores, desde a Antiguidade, antecipam a formalização do problema efetuada por Olson (1999).

Como bem aponta Sartori (1994, p. 300-303), a formulação de Mosca é mais bem especificada quando se considera a questão da intensidade desigual das preferências individuais[2]. Minorias formam grupos mais duráveis e que se importam bastante com determinada questão pública ou com um conjunto de questões.

Nesse particular, é fácil perceber que a elite política, por exemplo, tende a ser composta por pessoas que, por variados motivos, dedicam forte atenção à condução dos assuntos públicos. Maiorias intensas são bem mais raras e efêmeras; minorias intensas são grupos reais que persistem ao longo do tempo. Por essas razões, pode-se perceber que a intensidade de preferências, sendo comum a um grupo de pessoas, é um mecanismo efetivo de formação de elites, considerando que grupos com preferências intensas consigam se organizar.

Em Pareto, a elite é definida em termos meritocráticos: seja qual for o talento, a elite é composta por aqueles que o possuem no mais alto grau. Não importa se a atividade associada ao exercício do talento é julgada moralmente boa ou ruim; podem existir elites de ladrões, intelectuais e artistas, por exemplo. Obviamente, o foco paretiano está em elites políticas e econômicas, o que significa dizer que são aqueles cujo talento para o exercício do poder e para a aquisição monetária é mais pronunciado.

---

2 Ver também o capítulo 4 de Dahl (1989) e Buchanan e Tullok (1999, p. 125-131). O primeiro texto foi publicado pela primeira vez em 1956, e o segundo data de 1962.

Quando há uma concentração de indivíduos de baixo talento na elite, esta decai e se expõe à substituição, seja por lenta penetração de elementos superiores de estratos intermediários, seja por via revolucionária.

Michels, por sua vez, repõe os termos da formulação mosquiana, de corte organizacional, aduzindo novos elementos ao raciocínio do autor italiano. A necessidade moderna de influenciar grandes eleitorados de massa e de criar máquinas partidárias de alcance nacional conduz à concentração de poder nos líderes partidários e à subversão de preceitos igualitários existentes na fundação de certas agremiações. Embora Michels não dê esse passo, a mesma *rationale* pode ser estendida a sindicatos e outras organizações que precisem criar grandes burocracias.

Consideradas em conjunto, as formulações dos três autores são no mínimo céticas quanto às possibilidades da democracia e do sufrágio universal, mas seu pessimismo já foi, a rigor, superado na teoria social.

Podem ser encontradas duas limitações no raciocínio elitista. Em primeiro lugar, ao concentrar a atenção em estruturas e organizações, essas teorias perdem de vista a possibilidade de que a interação entre organizações oligárquicas produza um resultado democrático, ou seja, promotor dos interesses de vastos segmentos da população antes não representados por nenhuma organização. A segunda limitação informa que a separação entre líderes e seguidores não deve ser vista, *prima facie,* como negação da democracia, e sim como um simples indicador de seus limites técnicos e operacionais (Lipset, 1968; Sartori, 1994).

Propõe-se, portanto, o emprego dessa cadeia conceitual à análise dos conselhos, sugerindo, precipuamente, que a apreensão destes como arenas decisórias leva ao reconhecimento da existência de elites em sua composição, as quais podem estar em competição moderada ou em disputa mais intensa, dependendo do conselho em questão, mas são identificáveis, em algum grau, por uma atuação mais destacada e por características organizacionais que as distinguem de seus representados.

Para uma abordagem mais adequada das políticas públicas elaboradas nos conselhos, ressalta-se, portanto, a importância dos papéis da burocracia técnica do Estado e de tomadores de decisão associados a grupos de interesses.

Os teóricos pluralistas vão aceitar, de forma geral, sem maior resistência, as conclusões que sugerem a inevitabilidade da formação de elites, adicionando, contudo, o pressuposto de que a democracia só é impossível quando há apenas uma elite governante identificável em determinada comunidade política.

A existência de várias elites distintas competindo por apoio reduz a probabilidade da oligarquia, de acordo com essa visão. No clássico *Who governs?*, de 1961, Robert Dahl lança objeções aos argumentos que concluem pela existência de

uma elite unificada nos Estados Unidos, fazendo uma pesquisa na cidade de New Haven, na qual mostra a ascensão de diversos grupos e a progressiva dissolução do antigo grupo oligárquico que dominava a localidade no século XIX.

Segundo o argumento dahlsiano, as conclusões mais pessimistas da teoria das elites não se sustentam quando se consegue provar que há uma variedade de grupos disputando apoio político.

Para os propósitos deste trabalho, importa notar que a abordagem pluralista não nega os mecanismos de formação de elites identificados pela tradição elitista. Ela nega, de fato, as implicações mais ambiciosas e negativas dessa tradição, relacionadas à possibilidade da democracia e à relevância do sufrágio universal, replicando que elas não se sustentam. Ou seja, é possível aplicar um paradigma pluralista de análise em uma dada investigação empírica, utilizando proveitosamente os mecanismos discutidos por Pareto, Mosca e Michels.

Basicamente, não haveria problema conceitual na identificação, em determinada arena decisória, de distintas elites fundamentadas na posse de diversos talentos, preferências intensas sobre áreas de política pública e atributos organizacionais que as destacam dos grupos de base que representam.

Pergunta-se: em que contexto decisório tais elites operarão, no caso dos conselhos? Que características o definem? A partir de elementos desenvolvidos primeiramente por Buchanan e Tullok (1999), no contexto da teoria da escolha pública, pode-se dizer que a ciência social dispõe do aparato analítico básico para responder a essas perguntas.

Particularmente, a adaptação promovida por Sartori (1994, cap. 8) do raciocínio dos dois autores mencionados é útil. Segundo tal formulação, podem ser entendidos, em larga medida, os conselhos como *comitês*.

Eis como o raciocínio se desdobra: supondo que a escolha pública nesses comitês impactará pessoas e grupos sociais externos a eles, é necessário formular duas variáveis inerentes a qualquer processo decisório, com estas características: custos externos e custos decisórios. O primeiro custo se refere aos prejuízos que os agentes terão que consumir, em função das medidas tomadas na arena decisória, que se referem a toda a coletividade. O segundo custo se refere ao valor e ao tempo consumidos pela barganha necessária para fazer a escolha – ele se amplia quanto maior for o número de pessoas necessárias para se chegar a uma decisão. Obviamente, se o ator é racional, este procurará minimizar ambos os custos.

As variáveis principais na mensuração do custo decisório são o número de pessoas participantes da tomada de decisão e a regra de votação do órgão decisório. Quanto maior for o número de participantes, mais altos são os custos da tomada

de decisão; quanto mais próximo da unanimidade for o patamar necessário para a aprovação de medidas, da mesma forma, ampliam-se os custos decisórios.

Como notado por Buchanan e Tullok (1999), há uma relação entre os dois custos, no que se refere à escolha pública. A melhor garantia contra a imposição de custos externos é a adoção da regra da unanimidade, pois esta confere automaticamente poder de veto a todos os decisores quanto a qualquer alteração do *status quo* que seja vista como prejudicial a um indivíduo ou a seu grupo. Por outro lado, regras de unanimidade ou mesmo de maioria qualificada tornam muito elevados os custos decisórios, na medida em que ampliam excessivamente o poder de barganha de cada participante. No limite, podem inviabilizar qualquer decisão.

Os custos externos sobem, por sua vez, com a adoção de regras de maioria simples, por exemplo. Nesse sentido, a interação da percepção dos dois custos será importante para a maneira como os atores desenharão as instituições e decidirão "coletivizar" determinada área da atividade social ou mantê-la na esfera privada. A "coletivização" implica possibilitar que outros agentes provoquem custos, via decisão estatal, sobre a ação individual.

Entretanto, a *rationale* de Buchanan e Tullok (1999) deixa de considerar com maior detalhe outro fator importante para a equação em análise aqui: o método de eleição do corpo decisório. Na conclusão de sua abordagem, torna-se evidente que o fenômeno da representação significa, entre outras coisas, a redução dos custos decisórios presumíveis, em sistemas de democracia direta.

Simplesmente, a partir de certo tamanho populacional, tais sistemas não são manejáveis, o que torna a representação inevitável. Pergunta-se, assim: o modo como se constitui a representação tem impacto sobre os custos externos e decisórios? Inexiste razão para supor que não.

No caso dos conselhos, a prevalência de regras paritárias, em sua composição, entre setores da sociedade e do governo, por exemplo, pode ser evidência não apenas da influência de preceitos democráticos na constituição dessas arenas, mas refletir uma opção pela redução dos custos de decidir e dos riscos que novas decisões podem trazer para os grupos representados (riscos-custos externos).

A paridade desestimula o uso de votações puramente majoritárias, no estilo soma-zero, pois nenhum segmento presente no conselho detém maioria absoluta. Portanto, a regra de votação por maioria pode até existir regimentalmente, mas os atores tacitamente concordam que ela não deve ser acionada amiúde.

Tal entendimento reduz os custos externos que usualmente incidem sobre minorias derrotadas, em decisões frequentes, por maioria simples ou absoluta.

O formato paritário também evita os custos decisórios mais severos associados à obtenção de maiorias qualificadas, induzindo, em princípio, que os segmentos entrem em acordo internamente, antes da própria negociação entre eles.

Se os conselhos têm majoritariamente a presença de membros da sociedade civil, como é o caso dos Conseas[3], recaem sobre esse segmento os custos da decisão; e mais ainda quando esses agentes têm conhecimento sobre o tema superior ao outro grupo, ou seja, detém um atributo que eficazmente os diferencia dos demais.

É dentro desses parâmetros que se pode falar em conselhos como comitês, no sentido empregado por Sartori. Eles são, essencialmente, grupos: a) relativamente pequenos e de interação face a face; b) duráveis e institucionalizados; c) que tomam decisões em um fluxo decisório contínuo.

A terceira característica significa, crucialmente, que os membros se engajam "em trocas que vão além do momento presente" (Sartori, 1994, p. 306). A rigor, os segmentos podem tolerar concessões substantivas em relação à sua posição ou a "derrotas" pontuais, pois o fluxo decisório garante que eles poderão exigir reciprocidade, em momento posterior.

Por sinal, essa é outra característica que desestimula votações majoritárias convencionais, pois a interação se torna soma-positiva. Ou seja, não há derrotas ou vitórias absolutas, e sim compensações recíprocas retardadas, para usar a feliz expressão de Sartori.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em termos da análise do processo decisório, as implicações dos três modelos, especialmente o da teoria da escolha pública, são importantes. Em particular, a correspondência do processo político aos diferentes *inputs* depende do grau de abertura do sistema político, do grau de convergência dos interesses, do grau de compromisso dos gestores com certas estratégias, das oportunidades proporcionadas pelas instituições e das capacidades dos grupos de premiar ou punir os gestores.

Assim, somente alguns grupos têm capacidade de influenciar as políticas públicas, e os instrumentos e programas dependerão das capacidades dos principais agentes de influenciar as probabilidades de ganho de seus representantes,

3 Os Conseas têm, obrigatoriamente, em suas composições, 2/3 de representantes da sociedade civil e 1/3 de representantes do poder público.

assim como do grau de homogeneidade das preferências dos agentes e organizações e de seus respectivos pesos econômicos.

A teoria da escolha pública tem demonstrado que as regras e as instituições são importantes para se perceber os resultados das escolhas coletivas. Percebe-se que as regras de funcionamento e sua composição realmente importam nas escolhas, pois, uma vez que os detentores do saber são representantes da sociedade civil e que são maioria no Conselho, é de se esperar que as escolhas dos representantes estejam sempre em consonância com a maioria (sociedade civil), em razão do caráter de composição desse espaço.

O que é preciso perceber é se essa maioria é a "maioria qualificada", e não uma maioria absoluta, já que a única garantia é de que propostas de alterações de regras satisfazem o interesse geral, e não interesses específicos, o que faz essas propostas serem aprovadas por uma maioria qualificada.

Mesmo que os conselhos tenham um caráter apenas consultivo ou de aconselhamento ao Presidente da República, podem exercer forte influência nas definições da agenda para os temas em questão, portanto, pode-se identificar uma efetividade deliberativa, entendida como a capacidade efetiva de esses conselhos influenciarem, controlarem e decidirem sobre determinada política pública, expressa na institucionalização dos procedimentos, na pluralidade da composição, na deliberação pública e inclusiva, na proposição de novos temas, na decisão sobre as ações públicas e no controle sobre essas ações.

As principais indicações obtidas demonstram que, ao contrário da representação eleitoral tradicional, na representação política da sociedade civil, nos conselhos, os representantes têm legitimidade pelo reconhecimento acerca de seu grau de competência e qualificação, e não necessariamente do vínculo direto com a base.

Muitos representantes se constituem como detentores de saberes, formando uma espécie de elite política que tem dificuldades em dialogar com os setores tradicionalmente excluídos e, mais ainda, transformam-se em "personalidades" detentoras desse poder. Assim, sob essa ótica, não se preocupam em ter um respaldo da base, pois são os conhecedores da temática.

O problema em si não é que uns grupos estejam mais articulados que outros, mas sim que essa maior articulação signifique um abafamento de determinados segmentos da sociedade.

Assim, o que se verifica na prática é a fragilidade dos conselheiros diante da centralização do poder nas mãos de alguns poucos, especialmente daqueles especialistas. A presença de um governo que tenha projeto político participativo

pode ser um forte indicador da possibilidade de maior efetividade deliberativa dos conselhos.

Outro aspecto que merece reflexão se refere ao tamanho do grupo em questão, ou seja, o tamanho do Conselho, o número de participantes, pois se percebe que quanto maior é o grupo, menor é o grau de participação, o que naturalmente gera concentração de poder decisório nas mãos de poucos, caracterizados aqui por aqueles que detêm determinados capitais. Desse modo, a participação também pode gerar efeitos perversos que se configuram no embate de interesses entre os diversos grupos que fazem parte do processo.

Entretanto, apesar de alguns grupos se conformarem como uma elite política, muitas vezes, os representantes que dominam o debate não detêm todos os recursos de poder, portanto, pode-se dizer que há o que Robert Dahl chama de um "equilíbrio de poderes". Há uma combinação de diferentes recursos políticos, e nenhum grupo isoladamente tem a capacidade de controlar totalmente a comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, Maria Hermínia Tavares de. Federalismo e política sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 10, n. 28, p. 88-108, jun. 1995.

Arretche, Marta. Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 44-66, jun. 1996.

Avritzer, Leonardo. Teoría democrática, esfera pública y deliberación. *Metapolítica*, México, v. 4, n. 14, p. 76-78, abr./jun. 2000.

_____. *Participação política em São Paulo*. São Paulo: Unesp, 2004.

Boschi, Renato. Descentralização, clientelismo e capital social na governança urbana: comparando Belo Horizonte e Salvador. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, p. 01-19, 1999.

Buchanan, James; Tullok, Gordon. *The calculus of consent*: logical foundations of constitutional democracy. Indianapolis: Liberty Fund, 1999.

Cortes, Soraya. Fóruns participativos e governança: uma sistematização das contribuições da literatura. In: Lubambo, Cátia; Coelho, Denílson; Melo, Marcus André (Org.). *Desenho institucional e participação política*: a experiência no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2005.

Costa, Sérgio. Contextos da construção do espaço público no Brasil. *Novos Estudos* Cebrap, São Paulo, n. 47, p. 179-192, mar. 1997.

Dahl, Robert. *Um prefácio à teoria democrática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

_____. *Who governs?* Democracy and power in an American city. 2. ed. New Haven: Yale University Press, 2005.

Ferraz, Ana Targina R. *Impactos da experiência conselhista sobre as atividades políticas e organizativas dos movimentos sociais na saúde*: o caso do movimento popular de saúde de Campinas-SP. 2005. 185 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)– Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

Fuks, Mário; Perissinoto, Renato. Recursos, decisão e poder: conselhos gestores de políticas públicas de Curitiba. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 60, supl. 60, p. 67-81, fev. 2006.

Gohn, Maria da Glória. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2003.

Grynszpan, Mario. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 41, p. 35-83, 1996.

Jacobi, Pedro. *Ampliação da cidadania e participação* – desafios na democratização da relação poder público-sociedade civil no brasil. 1996. 278 p. tese (Doutorado em ciências sociais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. Disponível em: <www.teses.usp.br>. Acesso em: 10 mai. 2007.

Lavalle, Adrián G. Sem pena nem glória. O debate sobre a sociedade civil nos anos 90. *Novos Estudos* Cebrap, São Paulo, n. 66, p. 91-109, jul. 2003.

Lavalle, Adrián G.; Castello, Graziela; Bichir, Renata M. *Os bastidores da sociedade civil*: protagonismos, redes e afinidades no seio das organizações civis. Cebrap, 2006. (mimeo.)

Lavalle, Adrián G.; Houtzager, Peter P.; Castello, Graziela. Representação política e organizações civis. Novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 21, n. 60, suppl. 60, p. 43-66, fev. 2006.

Lipset, Seymour. Introduction. In: Michels, Robert. *Political parties*: a sociological study of the oligarchical tendencies of modern democracy. 2. ed. Nova York: Free Press, 1968. p. 15-39.

Michels, Robert. *Political parties*: a sociological study of the oligarchical tendencies of modern democracy. 2. ed. Nova York: Free Press, 1968.

Mosca, Gaetano. *The ruling class*: elementi di scienza política. Nova York: McGraw Hill, 1939.

Moura, Joana Tereza V.; Silva, Marcelo K. Atores sociais em espaços de ampliação da democracia: as redes sociais em perspectiva. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 16, n. supl., p. 43-54, ago. 2008.

Olson, Mancur. *A lógica da ação coletiva*: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Edusp, 1999.

Pareto, Vilfredo. *Sociological writings*. Organização S. E. Finer. Oxford: Blackwell, 1966.

Pateman, C. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Santos, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia*: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Sartori, Giovanni. *Uma teoria da democracia revisitada*. v. 1. São Paulo: Ática, 1994.

Silva, Marcelo Kunrath. Tradições associativas populares e democracia: uma análise comparativa das experiências de Orçamento Participativo na Região Metropolitana de Porto Alegre. In: Congresso da Alas, 24. *Anais*... Universidade de San Martin, Arequipa, Peru, 2003.

A cultura é autônoma ou serve às elites?

Um olhar sobre as abordagens sociológicas de Jeffrey Alexander e Pierre Bourdieu

Arthur Coelho Bezerra*

Resumo A proposta deste artigo é analisar comparativamente as abordagens sociológicas de Pierre Bourdieu e Jeffrey Alexander, no campo da cultura, com destaque para a crítica de Alexander ao programa de Bourdieu. Considera-se que a contraposição das ideias desses dois autores pode ser bastante útil para representar duas correntes distintas presentes nas ciências sociais: de um lado, aquela que enxerga uma submissão dos bens e das práticas culturais aos interesses das classes economicamente favorecidas; do outro, a que proclama a autonomia da cultura, cuja dimensão não poderia ser reduzida à estrutura social externa.

Palavras-chave Sociologia da cultura; antropologia cultural; estruturalismo.

Is culture autonomous or does it serve the elites? An oversight of Jeffrey Alexander and Pierre Bourdieu's sociological approaches

Abstract *The aim of this paper is to analyze the sociological approaches of Pierre Bourdieu and Jeffrey Alexander in culture, highlighting Alexander's overview of Bourdieu's program. We believe that the opposition of the ideas of these two authors can be very useful to represent two distinct approaches present in the social sciences: on the one hand, the one that sees a submission of cultural practices and goods to the interests of the elites; on the other, the one which proclaims the autonomy of culture, which size could not be reduced to the external social structure.*

Keywords *Sociology of culture; cultural anthropology; structuralism.*

---

* Mestre em Sociologia pelo Iuperj. Atualmente, é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFRJ), professor do Departamento de Ciências Sociais (Dcso/UFRJ) e pesquisador do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (Necvu/UFRJ) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

INTRODUÇÃO

A autonomia da cultura nas sociedades contemporâneas é um tema que desperta opiniões antagônicas entre os estudiosos das ciências sociais. De um lado, há os que apontam a submissão de bens e práticas culturais aos interesses das classes economicamente favorecidas, revelando como a cultura pode ser acionada para garantir a perpetuação do poder dos estratos dominantes. Outros estudiosos, no entanto, defendem que a cultura possui um caráter autônomo, cuja dimensão não pode ser reduzida à estrutura social externa.

O que este artigo propõe é analisar comparativamente essas duas linhas teóricas divergentes, tomando como base os programas de dois autores que incorporam a dicotomia supracitada: Pierre Bourdieu, sociólogo francês identificado com um estruturalismo de caráter construtivista, e o americano Jeffrey Alexander, sociólogo de tradição durkheimiana e defensor de uma visão hermenêutica para o campo da cultura. Entre os trabalhos pesquisados, destaca-se o artigo de Alexander (1995), em que o autor desenvolve uma visão crítica do programa bourdieusiano.

CULTURA E DOMINAÇÃO EM BOURDIEU

Pierre Bourdieu iniciou seus estudos teóricos na esteira da corrente estruturalista, que ganhou corpo na França por meio da figura de Claude Lévi-Strauss. No final dos anos 1950, a antropologia estrutural de Lévi-Strauss trouxe à luz uma linguagem, uma lógica e uma coerência sofisticadas e complexas, que dotavam de razão tanto aspectos culturais quanto práticas sociais dos povos ditos primitivos – antes enxergadas como aparentemente incoerentes e sem sentido.

Valendo-se da proposta metodológica estruturalista de Lévi-Strauss, Bourdieu estudou a cultura e os rituais dos povos *kabylas* na Argélia, descobrindo uma ordenação lógica das coisas e das práticas – com base em oposições e homologias perfeitamente coerentes – que considerou "quase miraculosa", já que produzida sem nenhuma intenção ordenadora consciente.

Ao ampliar seu campo de análise, no entanto, a tarefa de estabelecer relações precisas e coerentes de homologia ou oposição entre todos os elementos conhecidos da cultura *kabyla* se mostrou impossível de ser realizada, em razão das inúmeras incoerências e contradições inclassificáveis e irredutíveis a qualquer tentativa de formalização, que desautorizavam a convicção em uma única lógica subjacente às práticas sociais e aos produtos simbólicos de uma mesma sociedade.

Com isso, Bourdieu abandonou a esperança de construir, com os elementos reais da prática social, sistemas rigidamente lógicos e passou a enxergar o método estrutural como "um momento da análise, como a 'reconstrução objetivista' pela qual se deve passar para atingir interpretações 'mais completas' e 'mais complexas' dos processos sociais" (García Canclini, 2004, p. 70).

Para chegar a essa concepção mais abrangente, o autor incorporou à sua teoria duas ideias centrais na teoria marxista: 1) a sociedade está estruturada em classes sociais; 2) as relações entre classes são relações de luta. E essa nova orientação teórica fez com que Bourdieu passasse a questionar as teses antropológicas subjacentes às convicções de Lévi-Strauss e dos seguidores do estruturalismo, formulando críticas que originariam sua "teoria da prática".

Em Bourdieu, o espaço social é descrito como um "campo de forças", ou seja, "um conjunto de relações de força objetivas impostas a todos os que entrem nesse campo e irredutíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às *interações* diretas entre os agentes" (Bourdieu, 2004, p. 134). E esses agentes são definidos por suas *posições relativas* no espaço social, considerando o volume de capital econômico, cultural e social agregado nos diversos campos nos quais os indivíduos se fazem presentes.

A expressão bourdieusiana "capital cultural" assume o significado de poder e dominação, definindo o espaço social a partir das relações que se efetivam entre tais posições – e não entre os agentes. Para o autor, o conhecimento da posição ocupada nesse espaço comporta uma informação que considera não apenas as propriedades intrínsecas (condição), mas também as propriedades *relacionais* (posição) dos agentes (Bourdieu, 2004, p. 136).

Por meio dessa visão, nota-se que o espaço social tem sua dinâmica definida pela proposição do conceito de "campo", que está diretamente relacionado à posição que grupos de agentes ocupam de acordo com a composição de capital que venham a acumular.

Espaço estruturado de posições passíveis de análise, o campo de Bourdieu independe dos agentes que o ocupam. Sua forma é guiada por um estado de relação de forças entre agentes e instituições, debruçados sobre a distribuição do capital específico, que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores.

O campo constitui uma parte do espaço social que, a despeito de tal inserção, é regido por leis próprias, autônomas umas em relação às outras. O campo acadêmico, por exemplo, possui regras próprias, as quais não guardam qualquer relação

com o campo esportivo – além, é claro, da convicção bourdieusiana de que *sempre haverá disputas por poder e legitimidade em qualquer campo.*

Segundo o autor, o arranjo dentro de um campo é invariavelmente esquadrinhado a partir das diferentes regiões específicas que se relacionam com as posições ocupadas pelos agentes, estruturando, assim, um sistema de forças que opera com base nas relações de dominação e conflito, em um processo de constante atualização.

É relevante lembrar que, na concepção de Bourdieu, tais relações de dominação e conflito devem necessariamente obedecer às regras específicas que são determinadas em cada campo. Assim, estando a ação dos agentes condicionada e delimitada pelas normas relativas à posição que ocupam no campo, ocorre uma legitimação da disputa pela observância de tais regras – que, por sua vez, também estendem legitimidade ao próprio campo.

Ainda que Bourdieu perceba uma interação entre campo e agentes, as ações estratégicas destes se mostram sempre definidas, em última instância, pelo conjunto de regras inscritas em determinado campo. Não obstante, embora a perspectiva estratégica dos agentes se revele voltada para o acúmulo de um capital específico no curso de disputas anteriores, Bourdieu não a interpreta como um cálculo friamente orientado para a maximização do ganho, mas sim como uma relação inconsciente entre um campo e um *habitus*.

O CONCEITO DE *HABITUS*

Procurando resolver o problema teórico da determinação estrutural e da escolha do indivíduo, Bourdieu tenta compreender a articulação entre o individual e o coletivo, a partir do conceito de *habitus*, o qual o leva a considerar a proposta de que, se, por um lado, existe para o indivíduo a possibilidade de escolha, por outro, essa possibilidade não se efetiva pelo livre-arbítrio do homem.

Sendo forjado por meio de relações sociais exteriores, independentes das vontades individuais, o *habitus* possuiria uma dimensão inconsciente para os sujeitos, uma vez que estes não detêm a significação da pluralidade de seus comportamentos, nem dos princípios que estão na gênese da produção de seus esquemas de pensamentos, de suas percepções e ações.

De acordo com o autor, o raciocínio seria mesmo desnecessário nesse contexto, partindo da própria estratégia prática do *habitus* para se orientar e se situar de maneira racional no espaço.

Enquanto o campo está relacionado à forma de estruturação do espaço social, o *habitus* é o conceito que diz algo concreto e dinâmico sobre os agentes sociais e seus respectivos enquadramentos no sistema de posições sociais, uma vez que representa o esquema de percepção e de ação de cada indivíduo, adquirido e formado pela história social de cada um deles e resultante de um longo processo de aprendizagem formal e informal.

O que Bourdieu define como *habitus*, portanto, é o princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação de tais práticas.

Além de funcionar como estrutura estruturante, organizando as práticas e sua percepção, o *habitus* seria também estrutura estruturada, uma vez que nele se encontra refletida toda a estrutura da sociedade que influenciará a percepção dos agentes acerca do mundo social – sempre a partir de sua posição nessa estrutura.

Dessa forma, ao estender o conceito de *habitus* à dinâmica de classes, o autor procura destacar que a socialização dos agentes é operada de acordo com o *habitus* inerente à posição ocupada por eles dentro do espaço social. É nesse aspecto que o *habitus* reflete a classe do indivíduo e sua posição, como uma afirmação inconsciente de sua origem social. Tal conceito permite que se pense a socialização do homem como um processo que se funda no aprendizado do funcionamento das relações sociais, constituído pela assimilação de normas e valores.

GOSTOS DE CLASSE

De acordo com Bourdieu, o "gosto" se encontra posicionado na origem do mecanismo de ajuste dos agentes a seus respectivos *habitus*, que transforma práticas objetivamente classificadas em práticas classificadoras, ou seja, em expressão simbólica da posição de classe.

Assim, longe de representar a subjetividade individual, para Bourdieu o gosto é uma espécie de "objetivação interiorizada" que está invariavelmente condicionada à trajetória social do indivíduo, sendo também, dessa maneira, "a fórmula generativa que está no princípio do estilo de vida" (Bourdieu, 1983, p. 83-85).

Na *sociologia do gosto* bourdieusiana, encontra-se a existência de um "senso de homologia" entre bens culturais e grupos sociais. Segundo o autor, é esse senso que permite ao indivíduo desenvolver, no âmbito de um repertório de bens culturais, uma identificação com aqueles que estão "objetivamente adequados à sua posição e ajustados entre si por estarem situados em posições sumariamente equivalentes a seus respectivos espaços" (Bourdieu, 2007, p. 217).

Para assegurar a reprodução social dos gostos de classe e, dessa forma, perpetuar a condição dominante das classes economicamente superiores, Bourdieu destaca a fundamental contribuição do sistema escolar, que "torna possível o domínio simbólico (mais ou menos adequado) dos princípios práticos do gosto [...]" (Bourdieu, 1983, p. 99).

Segundo o autor, tanto a escola quanto a família são "investidas do poder delegado de impor um arbitrário cultural", na medida em que se propõem a "impor uma aprendizagem ao fim da qual tais obras poderão surgir como intrinsecamente, ou melhor, como naturalmente dignas de serem admiradas ou degustadas" (Bourdieu, 2005, p. 272). Assim, percebe-se como o consumo da obra de arte pode assumir a função de distinção, com o generoso auxílio de uma escola que "cria a necessidade cultural e, ao mesmo tempo, oferece os meios para satisfazê-la" (Bourdieu; Darbel, 2003, p. 69).

> Ao duplicar as diferenças puramente econômicas pelas diferenças criadas pela mera posse de bens simbólicos como por exemplo as obras de arte ou as distinções simbólicas na maneira de usar tais bens, as classes privilegiadas podem realizar o sonho [...] de um novo mandarinato capaz de reconciliar, à maneira da antiga aristocracia, o poder temporal e a grandeza espiritual ou a elegância mundana (Bourdieu, 2005, p. 281).

O processo de conhecimento e "familiarização" dos conteúdos culturais, perpetrado por meio do conjunto das "aprendizagens insensíveis que acompanham o convívio prolongado com as obras de arte", produz "não somente a interiorização inconsciente das regras de produção das obras, mas também o sentimento de familiaridade derivado do esquecimento do trabalho de familiarização". Isso faz com que "homens cultivados" sejam "levados a considerar como natural, isto é, espontânea e fundada na natureza, uma maneira de perceber que não passa de uma dentre muitas outras (...)" (Bourdieu, 2005, p. 290).

No entendimento do autor, "os indivíduos têm dificuldades para pensar em outras diferenças além daquelas que o sistema de classificação disponível lhes permite pensar" (Bourdieu, 2005, p. 285; Bourdieu; Darbel, 2003, p. 75).

Nesse jogo da cultura em que objetividades interiorizadas – como os gostos de classe – ganham uma roupagem pseudossubjetiva, as lutas simbólicas entre as classes ficam "destinadas a assumir a forma de lutas de concorrência que contribuem para a reprodução das distâncias encontradas no próprio princípio da corrida"

(Bourdieu, 2007, p. 234). Ou, dito de outra forma, "a própria luta produz, assim, os efeitos propícios a dissimular a própria existência da luta" (Bourdieu, 2007, p. 234).

O que há de mais engenhoso no mecanismo descrito por Bourdieu é a introdução da questão do interesse e do desinteresse, ou, em outras palavras, da cumplicidade entre os que entram no jogo e aprendem a jogar usando as regras intrínsecas do jogo, entre as quais a questão da utilidade da cultura só é colocada na medida em que bens culturais são fetichizados ao assumirem o papel de artefatos sociais.

Longe, portanto, de serem uma expressão subjetiva de individualidades irredutíveis, "todas as escolhas produzidas encontram-se, assim, automaticamente associadas a uma posição distinta, portanto, afetadas por um valor distintivo" (Bourdieu, 2007, p. 231). Como o *habitus* possui uma dimensão inconsciente, isso ocorre independentemente de haver ou não uma intenção de distinção – que, comumente, ocorre em uma tentativa do agente de distinguir-se do grupo imediatamente inferior (ou supostamente considerado como tal) e a identificar-se com o grupo da posição imediatamente superior, assim reconhecido como "detentor do estilo de vida legítimo" (Bourdieu, 2007, p. 231).

Vestuários, pronúncias, posturas, formas de andar, maneiras, enfim, todos os sistemas de sinais portados e acionados pelos agentes balizam o que Bourdieu denomina "afinidades eletivas", acionadas na "decifração inconsciente de traços expressivos em que cada um só adquire sentido e valor no interior do sistema de suas variações segundo as classes" (Bourdieu, 2007, p. 225).

O princípio das afinidades eletivas é a identificação do *habitus* pelo *habitus*, quando os agentes se reconhecem em determinada prática "ao mesmo tempo que reconhecem também todos aqueles que se reconhecem aí, ou seja, seus semelhantes" (Bourdieu, 2007, p. 210).

Bourdieu conclui, então, que "a cultura que une é também a cultura que separa": a cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante, assegurando uma comunicação e identificação de seus agentes com determinado sistema de valores; porém, ela o faz por meio do estabelecimento de distinções em relação às outras classes que, uma vez legitimadas, compelem todas as outras culturas a "definirem-se pela sua distância em relação à cultura dominante" (Bourdieu, 2004, p. 11)[1].

1 Ao falar de cultura legítima, Bourdieu (2005, p. 271) quer chamar a atenção para o fato de que "a dominação da cultura dominante é tanto maior e mais completa quanto menos ela se manifesta enquanto tal, condição para que consiga obter o reconhecimento de sua legitimidade, reconhecimento implícito no desconhecimento de sua verdade objetiva".

A descrição dos conceitos de *habitus* e campo em Bourdieu – bem como sua análise sobre o gosto – autoriza a concluir que, nas sociedades modernas, a cultura está longe de desfrutar de qualquer autonomia. Ao contrário, revela-se submetida aos interesses de uma classe que, ao ter seu comportamento legitimado por instâncias como a escola e a família, acaba por perpetuar e mesmo naturalizar sua dominação simbólica.

A AUTONOMIA DA CULTURA EM ALEXANDER

Sob um ponto de vista distinto daquele encontrado em Bourdieu, o sociólogo americano Jeffrey Alexander descobriu, na sociologia da religião de Durkheim, um interesse analítico pelo tema das representações coletivas. Preocupado em trazer para a sociologia o estudo das dinâmicas internas dos rituais e sistemas simbólicos, Alexander procurou enxergar a cultura não como um instrumento de dominação, mas sim como um campo autônomo que ocupa um lugar privilegiado na construção da realidade social (Lima Neto, 2007).

Nas últimas décadas, Alexander vem empreendendo esforços para desconstruir o que ele denomina "programas fracos" da sociologia da cultura, que, entre outras coisas, submetem as práticas culturais a relações de disputa de poder.

A própria diferença que o autor estabelece entre "sociologia cultural" e "sociologia da cultura" é emblemática: enquanto esta é entendida como uma variável dependente, confinada a participar da reprodução das relações sociais, a "sociologia cultural" – caminho escolhido por Alexander – seria aquela que enseja o caráter independente da cultura, reconhecendo sua autonomia.

Acreditar na possibilidade de uma sociologia cultural é subscrever à ideia de que toda a ação, independentemente de seu caráter instrumental, reflexivo ou coercitivo, materializa-se em um horizonte de emoção e significado, ou seja, possui um entorno interno que não pode ser reduzido à sua dimensão externa.

Sob esse aspecto, ignorar a dimensão cultural – que, segundo o autor, está presente em todo e qualquer subsistema sociológico – significaria inviabilizar a realização de trabalhos conclusivos relativos aos âmbitos da ação e aos âmbitos institucionais (Alexander, 2001, p. 31).

O "PROGRAMA FORTE" DE ALEXANDER

A proposta de um "programa forte" para a sociologia cultural traduz a tentativa de Alexander de tratar a cultura em seus próprios termos, emancipando-a

da estrutura social. Inicialmente pensado por David Bloor para a sociologia do conhecimento, o conceito de "programa forte" postula que ideias científicas não são propriamente espelhos da natureza, mas sim reflexos de processos coletivos e sociais de produção de sentido; são, portanto, tanto convenções como invenções (Alexander; Smith, 2002, p. 137). Nessa linha de análise, entender a ciência não como resultado de ações e procedimentos objetivos, mas sim como um conjunto de representações coletivas implica separar o conteúdo cognitivo das determinações naturais.

Trazendo as ideias de um programa forte para o bojo da sociologia cultural, Alexander defende que a noção de cultura deve ser analiticamente separada da noção de estrutura social, o que prevê uma autonomia da dimensão cultural. Para o autor, é somente por meio de um programa forte que se pode explicitar o importante papel que a cultura possui na formação da vida social.

Na agenda da sociologia cultural, reconhecer a autonomia da cultura é o primeiro movimento em direção a um programa forte. Uma vez reconhecida essa autonomia, existem três passos fundamentais – de ordem metodológica – que também precisam ser seguidos, a saber:

- 1º passo: reconstruir densa e hermeneuticamente os textos sociais (códigos, narrativas e símbolos);
- 2º passo: vislumbrar a interação da dimensão cultural com outras forças sociais;
- 3º passo: desvendar como a cultura interfere no que realmente acontece.

O compromisso com uma rica e persuasiva reconstrução hermenêutica dos textos sociais se assemelha às "descrições densas" empreendidas por Clifford Geertz, na década de 1970, acerca dos códigos, das narrativas e dos símbolos que desenham as redes de significados sociais. Ao empenhar-se na realização de um trabalho metódico de descrição de costumes e hábitos tribais, Geertz apresentou a cultura como um texto rico e complexo que exerce influência na vida social, guiando a ação dos indivíduos.

Metodologicamente, a realização de uma descrição densa demanda que se coloquem entre parênteses as relações sociais não simbólicas, de forma a permitir a reconstrução dos textos culturais puros e o mapeamento das estruturas culturais presentes na vida social.

Segundo Alexander, esse processo tende a evitar as descrições superficiais que se limitam a captar os significados culturais a partir da configuração social –

expediente que o autor relaciona ao "programa fraco" que caracteriza os estudos de sociologia da cultura.

Em que pese o empenho de Alexander em posicionar a explicação dos significados culturais no centro da agenda intelectual, reforçando, assim, o caráter autônomo da cultura, tal operação não pode carecer de maior entendimento das estruturas sociais e das dinâmicas institucionais.

Conforme o próprio Alexander explica, Geertz sempre se mostrou relutante em conectar sua análise interpretativa a qualquer tipo de teoria geral, acreditando que a descrição densa de textos culturais poderia substituir um trabalho de construção teórica.

Alexander, no entanto, crê ser necessário entender a cultura não somente como um texto – como Geertz faria –, mas sim como um texto permeado por símbolos e signos que se relacionam uns com os outros[2]. Nesse aspecto, a manobra de "substituir a tribo pelo texto enquanto objeto de análise" traria certa vulnerabilidade ao trabalho de Geertz, dificultando a própria distinção entre antropologia, literatura e até anotações de viagem (Alexander; Smith, 2002, p. 144).

É por isso que, após a realização da mencionada "descrição densa", seria necessário que o pesquisador voltasse seu olhar para a estrutura societária presente em seu entorno, visando à interação da dimensão cultural com outras forças sociais. Essa operação representa o segundo passo da agenda de um programa forte.

Por fim, o terceiro passo seria identificar mecanismos concretos por meio dos quais a cultura opera, procurando desvendar as formas como a cultura interfere no que realmente acontece – objetivo que, segundo os autores, não chega a ser alcançado pelo programa fraco da sociologia da cultura. O cumprimento desses três passos representa, para Alexander, o único caminho confiável para alçar a análise cultural ao *status* de ciência social.

OS PROGRAMAS CONSIDERADOS "FRACOS"

Ao avaliar o "estado da arte" dos estudos sociais contemporâneos, Alexander conclui que diversos programas fracos circunscritos à sociologia da cultura ainda exercem grande influência no contexto norte-americano – principalmente no tocante aos estudos de produção, consumo e distribuição cultural que são focados

2 Nesse ponto, Durkheim e Mauss são lembrados por enxergarem a cultura como uma classificação sistêmica formada por oposições binárias – o que mais tarde se tornaria um argumento muito utilizado por diversos estudiosos para proclamar a autonomia das formas culturais (Alexander; Smith, 2002, p. 146).

nos contextos organizacionais e institucionais, em detrimento dos próprios conteúdos e significados dos repertórios dessas práticas.

Segundo Alexander e Smith (2002, p. 143-144):

> A investigação sociológica continua dominada por programas fracos caracterizados por uma combinação de inadequação hermenêutica, ambivalência sobre a autonomia cultural e por mecanismos abstratos, pobremente especificados, para fundamentar a cultura em processos sociais concretos.

A partir da agenda de atuação metodológica descrita, Alexander analisou criticamente o trabalho de autores que tangenciaram um programa de sociologia cultural, mas que, pela ausência de algum dos três passos fundamentais supracitados, não conseguiram estabelecer um programa forte.

Talcott Parsons, por exemplo, é valorizado por atrelar o funcionamento coerente de uma sociedade ao posicionamento central dos valores nas ações e instituições dessa sociedade. Todavia, os escritos de Parsons não esclarecem que valores são esses e tampouco demonstram um empenho em engendrar uma reconstrução hermenêutica dos textos sociais.

O resultado, segundo Alexander, é um entendimento do caráter autônomo da cultura, o qual permanece restrito ao âmbito analítico, não se reproduzindo no mundo social e acabando por amarrar a cultura à lógica funcionalista do ambiente social.

Já a teoria estruturalista dos sistemas de signos de Lévi-Strauss, caracterizada por um forte caráter descritivo, é valorizada por apresentar os códigos e significados como arbitrários e gerados dentro do sistema de signos – desfrutando, portanto, de certa autonomia em relação a determinações sociais. Entretanto, embora tenha insistido na textualidade das instituições e na natureza discursiva da ação humana, provendo recursos hermenêuticos e teóricos para o estabelecimento da autonomia da cultura, Lévi-Strauss e seu modelo estruturalista também são criticados por Alexander pela ausência de espaço para a ação humana e as dinâmicas causais.

O *Centre for Contemporary Cultural Studies* – conhecido como a Escola de Birmingham – também não escapa das críticas de Alexander. A principal característica dos estudos culturais dessa Escola é o entendimento gramsciano do papel central da hegemonia nas relações sociais. Essa compreensão, que traz em seu bojo ideias relacionadas à dominação de classe, resulta em uma vinculação imediata de formas culturais como manifestação de hegemonia ou, em alguns casos, de resistência – como no caso das expressões contraculturais.

Para Alexander, embora alguns estudos inscritos nessa tradição se aproximem de um programa forte, em razão de uma habilidade na recriação de textos sociais e significados vividos – como no estudo de Stuart Hall sobre delinquência, na Inglaterra dos anos 1960 –, seus autores, não raro, caem no mesmo erro parsoniano de evocar influências abstratas para explicar ações sociais empíricas.

Embora as críticas de Alexander sejam direcionadas aos mais distintos modelos teóricos[3], cada qual por sua razão específica, nenhum autor mereceu tanta atenção quanto Pierre Bourdieu – conforme será tratado a seguir.

ALEXANDER CONTRA O PROGRAMA "FRACO" DE BOURDIEU

Enquanto as análises dos adeptos da Escola de Birmingham não demonstravam uma aplicação clara de método, o trabalho de Bourdieu possui o mérito, reconhecido por Alexander, de ser calcado em pesquisas empíricas de médio alcance, com focos quantitativos e qualitativos.

Os exaustivos trabalhos de campo realizados por Bourdieu em museus franceses e no sistema educacional são dois exemplos que ilustram o comprometimento do autor com as tais descrições densas. Entretanto, Alexander não vê nessas descrições um reconhecimento da autonomia da cultura, já que esta é geralmente acionada para garantir a reprodução das desigualdades presentes na estrutura social.

A partir da distinção de Alexander que separa a sociologia cultural da sociologia da cultura, serão expostos os argumentos que levaram o autor a concluir que, embora Bourdieu domine a "musicalidade para reconhecer e decodificar textos culturais", sua obra "pode ser melhor descrita como um programa fraco dedicado à sociologia da cultura ao invés da sociologia cultural" (Alexander; Smith, 2002, p. 141).

UM *HABITUS* MATERIALMENTE DETERMINADO

Conforme visto anteriormente, Bourdieu acusou o estruturalismo de ser uma forma de objetivismo que elimina a agência, submetendo a ação a regras formais e explícitas. Ao criticar o caráter determinista e antivoluntarista dessa teoria, Bourdieu parecia estar preparando terreno para uma versão teórica alternativa, que

3 Um detalhamento maior das críticas de Alexander à teoria de autores como Parsons, Lévi-Strauss, Foucault e Stuart Hall pode ser encontrado em Alexander e Smith (2002).

traria um renovado interesse na criatividade e no voluntarismo da ação. Entretanto, o que Alexander (1995, p. 135) percebe no conceito bourdieusiano de *habitus* não é o tão esperado reconhecimento da autonomia das normas culturais, mas sim uma demonstração do quão amarradas a forças materiais essas normas se encontram.

Ao definir o *habitus* como *estrutura estruturada* e *estrutura estruturante*, Bourdieu abre espaço para a ação e para a criatividade dos agentes, procurando, assim, superar a teoria estruturalista contra a qual se posiciona. Alexander, no entanto, demonstra grande dificuldade para enxergar no *habitus* bourdieusiano qualquer coisa além de um mero reflexo das estruturas exteriores.

Longe de ser agnóstico e independente, de sequer possuir uma lógica ou complexidade interna próprias, esse *habitus* representaria uma mimética e uma refletida posição *vis-à-vis* estrutura social, na qual atos de solidariedade e de voluntarismo são entendidos como resultados predeterminados de pressões externas.

Para Alexander, tal concepção do processo de socialização supõe adaptação e conformismo dos agentes às condições materiais de vida, além de fortalecer a hegemonia dos ideais presentes na classe economicamente dominante. Ao contrário do "*self*" em Mead e da "personalidade" em Parsons, o *habitus* de Bourdieu não demonstra possuir poder de independência da ação direta, nem tampouco se relaciona com a identidade ou com a psicologia social. Em vez disso, inicia um "interminável e circular processo de estruturas objetivas que estruturam estruturas subjetivas que estruturam estruturas objetivas em troca" (Alexander, 1995, p. 138).

Uma vez submetido ao determinismo social e, em última instância, econômico, o *habitus* de Bourdieu estaria apenas realizando um deslocamento da estrutura, passando de uma posição visível e vulnerável – relacionada a uma forma externa – para uma posição invisível, subjetiva e internalizada (Alexander, 1995, p. 136). É nesse sentido que o *habitus* é apresentado como uma motivação inconsciente que é estruturada desde cedo, fincado nos valores previamente presentes no seio familiar.

A insistência de Bourdieu em impingir um caráter invariavelmente materialista às estruturas que orientam os *habitus* se traduz, no entendimento de Alexander, em um velado objetivo teórico de eliminar a subjetividade dos agentes. O interesse de Bourdieu, nessa chave de compreensão, não estaria na natureza contingente da ação, mas em um estruturalismo de fundo materialista.

Então, emerge uma notória divergência entre Alexander e Bourdieu: enquanto para este os valores produzidos pela socialização seriam reflexos imediatos das estruturas hierárquicas da vida material, Alexander defende que "valores possuem relativa independência *vis-à-vis* estruturas sociais porque ideais são imanente-

mente universais", uma vez que teriam uma tendência inerente para se tornarem princípios generalizados (Alexander, 1995, p. 137).

De acordo com Alexander, o desenvolvimento da personalidade envolve a generalização de estruturas motivacionais, ou seja, um movimento desconectado de qualquer correlação com o mundo externo. O crescimento de cada indivíduo dependeria de sua capacidade de pensar, sentir e avaliar, primeiramente situações concretas e, depois, abstratas.

Tal movimento, segundo Alexander, envolve mudanças na referência cognitiva e moral de coisas e pessoas para regras, e para as regras das regras, até que se alcance uma forma de individualidade real e independência que envolva a habilidade do agente de repensar as mesmas regras sobre as quais determinadas situações sociais estão tradicionalmente submetidas (Alexander, 1995, p. 141).

Até mesmo quando Bourdieu emprega o *habitus* para explicar o conflito empírico e a mudança social, Alexander procura demonstrar que o autor não o faz mediante a concepção de autonomização do "*self*", mas sim como resultado de descontinuidades sistêmicas e objetivamente geradas, desenvolvidas em sociedades particulares, durante longos períodos de tempo (Alexander, 1995, p. 146-147). Para esse autor, toda a mudança de comportamento dos agentes, segundo a teoria bourdieusiana, estaria condicionada à mudança do ambiente externo.

UMA "TEORIA DA PRÁTICA" ANTIVOLUNTARISTA

No livro *Esboço de uma teoria da prática*, Bourdieu define o comportamento altruísta como "o mais esperto dos disfarces que o egoísmo calculista pode assumir". A ação, nesse contexto, mostra-se instrumental por definição, e a prática "nunca cessa de se conformar ao cálculo econômico mesmo quando dá toda a aparência de desinteresse" (Alexander, 1995, p. 151).

Essa concepção instrumental da ação, que define a prática como uma mera busca por lucro, é estendida por Bourdieu a todos os reinos da vida social, corroborando a crença no fato de que toda sociedade é definida por uma "economia de práticas".

Já em *A distinção*, Bourdieu descreve o consumo como um estágio de um processo de comunicação que envolve decifração e decodificação e que, para tanto, pressupõe um conhecimento prático do código.

Para Alexander, essa assertiva deixa evidente o caráter também instrumental conferido por Bourdieu à comunicação, interpretada como mais uma forma de dominação. O consumo, nessa chave de entendimento, encontra-se estrategica-

mente direcionado à aquisição de objetos cujo valor é definido por códigos que refletem a divisão real da vida social.

Nesse universo bourdieusiano, a escola é apresentada como uma eficaz reprodutora das relações preexistentes de classe, por meio de uma ação pedagógica implícita que requer uma familiarização prévia com a cultura dominante. O conceito de *habitus*, aqui, serviria para demonstrar que essa reprodução da cultura dominante ocorre em uma dimensão psicológica e cultural, transmitida geração após geração, como se fossem qualidades pessoais e individualizadas. É assim que, para Bourdieu, a educação camufla e naturaliza a estrutura real da dominação herdada.

Com base nessas análises, Alexander conclui que, se Bourdieu havia introduzido o conceito de *habitus* como uma alternativa ao pensamento utilitarista, sua defesa da onipresença do cálculo racional – ainda que inconsciente – acaba por resgatar o utilitarismo em sua forma plena. A presença de referenciais emocionais e culturais na constituição dos agentes funcionaria "meramente de modo a permitir que uma visão calculista assuma um papel teórico inconsciente e inquestionável" (Alexander, 1995, p. 155).

Para Alexander (1995, p. 156):

> O *habitus* não pode ser equacionado com uma maximização utilitarista da ação em curso; ele é o reflexo emocional da posição objetiva do agente em um tempo muito anterior. O *habitus* é definido como sendo orientado não diretamente para os objetos do mundo contemporâneo do agente, mas, ao invés disso, para expectativas internalizadas derivadas de um mundo anterior.

OS CAMPOS COMO ARENAS DE LUTAS PELO PODER SIMBÓLICO

Inicialmente, a intenção de Bourdieu com sua teoria dos campos parece ser a de enfatizar o caráter independente e não econômico dessas esferas sociais diferenciadas, bem como a necessidade de se conceber uma teoria mais pluralista, e não reducionista para entendê-las.

Desenvolvendo um argumento aparentemente próximo à teoria weberiana da autonomia das esferas sociais, Bourdieu define os campos como espaços irredutíveis uns aos outros, mas o faz sem deixar de posicionar o *interesse* como condição para o funcionamento do campo (Alexander, 1995, p. 158).

Embora o próprio Bourdieu procure ressaltar o caráter weberiano de sua teoria dos campos, Alexander não detecta o reconhecimento de uma autonomia que justifique tal comparação. Ainda que Bourdieu descreva os campos como independentes entre si, tal autonomia não expurga uma característica que se revela presente em todo e qualquer campo – a de representarem arenas de luta nas quais os agentes disputam algum tipo de poder, seja ele econômico, seja simbólico.

Daí conclui-se que um campo, ainda que autônomo em relação a outro campo, está, como aquele, submetido a determinado *habitus*, que configura seu espaço de atuação como o lugar para o lucro e para o cálculo racional.

A ligação entre determinado *habitus* e o campo que lhe é subjacente é explicada por Bourdieu por meio do "senso de homologia" que existiria entre bens culturais e grupos sociais (conforme visto anteriormente).

Homologia, segundo Alexander, "sugere um ecoante processo que reproduz essencialmente estruturas similares em entidades inter-relacionadas ao mesmo tempo em que evita qualquer sugestão de replicação exata". Para o autor, semelhante definição está longe de abrigar qualquer autonomia real, uma vez que determinada estrutura B só é concebida de modo a reestruturar a direção de uma estrutura A (Alexander, 1995, p. 162).

Alexander diz perceber uma fundamental diferença – ignorada, segundo ele, pelos intérpretes simpáticos à teoria dos campos de Bourdieu – entre um tipo de construção analítica, que prevê uma real autonomia para os elementos em vários campos institucionais, e outro tipo, o qual se encontra apoiado na noção de homologia e que, dessa forma, acaba por negar tal autonomia.

O próprio Bourdieu reconhece ter chegado ao conceito de campo, tal como foi aqui apresentado, ao perceber o proeminente papel de forças objetivas externas na estruturação do campo intelectual, recrudescendo o espaço para a autonomia dos agentes.

O resultado, demonstrado com bastante clareza na obra *Homo Academicus*, é um entendimento da dinâmica do campo intelectual como uma arena de constantes lutas pelo controle de formas de dominação – o que, segundo Alexander (1995, p. 169), deixaria pouco espaço para os legítimos valores acadêmicos como verdadeiros fatores motivacionais e menos ainda para a possibilidade de se vislumbrar uma real independência intelectual.

A dinâmica bourdieusiana dos campos se encontra comumente orientada pela cartilha que prevê uma interminável disputa de poder. É o que acontece com os bens culturais: uma vez revestidos de diferentes níveis de *status*, no bojo da competição social que ganha corpo nos mais diversos campos, o conteúdo semân-

tico passa a ter pouca ou nenhuma relação com a organização social, revelando-se arbitrário e irrelevante.

O que importa é que os grupos dominantes tenham seus códigos culturais legitimados, tornando-se pontos de referência e prontos para serem abandonados quando as demais classes o alcançarem.

Assim, considerando que a autonomia da cultura se apresenta ofuscada pela teoria bourdieusiana – seja por meio do conceito de *habitus*, seja pelo de campo –, Alexander não hesita em classificar Bourdieu como um teórico dotado de um programa fraco, expoente da sociologia da cultura.

A conclusão de Alexander é que "no trabalho de Bourdieu a cultura tem o papel de assegurar a reprodução da desigualdade ao invés de permitir a inovação. Como resultado, a cultura, através do *habitus*, opera mais como uma variável dependente do que independente. É uma caixa de marchas, não um motor" (Alexander; Smith, 2002, p. 141).

CONCLUSÃO

Procurou-se apresentar aqui uma breve síntese das visões de Bourdieu e Alexander para os estudos da cultura, bem como os motivos que levaram este último autor a caracterizar a teoria bourdieusiana como dotada de um programa fraco.

Conforme visto, Alexander defende que uma sociologia cultural robusta deve ser feita a partir da combinação de duas linhas de análise – estruturalismo e hermenêutica –, que podem ser acionadas pelo pesquisador em conjunto. Enquanto a primeira oferece possibilidades para a construção teórica geral, ao mesmo tempo em que garante a autonomia da cultura, a última permite que a análise abarque as texturas da vida social, fornecendo ao pesquisador um entendimento mais amplo da dimensão cultural e das forças que lhe são inerentes.

De acordo com Alexander, o poder simbólico descrito por Bourdieu não pode ser explicado por meio de forças econômicas, nem ser entendido como uma estratégia de distinção – ainda que muitas vezes cumpra eficazmente essa tarefa. A principal crítica de Alexander a Bourdieu é referente à descrição verticalizada que este faz das sociedades modernas, calcadas na estratificação e reguladas pelo egoísmo, com base na luta pelo poder e na lei da oferta e da demanda, nas quais não há espaço para a horizontalidade ou para a solidariedade entre classes distintas.

Em meio a essas críticas, nota-se que, no afã de defender a autonomia dos sistemas culturais, Alexander parece eclipsar o fato de que Bourdieu escreve sobre

um tipo societário específico – a sociedade capitalista ocidental –, que elegeu como valor central a construção de uma individualidade valorizada pelo consumo e pela posse de bens que conferem qualidades distintivas aos seus agentes.

O próprio Bourdieu afirma que, em sociedades pouco diferenciadas, nas quais a cultura é acessível e compreensível para todos de forma igualitária, ela não pode funcionar como capital cultural. Já nas sociedades segmentadas em classes, o que se vê é um verdadeiro mercado de bens simbólicos, no qual os produtos culturais se encontram divididos em diferentes graus de acessibilidade, oferecendo "um ganho tanto de distinção, proporcionado à raridade dos instrumentos necessários à sua apropriação, quanto de legitimidade, ganho por excelência, que consiste no fato de se sentir justificado para existir (tal como existe) e de ser como deve (ser)" (Bourdieu, 2007, p. 214).

Se tanto a terra quanto o trabalho humano puderam ser transformados em propriedade e monetizados, como bem demonstrou Karl Polanyi, é no mínimo previsível que uma sociedade capitalista aplique semelhante lógica aos produtos culturais, cujos valores de troca, ao sobrepujarem os de uso, produzirão a mesma relação fantasmagórica preconizada por Marx, quando do advento das primeiras mercadorias de massa, hierarquizando bens culturais segundo suas promessas simbólicas de distinção social.

Embora a crítica de Alexander seja válida para que se discuta criticamente a obra de Bourdieu, é importante ter em vista que o desejo de emancipar a cultura, incensando sua dimensão autônoma, não pode se sobrepujar ao compromisso do pesquisador de sublinhar os fatores que atuam na contramão dessa autonomia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alexander, Jeffrey. The reality of reduction: the failed synthesis of Pierre Bourdieu. In: Alexander, Jeffrey. *Fin de sciele social theory*: relativism, reduction and the problem of reason. London/New York: Verso, 1995. pp. 128-217.

_____. *Sociología cultural*: formas de classificación en las sociedades complejas. Barcelona: Anthropos, 2001.

Alexander, Jeffrey; Smith, Philip. The strong program in cultural theory: elements of a structural hermeneutics. In: Turner, Jonathan H. (Ed.). *Handbook of sociological theory*. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers, 2002. pp. 135-150.

Bourdieu, Pierre. *Gostos de classe e estilos de vida*. In: Ortiz, Renato. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 82-121. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. *A distinção*: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp/Zouk, 2007.

Bourdieu, Pierre; Darbel, Alain. *O amor pela arte*. São Paulo: Edusp/Zouk, 2003.

García Canclini, Néstor. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

Lima Neto, Fernando Cardoso. *Sociologia e cultura*: a proposta da sociologia cultural. 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/IFCS/UFRJ), Rio de Janeiro, 2007.

Não dá para sair do morro:

pertencimento e sociabilidade no consumo de bebidas alcoólicas em um bar popular de Porto Alegre

Eduardo Zanella*

Resumo O presente artigo se constitui como uma pesquisa etnográfica sobre o consumo de bebidas alcoólicas entre uma rede de indivíduos que frequenta cotidianamente o mesmo bar, de caráter popular, localizado na cidade de Porto Alegre. Este estudo objetivou compreender as permissões e as transgressões que conformam as maneiras de beber dessas pessoas, bem como os valores que sustentam tais noções. O texto parte da conjuntura em que o consumo alcoólico é praticado nesse campo, de modo a se centrar no significado do bar para seus frequentadores e na qualidade de suas relações sociais. Constata-se que essa sociabilidade, ao denotar um pertencimento em relação ao bar e ao transcender o consumo de bebidas alcoólicas, é um valor fundamental para as maneiras de beber ali vigentes, definindo os modos positivos e negativos dessa prática. Por fim, trata-se das exclusões e das inclusões sociais que decorrem do consumo alcoólico nessa sociabilidade e conclui-se, então, que essas pessoas possuem suas próprias concepções sobre o consumo de bebidas alcoólicas, as quais constroem a partir de elementos que lhes são significativos.

Palavras-chave Consumo de bebidas alcoólicas; maneiras de beber; sociabilidade.

The consumption of alcoholic beverages in a popular bar of Porto Alegre: sociability and belonging in the conceptions of drinking

Abstract *This paper is constituted of an ethnographic research about the consumption of alcoholic beverages between a network of individuals who customarily frequents the same bar, a popular establishment located in Porto Alegre. This study intended to understand the permissions and the transgressions that configure the drinking for*

* Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

these people, as well as the values that sustain such notions. The paper initiates from the context in which alcohol consumption is practiced, focusing on the meaning of the bar for their customers, and in the quality of their social relations. This sociability was considered, due to denote belonging in relation to the bar and to transcend the consumption of alcoholic beverages, a fundamental value for alcoholic drinking, defining positives and negatives modes for that practice. In the end, the focus was social inclusions and exclusions that result from the consumption of alcoholic beverages in this sociability. The conclusion was that these people have their own conceptions of the consumption of alcoholic beverages, which are built from elements that are significant to them.

Keywords *Consumption of alcoholic beverages; drinking; sociability.*

INTRODUÇÃO

O trabalho de campo foi realizado em um bar localizado na cidade de Porto Alegre e compreendeu os meses de março a junho de 2010.

É importante mencionar que meu contato com o Bar do Morro[1], estabelecimento onde este estudo foi realizado, remonta há seis anos, sendo anterior a esta pesquisa. Circulo normalmente pelo bar, e seus fregueses são pessoas cuja companhia me é familiar.

Desse modo, alguns exemplos e histórias mencionados neste artigo são referentes a esse tempo anterior de convivência, quando a postura etnográfica não guiava meu posicionamento nesse campo.

Assim, além da observação e participação no cotidiano do bar, das "interpelações" a seus frequentadores acerca de temas caros a este estudo, parte considerável desta pesquisa também consistiu em repensar conjuntamente com meus interlocutores tais histórias de tempos passados, então à luz de novas hipóteses e por meio de novos modelos interpretativos.

O interesse pela presente temática procede de certo desconforto em relação a alguns "testes de alcoolismo" veiculados pela indústria cultural e por organizações de saúde[2]. Tais testes, supostamente fundamentados em saberes médicos, parecem-me pretensamente generalizantes, ao tentarem mensurar a relação entre

1 O nome do bar e o de seus fregueses foram alterados, bem como foi omitida sua localização. Tal atitude foi adotada por entender que a referência a esses dados não é pertinente para a argumentação desenvolvida no presente artigo.

2 Maurício Fiore (2002) expõe alguns desses testes, possíveis de serem encontrados também na revista *Veja*, na matéria "A bóia da prevenção", capa da edição de setembro de 2009 (Lopes, 2009).

indivíduos e bebidas alcoólicas por meio de perguntas referentes a quantas vezes se bebe por dia ou por semana, em quais ocasiões, etc.

Este estudo se inspira na compreensão de que nem todas as pessoas avaliam sua relação com as bebidas alcoólicas a partir dessas referências e no entendimento de que há uma pluralidade de concepções possíveis acerca do que é "beber bem" ou "beber mal". O consumo de bebidas alcoólicas, então, é pensado em sua dimensão social, quer dizer, como uma prática dotada de regras que, referenciadas por determinados valores, se referem a certos grupos ou coletividades. Tais regras orientam quem pode ou não beber, qual o tipo de bebida a ser consumida, em que situação, na companhia de quem, etc.

O conceito "maneiras de beber" de Neves (2003, p. 79) sintetiza bem essa abordagem: tratam de "construções sociais orientadas por atitudes e crenças que definem prescrições e proscrições". A prática social de beber está, então, inserida em um conjunto de valores, representações e organizações sociais, e estas, por sua vez, nunca são as únicas possíveis: cada sociedade, grupo ou cultura elabora momentos, bebidas e lugares propícios para sua realização (Neves, 2003).

Assim, para compreender quais são os limites, os excessos e as permissões das maneiras de beber, é necessário tanto entender as relações entre essas noções, visto que são definidas pelo mesmo conjunto de valores, quanto situar o consumo alcoólico dentro da conjuntura particular em que sua prática se realiza. Isso implica não se ater às bebidas em si, mas atentar para sua relação com outros elementos importantes para a configuração do contexto em que seu consumo acontece.

É nesse sentido que este artigo se centra tanto na compreensão do significado do bar para as pessoas que ali bebem habitualmente como na sociabilidade que se origina a partir dessa prática. O esforço consiste, portanto, na investigação dos elementos a partir dos quais os frequentadores do Bar do Morro constroem as permissões e transgressões referentes aos usos e abusos do álcool.

O texto a seguir parte da descrição do bar e de sua clientela, de modo a destacar alguns estranhamentos e dificuldades que ocorreram durante o trabalho de campo. Entre elas, a atenção para as diferenças relativas ao tempo que eu e meus interlocutores despendíamos no bar e as compreensões e apropriações que seus frequentadores fazem de seu espaço.

Assim, após esse primeiro momento, na seção "Pedaço e Pertencimento", trato dos significados do bar para essas pessoas, abordando o sentimento de pertencimento perceptível dessa relação. A identificação entre o bar e a sua freguesia exigiu uma análise centrada nessa sociabilidade "de bar", foco da parte subsequente deste artigo, de título "Sociabilidade e Controle". Por fim, em "Exclusão e Inclusão: o

Divergente", trato do caráter das exclusões e das marginalizações que decorrem das maneiras de beber nessa sociabilidade.

O BAR E SUA CLIENTELA

O Bar do Morro é um estabelecimento comercial localizado no alto de um morro, pertencente a um bairro residencial, cujas edificações são constituídas por muitas casas e poucos edifícios. Ainda que o bairro conte com a prestação de serviços diversos, como oficinas mecânicas, ferragens, armazéns, farmácias ou mesmo escolas e igrejas, tais estabelecimentos não mobilizam um fluxo intenso de pessoas. O bairro é afastado do centro da cidade de Porto Alegre, e sua paisagem é composta por ruas largas e muitas praças, onde convivem pessoas oriundas de camadas "médias" e "populares".

O Bar do Morro se destina prioritariamente à venda e ao consumo de bebidas alcoólicas. O estabelecimento compreende um armazém, uma lanchonete e o bar propriamente dito, localizado em seu espaço interno. O acesso a esse ambiente é uma característica marcante do lugar. Trata-se de uma porta estilo "*cowboy*", como falam os fregueses. Ou seja, duas portas complementares, sem maçanetas, que não vão nem até o chão nem até o teto, bastando empurrá-las para entrar no local. Ao entrar é possível visualizar duas mesas de sinuca, posicionadas estrategicamente no centro do espaço. À esquerda, encontram-se mesas e cadeiras para sentar, junto de pequenos armários em que alguns fregueses guardam seus tacos de jogar sinuca. À direita, fica o balcão, onde há dois objetos peculiares: uma moeda de um real colada em sua pedra de apoio (para enganar os "bêbados", que ficam tentando pegá-la) e uma placa de madeira pendurada em sua grade, na qual se lê "canto do bebum – proibido pra chato".

Nesse bar se praticam costumeiramente dois jogos: a sinuca e a escova[3]. Para a sinuca, há uma mesa de jogos descompromissados e outra para jogos "sérios", em que são permitidas apostas[4]. A sinuca é extremamente valorizada no Bar do Morro, de modo que certos jogos chegam a mobilizar todo o seu público, tornando-se motivo de conversas, amizades e desacordos que se atualizam a cada partida disputada. Já à escova se destina uma conduta mais reservada, caracterizada pelo distanciamento dos jogadores, que são, em regra, dois dos outros fregueses do bar.

3 Trata-se de um jogo de cartas. Cada jogador possui quatro cartas nas mãos que deve combinar com as cartas "da mesa". Há uma série de regras, como naipes e números de maior valor, mas o objetivo maior é somar 15.

4 As apostas baixas giram em torno de um ou dois reais, enquanto as altas chegam a cinco reais.

Os frequentadores do Bar do Morro são majoritariamente homens, e grande parte deles entre quarenta e sessenta anos de idade, sendo raros aqueles que se encontram aposentados. Eles trabalham como pedreiros, eletricistas, carpinteiros, mecânicos, cobradores de ônibus, marceneiros, motoristas, jardineiros, carteiros, etc. A maioria desses indivíduos pertence às camadas "populares", distinção que se fundamenta em uma classificação deles mesmos, referente ao meu estrato social, considerado por eles economicamente mais elevado.

Os hábitos alcoólicos desse público, seja pela preferência por determinadas bebidas, seja pela frequência de consumo, são bastante diversos. A preferência varia de acordo com as bebidas disponíveis no bar: cervejas, claras e escuras; vinhos, brancos e tintos, secos e suaves; cachaças com limão, *bitter*, suco e refrigerante ou pura; destilados em geral, com maior destaque para o uísque e para a vodca. A maior parte dessas pessoas ingere essas bebidas todos os dias; alguns as consomem com menos frequência; e uma parcela ainda menor é, por assim dizer, abstinente.

A frequência dessas pessoas ao Bar do Morro é intensa e constante, e este é, nas palavras delas, um "bar de bairro". Tal expressão alude a uma relação mais próxima entre os fregueses. Essa classificação é tomada em oposição aos bares "de avenida" ou "de centro", onde se entende serem a rotina mais rápida e seus frequentadores mais dispersos. Tem-se a ideia de que, nesses locais, a clientela passa menos tempo no bar e não cria, pelo convívio cotidiano, laços sociais mais densos e duradouros.

Silva (1978, p. 83-84), em seu clássico estudo sobre botequins, foi quem realizou essa diferenciação:

> Existem alguns tipos de botequins que não possuem freguesia fixa ou, pelo menos, esta é muito reduzida. Em geral situam-se em vias muito movimentadas, em locais visíveis e de fácil acesso. Costumam vender cigarros, café, lanches rápidos, refrigerantes, etc. [...] Pode-se dizer que o outro subtipo é o botequim "por excelência". [...] e suas características são as seguintes: a maioria dos frequentadores assíduos pertence aos estratos que se costuma chamar "classe baixa" – trabalhadores em construção civil, biscateiros, pequenos funcionários públicos, ambulantes, etc., todos com baixo nível de instrução e reduzido poder aquisitivo [...]. No que se refere à duração e intensidade de freqüência é o botequim que apresenta maior número de fregueses constantes.

Silva cria uma tipologia para o botequim, de forma a conceituá-lo em comparação com outras casas de bebida. O autor menciona duas propriedades desse tipo

de estabelecimento: a constância da frequência de sua clientela e seus estratos sociais de pertencimento. Contudo, essas características vão se desdobrar em inúmeras peculiaridades no conjunto da vida social de cada "botequim". Assim, apesar de o Bar do Morro compartilhar alguns elementos fundamentais que permitem sua identificação com outros bares populares, seu cotidiano é repleto de especificidades, que se referem, entre outros atributos, ao tipo de bairro onde o bar está situado, aos tipos de bebidas alcoólicas de que dispõe, às trajetórias de seus fregueses, à relação que eles têm entre si, ao tempo que passam dentro do bar, aos códigos de socialização (como linguagem, vestuário, gestos, etc.).

Na medida em que havia inserção em campo, com a proposta de participação ativa no cotidiano do bar, primando por conversas informais, longe dos gravadores e dos cadernos de nota, o valor dessas particularidades se tornou cada vez mais evidente. A partir de pequenos detalhes desprovidos de maior significação, passaram a ser concebidas importantes manifestações das formas culturais desse campo, e, logo, configuraram-se como elementos fundamentais para a compreensão das maneiras de beber. Ademais, tais peculiaridades informavam uma conduta que diferia da forma como eu estava acostumado a portar-me naquele local. Assim, apesar de já familiarizado com o bar e com sua freguesia, estranhei certos procedimentos costumeiros de sua rotina habitual.

Tais estranhamentos se revelaram importantes pistas para a compreensão do consumo de bebidas alcoólicas, de modo a impulsionar a presente reflexão. E a dificuldade para me comunicar com meus interlocutores da pesquisa foi a primeira manifestação desse estranhamento. O problema adveio do interesse nas sutilezas de suas falas, conduzidas por expressões que desconheço e preenchidas por pequenos detalhes, porém tão densos de significados ao ponto de seu entendimento alterar o conteúdo da informação que era transmitida.

O ritmo da conversa também dificultava a compreensão do que era dito: trata-se de uma fala ora rápida, ora devagar, ora recheada de exemplos, outras vezes, direta e ríspida, com expressões distintas e um tom comunicativo que não domino. Entre eles, por sua vez, o entendimento era completo. Ninguém se perdia nas descrições dos casos narrados, e todos compartilhavam os sentidos particulares de determinadas palavras e gestos. Sabiam como se portar e o que dizer nas diversas situações que envolvem o ser e o estar no bar.

A falta de domínio desses códigos deu origem a alguns desentendimentos e embaraços durante a convivência de campo. O momento da despedida dos colegas de bar é ilustrativo dessas situações. Quando, por exemplo, um sujeito avisa no Bar do Morro que está "de saída", pode ainda demorar por volta de meia hora ou mais

para pagar sua conta e retirar-se do estabelecimento. Já eu, em situação idêntica, não demorava mais que cinco minutos para, de fato, ir embora.

Assim, houve mais de uma situação em que anunciei que estava de saída, e a pessoa que conversava comigo continuou a discorrer sobre o assunto em pauta, sem perceber que eu realmente estava indo embora naquele exato momento.

Esse tipo de situação se vincula a outro estranhamento vivenciado durante o trabalho de campo, referente às diferenças entre meus interlocutores e eu, no que concerne ao tempo que despendíamos no bar. A quantidade de tempo que essas pessoas empregam nesse local me intrigava profundamente.

Percebe-se que elas passam realmente muito tempo lá. Vão ao bar todos os dias e durante várias vezes. Nos finais de semana, chegam ao bar no início da tarde e lá se demoram até o fim da noite.

Durante a semana, o bar faz parte de suas rotinas diárias: quando saem de casa, seja para fazer compras, passear, chegar e sair do trabalho, seja por qualquer outro motivo, o bar é sempre "caminho". Assim, de forma geral, o tempo que os fregueses habituais do Bar do Morro se estendem nesse estabelecimento é muito diferente do meu, de modo a me parecer estarmos no bar em diferentes temporalidades.

Tal sensação está relacionada às diferentes formas de como eu e meus interlocutores concebemos e utilizamos o Bar do Morro. Na medida em que sua freguesia habitual concebe e se apropria de seu espaço de modo diferente do meu, o tempo que empregamos ali também será concebido diferencialmente.

Para Roberto DaMatta (1997), a concepção de tempo deve ser pensada na relação com a concepção de espaço, entendendo essas duas medidas como categorias sociológicas. Desse modo, o estranhamento que advém dos tempos despendidos no bar está intimamente relacionado com as diferentes apropriações de seu espaço: para mim, um ambiente a ser frequentado esporadicamente e também o universo de pesquisa deste estudo, e, para os outros fregueses, um local de convivência cotidiana e diária. A dimensão espacial está, então, "embebida" dos valores sociais respectivos aos grupos que utilizam o local.

Tornou-se imprescindível, portanto, uma reflexão centrada no próprio Bar do Morro. E só há como visualizar diferentes unidades de tempo, porque elas estão ligadas a uma atividade social bem demarcada em um espaço socialmente definido (DaMatta, 1997). Assim, as concepções atribuídas ao consumo de bebidas alcoólicas estão vinculadas às representações do espaço em que o consumo é praticado. Isso faz com que, para a compreensão das maneiras de beber nesse campo, seja necessário também atentar para o significado do próprio bar onde sua prática se realiza.

Foi, então, por esse rumo, tratado a seguir, que a presente análise passou a ser conduzida: pensar o significado do Bar do Morro para seus frequentadores, bem como sua relação com o próprio bairro onde esse estabelecimento está localizado.

PEDAÇO E PERTENCIMENTO

Em uma oficina mecânica situada a uma quadra do Bar do Morro, Paulo, interlocutor de participação importante nesta pesquisa, revelou que desejava se distanciar do bar em função do "trago", que, em seu entendimento, estava "pesado". Todavia, seu afastamento não consistiu somente em parar de frequentar o estabelecimento, de modo que também pediu demissão de seu emprego, nessa mesma oficina mecânica. Contou-me que, se era sua intenção diminuir o consumo de bebidas alcoólicas, de nada adiantava abdicar da convivência diária com seus amigos no bar e continuar a trabalhar naquele local, uma vez que também significava um espaço de socialização para essas pessoas. Tal atitude, para ele, não acarretaria de fato um distanciamento.

Esse diálogo é importante por indicar que as relações sociais entre os frequentadores do Bar do Morro não se restringem a esse ambiente; elas se realizam também em outros espaços. Fazem parte de sua freguesia habitual, por exemplo, tanto o dono dessa oficina mecânica quanto os outros três homens que ali trabalham. Desse modo, a oficina é praticamente uma extensão do bar, sendo também uma importante referência para sua clientela: além de ser a indicação imediata para problemas relacionados a automóveis, é normal que outros fregueses, indo ou saindo do Bar do Morro, ainda parem ali para conversar e beber, de modo a fazer dessa oficina um ponto de encontro paralelo ao bar.

Há ainda outros espaços constitutivos dessa sociabilidade. Por exemplo, também é um local expressivo a padaria localizada ao lado do bar. Como a lanchonete do bar raramente está funcionando, por volta das dezoito horas, é comum ver os fregueses saírem do bar em direção à padaria, para voltarem com sacolas de pães, bolachas ou doces que vão comendo aos poucos, entre uma bebida e outra.

Nesse sentido, também são localidades de destaque uma barbearia localizada na mesma esquina do bar, uma igreja evangélica situada na rua de trás e, inclusive, a casa de alguns fregueses. Ademais, festas de família, churrascos aos fins de semana, casamentos, viagens ao litoral gaúcho, aniversários, torneios de sinuca e também funerais são outros eventos sociais que caracterizam essa sociabilidade e a fazem transcender o tempo e o espaço do bar.

Entretanto, a centralidade do Bar do Morro não é esvaziada em função da expansão dessas relações sociais para outros ambientes, nem pela ocorrência de outros eventos além do encontro diário no bar. Pelo contrário, a permanência de sua clientela, não obstante as sucessivas elevações nos preços dos serviços (principalmente fichas de sinuca e bebidas alcoólicas), fruto de consecutivas alterações na estrutura do local (entre as mais significativas, estão a instalação da "lancheria", uma reforma que ampliou seu espaço interno, a aquisição de uma televisão e a substituição de antigas mesas de sinuca por novas), já sugere uma relação com o bar que transcende o consumo de bebidas alcoólicas.

Outra indicação da qualidade dessa relação é perceptível logo na entrada do bar, onde se observa uma colagem de fotos, antigas e recentes, de modo a reconstituir uma trajetória do estabelecimento (as diversas passagens e os momentos do bar ao longo do tempo).

O Bar do Morro é, de fato, bastante significativo para as pessoas que o frequentam. Nesse sentido, é perceptível o sentimento de pertencimento que emerge dessa relação. Atentei para essa dimensão quando percebi que a presença no bar é responsável por definir aqueles que estão incluídos ou não nessa sociabilidade.

Por exemplo, por comentário, contaram-se que Mario, certo dia, por exceder-se ao beber, desentendeu-se seriamente com o caixa do bar. Como este era o genro do dono do estabelecimento, Mario acabou por ser expulso do local e não voltou mais a frequentá-lo. Essa história, na qual Mario era lembrado como um sujeito "muito alegre e muito brincalhão", foi-me narrada de forma nostálgica e saudosa. Contudo, apesar da falta que sua presença causava no bar, a suspensão de sua convivência no ambiente determinou seu afastamento dessa relação social.

No entanto, o contrário da experiência de Mario também é válido, o que pude perceber com o decorrer de minha própria trajetória. À medida que, em razão desta pesquisa, minha frequência ao bar foi se tornando cada vez mais assídua, minha inserção nessa sociabilidade também passou a ser mais intensa.

O bar, assim como sua clientela, foi se tornando um lugar cada vez mais familiar: passei a ser "convocado" para jogos e torneios de sinuca, havia a requisição da opinião nas conversas "quentes" do bar, assim como passei a ser convidado para assistir aos jogos de futebol que eventualmente são ali transmitidos. Se, antes, eu transitava pelo bairro sem reconhecer as pessoas que passavam por mim, com o tempo, ficou comum parar para conversas rápidas com conhecidos que encontrava pelo caminho.

O sentimento de pertencimento também é perceptível em desentendimentos e conflitos que ocorrem no bar. Dessas situações, entre outros acontecimentos, estou

lembrado do caso de Pedro. Este, por ser antigo cliente do Bar do Morro, certa vez, sentiu-se com autoridade para pedir a um grupo de jovens que diminuísse o "barulho" no jogo de sinuca, pois eles "perturbavam o ambiente". Tal atitude teve por consequência um desentendimento bastante grave. Pedro se machucou seriamente e teve que ser recolhido do bar. O acontecido gerou indignação entre as outras pessoas presentes, que, conjuntamente com o dono do bar, expulsaram e não permitiram mais a entrada de tais jovens no local.

É possível perceber, a partir desses exemplos, dois aspectos fundamentais que caracterizam a relação entre o Bar do Morro e seus frequentadores: a expansão das relações sociais destes ao tempo e ao espaço do bar e o papel central desse estabelecimento na configuração dessa sociabilidade.

Essas propriedades resultam na própria emergência do bairro como um espaço significativo para esse campo. Nesse sentido, um diálogo bastante expressivo (aproveitado no título deste artigo) foi quando, conversando com Jorge – outro interlocutor de contribuição valiosa para este estudo – perguntei-lhe como ia seu novo trabalho e se ainda possuía tempo para visitar o bar. Jorge me respondeu enfaticamente: "Não dá *pra* sair do morro! A gente pode até ficar um tempo sem vir em função do trabalho ou de outros compromissos, mas sempre consegue tempo para voltar".

Ele seguiu discorrendo sobre sua vida no bairro, onde estão todos os seus amigos, familiares e lugares marcantes, dos quais não há como se desligar. Esse tipo de afirmação foi constante nas conversas em campo.

Ao serem perguntados sobre a história de sua frequência no bar, era comum que as respostas de meus interlocutores deslizassem, quase que imperceptivelmente, por seus tempos de moradia no bairro.

Nesse ponto, a noção de "pedaço", de José Guilherme Magnani (1984), é válida para a compreensão da propriedade espacial que essa sociabilidade dimensiona. O "pedaço" se constitui como uma intrincada rede de relações formada por laços de parentesco, vizinhança e coleguismo, dimensionando uma ordem espacial, de forma a proporcionar um sentimento de pertencimento e territorialidade:

> O pedaço designa um espaço intermediário entre o privado e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas pela sociedade. [...] São espaços territoriais e socialmente definidos por meio de regras, marcas e acontecimentos que os tornam densos de significação, porque constitutivos de relações (Magnani, 1984, p. 38-139).

As relações sociais entre os fregueses do Bar do Morro dimensionam uma ordem espacial porque são extremamente vinculadas ao espaço onde se realizam. O Bar do Morro não está isolado de outros espaços territoriais de sua localidade, assim como também não se dissolve em meio a eles. Trata-se, por sua vez, de uma referência fundamental para a configuração do "pedaço": proporciona coesão entre seus diversos domínios espaciais, configurando um sentimento de pertencimento que define os limites e a extensão de sua sociabilidade.

A sociedade a que Magnani faz referência ao elaborar o conceito de "pedaço" é uma entidade que dificulta as relações sociais mais permanentes. Por serem frágeis instituições e pela alta rotatividade de seu mercado de trabalho, essa sociedade impede a consolidação de uma sociabilidade consistente e significativa. Dessa forma, principalmente para os segmentos sociais populares, mais dependentes desse tipo de relação, é no espaço de moradia que essa sociabilidade mais densa e duradoura se realiza (Magnani, 1984).

Essa qualidade fundamental da identidade do "pedaço", que designa o caráter de sua sociabilidade, é de extrema importância para o campo que descrevo, traduzindo-se, entre os fregueses do Bar do Morro, em diversas formas de reciprocidade e de mútuo auxílio.

Quando alguém está desempregado, por exemplo, passa a frequentar o bar por mais tempo do que o habitual. Isso não se deve à "desocupação", como às vezes reclamam os fregueses de serem acusados, mas ao fato de, por meio de contatos pessoais ali estabelecidos, terem a possibilidade de adquirir novos empregos.

Nesse sentido, também são comuns os pequenos empréstimos monetários, com a finalidade de adquirir bebidas alcoólicas no bar. Esses pagamentos eventuais são apenas parte de uma forma mais ampla de reciprocidade, enquanto modalidade de relacionamento social. Estão incluídos em um sistema de trocas mais vasto, que envolve fichas de sinuca, cigarros, isqueiros, roupas, móveis, eletrodomésticos, comidas, serviços (como consertos relativos à profissão dos fregueses, que incluem ajustes no carro, encanamento, serviços de elétrica ou, ainda, auxílios referentes à "papelada" de processos burocráticos) e, inclusive, moradia (seja na casa dos fregueses, de conhecidos destes, seja até mesmo na oficina mecânica).

Nesse sentido, o caso de Dario, freguês antigo e habitual do Bar do Morro, é também pertinente de ser relatado. Há três anos, Dario teve um acidente de carro que lhe provocou a quebra da perna e o impediu de trabalhar por seis meses. Como Dario trabalhava temporariamente, ficou sem dinheiro para financiar o tratamento, que incluía cama especial, muletas, remédios e fisioterapia. Na época, houve grande comoção e mobilização no bar para sua recuperação, que contou com

a contribuição financeira dos outros fregueses, angariada por meio de churrascos e anúncios postos nas paredes do bar, descrevendo sua situação.

Essa concepção de bares populares como espaços territoriais nos quais laços sociais intensos são criados também foi abordada por outros autores. Silva (1978) afirmou semelhante proposição, ao concluir que a frequência ao bar é, em si, um esforço por parte do indivíduo para se incluir em uma sociedade cujas novas e tradicionais organizações de sustentação (como o trabalho, a cultura de consumo, a família e a comunidade) não são suficientes para ampará-lo:

> Em primeiro lugar, o botequim pode ser um mecanismo de sustentação, porque tem condições de conceder o sentimento perdido de comunidade. Ele cria profundos laços comuns entre uma minoria: os componentes dos estratos inferiores que são "adeptos do álcool". Necessidades de natureza econômica tornam-no muito importante, além de provocarem estreitas relações de cooperação (Silva, 1978, p. 112).

Magnani também faz referência à importância desse tipo de bar para o estabelecimento e reforço das "relações grupais", que se traduzem em uma sociabilidade marcada pelo auxílio recíproco: "o bar funciona ainda como lugar de troca de informações (onde e como tirar documentos, oportunidades de trabalho), contratação de serviços (pedreiro, encanador, eletricista), discussão sobre qualidade e preço de materiais para construção, etc." (Magnani, 1984, p. 144).

Em suma, para os fregueses do Bar do Morro, ser do "pedaço" é frequentar esse bar específico, e frequentá-lo é pertencer a algo, estar incluído em uma rede de relações que se faz presente tanto no financiamento de bebidas alcoólicas, quando não é mais possível bancá-las, quanto no fornecimento de oportunidades de emprego ou na disposição de locais de moradia. Para pessoas cuja grande parte dos problemas diários advém dessas dimensões, possuir esse tipo de pertencimento é muito importante e significativo. Portanto, é no espaço específico do Bar do Morro que essa sociabilidade é adquirida, realizada e produzida. Apesar de se estender para outros domínios, é ali que será significativamente configurada e preservada.

O sentimento de pertencimento entre o Bar do Morro e sua freguesia, o papel desse estabelecimento na dimensão do "pedaço" e o tipo de sociabilidade que ali emerge possuem implicações fundamentais nas concepções dos usos e abusos do álcool entre as pessoas, referentes ao próprio valor conferido a esses elementos. Tais questões são discutidas a seguir e têm como ponto de partida a própria preferência conferida ao bar para o consumo alcoólico.

SOCIABILIDADE E CONTROLE

Durante o trabalho de campo, Pedro afirmou que, certa vez, havia ganhado de presente "vários garrafões de vinho" e "várias cachaças". Contudo, havia mais de ano, essas bebidas estavam estocadas em sua casa, e não eram consumidas. Havia certo orgulho em sua postura ao explicitar tal fato. Perante minha interjeição de espanto, ele levantou o tom de voz e afirmou: "Te digo uma coisa, eu não sou homem de ficar bebendo em casa! Só bebo em bar!".

Em outra conversa, Jorge me contou que o principal motivo de sua carreira como futebolista profissional ter fracassado havia sido a cachaça. Seguiu relatando-me que somente bebe vinho, por considerar uma bebida mais "fraca". Para exemplificar sua decisão e demonstrar o controle que tinha sobre a bebida, também afirmou que possuía garrafas de cachaça que não bebia guardadas em casa, servindo somente para suas visitas.

Esses exemplos, pequenos trechos de conversações mais longas e densas, poderiam ser mais numerosos, em função de casos semelhantes registrados em campo. Eles possuem em comum a presença de bebidas alcoólicas dentro da casa dos sujeitos. Contudo, o intuito de fazer alusão ao fato é tão somente destacar a escolha por não as consumir.

Elas objetivam exemplificar a opção e a preferência pelo bar, em oposição à casa, para o consumo de bebidas alcoólicas. Há, nessas atitudes, uma noção fundamental para o entendimento das maneiras de beber no Bar do Morro: a permissão de beber no bar, socialmente, em relação à proscrição de beber em casa, solitariamente.

A partir da compreensão dessa transgressão fundamental que constitui o beber em casa, várias outras proibições referentes ao consumo de bebidas alcoólicas no Bar do Morro tornaram-se inteligíveis. Por exemplo, chegar embriagado ao bar e não conseguir participar da dinâmica que envolve suas relações sociais é uma conduta extremamente reprovada nesse estabelecimento. Também é censurado aquele indivíduo que não retribui a ajuda de outro freguês, quando este lhe financia o consumo de bebidas alcoólicas. Fere-se, desse modo, a reciprocidade que pauta essa sociabilidade.

A mesma lógica é válida para interpretar quem bebe "fiado[5]" e não paga ao dono do estabelecimento. Beber sozinho no bar, brigar com outros fregueses, tropeçar ou cair "de bêbado" são também atitudes que, se acabam por constituir

5 "Fiado" significa comprar algum produto de modo a pagar posteriormente por ele.

parte do comportamento habitual de uma pessoa, demarcam no Bar do Morro uma maneira negativa de beber.

Todas essas transgressões apresentam em comum uma desconsideração para com os outros fregueses do bar. É justamente por submeterem a qualidade dessa relação social ao consumo de bebidas alcoólicas que tais atos configuram uma maneira inapropriada de beber. Tal constatação aponta para uma desconexão entre essa sociabilidade e seu elemento mais básico, denotado pelas bebidas alcoólicas. Portanto, não obstante elas se apresentarem como o conteúdo mais elementar dessa sociabilidade, esta não necessariamente se encontra subordinada ao seu consumo.

Nessa questão, Simmel (1983) fornece um importante instrumental teórico para evitar a redução das formas de sociabilidade a uma razão instrumental, conflagrada por interesses utilitários e justificáveis. Para Simmel, o conceito de "sociabilidade" designa uma forma lúdica de "sociação" desprendida dos conteúdos que originalmente a motivaram.

De acordo com o autor, a intenção fundamental da sociabilidade não se revela em resultados práticos ou objetivos, mas sim na formação de uma unidade entre os que dela participam. Nessa perspectiva, a sociabilidade é um fim em si mesmo, sendo suficiente para seus membros estarem "sociados".

Desse modo, nas interações sociais entre os indivíduos, a forma não está subjugada pelo conteúdo, mas sim o contrário, sendo este subordinado à sua forma.

A partir dessa perspectiva, é possível visualizar a posição que a sociabilidade "de bar" ocupa nas maneiras de beber entre essas pessoas. Em função de sua dimensão significativa, referente ao próprio sentimento de pertencimento que evoca, essa relação se apresenta como um domínio que deve ser preservado quanto ao consumo de bebidas alcoólicas.

Desse modo, no que se refere às maneiras de beber, o valorizado nessa sociabilidade é sua própria coesão, cuja ruptura qualifica o beber problemático. Trata-se, então, de um valor fundamental que orienta e configura as maneiras positivas e negativas de beber.

Portanto, o consumo de bebidas alcoólicas está submetido às relações sociais que produz, e estas se traduzem em profundos laços sociais conformados por formas de reciprocidade que, de modo nenhum, devem ser rompidos por sua prática. Ou seja, na medida em que a sociabilidade é a condição para o consumo alcoólico, ela também é seu limite.

Tal concepção implica beber na interação social, na companhia dos outros fregueses, participando das conversas em pauta e fazendo parte da vida social do bar. Em suma, o beber alcoólico é entendido com uma prática positiva, quando

realizado no bar, entre seus frequentadores, de modo a não prejudicar a sociabilidade que nele se torna possível.

Essa relação entre substâncias psicoativas e sociabilidade, em que a positividade da sociabilidade indica o tipo de relação dos indivíduos com as substâncias psicoativas, foi compreendida de modo semelhante em outros trabalhos do campo das Ciências Sociais. Maurício Fiore (2002) afirma que a manutenção das relações sociais de um usuário de drogas também é um dado significativo para o pensamento médico, no momento da qualificação de um paciente como dependente químico. Neves (2003, p. 80) propôs que há a "recorrente valorização do homem que sabe beber sem se alcoolizar e sem interferir no desempenho dos papéis a ele atribuídos". Guedes (1997), por sua vez, observou que a perda da identidade de homem/trabalhador demarca uma fronteira que indica o uso problemático de bebidas alcoólicas. Já Laércio Fidelis Dias (2008) demonstrou que a embriaguez inadequada entre os povos indígenas do Uaçá, entre outras consequências, provoca a desunião e brigas na família e entre amigos.

Esse atributo da sociabilidade "de bar" informa ainda outra propriedade para as maneiras de beber no Bar do Morro. Na medida em que a ruptura dessa sociabilidade qualifica beber problematicamente, construir uma relação social pautada pelo consumo alcoólico desloca a centralidade do álcool em seu potencial para afetar essa mesma sociabilidade. Dessa forma, a própria opção por beber no bar é uma forma de controle sobre essa concepção de excesso no consumo de bebidas alcoólicas.

Essa proposição se tornou evidente nas respostas que me eram oferecidas por meus interlocutores, quando lhes perguntava por que preferiam aquele estabelecimento para beber. De forma geral, suas explicações se direcionavam para duas afirmações: ser ali o local para estarem com os amigos, pessoas queridas, de cuja companhia desejavam desfrutar em momentos agradáveis; e que beber no Bar do Morro era uma maneira de evitar fazê-lo em casa, onde mais facilmente poder-se-ia perder o controle sobre essa prática, propriedade que adquiriam no bar, bebendo na companhia de outras pessoas. Ou seja, nessas afirmações, frequentar o bar já é refletido como uma ação consciente de não transgredir as fronteiras de um beber adequado para sua contraposição problemática.

O desenvolvimento do hábito rotineiro de beber, ao naturalizar tal prática, também evita seu destaque nas interpretações dos mais variados problemas relacionados ao álcool que surgem no cotidiano do bar. Silva (1978) percebe essa relação quando afirma que, em função de seu caráter diário nos botequins, a embriaguez é mais naturalizada nesses estabelecimentos do que em bares de "classe média".

Segundo o autor, enquanto nesses bares é comum ouvir comentários do tipo "deixe fulano de lado, ele está bêbado", nos botequins, com muito custo o consumo alcoólico é ressaltado nas atitudes de um sujeito.

Em suma, é por esse fato de a sociabilidade dos fregueses do Bar do Morro transcender o consumo de bebidas alcoólicas que essa se torna uma forma de controle sobre essa prática. Neves (2003, p. 80) afirma semelhante proposição, ao conferir a qualidade de controle social àqueles que "bebem em grupo":

> A definição do contexto possível já é indicadora das formas de controle social. Beber em grupo é uma forma de controle social sobre o uso individual, pois a essa prática se integram símbolos sociais, sentimentos e atividades. Beber em grupo é uma atividade social referenciadora do fato de que as pessoas que bebem sozinhas são mais controladas, inclusive pela acusação do desvio ou do alcoolismo.

A sociabilidade "de bar" se revelou um valor basilar na construção das prescrições e proscrições que conformam as maneiras de beber entre as pessoas que frequentam o Bar do Morro. O consumo de bebidas alcoólicas deve ser praticado de modo a conservar e produzir a sociabilidade que torna possível. É nesse sentido que diversas ações aqui referidas, como chegar embriagado ao bar, beber em casa, cair "de bêbado" ou não retribuir pagamentos referentes às bebidas alcoólicas, entre tantas outras atitudes, foram interpretadas como próprias de um modo negativo de beber.

EXCLUSÃO E INCLUSÃO: O DIVERGENTE

É a partir do momento em que tais transgressões passam a constituir o modo habitual de beber de certas pessoas, no Bar do Morro, que há a criação do divergente. Dessa forma, uma específica categoria de fregueses é produzida no estabelecimento, cuja designação comporta um variado repertório de expressões: trata-se dos "bêbados", "pinguços", "paus d'água", "borrachos", "cachaceiros", etc. São pessoas desviantes dos modos de beber compreendidos como apropriados e, consequentemente, marginalizadas e estigmatizadas dentro dessa sociabilidade "de bar". Apesar de esses "tipos" serem recorrentes e familiares a todo um imaginário nacional, e ainda que existam possíveis semelhanças em suas representações em outras sociabilidades, eles emergem no Bar do Morro de modo peculiar.

Foi possível perceber a intensidade e a força dessas categorias nesse bar, quando presenciei a desastrosa chegada de um sujeito não só já intensamente

embriagado, como também reconhecido por esse tipo de conduta. Transitava cambaleante e com dificuldade pelo bar, e seus cumprimentos aos outros fregueses, demasiado longos e efusivos para os padrões convencionais dali, eram ignorados, de modo a lhe ser negado o mero encontro de olhares. Faltavam-lhe as palavras, assim como a coordenação motora para manter-se em pé. Pareceu que ali estava um ser abjeto, desprovido de qualquer significação, uma espécie de fantasma. Tal analogia só foi por mim abandonada quando da repulsa dos ali presentes à sua companhia, veementemente repelida às troças e aos empurrões para um canto isolado do bar.

Silva (1978, p. 88) também descreve um "tipo" semelhante:

> Existe um tipo de frequentador, este sim, bastante marginalizado. Trata-se do indivíduo nos últimos estágios do alcoolismo, que está invariavelmente muito embriagado. Nesses casos, o freguês é de tal modo ridicularizado, as brincadeiras de que é vítima são tão ofensivas, que na maioria das vezes o indivíduo permanece no botequim apenas o tempo necessário para consumir em cachaça o pouco dinheiro que tem. E mesmo isto, quando a embriaguez não é total, pois nesses casos o proprietário ou gerente se recusa a lhe vender qualquer bebida.

Tais situações se referem à marginalização, excessivamente explícita nesses casos, daquele que é desviante dos modos adequados de consumo alcoólico. No Bar do Morro, esse processo se realiza por meio de múltiplos mecanismos, que podem incluir desde deboches, piadas e xingamentos, até advertências, conversas "sérias" ou mesmo intervenções.

Esses sujeitos são excluídos de certos domínios dessa sociabilidade "de bar": são proibidos de participar dos jogos de sinuca, não ganham mais bebidas de outros fregueses, não são mais convidados para eventos sociais externos ao bar e são, inclusive, restringidos na compra de bebidas alcoólicas ali dentro. Destarte, o consumo de bebidas alcoólicas instaura novas formas de pertencimento e gera novos modos de exclusão e inclusão social, estigmatizando aqueles divergentes dos modos positivos de beber (Neves, 2003).

Contudo, é importante perceber que os desviantes não se encontram "fora da cultura" e não são divergentes por possuírem outros referenciais simbólicos que não aqueles compartilhados pelos outros membros do grupo. De acordo com Gilberto Velho (1985), esses indivíduos fazem uma leitura diferente da cultura, possuindo outra interpretação das regras sociais.

Nessa perspectiva, o desviante não existe em si mesmo, mas somente na relação com o outro. Os grupos sociais, então, produzem o divergente ao estabelecer as regras cuja infração qualifica o desvio (Velho, 1985). Essa ponderação é importante para perceber que o sujeito que diverge nas maneiras de beber pode não o fazer em outros aspectos da vida social.

Assim, apesar de a marginalização do "bêbado" consistir em um processo bastante significativo e, por vezes, demasiadamente agressivo, não acarreta uma exclusão total dessa rede de relações sociais. Embora esses indivíduos percam a estima no momento da vida social que se refere ao encontro cotidiano no bar, permanecem pertencentes ao "pedaço", que inclui o bar em sua dimensão. Portanto, continuam a frequentá-lo, assim como também transitam por outros espaços constitutivos dessa sociabilidade. E é exatamente a frequência ao Bar do Morro que fortalece e reafirma esse pertencimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo tratou do consumo de bebidas alcoólicas praticado no Bar do Morro por sua rede de fregueses habituais. A pesquisa objetivou compreender, nessa medida, em que se constituem as maneiras positivas e negativas de beber para essas pessoas, bem como quais transgressões delimitam tais fronteiras e que valores conferem sentido a tais noções. Foram aqui expostas, então, as respostas para as indagações supracitadas, de modo a reconstituir o percurso etnográfico por mim desenvolvido ao longo desta reflexão.

Desse modo, o ponto de partida foi a conjuntura em que o consumo de bebidas alcoólicas é realizado. A relevância das concepções e apropriações do espaço do bar, informadas pelas diferenças de tempo que eu e meus interlocutores despendíamos nesse local, levaram a uma análise centrada na sociabilidade que se realiza nesse "pedaço".

O Bar do Morro se revelou um território destinado à realização de uma sociabilidade que preenche os vazios dos sujeitos com as intensidades das relações permanentes que ali se produzem.

Conclui-se, assim, que essa sociabilidade é um valor fundamental para as maneiras de beber nesse campo, que configura as permissões e transgressões dessa prática. Por fim, afirmei que o consumo de bebidas alcoólicas instaura novas formas de pertencimento nessa relação social. Entretanto, apesar de as transgressões das maneiras de beber repercutirem na exclusão dos desviantes de certos domínios dessa sociabilidade, elas não acarretam o distanciamento do "pedaço".

Como espécie de *bricoleurs*, a partir de elementos diversos e fragmentados, essas pessoas constroem algo novo: suas próprias concepções sobre o consumo de bebidas alcoólicas. Criam, assim, trajetórias alternativas em suas relações com o álcool. As regras sociais que orientam seu consumo são produzidas conforme essas compreensões.

Dessa forma, o esforço neste estudo foi perceber por que modos esses elementos configuram prescrições e proscrições nas maneiras de beber vigentes no Bar do Morro. Contudo, tais regras não se configuram para essas pessoas como medidas restritivas, cuja finalidade se funda na coerção de uma vontade indomável de beber; são, por outro lado, produtoras de sentido: as formas encontradas por elas para dar significado à prática social de consumir bebidas alcoólicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DaMatta, Roberto. *A casa e a rua*. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

Dias, Laércio Fidelis. Usos e abusos de bebidas alcoólicas segundo os povos indígenas do Uaça. In: Labte, Beatriz Caiuby et al. (Org.). *Drogas e cultura*: novas perspectivas. Salvador: Edufba, 2008.

Fiore, Maurício. *Algumas reflexões a respeito dos discursos médicos sobre uso de "drogas"*. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 26. Caxambu, MG. *Anais*... São Paulo: Anpocs, 2002. CD-ROM. Disponível em: <http://siteantigo.neip.info/downloads/anpocs.pdf>. Acesso em: 19/05/2010.

Guedes, Simoni Lahud. *Jogo de corpo*. Niterói: Eduff, 1997.

Lopes, Adriana D.; Magalhães, Naiara. A bóia da prevenção. *Veja*, São Paulo, v. 2129, n. 36, p. 86-93, set. 2009.

Magnani, José Guilherme C. *Festa no pedaço*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Neves, Delma Pessanha. O consumo de bebidas alcoólicas: prescrições sociais. *BIB*, São Paulo, n. 55, p. 73-98, 1º sem. 2003.

Silva, Machado Luiz A. O significado do botequim. In: Kowarick, Lúcio (Org.). *Cidade*: usos e abusos. São Paulo: Brasiliense, 1978.

Simmel, Georg. *Sociologia*. Organização Evaristo de Moraes Filho. São Paulo: Editora Ática, 1983.

Velho, Gilberto (Org.). *Desvio e divergência*. Uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

Tradução

Entre crise global e crises ordinárias:

a crise das identidades[1]

Claude Dubar[2]
Tradução[3] de Roberta Console Akaoui* e Mariana Toledo Ferreira**

A noção de crise sempre foi polifônica. Os dicionários apresentam, em geral, seis sentidos diferentes para essa palavra, desde "a mudança súbita, frequentemente decisiva, do curso de uma doença" e "o acesso breve e violento de um estado nervoso ou emotivo" (mas também de ardor e entusiasmo) até "uma fase difícil atravessada por um grupo social" (exemplo: crise econômica e/ou política), passando por "um período decisivo ou perigoso da existência" (crise da adolescência) e "uma penúria, uma insuficiência" (exemplo: crise de moradia).

Apenas um caso, contudo, pode ser objeto de tratamento "intelectual": a crise econômica definida como ruptura do equilíbrio entre grandezas econômicas (produção e consumo, preço e volume, oferta e demanda). O termo "decisivo" é recorrente para essas definições, pois, em grego, a *Krisis* é uma decisão que perpassa o curso do tempo. Uma crise, assim, é uma ruptura, uma mudança brutal, uma "decisão" que rompe, desestabiliza e desequilibra.

Antes de falar de identidade (noção ainda mais confusa que a de crise), será necessário colocar em oposição dois discursos aparentemente opostos e inconciliáveis sobre a crise atual, aquela na qual se está mergulhado há tempo. É justamente esse um ponto de desacordo entre dois discursos observados em todos os lugares, às vezes provenientes das mesmas pessoas.

O primeiro fala de uma crise global, extraordinária, histórica e rara. O segundo fala de uma crise ordinária, econômica e cíclica. Aquele designa uma inflexão histórica de primeira grandeza, pouco verificada na História, e este se refere a uma

---

1 Conferência de Claude Dubar, proferida no Espace Culture de l'Université de Lille 1, em 31 de março de 2010.
2 Sociólogo francês e professor emérito da Universidade de Versailles-Saint-Quentin-en-Yvelines.
3 Revisão técnica da tradução: Maria Helena Oliva Augusto, profa. dra. do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo.
* Graduanda em Relações Internacionais pela USP.
** Mestranda em Sociologia pela USP.

fase problemática bem conhecida, verificável em todos os lugares, principalmente depois do advento da modernidade e do capitalismo.

Enquanto o primeiro fala de uma mutação gigantesca, o segundo evoca um momento de um ciclo que se repete. Será que se está falando, então, da mesma coisa?

A CRISE GLOBAL DE MICHEL SERRES

Por acaso, ao abrir o último número da revista *Partage* (n. 208, jan.-fev. 2010; Serres, 2010), criada por Maurice Pagat – que publica artigos de pesquisadores e especialistas sobre o trabalho, o emprego, o desemprego e as políticas públicas –, não houve como não tropeçar em um artigo aparentemente inédito, assinado por Michel Serres, eminente filósofo, membro do Collège de France e autor de grandes clássicos, como *Le tiers instruit* (Serres, 1992). O título do artigo era "A crise global", e não há como resistir ao prazer de citar algumas passagens:

> Além do desastre financeiro, cuja importância fortemente anunciada decorre do fato de que o dinheiro e a economia se apoderaram de todos os poderes, mídias e governos, seria melhor assumir a experiência, evidente e global, de que o conjunto de nossas instituições conhece, a partir de agora, uma CRISE que excede em muito o escopo da história ordinária.
>
> Ela afeta tudo o que há de mais profundo em nossas tradições e em nossas culturas: o religioso, o militar, o político, o sexual... A crise afeta as relações essenciais dos homens com o mundo.
>
> Em ao menos um aspecto dispomos de elementos históricos de comparação. A informática oferece novas maneiras para armazenar, processar, transmitir e receber a informação. Antes dela, a imprensa no século XV e a escrita AC já tinham tido desempenhos semelhantes. Na verdade, a matemática nasce com a escrita, e a ciência moderna com a Imprensa durante o Renascimento. As mudanças resultantes afetaram todas as instituições. Iluminou duas vezes a história recente e reproduz-se hoje em dia.

O propósito é claro: o filósofo, igualmente historiador das ciências e antropólogo, ousa diagnosticar uma crise maior, no período em que vivemos, inseparável

de uma fantástica mutação que "atinge as relações essenciais dos homens com o mundo", e "anuncia o término do reino exclusivo da economia".

Cita-se ainda Michel Serres:

> Nós pensávamos que toda nossa história consistia na luta sem descanso contra uma força sempre maior e mais profunda que a nossa. A imagem se inverte: a partir de agora, é da aliança com a natureza – e não da luta contra ela – que depende nossa história futura. Não se trata mais de conquistar, dominar, explorar a natureza, mas sim de respeitá-la.

Segundo ele, a crise que vivemos é a de um sistema de crenças e práticas fundado na ditadura da economia, da rentabilidade, da taxa de lucro e do crescimento da riqueza financeira a qualquer custo. Assim, a que custo? Ao da exploração dos mais pobres e da destruição da natureza, do mundo.

Escutemos Serres uma última vez: "O mundo forma hoje uma assíntota comum, a referência global de todos os processos temporais: dele nascerão as possíveis soluções, sob a condição de reconsiderar o respectivo *status* desses dois sujeitos ativos, que são os homens e o mundo, as culturas e a natureza".

Trata-se de uma nova era da humanidade: após as revoluções do Neolítico (aparecimento da escrita e da agricultura) e do Renascimento (descoberta da imprensa e da indústria), uma revolução coloca o mundo antigo em crise, ou seja, a revolução da Internet e da ecologia.

A CRISE ECONÔMICA ORDINÁRIA E CÍCLICA

Na última edição da Encyclopédia Universalis (2008), encontrou-se um único artigo sobre a noção de crise, intitulado "Crises Econômicas", reunindo textos de economistas reconhecidos. O artigo começa com uma definição de Joseph Garnier, que data de 1859: "As crises são perturbações na função geral da troca, tão indispensáveis à vida social como a circulação do sangue é para a vida animal e individual".

O autor desse trecho adapta essa definição às crises da economia capitalista industrial que se sucederam desde a metade do século XIX. Ele escreve: "A crise torna-se um momento necessário do ciclo econômico, presidindo um saneamento indispensável à manutenção contínua do crescimento".

Contrariamente às crises agrícolas do antigo sistema (más colheitas aleatórias e imprevisíveis) ou às crises de subprodução das economias socialistas (má

gestão e rigidez burocrática), as crises capitalistas são "acidentes conjunturais", "recessões passageiras", "momentos necessários" para que o ciclo de Kondratiev (longo) ou o de Juglar (curto) retomem seus cursos ascendentes, antes que uma nova crise aconteça.

Não há, então, segundo o autor, motivo para amedrontar o planeta, nem para evocar a crise global: "as crises capitalistas estão inscritas na estrutura" (Labrousse) e se desenvolvem, há mais ou menos dois séculos, da mesma forma: quebra da bolsa, falências, queda do crédito, recessão, fechamento de fábricas, desemprego, planos de estímulo, até o ponto em que as intervenções públicas e keynesianas permitam recomeçar um novo ciclo.

Não haverá insistência. Durante toda essa tarde, vocês ouvirão falar das relações entre capitalismo e crises. O desejo é apenas dizer que, entre a crise global de Michel Serres e as crises ordinárias de Kondratiev ou outras, não há nenhum ponto em comum. Pode-se até mesmo dizer que a Grande Crise Histórica de Serres supõe o fim das crises econômicas periódicas de Kondratiev.

Com efeito, a crise global deveria desembocar em uma mudança de paradigma, recolocando a economia em seu lugar, podendo ser suas crises antecipadas, previstas e talvez tornadas inúteis.

O QUE É A CRISE DAS IDENTIDADES?

O que se denomina "crise das identidades" não é a crise global de Michel Serres (embora não seja excluída), nem as crises capitalistas ordinárias de Kondratiev (embora sejam consideradas); é o que se denomina, como Jacques Commaille, "crise antropológica", e, como Robert Castel, "crise do vínculo social". Trata-se, assim, da passagem dolorosa, para a maior parte das pessoas, de uma forma dominante de relações sociais a outra. É, mais precisamente, a transição complexa de uma forma de vínculos de tipo dominante "comunitário" (em alemão, *Vergemeinschaftung*) a uma forma de tipo dominante "societário" (*Vergesellschaftung*), tal como teorizaram, em parte, sociólogos como Max Weber ou Nobert Elias.

Não se trata da passagem do coletivo ao individual ("não há 'eu' sem 'nós'"), nem do triunfo do indivíduo sobre o coletivo ("não há identidade sem alteridade"), mas sim da passagem, nas crises específicas, de formas sociais de tipo dominante comunitário (Nós > eu) para formas sociais de tipo dominante societário (Eu > nós).

Pode-se esquematizar esse processo de individualização como uma longa marcha histórica pontuada por crises (mas também por retrocessos e acelerações), passando pela dupla questão dos pertencimentos coletivos e dos reconhecimentos

individuais. Se quisermos resumi-la, é preciso inventar uma expressão paradoxal: "Quem somos eu?".

Entretanto, o horizonte temporal, aqui, não é tão longo quanto aquele de Michel Serres, que vai do Neolítico aos nossos dias, nem é de curta duração como os ciclos econômicos de Kondratiev (cerca de trinta anos) ou Juglar (dez anos). Em vez disso, é o tempo da modernidade, aquele que começa com a tripla revolução, científica (Iluminismo), industrial (capitalismo moderno) e democrática (Revolução Francesa), há um pouco mais de duzentos anos, e que carrega os valores do progresso, do otimismo (liberal ou revolucionário) e da racionalidade (econômica e política).

O que entrou em crise, desde o fim do século XIX e depois dos Trinta Gloriosos (1945-1973), foram as maneiras de pensar, de dizer e de fazer do que se denomina primeira modernidade, aquela do progresso, dos Estados-Nacionais e do Estado Social, da primazia das instituições, mas também da persistência dos vínculos comunitários fortes e protetores (nas cidades, corporações, famílias e religiões). O paradigma dessa primeira modernidade em crise é aquele do indivíduo abstrato, mestre e dominador da natureza, instaurando o progresso graças à razão. Após a *Shoah*, o *Gulag* e Hiroshima, tal paradigma entrou em uma crise longa e profunda.

Por que falar de identidades? Acredita-se que não é apenas uma questão de moda. Foi uma grande e longa investigação, no fim dos anos 1980, com uma equipe de sociólogos dessa universidade, que, graças à realização de entrevistas biográficas aprofundadas (mas graças, também, a observações e coletas estatísticas) em grandes empresas, obrigou a produzir uma teorização de dados coletados, em termos de identidades, ou melhor, de formas identitárias.

Dez anos antes, Renaud Sainsaulieu já havia introduzido a noção de identidades no trabalho. A ordem da chamada "gestão social" para formar-se, mudar de emprego, modificar seu trabalho e suas relações com a empresa revelou incertezas profundas nas maneiras de caracterizar o trabalho que se faz, a trajetória que se segue e a formação que se deve seguir.

No fim das contas, houve incertezas na maneira de definir a si mesmo (e de definir os outros e o mundo do trabalho). Descobriu-se que foram as categorias usadas para autoidentificação que entraram em crise.

Não se falava mais de operário, mas de operador ou, ainda melhor, de colaborador. Não se falava mais de qualificações (fruto da negociação coletiva), mas de competências (reconhecidas ou não pelas empresas, com base no desempenho individual). Não se tratava mais de fazer o que era ordenado, mas de mobilizar-se por sua empresa, de fazê-la vencer em meio à concorrência generalizada. A nego-

ciação coletiva foi substituída por transações individuais; os grupos de expressão foram recusados e substituídos pelos círculos de qualidade ou grupos de progresso.

Como, na época, resumiu Danièle Linhart, nessas grandes empresas, assistia-se a uma verdadeira "batalha identitária" entre aqueles que se definiam como operários, sindicalizados e militantes, e aqueles outros que valorizavam a identificação com a empresa e/ou as estratégias individualistas de promoção.

As definições de si [do "eu"] e dos "outros" entraram em crise junto com as categorias que serviam a essas operações identitárias. Essa nova onda de individualização era portadora de um paradigma diferente do paradigma do indivíduo abstrato: aquele do ator competente, reflexivo e singular. Aqueles que não conseguiam se conformar com essa injunção se arriscavam ao estigma e, além, ao que Castel denominou *desafiliação*, nova forma de individualização negativa.

A crise das identidades no campo profissional não era nova. Desde o século XIX, a penetração da grande empresa, do taylorismo, da organização científica do trabalho e da racionalização administrativa provocou a falência dos artesãos e a proletarização dos camponeses, das mulheres e das crianças, que não detinham nada mais que sua própria força de trabalho para vender. Contudo, paralelamente, o movimento sindical, de um lado, e o Estado Social, de outro, permitiram certo amortecimento dessa primeira grande crise identitária.

O pertencimento a um movimento sindical, a uma classe operária, a uma comunidade de trabalho, a uma classificação reconhecida manteve a estruturação das identidades que ainda poderiam se definir positivamente e se referir a identificações coletivas.

A crise que começou após maio de 1968 e se aprofundou durante os anos 1980 e 1990 é de outra gravidade. A experiência do desemprego em massa e da precarização dos empregos, juntamente com o colapso das adesões e mobilizações sindicais e coletivas, acompanham a mudança da relação de força (e de distribuição de riquezas) entre o capital e o trabalho. A especulação financeira, a glorificação dos especuladores, comerciantes e outras instituições financeiras e a desvalorização maciça dos trabalhadores de execução farão das antigas identidades operárias ou militantes *identidades negativas,* estigmatizadas; sobretudo quando conjugadas com identificações raciais ou étnicas.

A exigência desse novo individualismo performático e desse *double bind* [duplo vínculo] ("torne-se autônomo"), desse culto do desempenho e da competição ("seja o melhor"), dessa singularidade distintiva ("seja você mesmo") provoca distúrbios de todo o tipo (depressão, *burn out* e suicídios) entre aqueles que não encontram

outros meios, que não o trabalho, de restabelecer sua autoestima e o reconhecimento do outro, indispensáveis à saúde física.

É nessa época, nos anos 1990, que a "fatiga de ser você mesmo", como escreveu Ehrenberg, faz da depressão o novo mal (identitário) do século e faz com que o tema da fratura social entre "incluídos" e "excluídos" substitua aquele da luta de classes.

NA ESFERA DO TRABALHO E EM OUTROS LUGARES

Se foi na esfera profissional e nas relações de classe que se observou, escutou e analisou essa "crise de identidades", acompanhando uma possível mutação entre a primeira e a segunda modernidade, não se tardou em constatar que ela se manifestava generalizadamente, em todos os campos da prática social.

No campo da família e das relações de gênero, os anos 1960-1970 constituíram o ponto de partida para uma verdadeira mudança. Destacam-se três acontecimentos importantes para as mulheres: primeiramente, a descoberta da pílula contraceptiva, pelo professor Pinkus, em 1962, em um laboratório clandestino de Massachussets. A partir de então, as mulheres puderam controlar sua procriação e tornar-se "donas de seus corpos". Em segundo lugar, o acesso maciço das mulheres ao mercado de trabalho mudou profundamente as identificações sexuais: o *status* de "mãe dona de casa" seria desvalorizado, e as mulheres se definiriam por suas atividades profissionais. Por último, o volume de atividade das mulheres não cessaria de crescer, até quase atingir o dos homens. Porém, com duas diferenças importantes: as mulheres ocupam a grande maioria dos trabalhos precários, ditos atípicos, e seus salários continuam significativamente inferiores aos salários dos homens que ocupam os mesmos postos e possuem as mesmas qualificações.

Dessa forma, enquanto elas são mais frequentemente diplomadas (mesmo em ciências) que os meninos, as meninas sofrem com pior inserção no mercado de trabalho, prova de que sua batalha identitária pela igualdade não terminou e que a passagem da identidade familiar atribuída ou reivindicada (filha de, mulher de, mãe de) por identidades pessoais (eu, simplesmente) está longe de ser alcançada.

No que se denomina campo simbólico, as crises identitárias são impressionantes. Primeiramente, no que concerne à religião. Enquanto mais de 40% dos franceses maiores de dezesseis anos se diziam católicos praticantes, no fim dos anos 1950, 7% se enquadravam na mesma situação, em 2006. Uma pequena maioria se define como católica não praticante (menos de 50% entre jovens de doze a dezesseis anos), e a denominação "sem religião" aumenta cada vez mais. O colapso da prática religiosa entre os católicos e a recusa de ser identificado pela religião foram

acompanhados pelo aumento daqueles que se dizem muçulmanos (12%, em 2006) e fazem dessa definição sua principal identificação. Essa é um das razões pelas quais a questão do comunitarismo retornou à França em posição de protagonista.

Em seguida, em relação à política: se a Igreja Católica tem sofrido com um crescente desinteresse, desde os anos 1960, os partidos comunistas, notadamente o Partido Comunista Francês (PCF), estão na mesma situação. Quase ninguém mais se define como comunista, enquanto esse era o caso de 1/4 do eleitorado, às vésperas da Liberação. Jacques Duclos obteve 21,5% dos votos no primeiro turno para as eleições presidenciais, em 1969; Marie-Georges Buffet, menos de 2%, nas eleições de 2007. Ainda mais significativo: as taxas de abstenção só aumentam nas eleições não presidenciais, e tornou-se ultramajoritário o número de franceses que se dizem pouco ou não interessados pela política. Aumenta o que os cientistas políticos chamam de voto estratégico (muda de uma eleição a outra), em detrimento dos votos identitários, quer dizer, ligados a convicções ou a sentimentos de pertencimento estáveis.

Na cultura, tem-se muito a dizer sobre o lugar ocupado atualmente pela televisão no lazer dos franceses (em média, cerca de quatro horas por dia). Ora, a televisão se dirige a indivíduos isolados, separados dos líderes de opinião, que, há trinta ou quarenta anos, influenciavam certos programas. A identificação com os astros, apresentadores, atores e políticos se tornou uma identificação especular, infradiscursiva e fantasiada. Tem-se a impressão de conhecê-los, de que ele ou ela nos compreende; contudo, nunca os vimos ou falamos com eles. A imagem excita, distorce e fascina, sem se conectar a nenhum discurso, nenhum debate, nenhuma convicção. A identificação se torna alienação (de *Alien*, e não de *Alter*).

A CRISE DAS IDENTIDADES: QUE TIPO DE CRISE?

Para terminar, é relevante retornar à constatação feita por Michael Pollak, estudante, em meio a entrevistas retrospectivas acerca da atitude dos judeus em Berlim, em 1940, quando os nazistas os obrigaram a declarar-se e a usar a estrela amarela. "A identidade só se torna um problema e objeto de estudo quando ela não parte de si-mesmo". Assim, a crise vivida pelos judeus, naquele momento ("Será que me declaro? Quem sou eu de fato?"), é inseparável da "descoberta" de que eles poderiam não se declarar como tais e talvez escapar àquilo que os mais lúcidos pressentiam, após a noite de cristal (1938).

A identidade tem sempre duas faces: aquela que é atribuída pelo outro ("eles dizem que eu sou judeu") e aquela que é reivindicada por si mesmo ("não sou

judeu"). A partir do momento em que essas duas faces da identidade não coincidem, ou não coincidem mais, há uma crise como aquela vivida entre os judeus berlinenses, em 1940.

Assim, a crise das identidades toca a subjetividade das pessoas, que são definidas e classificadas de uma maneira que elas próprias rejeitam (por exemplo, "francês muçulmano", para os argelinos, do fim do século XIX até 1962) ou das pessoas a quem é recusada a designação e classificação que elas desejariam (por exemplo, "francês" para os *sans-papier*s[4] que trabalham na França e lá escolarizam seus filhos).

A crise é desencadeada pela imposição de uma identidade não desejada ou pela recusa de uma identidade reivindicada. Enquanto a identidade de uma pessoa vem de si mesma (quer ela tenha interiorizado aquela que lhe foi atribuída ou que tenha feito reconhecer aquela que construiu para si), não há crise, nem mesmo de identidade: ela é o que é. Contudo, mantém-se um *ato de negação*, uma política de identidade (*Noiriel*), implicando exclusões, imposições ("*sans papiers*"), desconfianças ("francês de verdade?") ou xenofobia ("imigrantes não franceses"), fazendo surgir a crise que reconfigura as relações sociais ("eles/nós"), perturbando a relação consigo ("quem sou eu realmente?") e com os outros ("o que eles dizem que eu sou?").

A crise das identidades é o questionamento da relação de si mesmo com os outros e consigo mesmo. O que se acabou de conhecer na França, como os debates induzidos sobre a identidade nacional, concomitante ao retorno do *Front National* à cena política, é o indício típico de uma crise das identidades provocadas por tal política.

Essa crise subjetiva de não reconhecimento, essa negação identitária, está relacionada às duas crises com as quais se começou essa conferência? Trata-se de uma crise global ou de uma crise ordinária? Nem uma nem outra: nenhuma identidade é redefinida porque a Internet substitui a imprensa; as crises identitárias não são simples ajustes a uma conjuntura; elas marcam um período, uma população e um tipo de vínculo social. Trata-se de uma crise da relação com o outro, uma crise de um modo de dominação dos brancos sobre os negros, dos homens sobre as mulheres, dos ricos sobre os pobres, dos "normais" sobre os estigmatizados, como tão bem mostrou Erving Goffman.

4 NT: Termo usado para designar os imigrantes ilegais na França, "sem papéis".

Essa dominação não é mais (somente) aquela de uma classe sobre outra. Como escreveu Goffman, ela é uma relação assimétrica entre o "normal" e o "estigmatizado", inclusive no interior de si mesmo. Uma relação que não é mais autoevidente.

Na dinâmica aberta pela descolonização, pelo movimento dos direitos civis, dos direitos das mulheres, dos homossexuais, dos *sans papier*, etc., é a reação dos esquecidos da grande crise e das vítimas das crises ordinárias que está em questão, não apenas pela luta contra a exploração econômica, mas pela recusa das violências simbólicas, das recusas de si e dos ódios do outro.

A crise das identidades coloca em evidência as ideias preconcebidas sobre o outro, sobre si e sobre o mundo. É a vingança do simbólico sobre o econômico (a intuição de Serres) e também a recusa de refazer continuamente um exército industrial de reserva (mulheres e crianças do Sul) para permitir a reprodução dos ciclos econômicos e a recuperação dos mesmos mecanismos de crescimento incerto e de dominação salarial (constatação dos economistas). Trata-se, portanto, ao mesmo tempo, de uma crise de longa duração, na qual está em jogo uma civilização nova e uma sucessão de crises econômicas ordinárias.

Assim, não é apenas a passagem de um momento do ciclo econômico a outro, mas também a invenção de novas maneiras de viver em conjunto no mundo, as quais não sejam mais simplesmente guiadas pelas instituições, mas também construídas pelas interações criativas de militantes e vítimas de crises, em torno das questões de reconhecimento mútuo.

FONTES CONSULTADAS

Castel, R. *Les métamorphoses de la question sociale*. Paris: Fayard, 1995.

Commaille, J. *Les nouveaux enjeux de la question sociale*. Paris: Hachette, 1997.

Dubar, C. *La crise des identités*: l'interprétation d'une mutation. Paris: PUF, 2006.

Ehrenberg, A. *La fatigue d'être soi*: dépression et société. Paris: Odile Jacob, 1998.

Encyclopedia Universalis. *Crises économiques*. 2008.

Goffman, E. *Stigmates*: les usages sociaux du handicap. Paris: Editions de Minuit, 1975.

Noiriel, G. *Le creuset français*. Paris: Seuil, 1988.

Pollak, M. *L'expérience concentrationnaire*: essai sur le maintien de l'identité sociale. Paris: Métailié, 2000.

Sainsaulieu, R. *L'identité au travail*. Paris: Presses de la FNSP, 1985.

Serres, M. *Le tiers instruit*. Paris: Gallimard, 1992.

_____. Une crise globale. *Partage*, n. 208, jan-fév, 2010.

Entrevista

Entrevista com Sedi Hirano

Realizada por Francisco Thiago Rocha Vasconcelos* e Gustavo Takeshy Taniguti*

Revista Plural *Seus pais eram imigrantes japoneses, e você nasceu no interior do Estado de São Paulo. Eles trabalhavam na agricultura? Quando exatamente eles chegaram a São Paulo? Aliás, como você "experienciou" esse processo de transição do meio rural para o urbano?*

Sedi Hirano Minha mãe veio do Japão antes, entre 1918 e 1920. Já meu pai veio entre 1920 e 1923. Então, eles não vieram na primeira leva dos imigrantes japoneses. Meu pai era de Osaka e esteve em Tóquio. Ele não era de origem camponesa, mas de origem, digamos, operária, com certa formação artesanal. Assim, ele tinha várias habilidades: era um bom carpinteiro, por exemplo. Minha mãe, não. Ela já era de uma família rural, camponesa, do interior de Nagano, região muito fria que fica na parte mais central do Japão. A família da minha mãe era de camponeses, mas não eram tão pobres. Segundo a história que minha mãe contava, eles vieram porque houve uma praga no plantio de pés de amora que o bicho-da-seda come. Meu avô era um especialista, no Japão, na criação de bicho-da-seda. Quando eles vieram para cá, inicialmente, trabalharam como colonos em fazendas de café, mas, logo depois de cinco ou seis anos, eles compraram uma propriedade e começaram a explorar o bicho-da-seda. Em relação ao meu pai, ele era uma figura *sui generis*, porque ele nunca parava em um lugar: foi dono de um bar em Araraquara, por exemplo. Ele teve seis filhos, e cada um nasceu em um lugar diferente do interior de São Paulo.

O que minha memória registra é que meu pai era um tipo diferente. Por ser japonês, o nome dele era complicado: Yoshitaru. Para facilitar o contato com os brasileiros, ele mesmo adotou o nome de Mário. Minha mãe adotou o nome de Isaura, sendo que seu "nome japonês" era Shino. Então, pelo simples fato de eles adotarem os nomes de Mário e Isaura, já demonstravam que queriam se articular com a sociedade maior. E, ao que tudo indica, eles não tinham esse espírito comunitário de colônia. Nesse sentido, eu mesmo nunca me vi dentro de uma colônia japonesa, tampouco me senti como membro de uma colônia japonesa ou de um

* Doutorandos em Sociologia pela USP.

grupo étnico específico, porque nada registra em minha memória que eu pertencia a um espaço onde somente viviam imigrantes japoneses.

Quando eu tinha meus seis ou sete anos, eu me lembro de morar em um bairro "caipira", e, nesse bairro, não havia outras famílias japonesas. Eu sei que minha mãe arrendou um pedaço de terra e começou a plantar tomate, e meu pai começou a explorar carvão no município de São Miguel Arcanjo. Só depois, examinando, eu percebi que meu pai era uma pessoa com uma cultura razoável, pois lia muitas revistas. Ele já tinha consciência de que, naquela época, a situação no Japão era difícil. Sabia que o Japão tinha perdido a Segunda Guerra Mundial. Havia o grupo de *Shino-Renmei*, dos *kachigumi,* que apregoavam que haviam ganhado a Guerra, e meu pai era *makegumi*, daqueles que achavam que o Japão, de fato, havia perdido a Guerra, porque ele lia tanto em português como em japonês. Ele tinha uma formação razoável.

Quando eu tinha meus seis, sete anos, lembro que ia às quermesses com meu pai, e minha mãe fazia bolinho de chuva, pamonha, mingau e ia vender lá. A gente assistia o pessoal dançando, fazendo rodas, e assim por diante. O que aconteceu, de fato, é que minha mãe ganhou dinheiro com tomate. Caiu uma grande geada, e ela atingiu pequenos, médios e até grandes proprietários. Mas, na encosta onde minha mãe plantava tomate, não caiu, e, com isso, ela ganhou dinheiro. Então, nossa família foi transplantada de um bairro caipira para o Jardim América. E, como meu pai possuía certas habilidades, eles montaram uma fábrica de bonecas. Quem montou os mecanismos da produção foi meu pai. Eu me recordo de que minha mãe deve ter ganhado muito dinheiro, porque eles me matricularam em escolas primárias privadas. Nessa escola, havia baile, dança, moças muito bem vestidas, enfim, foi uma coisa extremamente inusitada. Isso foi entre 1946 e 1947, logo depois da Segunda Guerra Mundial.

E nossa família foi acolhida do interior por outra família. Só havia um rapaz que me tratava bem, porque você não tinha aquele hábito da cultura e da sociabilidade urbana. Portanto, a convivência dentro, na casa e na escola, não era tão tranquila. E, depois de um ano, houve a notícia de que as coisas não estavam bem, de que a fábrica não estava indo bem, e a gente tinha que se mudar. Então, nós viemos para Itaquera. Itaquera era periferia, em 1948, e meu pai começou a trabalhar como servente de pedreiro. Logo depois, ele se tornou pedreiro e, em seguida, empreiteiro e começou a construir casas nos Jardins. A partir daí, houve uma inserção mais sistemática na vida urbana. Minha mãe se tornou dona de casa – mas toda a dona de casa de uma família grande planta hortaliças.

Revista Plural *Você sofreu algum tipo de preconceito por ser descendente de japoneses?*

Sedi Hirano Lembro que eu era chamado nas ruas do Jardim América de "quinta coluna", porque todos os meios de comunicação, inclusive as revistas, faziam circular imagens caricatas dos japoneses, relacionando-os com as figuras de animais peçonhentos que queriam dominar o Brasil, e assim por diante. Eu, de fato, fui objeto de preconceito. Na verdade, só descobri, há uns cinco ou seis anos, conversando com o Isidoro Yamanaka, que o exército tinha quatro colunas; a "quinta coluna" era a coluna infiltrada.

Revista Plural *Fale, então, um pouco de sua filiação ao Partido Comunista e de seu ingresso no curso de Ciências Sociais. Em que medida sua entrada no partido foi decisiva para seu interesse na área?*

Sedi Hirano Essa coisa do Partido Comunista é interessante, porque eu perdi meu pai quando estava no primeiro ano do curso ginasial – estudei no ginásio estadual de Poá, em 1952. Então, eu vim para o Colégio Sarmiento. Eu não sabia o que era um colégio politizado. Na época, o diretor era Wolny Carvalho Ramos. Hoje, o colégio tem esse nome e fica no Belenzinho. Não só o diretor era de esquerda, mas também o professor de história, Rubens Guedes, aluno de Ciências Sociais, era membro do Partido Comunista. A mulher dele, que lecionava francês, também era. O colégio, na época, chamava-se Ginásio Estadual Escola Normal Domingos Faustino Sarmiento. O nome Sarmiento era algo bem diferenciado também, porque foi um grande estadista argentino, positivista. Havia um aluno chamado Nelson Batista que também era do Partido, do segundo ano ginasial. Nós nos dávamos bem. Ele me convidou para ir à casa do professor Rubens Guedes, onde eu descobri que ele era gerente da Livraria Vitória, a qual pertencia ao Partido Comunista. A partir daí, acabei entrando naquilo que na época se chamava "célula" do Partido Comunista. A partir do segundo para o terceiro ano ginasial, eu me tornei membro de fato, virei um antiamericano ferrenho, vivia pichando nas paredes: "*Americans, go home*!". Virei nacionalista. Lia tudo aquilo o que se referia à defesa nacional. Quando me formei no ginásio, como eu tinha notas muito boas, fui "classificado" para estudar no Colégio Roosevelt, que era um colégio de elite acadêmica e intelectual – aliás, era um colégio de "esquerdistas". Naquela época, o partido dominante de esquerda era o Partido Comunista. O Polop, a Força da Quarta Internacional, surgiu só depois da década de 1950 a 1960.

Nesse contexto, comecei a militar com jovens de famílias de classe média intelectualizadas. Descobri Mário Schemberg. Depois, li o Lins do Rego, que teve uma fase de paixão pelo partido. Comecei a ler o Graciliano Ramos e tive contato com jornais nacionalistas, como *A Emancipação*. Aos poucos, comecei a me interessar pela *Revista Brasiliense* e pela *Revista Anhembi*. Ora, quando você pertence a um grupo de esquerda, há também uma socialização de esquerda na literatura. Então, comecei a devorar a literatura de Jorge Amado, John Steinbeck, alguns autores franceses e até mesmo alguns autores japoneses traduzidos para o português, como o Takaoka. Também descobri que existia o Luis Carlos Prestes. Aliás, li também o livro *O cavaleiro da esperança*, do Jorge Amado, que, como era proibido, circulava com o nome de *As aventuras de Luizinho*.

Havia um rapaz, chamado Irineu Ribeiro dos Santos, que também era de esquerda, no Colégio Roosevelt, e que adorava cinema japonês. Descobri o cinema japonês de esquerda com ele, começando, claro, com Kurosawa. Mas um dos diretores mais refinados para mim era o Tomu Uchida. Pouca gente sabe, mas esse cineasta influenciou uma geração toda de cineastas no Brasil. Recentemente, descobri, em uma biografia, que ele também foi do Partido Comunista, e parece que quem fundou o Teatro Revolucionário Latino-Americano foi um japonês, o Seki Sano. Ele era comunista, tinha problemas no Japão, foi para o México e, de lá, para a Colômbia. Então, a gente acaba descobrindo alguns autores de esquerda – e isso eu disse até quando recebi o título de Professor Emérito. Nessa mesma época, descobri Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Leôncio Basbaum, Nelson Werneck Sodré, Guimarães Rosa, e assim por diante.

Quando estava no primeiro ou segundo ano do curso de Ciências Sociais, achava o Partido Comunista muito orgânico, dentro de certa estrutura de poder. Naquela época, o presidente era o João Goulart. E, em 1961, o pessoal falava: "Sedi, nós estamos no poder". E eu pensava: mas que poder? Eu participei da passeata quando Jânio renunciou. Você sabe de onde ela saiu? Do Mackenzie, dos alunos de lá, junto com os alunos da Faculdade de Filosofia da USP. Foi, aliás, a primeira vez que eu fugi da polícia. Do primeiro para o segundo ano do curso de Ciências Sociais, então, eu achei os comunistas muito engajados com o governo. É claro, havia os deputados da Frente Parlamentar Nacionalista. O Plínio de Arruda Sampaio era desse grupo, o Almino Afonso e vários outros militantes. Nós defendíamos a reforma de base, a reforma agrária e a reforma política. Eu me lembro de que uma vez até escrevi um artigo para o Fernando Henrique Cardoso, quando eu era aluno, em que eu pregava o sistema político unicameral, porque achava que, existindo a Câmara dos Deputados e o Senado, o processo político era travado, e muitas

medidas políticas urgentes demoravam para se realizar. Foi por intermédio desse trabalho que descobri que eu tinha alguma "qualidade", porque Fernando Henrique disse que meu artigo era publicável e ele o levaria para a *Revista Brasiliense*.

Mas então veio o Golpe Militar. No segundo ano do curso de Ciências Sociais, eu saí do Partido Comunista. Nunca entrei para a Polop e para a Quarta Internacional, mas tinha muitos amigos ligados a eles e, posteriormente, a Libelu. Entre 1962 e 1963, eu virei vice-presidente do Ceupes. Eu pregava, pelo menos para o grupo ao qual eu pertencia, que, para ser um bom articulador e formador de um organismo de esquerda, em primeiro lugar, a gente tinha que ser bom aluno. Lembro que a gente tinha um grupo de alunos do qual vários se tornaram professores aqui na USP. O José de Souza Martins teve certa simpatia. O Eder Sader, o Emir Sader e o Gabriel Cohn eram todos da Polop. Havia também os professores que tinham certa "simpatia" por essa esquerda, como o Florestan, que foi da Quarta Internacional e traduziu *Introdução à crítica da economia política*. O Fernando Henrique tinha simpatia pelo PC também. Já o Ianni, ele nunca disse isso de forma clara, mas tinha vínculos com o PC, assim como o Mário Schemberg, e assim por diante.

Revista Plural *Conte um pouco como começa sua inserção no debate acadêmico. Por que você considera os anos de 1961 a 1970 como "os anos de sua formação como professor e pesquisador"? E, nesse sentido, como foi sua relação com Ianni, Florestan, Fernando Henrique Cardoso, e qual a importância que esses professores tiveram em sua trajetória?*

Sedi Hirano Como eu tinha esse tipo de formação ligada à militância, toda vez que o professor Ianni, Florestan e Fernando Henrique abordavam a questão do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, eu já tinha lido alguma coisa sobre isso, devido às discussões políticas. Eu era até chamado de Isebiano, porque o Iseb publicava livros e artigos debatendo a questão nacional, assim como o grupo Itatiaia, do Hélio Jaguaribe. Então, havia livros sobre consciência nacional, realidade nacional, revolução brasileira, indústria de base, etc. Com isso, eu comecei a ler muito. É claro, fiz cursos com o Florestan, com o Ianni, com o Fernando Henrique, com a Gioconda Mussolini, Egon Schaden e outras figuras de prestígio. Eu sempre me dei bem na área de sociologia. Naquela época, havia exame oral, e o Florestan sempre aparecia nas entrevistas de exame oral. No segundo ano, eu recebi uma bolsa de iniciação científica. Fui um dos primeiros alunos de iniciação da Fapesp. Tive que trabalhar com a Maria Sylvia de Carvalho, que tem aquele belo livro: *Homens livres na ordem escravocrata*.

Depois que eu ganhei a bolsa, comecei a fazer muita pesquisa, levantar dados. Trabalhei com Luiz Pereira, para aquele trabalho "Desenvolvimento, Trabalho e Educação", no qual o José de Souza Martins era coordenador de campo. O Florestan sempre me via trabalhando, e, quando me formei, em 1964, Fernando Henrique teve que ir embora, via Argentina, para o Chile, e o Florestan tinha que escolher alguém para ficar no lugar do Fernando Henrique, para ficar guardando lugar para quando ele voltasse. Eu me lembro de que eu estava trabalhando, e o Octávio Ianni chegou e me disse: "Sedi, nosso catedrático, Florestan Fernandes, quer falar com você". Eu entrei na sala do Florestan, e o Ianni falou: "Sedi, senta porque você vai cair de costas". O Florestan seguiu dizendo: "Sedi, por circunstâncias políticas, o Fernando Henrique teve que ir embora para o Chile, e nós precisamos garantir a vaga dele. Estamos pensando em você". Eu disse que havia muita gente que falava muito bem, escrevia bem, e eu não havia dado aulas ainda, só sabia fazer perguntas para os professores. Talvez eu fosse um aluno pentelho, sempre levantava questões, discordava aqui, discordava ali, mas tenho a impressão de que isso me deu certo perfil acadêmico. Florestan, então, disse: "Sedi, eu já vi muito aluno brilhante se perder. E você tem uma coisa que eu gosto, que é a 'nádega de paquiderme'. Quando você senta para fazer as coisas, você fica horas e horas fazendo aquilo". Assim, Florestan me convidou mais ou menos por conta disso e porque eu tinha uma vasta experiência em pesquisa de mercado.

Depois, eu só descobri essa curiosidade que o Florestan tinha, lendo uma biografia dele, em que ele dizia ter três preocupações fundamentais, quando era regente da Cadeira de Sociologia I: formar um grupo de professores para o ensino médio, formar pesquisadores de altíssimo nível e também formar técnicos em pesquisa. Isso porque o Florestan era bem *mannheiniano*, nessa época. Aliás, nessa biografia, ele dizia que uma de suas frustrações era que ele não havia conseguido formar "técnicos". Quando eu me tornei professor, ele me mandou dar aulas sabe do quê? De pesquisa de opinião e propaganda. Para a surpresa do Florestan e de outros colegas, só podiam se matricular trinta alunos. Eu tinha oitenta alunos, e vinha gente até da Fundação Getúlio Vargas.

Eu me lembro, também, que, quando eu pensei em fazer o mestrado, um professor sugeriu que eu fizesse uma discussão nessa área de comunicação, mas eu resisti. Eu queria fazer uma discussão sobre o Brasil colonial e essa questão de castas e estamentos. Na obra de Florestan, essa questão não estava sistematizada. Dessa forma, comecei a trabalhar em uma monografia sobre a sociedade brasileira e a questão das classes médias. Quando terminei o trabalho, tinha umas cento e oitenta a duzentas páginas. Meu orientador, que era o Ianni, foi cassado. Passei a

ser orientado pelo Luiz Pereira. Quando ele leu meu trabalho, disse: "Sedi, você tem que escrever um capítulo sobre castas, estamentos e classes sociais; você tem trinta dias. Depois, você vai ter que escrever um capítulo de crítica teórica sobre os trabalhos do Florestan, do Ianni e do Fernando Henrique". Eu falei que esse capítulo sobre castas, estamentos e classes eu escreveria, mas não me sentia preparado ainda para fazer um trabalho teórico-crítico em relação aos meus mestres. Quando eu entreguei a monografia, o Luiz Pereira ficou doente e pediu para que o Aziz Simão o substituísse. Eu defendi com nota dez, e o Luiz Pereira falou que fazia questão de ser meu orientador no doutorado.

A Heloísa Fernandes e o José de Souza Martins se interessaram por minha dissertação de mestrado e falaram para eu publicá-la – eu a publiquei pela Alfa Ômega. Defendi em 1972 e publiquei em 1973, e, em menos de um ano, toda a edição de três mil exemplares se esgotou. Em 1974, publiquei a segunda edição. No início, o pessoal não deu muita bola. O Gabriel Cohn, que estava fazendo sua livre-docência, intitulada "Crítica e resignação", cita meu livro e cita que quem colocou a reflexão em torno da visão poli-histórica de Weber de forma mais sistemática – e isso eu vi no Adorno – fui eu. E o livro começou a circular, o Florestan fez a orelha, dizendo que era um bom livro de introdução aos estudos de classe e estratificação social. O editor colocou nas bancas de jornal, por isso vendeu rapidamente; e eu fiquei sabendo que operários também o liam em São Bernardo. Teve gente em Paris que andou indicando esse livro; o pessoal da Unicamp também começou a indicá-lo em suas aulas; o pessoal do Rio. Enfim, fiquei mais ou menos conhecido. O Sedi Hirano, pesquisador de mercado, empiricista, tecnocrata, começou a ganhar uma nova dimensão [risos]. Comecei, então, a trabalhar no doutorado.

Agora, para escrever um doutorado sobre aquele tema que o Luiz Pereira, inicialmente, havia me pedido, incluindo o mestrado, olha, foi um empreendimento de quinze anos. Sabe por quê? Porque não havia nada sistematizado em Marx, e meu mestrado foi uma tentativa de sistematizar sua concepção de classe.

Revista Plural *Como você localiza sua obra* Castas, estamentos e classes sociais *no debate acadêmico da época? Em que medida sua interpretação da formação do Brasil moderno, ou seja, capitalista, distingue-se daquelas de, por exemplo, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Luiz Pereira, Florestan Fernandes ou, até mesmo, Caio Prado Júnior?*

Sedi Hirano Veja, para discutir casta, estamentos e classes sociais, dentro daquele contexto histórico, era necessário ler praticamente quase toda a obra de Marx publicada. Li, então, *O capital*: e*lementos fundamentais para a crítica da eco-*

nomia política, mais especificamente, o quarto volume (*Teoria crítica da mais-valia*), e seus *Escritos políticos*, porque não se escreve um trabalho teórico-crítico em relação aos mestres sem uma fundamentação precedente. Fiz o exame de qualificação. Luiz Pereira, um pouco antes de morrer, disse-me que a tese estava em minha cabeça e que só restava escrevê-la para fazer um grande trabalho, pois, segundo ele, no trabalho, eu demonstrava uma capacidade de reflexão teórica muito grande. Só tinha que estar na cabeça mesmo, porque eu não tinha nem projeto – naquela época, não se pedia projeto. Só que, quando defendi, muitos dos meus colegas acharam que aquilo era simples "fichamento" – até digo o porquê de não se tratar de um fichamento em meu memorial.

Inicialmente, tive que identificar quem aborda a formação do Brasil como pré-capitalista e como capitalista. Logo depois, tive que escrever um capítulo teórico sobre o modo de produção capitalista e pré-capitalista em Marx, por meio de um estudo sistemático quase ausente nos escritos marxianos, já que o foco da reflexão de Marx era mesmo o modo de produção vigente. A questão-chave era a seguinte: o que é o pré-capitalismo e o capitalismo? O próprio Caio Prado Júnior dizia que não cabia a discussão sobre o pré-capitalismo em Marx. Sérgio Adorno, em algumas revisões do livro, perguntou-me o porquê de o capítulo teórico figurar como segundo capítulo, e não como primeiro. Na verdade, esse capítulo teórico nasceu justamente com o capítulo I, em que é feito o mapeamento preliminar. Somente no capítulo posterior fiz críticas teóricas ao Florestan, ao Fernando Henrique e ao Ianni. Eu montei o problema dessa forma. O Sérgio Adorno e o Gabriel Cohn gostaram bastante do trabalho concluído. Weffort, que estava na banca, disse que, de todas as teses de doutorado que tinha lido, a minha e a da Laura de Melo e Souza eram as melhores.

Publicou-se o livro. Tempos depois, fiquei sabendo, por minha filha – e para minha surpresa, logicamente –, que meu livro constava como leitura obrigatória em sete linhas de pesquisa sobre a América Latina na Biblioteca do Congresso Norte-Americano. Acredito que a originalidade do livro resida na crítica que faço às análises que projetam o modo de produção capitalista no passado, a fim de captar as virtualidades do capitalismo. Desse modo, as formações históricas não capitalistas acabam sendo tomadas como capitalistas. É isso o que fazem Jacob Gorender, Caio Prado Júnior e outros tantos. Chama-se "anacronismo histórico".

Outro exemplo paradigmático é quando se toma aquele famoso trecho de *O manifesto comunista*, que afirma ser a história da humanidade a história da luta de classes. Ora, eu procuro demonstrar, em *Castas, estamentos e classes sociais*, que aquilo que Marx ressaltava é que sempre houve grupos potenciais de oposição,

os quais, em determinadas épocas históricas, não se constituíam como "classe", mas sim como "casta". Fazer anacronismo histórico é deixar de ser marxiano, na medida em que se retira o caráter histórico das categorias analíticas. Casta é uma estrutura social histórica, em determinada formação social. Estamento é outra estrutura, em outra formação social. Como aparecem em Marx trechos em que o autor fala em castas, estamentos e classes, resolvi, então, problematizá-los.

Na verdade, o que existia era uma interpretação de um certo tipo de marxismo vulgar, que dizia ser a história das sociedades, em suas várias épocas históricas, a história da luta de classes. No meu entender, isso transformava um conceito histórico em algo a-histórico. Por exemplo, Fernando Henrique Cardoso, quando escreveu sua tese de doutorado, deu-lhe o título *Capitalismo e escravidão,* como se o capitalismo convivesse com a escravidão, não é isso? Mesmo o Luiz Pereira, quando escreveu a tese dele, *Trabalho e desenvolvimento*, colocava o capitalismo na formação do Brasil desde a Colônia. Então, a tese era a de que o Brasil já começou capitalista, não é? No Florestan, há essa linhagem pré-capitalista, não é isso? No Otavio Ianni, a mesma coisa. Aliás, a ideia que informava o trabalho de Fernando Henrique Cardoso era a de que havia um capitalismo específico, com estamento. No todo, eram essas as teses que existiam aqui. A tese fundamental era pré-capitalismo e capitalismo.

Esse mapeamento eu não fiz naquela época. Eu escrevi depois, no doutorado, *Formação do Brasil Colonial – pré-capitalismo e capitalismo.* Até Paulo Arantes me dizia: "Mas, Sedi, você faz uma análise marxista extremamente cuidadosa". Isso porque eu procuro saber o que é o capitalismo em Marx. Caio Prado Júnior, que era um autor muito lido na época, também já dizia que o Brasil começa capitalista e que os portugueses que vieram para cá eram empresários embrionários. Se é capitalista, tem de ter empresários. Havia também a interpretação "etapista", que passava do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista e, por fim, para o socialismo, não é isso?

Eu não comungava muito com essas três etapas sucessivas e indeléveis. Eu procuro mostrar que existe uma fase pré-capitalista – que, para Caio Prado, não existe – e que há um conjunto de características que mostra que a sociedade colonial brasileira não era capitalista, mas sim pré-capitalista. Ela não era tão feudal, obviamente, como uma análise do marxismo ortodoxo apregoava, mas também não era capitalista no sentido do modo de produção capitalista tal como está nas obras teóricas de Marx.

Então, eu acho que contribuí para tentar mostrar que o Brasil colonial, de fato, não era capitalista nem feudal. Descobri, nesses meus estudos, que o modo

de produção, para Marx, começa com o surgimento do trabalhador assalariado – isso está posto, também, em Hobsbawm, e o trabalhador assalariado –, no sentido estrito da palavra, começa a surgir como categoria histórica do século XVII para o século XVIII. Então, "puxa", o Brasil antecipou o capitalismo! [risos] Não é isso?

O próprio João Manuel escreveu um livro chamado *Capitalismo tardio*. "Ué, capitalismo tardio? Sr. João Manuel já acha que o Brasil já começou capitalista?" Eu até coloquei: "capitalismo precoce". Eu sou muito amigo do João Manuel, sou muito amigo do Jobson e do Carlos Guilherme Mota. E disseram: "Mas, Sedi, não é muito ofensivo você colocar 'capitalismo precoce'?". Eu falei: "Não acho ofensivo". É precoce porque antecipou. Eu discordava. Havia, sim, instituições "feudo-estamentais", mas readaptadas a uma outra condição e a um outro tipo de produção, porque a produção feudal é em pequena escala, e a produção que foi implantada no Brasil Colônia foi em grande escala.

Agora, é claro, o Gorender também me chamou de "marxista weberiano". Mas o que eu coloco é o seguinte: quando estou analisando Marx, eu o analiso a partir da obra que ele escreveu. E Marx coloca muito bem que a subsunção formal do trabalho ao capital inaugura um período inicial do capitalismo, e, nesse período, não há separação entre o trabalho de concepção e o trabalho de execução. Isso até vários outros autores colocaram. Marx discute isso, se não me engano, nos capítulos IV e V d'*O capital*. E, mais ainda, Marx sempre coloca que, para ter o capitalismo, você tem que ter mão de obra assalariada. Weber, de certa forma, também coloca isso. Acredito que tanto Marx como Weber estão de acordo em uma coisa: que o capitalismo começa com a mão de obra assalariada, e não com a mão de obra escrava. Ora, é a partir daí que eu discuto que a mão de obra escrava, na verdade, é capital fixo, e não capital variável. Aqueles que consideravam o Brasil já capitalista transformavam o escravo na mão de obra, capital variável. Eu, muitas vezes, divirjo um pouco de Florestan Fernandes acerca da noção de trabalho social combinado. O Florestan diz que essa produção, de uma forma ou de outra, que usava mão de obra escrava, realizava o trabalho social combinado e que, nessa produção, com o uso da mão de obra escrava, existia uma forma de trabalho social combinado. Eu falo que o trabalho social combinado só existe no capitalismo como modo de produção e, portanto, ela não existe no pré-capitalismo.

Essa é uma discussão teórica importante. O capitalismo, de fato, em sua forma mais plenamente realizada, começa com a subsunção real do trabalho ao capital. Eu tento fazer essa discussão, mas não em *Casta, estamento e classes sociais*; eu faço isso na tese de doutorado mesmo.

Aliás, eu busquei mostrar que o que o Marx estava chamando de classe eram, na verdade, grupos de oposição potenciais, que não estavam realizados como classe, mas que existiam como grupos de oposição: castas dominantes, castas dominadas, estamentos dominantes e estamentos dominados. E então transformaram castas dominadas em classes dominadas, estamentos dominados em classes dominadas, e assim por diante. Eu achava, então, que isso era uma simplificação teórica tamanha, e, se as categorias marxistas, ou seja, as categorias propriamente dialéticas são categorias históricas, como diz o próprio Marx, então, no Brasil, eles estavam transformando as categorias históricas em categorias não históricas.

Minha contribuição a esse debate é que eu procuro mostrar como é que prevaleciam, em certos países da Europa, instituições feudo-estamentais, porque, muitas vezes, certas instituições não desaparecem de uma hora para outra. O capitalismo tardio, na verdade, é uma formulação dos teóricos germânicos. O surgimento do capitalismo na Alemanha abrolha tardiamente em relação à Inglaterra ou à França. Então, eu comecei a ler os cronistas da época, do século XVI, do século XVII, a fim de perceber como o Brasil era descrito e como as várias categorias sociais que compunham a economia e a sociedade brasileira eram representadas pelos intelectuais da época e que tipo de formulações apareciam. Não apareciam "classes". Apareciam muito mais "castas". Castas no sentido português, castas de formiga, casta de tamanduá, casta de flores, casta de vinho. Os enólogos falam em castas de vinho. Quer dizer, é aquele tipo de uva que tem certas especificidades que fazem com que o vinho tenha um sabor e um odor especiais. Então, a palavra casta sempre remetia à ideia de especificidade. Achei isso muito interessante, porque aparecia a representação de casta e representação de estamento. Mesmo em obra de jurisconsultos renomados portugueses, se você olha a própria divisão do livro sobre a história política e administrativa de Portugal, aparecem as ordens do reino, os estamentos do reino.

Certa feita, Marcelo Ridenti, em uma tese que o Marco Aurélio Garcia considera a melhor tese sobre o golpe militar no Brasil, que é o *Fantasma da Revolução Brasileira*, em um capítulo teórico, quando ele discute a questão de classe, fala que eu me antecipei ao Thompson, em certa medida. Só que o Thompson escreveu em inglês, e eu em português, não é? Mas, quando houve uma homenagem aos meus trabalhos, o próprio Marcelo, em um debate, disse: "O Sedi antecipou que a classe se forma no processo histórico". E isso está em Thompson. Então, eu creio que essa é a contribuição que eu faço.

Revista Plural *Há um espaço nas teorias desenvolvidas atualmente nas Ciências Sociais para esse tipo de cruzamento entre autores ou nossa sociologia é um pouco mais paroquial?*

Sedi Hirano Eu tenho a impressão de que, na década de 1970 e um pouco na década de 1980, havia uma "mania de Marx", porque era época do governo militar, da contestação, da minissaia, essas coisas todas, o movimento pela autonomia das mulheres. O próprio Sartre, que foi uma bandeira também, e a Simone de Beauvoir, eles conheciam Marx; a questão do método do Sartre tem muita influência de Marx. Logicamente, reinterpretada na linha do existencialismo. Eu mesmo li muito Sartre. Então, havia uma mania de Marx, como hoje é com Bourdieu e como já foi com Foucault.

Então, todo o mundo no departamento queria dar Max – e o Marx, na década de 1970, era o Marx estruturalista –, Althusser, Poulantzas, Balibar e outros. Havia esse marxismo estruturalista, em que a estrutura era o sujeito histórico, e praticamente anulava-se o sujeito histórico propriamente dito. O livro do Althusser, por exemplo, *Aparelhos ideológicos do Estado*, os alunos sabiam de cor, como se fosse catecismo. Todo o mundo lia Althusser, Poulantzas, Balibar e me falava: "Sedi, aqui ninguém é especialista em Weber, e você, que conhece Weber, dá o curso sobre ele". Para mim foi um privilégio, pois eu já lia normalmente Marx e comecei a ler muito Weber. Então, isso me deu, digamos, uma heterodoxia. De vez em quando, pediam-me para dar também o curso de Durkheim. Com efeito, tal formação heterodoxa que o Florestan tinha eu tive também.

Não é que eu ache que o Marx está descartado. Não. Aqui no departamento, há o Ricardo Musse e o Ruy Braga. Na Universidade de Chicago, em Berkley, há o Burawoy. Na França, há diversos autores da linhagem marxista. Enfim, Marx sofreu não um esquecimento, mas não virou um autor bíblico. Hoje, ele é tido como um autor importante, um clássico, que deve ser lido constantemente. Eu acho que Marx tem ensinamentos muito importantes, assim como Weber e Durkheim. Eu nunca havia valorizado tanto o Durkheim até ir para o Japão. Lá, é a sociedade da ordem, tudo dentro da norma; até para andar na rua há um lugar certo para você ficar; na escada há lugar certo para subir e descer, uma maneira de se colocar para não atrapalhar quem está com pressa. Não é o que Norbert Elias quer dizer quando fala que civilização é regra? E regra são os códigos. Então, lá, os códigos valem. E não dá para não pensar em Durkheim, nesse sentido.

Tóquio é uma cidade imensa, um formigueiro; se não tivesse um mínimo de regra, aquilo viraria um caos completo. Quando, em 1995, eu fui dar aulas no Japão, percebi o que é uma sociedade onde a ordem, a hierarquia e a disciplina

são muito importantes. Quando eu voltei do Japão, dei uma aula valorizando o Durkheim, dizendo que ele era o protótipo para entender o Japão de certa época.

Você me perguntou dos clássicos. Bem, eu acho que eles ainda têm muita importância. Ora, se você ler muito bem os clássicos e ler Bourdieu, vai ver que muita coisa dele já estava nos clássicos. Eu estive em uma banca agora na Unesp de Franca, e estavam falando que os clássicos não tratavam de utopia. Eu pensei: "Como isso?". Em Durkheim há a utopia do Estado perfeito, com vários grupos secundários, o Estado como cérebro social, os grupos secundários como instituições de amortecimento que levavam as demandas dos segmentos da sociedade para o Estado, e esse fazia a síntese. Marx não disse que a humanidade sempre teve sonhos e que, para realizá-los, basta ter consciência, consciência de classe? Em Marx, as pessoas precisam ter um sonho que conserve algumas determinações comuns. Em Weber, não; ele tem aquela famosa frase, em *Ciência e política: duas vocações*, que diz que o possível, o possível histórico, é, na verdade, a síntese de uma multiplicidade de sonhos – eu digo até utopias. Todavia, em Weber, você não tem uma perspectiva histórica única, com o proletariado representando o futuro, e uma perspectiva histórica de transformação. Em Weber, você tem uma visão pluri-histórica, porque a realidade é infinita, caótica, não é ordenada – em Durkheim, sim, é ordenada. Então, posso dizer que há utopia nos três clássicos.

Revista Plural *Certa feita, o senhor falou de uma entrevista que fez com um acidentado de trabalho. Esse é também o tema de um trabalho seu: o direito dos acidentados de trabalho?*

Sedi Hirano Isso. A Amélia Cohn tinha uma posição no Cedec, e ela fez um projeto sobre acidentados do trabalho, acho que para a Comissão de Justiça e Paz. Ela me convidou para ajudar a operacionalizar o projeto, para conseguir dessa Comissão uma verba. Então, nós resolvemos fazer um trabalho em uma linguagem extremamente simples, voltada para certo tipo de público, em que o acidentado do trabalho falasse sobre o trabalho, sobre as várias modalidades de trabalho, sobre o chão da fábrica, o tempo gasto na fábrica, o tipo de inserção ali – que é relativo à estrutura social, à modalidade de qualificação ou, ainda, à ocorrência do que os juristas chamam de "infortunística do trabalho". E há também algumas questões formais muito importantes: antigamente, falava-se mais em acidentes *de* trabalho, como se acidente fosse próprio da estrutura do trabalho; agora, eles mudaram para acidentes *do* trabalho, expressão que advém diretamente do trabalho. Quer dizer, se o trabalhador não toma cuidado, se ele não usa equipamento de segurança, não toma certas precauções, não obedece a certos ritmos de mo-

vimento, ele pode vir a ser vítima.

Então, o acidente ocorria em relação a certo tipo de trabalhador que não estava dentro de uma estrutura em que certo tempo, ritmo, habilidade, agilidade estivessem adequadamente adestrados. Com isso, a culpa do acidente não ia para o capital, ia para o acidentado, para o detentor da força de trabalho. Então, nosso objetivo era tentar explorar esta questão: até que ponto o acidente do trabalho é típico do trabalho ou até que ponto o acidentado do trabalho é devido a certo tipo de comportamento que o capital exige do trabalhador, em que este tem que se adequar ao ritmo da máquina? Enfim, o objetivo era tentar mostrar que o acidente do trabalho ocorre devido a certo tipo de ritmo de trabalho que o capital impõe.

Mas, em termos de cidadania, o que o acidente do trabalho produz? Em primeiro lugar, a redução, porque você vai para o seguro e não recebe mais o salário integral. Em segundo lugar, tem uma coisa da visão machista, do *pater familia*, porque, quando o acidentado é homem e sofre o acidente, como o salário dele já não é mais o salário integral, a mulher tem que começar a trabalhar, e isso produz uma mudança psicológica, emocional e afetiva muito grande. Ele, de repente, de trabalhador se torna uma pessoa que faz certos tipos de trabalho doméstico. Havia acidentado que dava entrevista chorando, dizendo que só era "meio homem".

Nós recolhemos muitos depoimentos durante a pesquisa, alguns com vinte, trinta páginas, e escrevemos esse livro com base nesses depoimentos, olhando para os acidentes de trabalho como uma forma de violência urbana. Urbana porque também tem essa questão do acidente de trajeto, da casa para o trabalho – e não são poucos os casos. E, claro, todas as grandes empresas estão no meio urbano. Por isso, fizemos esse trabalho que foi voltado para o grande público, no sentido de denunciar, de mostrar que o Ministério do Trabalho tem que tomar uma série de cuidados. Quem fez o posfácio foi o Fabio Conder Comparato.

Revista Plural *Você foi professor visitante no Japão, nas Universidades de Tenri e Sophia. Como surgiu esse vínculo? Qual a importância de sua experiência no exterior para sua formação intelectual?*

Sedi Hirano Foi na década de 1990. Tínhamos um pouco do "mal do provincianismo", quer dizer, de não sair muito para o exterior. Não que o Florestan desestimulasse, muito pelo contrário. Mas, naquela época, nós não íamos tanto ao exterior, já que éramos da geração da década de 1960, em que sair para o exterior remetia à ideia de que se estava abandonando um grupo que, no momento, lutava por uma Universidade com um bom curso de Ciências Sociais e boas reflexões teóricas sobre Brasil. Nesse período, recebi um convite, de Manoel Tosta

Berlinck, para ir aos EUA, para uma universidade muito conceituada. Em 1970, estive no Japão, por meio de seu consulado, que concedeu a bolsa para realizar um curso sobre planejamento em Nagoya, cidade que foi completamente destruída e reconstruída após a Segunda Guerra Mundial e que virou, depois, modelo de reconstrução de cidades.

Nessa época, o embaixador do Japão no Brasil me convidou para fazer o curso na Universidade de Tóquio – dizendo, inclusive, que poderia me arranjar a vaga na Universidade para que eu fizesse meu doutorado lá. Assustei-me um pouco; filho de migrante, sem saber bem o inglês e, além do mais, ir para Tóquio sem saber bem o japonês.

Certa feita, recebi um telefonema do Japão, de um professor que não falava bem português, convidando-me para dar aula na Universidade de Tenri. Havia chegado ao meu nome por intermédio da professora Helena Hirata. Disse que não tinha formação suficiente para dar aula acadêmica em japonês. Ele disse que não precisaria me preocupar em dar aula em japonês, já que se tratava de um departamento de estudos brasileiros. Assim, dei aula de sociedade e cultura brasileiras. Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Dante Moreira Leite, enfim, fiz toda uma releitura teórica desses autores.

Pouco depois, fui avaliado pelo Ministério da Educação do Japão como professor titular. Dei aulas durante um ano. Eles até gostaram do meu estilo, porque passava o dia inteiro na Universidade lendo, preparando aulas e atendendo os alunos, algo que aprendi com o Florestan, pois, para ele, o aluno era uma entidade quase sagrada; aluno batia na porta, e ele já atendia imediatamente.

Os alunos, então, procuravam-me bastante. Cheguei a orientar algumas monografias, devido à facilidade de contato e do estímulo dado aos estudantes. Como consequência, eles renovaram o convite para mais um ano. Nesse período, minha família já se habituara ao Japão. A escola japonesa, por exemplo, exerceu um profundo impacto em minha família, sobretudo em minha filha, que, inicialmente, não gostou da ideia de ir ao Japão, mas que mudou de opinião gradativamente, conforme ia conhecendo a cultura japonesa.

Lá, não há a cultura do "indivíduo brilhante", tal como vemos no Brasil. Perguntei, certa vez, a um professor o porquê de os alunos mais brilhantes nunca se manifestarem na aula. Disse-me que, na cultura japonesa, o objetivo da educação era alçar os alunos à média, e não formar elites educadas, visto que, se pensassem somente nas elites, a média não seria boa. Segundo ele, a média da educação no Japão era boa porque trabalhavam essa base. Assim, os que estavam acima da

média é porque tinham pais intelectuais ou letrados que estimularam desde cedo os filhos à erudição.

Revista Plural *Uma questão que ainda queríamos fazer é sobre seus interesses de pesquisa recentes. Poderia falar um pouco sobre isso?*

Sedi Hirano Depois que eu virei diretor da Faculdade de Filosofia Letras e Ciência Humana (USP) e Pró-Reitor de Cultura e Extensão Universitária, eu passei a receber convites de várias organizações japonesas para frequentar reuniões e discutir questões relativas aos migrantes. Eles sempre me colocavam na mesa. Há mais uma coisa: na Fapesp, tudo que era projeto sobre Japão e japoneses, cinema japonês, teatro, cultura e literatura japonesas, tudo vinha até minha mão. Daí, um dia, eu até brinquei que eu não sabia que a origem étnica era critério de especialização. Enfim, por isso eu comecei a ler e virei especialista, digamos, por origem étnica.

Quando virei Pró-Reitor, daí era cônsul-geral me convidando, a diplomacia me convidando, governo japonês me convidando. Eu comecei a me interessar, fui para Nara, Universidade de Tenri, dar o curso de cultura brasileira. Então, a partir daí, foi que eu comecei a me interessar pelo tema das migrações. Um dia, a Tucci falou assim: "Sedi, você não quer ser coordenador do módulo 'Migrações'?". Eu aceitei de imediato. Ela disse para mandarmos um projeto para a Fapesp sobre o arquivo virtual, para montar um arquivo sobre migrações, porque, eu acredito, há várias formas de você contar a história da migração japonesa. Como eu tinha escrito um capítulo, na década de 1970, sobre migrações e modernização, eu comecei a aceitar convites; fui para Bolonha, Santiago de Compostela, Gênova e percebi que discutir migrações de modo comparado perturbava muito os europeus. Eu acho que isso é um preconceito monumental. Eu não posso admitir, em uma sociedade de estrutura republicana, como a italiana, esse tipo de discriminação. Em relação a minha pessoa, eles não faziam isso, porque, quando eles estiveram aqui, eu era Pró-Reitor, eu arruei verba, coloquei em hotéis, concedi dinheiro para comer, essas coisas todas, mas as moças e os rapazes ficavam revoltados: "Sedi, mal comecei a falar, e esses italianos já começaram a cortar e não sei o quê". "É, vocês ficam endeusando a Europa, a Europa é assim!"

Eu gosto de usar a metáfora que está no livro do Sayad, que o Bourdieu no prefácio sintetiza, dizendo que o imigrante é um átopos, um sem-lugar. Então, eu falei: "Ele é átopos na própria Itália, porque, se ele tivesse um lugar na Itália, não sairia da Itália. Ele é átopos na Irlanda, porque a população reduziu de oito milhões para quatro milhões de habitantes. Ele é um átopos na Alemanha, porque milhões

de alemães foram para os EUA, para o Chile, vieram para o Brasil e outros países. Ele é um átopos em Portugal, na Espanha".

Hoje em dia, estou interessado em discutir essa questão da cidadania mundial, cidadania global. Uma vez, eu estava viajando de Lisboa para Faro, peguei um jornal econômico de Portugal, e o articulista era muito interessante. Guardei o jornal. No meio do jornal, havia um artigo que dizia que a "civilizada Europa", a terra do renascimento, a terra da Revolução Francesa, estava criando, com eufemismos, os campos de permanência temporária, que, na verdade, são campos de concentração de estrangeiros. Então, havia alguns europeus conscientes disso.

A Espanha está fazendo isso, a Itália faz. Portugal também faz. Eles são revistados, são levados para certo lugar, deixam-nos três ou quatro dias sob investigação. Na verdade, a questão do imigrante que alimenta a direita não alimenta a direita só na Europa, mas nos EUA também. Eu achei muito importante fazer estudos comparados sobre migrações, pegar legislações. Como é que o imigrante é recebido na Europa? Como ele é tratado? Qualquer moça latino-americana de razoável beleza que tenta entrar em qualquer um desses países da Europa é chamada de prostituta.

O Ianni tem um artigo notável no livro que vai sair logo, onde diz que o cartão de crédito virou um novo tipo de passaporte, um cartão de cidadania, porque a primeira coisa que perguntam é quantos dólares você tem, onde você vai ficar e se tem cartão de crédito. Se você tem cartão de crédito, com um comprovante de que ele tem um fundo de tantos mil, você é um cidadão global.

Eu estou interessado, hoje, em fazer esses estudos comparados, criar um grupo, pedir financiamento. A Fapesp já me deu quase duzentos mil para fazer esse arquivo virtual, mas isso é para equipamentos, pagar algumas viagens, despesas e assim por diante.

Revista Plural *Quais são os núcleos de comparação? Quais os países?*

Sedi Hirano Há alguns casos que aparecem muito ligeiramente, comparando a formação educacional do espanhol, do italiano e dos alemães, porque o proletariado moderno, na América Latina, principalmente no Brasil, era formado por italianos. E há análises que dizem que os italianos tinham uma formação melhor do que os espanhóis. O nível de formação e alfabetização dos espanhóis era de 25%, no máximo 30%; 70% ou mais eram analfabetos. Há várias descrições de que os espanhóis faziam o trabalho braçal, informal e de que muitos deles eram catadores de ferro-velho ou que viviam no terciário informal, enquanto o imigrante italiano formava a base do moderno proletariado. Agora, na base da mão de obra agrícola, a imagem do japonês sempre aparece. Na imagem do pequeno

proprietário autônomo, a imagem do japonês sempre aparece. O italiano aparece dentro do recorte do moderno proletariado, da inserção nacional no mercado e na formação de pequenos, médios e grandes empresários e latifundiários.

Você pega os Matarazzo, os Martins. Ora, os Matarazzo não vieram pobres, eles vieram com certo pecúlio. Há a família das meias de Araraquara, Lupo, que se tornou grande proprietária de fazendas de café e, depois, tornou-se empresária. Aí você fala dos sírio-libaneses e pensa já em comerciantes, nos mascates, porque, no interior, a memória registra que havia vários mascates e que eram descendentes de árabes. Quer dizer, não digo que era exclusivo. Enfim, não há um trabalho sistemático comparativo sobre essas questões. Aliás, essa questão da educação me interessa muito.

O Amartya Sem, que foi prêmio Nobel de economia, com seu livro *Desenvolvimento como liberdade*, diz que o Japão, antes da Europa e dos EUA, já havia resolvido a questão da educação fundamental. Ele afirma que não é preciso fazer o bolo crescer para depois distribuir – que é a frase do Delfim. Não. O que o Amartya Sen diz é que um país de estrutura não muito desenvolvida pode investir maciçamente na educação e, depois de algumas décadas, ter seus frutos – como ocorreu no Japão e na Coreia.

Resenha

Revoluções:

entre o passado e o futuro

Bruna Nunes da Costa Triana*

O livro *Revoluções* foi organizado pelo sociólogo Michael Löwy, lançado no Brasil em 2009, como parte das comemorações do ano da França no país. Fruto de dois anos de intensa pesquisa em arquivos e acervos públicos e privados, o livro possui mais de 400 fotografias. Foram escolhidas nove revoluções, entre as ocorridas nos séculos XIX e XX, e o livro as apresenta pela ordem cronológica. A obra se estrutura da seguinte maneira: de início, um texto interpretativo das revoluções e de suas respectivas imagens e, ao final de cada texto, o conjunto das imagens daquela revolução.

São vários autores renomados – como Enzo Traverso, Gilbert Achcar e Bernard Oudin, além do próprio Löwy –, introduzindo o que foi cada revolução, procurando traduzir em palavras o clima de tensão, o som das lutas, as personagens, interpretando e relacionando o texto com as fotografias que o acompanham. Todas as imagens contam com uma sucinta legenda, geralmente repetindo a imagem, mas não com seu autor. Talvez porque a maioria das figuras dessas revoluções se deva a fotógrafos anônimos que as acompanharam de perto, ainda que algumas sejam de fotógrafos conhecidos, como Cartier-Bresson, Capa e Korda.

Consideramos o livro um ensaio fotográfico porque, ao assumir que "a revolução é assunto de imagem, mais que de conceito" (Löwy, 2009, p. 13), admite-se que não se pretende esgotar a historiografia dessas revoluções, e sim deixar as imagens "falarem" mais que os textos. No entanto, é pelo texto que sabemos o contexto histórico, quem foram os líderes, onde ocorreram as lutas e como se deu o desfecho. Nesse sentido, as imagens nos revelam mundos diversos no interior das revoluções que estudamos e mostram sua concretude, sua singeleza, sua particu-

* Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL-PR) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGA-USP)

laridade, bem como sua universalidade. O texto nos remete, então, para a história, para a cadeia de dominação e opressão que faz insurgirem os levantes da massa. A imagem nos mostra a força e o espírito de cada revolução, e, ao mesmo tempo, o texto nos faz compreender as condições e possibilita sentir e ver nas fotografias essa força. Logo, existe uma relação de colaboração: se texto e imagem são independentes, se são equivalentes, também colaboram um com o outro.

O objetivo central do livro é, portanto, recuperar nas fotografias "a qualidade mágica, ou profética, que as torna sempre atuais, sempre subversivas" (Löwy, 2009, p. 19). A separação entre os textos e as imagens é a condição de possibilidade de uma resistência na relação entre as fotos e os textos. Com essa resistência, a independência entre ambos permite ao leitor, sabendo de seu contexto, ser atravessado pela imagem. Os autores reconhecem que a fotografia vai além de seus usos políticos, pois se presta a muitos usos.

Quando as revoluções são o tema, os exemplos abundam. A primeira revolução realmente fotografada foi a Comuna de Paris, contemporânea do advento do instantâneo, conforme lembra Achcar (2009, p. 23). Ali, a fotografia, instrumento urbano e burguês, finalmente encontrou a população que habitava as cidades. Conforme salienta Rouillé (2009, p. 46), "foi necessária, assim, uma insurreição popular para que a fotografia encontrasse a cidade e seus habitantes, e para que nascesse a reportagem". No entanto, se, em um primeiro momento, as imagens celebravam a vitória dos *communards*, "após o fracasso da insurreição, a fotografia será utilizada contra ele [o povo]: a polícia identificará os 'insurgentes' com a ajuda de fotos das barricadas" (Rouillé, 2009, p. 46).

Este é um motivo e uma justificativa para o livro: revisitar essas fotografias, ver a concretude, os segredos, a "magia" dessas revoluções e dessas imagens para recuperar sua carga utópica e cultivar seu potencial subversivo. E é daqui que decorre a equivalência entre textos e imagens. Apesar de comentarem as fotografias, além de contextualizarem as revoluções, o que poderia aparentar um uso ilustrativo das imagens, uma leitura mais cuidadosa dos textos revela que os autores procuram aprofundar as imagens e se deixar levar por elas. Buscam ser tocados, o que faz com que o leitor também sinta e pense *com*, *através* e *além* das imagens. Se, como diz Löwy, falar de revoluções pode parecer curioso atualmente, as fotos causam estranhamento ao revelarem a concretude, os rostos, os gestos e a ansiedade. E, aos olhos do observador, também a derrota está presente; trata-se dos vencidos da história. Assim, pelas imagens, busca-se recuperar a magia da fotografia e a tradição dos oprimidos.

A irrupção de movimentos de massa tão fortes, capazes de romper, pelo menos por alguns dias ou meses, os grilhões da opressão social, política e econômica, é momento tão tenso que constitui instantes mágicos da história. Quando os oprimidos, os sem vozes, os vencidos conseguem quebrar a cadeia de dominação e (tentam) transformar a forma de governo e as estruturas sociais, o tempo para e interrompe-se.

Benjamin (1994, p. 228-229) é quem percebe essa qualidade mágica nas revoluções. A história do tempo vazio e homogêneo, própria dos vencedores, é detida bruscamente para ceder lugar a um tempo saturado de *agoras*. Assim, a história, em vez da simpatia com os vencedores – que faz dos que vencem no presente os herdeiros de todos os que venceram antes –, deve ser feita de rememoração. Com efeito, nessa maneira de conhecer o passado, não se procura contá-lo "como ele de fato foi", mas sim "apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja num momento de perigo" (Benjamin, 1994, p. 224).

Benjamin (1994, p. 94), em *Pequena história da fotografia*, de 1931, confere a algumas imagens fotográficas uma magia, "depois de mergulharmos suficientemente fundo em imagens assim, percebemos que também aqui os extremos se tocam: a técnica mais exata pode dar às suas criações um valor mágico que um quadro nunca terá para nós". Nessas imagens, não obstante toda a técnica e perícia, somos levados a perscrutar "a pequena centelha do acaso, do aqui e agora, com a qual a realidade chamuscou a imagem". A magia da imagem faz com que o observador procure aquele "lugar imperceptível em que o futuro se aninha ainda hoje em minutos únicos, há muito extintos, e com tanta eloqüência que podemos descobri-lo, olhando para trás" (Benjamin, 1994, p. 94).

A busca por despertar uma sensibilidade para essas histórias já contadas nos livros, especificamente por meio de imagens, é porque sua potência mágica é superior a do texto.

> As fotos de revoluções – sobretudo se foram interrompidas ou vencidas – possuem assim uma poderosa carga utópica. Revelam ao olhar atento do observador uma qualidade mágica ou profética, que as torna sempre atuais, sempre subversivas. Elas nos falam ao mesmo tempo do passado e de um futuro possível (Löwy, 2009, p. 19).

Assim, trazer a fotografia, e não apenas conceitos, fatos e documentos, para essa procura por rememorar e atualizar as revoluções, deixa entrever a vontade de mostrar outras visibilidades a esses acontecimentos épicos da história. O que a

fotografia, por sua magia, captura são, justamente, os momentos mágicos em que os oprimidos, os sem vozes, transformam-se em sujeitos de sua própria história e de sua emancipação. A fotografia, precisamente, para o tempo, congela um instante e capta esses momentos únicos em que a história é interrompida. No limite, o próprio tempo para, cedendo lugar a outras formas de vida.

O conjunto das fotografias do livro "oferece uma viagem no tempo e no espaço revolucionário, um mergulho na história" (Löwy, 2009, p. 16). Nessa medida, as fotografias tornam visíveis aspectos não presentes nas narrativas historiográficas, pois elas colocam o passado no presente, como queria Benjamin, confrontando-as com o texto: "elas captam o que nenhum texto escrito pode transmitir: certos rostos, gestos, situações e movimentos. A fotografia possibilita que se veja [...] o que constitui o espírito único e singular de cada revolução" (Löwy, 2009, p. 13).

No entanto, ao apresentar a particularidade e a singularidade de cada revolução, essa diversidade apresenta cada revolução também naquilo

> [...] que ela tem de universal, em sua especificidade histórica, cultural e nacional. Vemos aparecer a revolução não como uma abstração, uma idéia, um conceito, uma "estrutura", mas como uma ação de seres humanos vivos, homens e mulheres que se insurgem contra uma ordem que se tornou insuportável (Löwy, 2009, p. 15).

O livro *Revoluções*, portanto, ao rememorar as revoluções mais paradigmáticas da modernidade, busca, com essas imagens, interromper o pensamento. Desse modo, as revoluções são constelações saturadas de tensões que irrompem em momentos de perigo; são imagens dialéticas, segundo a concepção de Benjamin (2005, p. 477), que fazem saltar o *continuum* da história. A fotografia, nascida na era industrial e instrumento eminentemente burguês, volta-se para os oprimidos, nesses momentos de "iluminação momentânea", capturando essa experiência precisamente na forma de imagem.

Ao recordar imageticamente tais acontecimentos, buscando atualizá-los, os autores e as fotografias, juntos, colocam em movimento o empreendimento de "escovar a história a contrapelo" (Benjamin, 1994, p. 225). A revolução é uma interrupção do *continuum* histórico, uma tentativa de romper com a história dos vencedores e trazer à tona "os ecos de vozes que emudeceram". Esses ecos ressoam nas imagens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Achcar, G. A Comuna de Paris, 1871. In: Löwy, M. (Org.). *Revoluções*. São Paulo: Boitempo, 2009.

Benjamin, W. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Libro de los Pasajes*. Madri: Akal, 2005.

LÖWY, M. Introdução. In: (Org.). *Revoluções*. São Paulo: Boitempo, 2009.

Rouillé, André. *A fotografia*. São Paulo: Editora Senac, 2009.

Teses

Carolina Martins Pulici

Orientador Brasílio Sallum Jr.

Título O charme (in)discreto do gosto burguês paulista: estudo sociológico da distinção social em São Paulo

Resumo Partindo dos confrontos que os estudos de sociologia do gosto atravessam na Europa e na América do Norte, essa tese trata dos processos de distinção social pelo gosto, com ocupantes das mais altas posições na hierarquia social da cidade de São Paulo. Em um primeiro momento, aborda os itens simbólicos das hierarquias culturais legítimas e as técnicas da sociabilidade mundana, tal como se manifestam em manuais de etiqueta, crônicas da vida mundana e críticas culturais, passando em revista algumas estatísticas de dispersão social dos bens culturais e certas representações do consumo encenadas no material da imprensa paulistana contemporânea. Em um segundo momento, o estudo se encaminha para a investigação de como frações das classes altas de duas áreas residenciais de São Paulo (a dos Jardins e a de Alphaville), marcadas por disparidades associadas à estrutura e, sobretudo, à evolução no tempo do volume total do capital, reagem a esses apelos de estilização da vida. A análise de seus confrontos de preferência, realizada com base em entrevistas semidiretivas, permite afirmar que os processos de distinção e estigmatização seguem se revigorando com as classificações conflitivas que explicitam habitus de classe e se atualizam por suas práticas e escolhas estéticas.

Daniel Veloso Hirata

Orientadora Vera Telles

Título Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida

Resumo Esse estudo trata das relações entre as formas de controle social e os ilegalismos populares, a partir de uma pesquisa etnográfica desenvolvida em um bairro da periferia de São Paulo. De um lado, a tentativa é perspectivar alguns lugares de incidência de controle social e suas redes econômicas e políticas, a partir de três postos de observação: uma pequena birosca, o transporte clandestino e um ponto de venda de drogas. De outro lado, procurou-se estudar as condutas que se constroem nesses pontos de inscrição dos mercados urbanos informais, ilegais e ilícitos e sua correlativa exposição ao perigo de morte. Nesse

cruzamento entre a incidência da mecânica do poder, as tramas dos ilegalismos populares e suas condutas correspondentes, talvez seja possível compreender algumas das dinâmicas desse mundo social que se produz entre o informal, o ilegal e o ilícito, bem como entre a vida e a morte.

Daniella Georges Coulouris

Orientador Marcos Alvarez

Título A desconfiança em relação à palavra da vítima e o sentido da punição em processos judiciais de estupro

Resumo Essa pesquisa objetiva, a partir da análise qualitativa de trinta processos judiciais de estupro, discutir e dar visibilidade à lógica do sistema de Justiça Criminal nas situações classificadas e julgadas como crime de estupro, na cidade de São Paulo (2000-2005). Desse modo, diversas questões relacionadas à atuação da Justiça Criminal e observadas durante a análise das múltiplas etapas de desenvolvimento dos processos judiciais de estupro são apresentadas: as dificuldades de comprovação da violência sexual; as insuficiências da investigação policial; a presença de discursos que atravessam e constituem os procedimentos de investigação da verdade, nos casos de estupro; os critérios e as categorias de avaliação dos indivíduos e das situações; a forma como os julgadores direcionam as punições e justificam suas decisões; o modo como diversas questões, que são formuladas aos envolvidos e às testemunhas, parecem orientar os resultados finais dos processos e apontar para determinado sentido da punição, o que foi observado a partir da análise do conjunto das decisões; e a forma como esse sentido da punição parece ser um efeito inusitado de convergência dos embates discursivos, nas últimas três décadas, entre os discursos particulares para esse crime e sua correspondente punição.

Davisson Charles Cangussu de Souza

Orientadora Heloisa Helena Teixeira de Souza Martins

Título Sindicalismo e desempregados no Brasil e na Argentina, de 1990 a 2002: unidade e fratura entre o exército de operários ativo e de reserva

Resumo Essa tese trata da relação entre o sindicalismo e os desempregados no Brasil e na Argentina, no período de 1990 a 2002. Foram consideradas na análise as duas centrais sindicais mais importantes de cada país: a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical (FS), no caso brasileiro;

a Confederación General del Trabajo (CGT) e a Central de los Trabajadores de la Argentina (CTA), no caso argentino. A pesquisa de campo foi realizada com base em documentos de fonte primária e quarenta e oito entrevistas com sindicalistas e militantes de organizações de desempregados dos dois países. O marco teórico adotado foi fundamentalmente a teoria da superpopulação relativa, criada por Engels e desenvolvida por Marx. Ademais, foram incorporadas as contribuições de autores contemporâneos da sociologia francesa, a partir da qual se discutiu a noção de construção social do desemprego e os limites da mobilização dos desempregados. Por último, a partir de Gramsci e da História Social britânica, foram fundamentados os conceitos de experiências e tradições de luta. O argumento central da tese é de que a relação entre o sindicalismo e os desempregados deve ser compreendida como parte do processo de construção de unidade e fratura entre o exército de operários ativo, de reserva e presente na formação histórico-cultural da classe trabalhadora. A partir das referências teóricas mencionadas, foram comparadas as ações e representações das centrais pesquisadas nos dois países, com relação aos desempregados, relacionando-as à correlação de forças, à estrutura sindical, aos interesses da base e da cúpula, à posição adotada diante do neoliberalismo e às experiências e tradições de luta da classe trabalhadora.

Dmitri Cerboncini Fernandes

Orientador Sérgio Miceli Pessoa de Barros

Título A inteligência da música popular: a "autenticidade" no samba e no choro

Resumo Partindo das disputas intelectuais, simbólicas e materiais que enlaçam os dois gêneros musicais chancelados como identificadores da nação, o samba e o choro, analisam-se a constituição e a reprodução de um microcosmo artístico possuidor de parâmetros estéticos relativamente autônomos. Percorre-se, para isso, um longo período histórico, a fim de demonstrar que o adensamento de instituições voltadas ao abrigo da música popular enseja uma contrapartida, a do surgimento de engajados que tratem de separar as produções musicais populares, entre as que consideram autênticas das inautênticas, em um grupamento denominado inteligência da música popular. Estabeleceu-se, também, sob que condições, quando e por meio da ação de quais personagens conformou-se esse microcosmo, espaço que logrou direcionar as apreciações e investidas de todos os inseridos na atividade musical popular urbana.

Edison Ricardo Emiliano Bertoncelo

Orientador Brasílio Sallum Jr.

Título Classes sociais e estilos de vida na sociedade brasileira

Resumo O objetivo principal desse trabalho é investigar a formação das classes sociais na sociedade brasileira como possíveis coletividades que balizam a sociabilidade cotidiana e configuram estilos de vida. Para tanto, inicialmente, fez-se uma breve incursão pela literatura de estratificação social e análise de classe, de forma a identificar os dilemas teóricos que atualmente caracterizam o campo de análise de classes. Investigou-se, então, se os padrões de escolha dos agentes sociais, em domínios diversos da prática (alimentação, cuidados de si, cultura, etc.), variam segundo a classe e outros fatores, como gênero e idade. A hipótese principal é de que a classe é um fator relevante para explicar os padrões de escolha dos agentes sociais e a formação de estilos de vida.

Eduardo Gabriel

Orientador Lísias Nogueira Negrão

Título Catolicismo carismático brasileiro em Portugal.

Resumo A pesquisa analisa o fluxo religioso internacional, tomando como exemplo a chegada da comunidade brasileira Canção Nova em Portugal, em 1998. Tal comunidade foi fundada pelo Padre Jonas Abib, em 1978, na região do Vale do Paraíba (SP), e pertence ao movimento de Renovação Carismática Católica (RCC). Hoje, com o reconhecimento pontifício de seus estatutos pela Santa Sé, a Canção Nova é uma das mais importantes comunidades carismáticas do Brasil. O início de suas atividades missionárias em Portugal assinala a dinâmica atual do catolicismo carismático brasileiro: sua expansão internacional. O estudo procura demonstrar que essa nova fase representa a quarta etapa do movimento carismático brasileiro, sendo as etapas anteriores: chegada ao Brasil e sua expansão; institucionalização do movimento; usos dos meios de comunicação de massa para evangelização. A quarta etapa de desenvolvimento do catolicismo carismático brasileiro que esse estudo assinala reproduz as principais tensões das etapas anteriores, acrescidas de outras novas: as expressões religiosas com bases culturais de origem, em relação aos novos contextos nacionais. Essa é a discussão central da tese, que se constrói observando a Canção Nova em Portugal.

Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva

Orientador José Jeremias de Oliveira Filho

Título Realismo e redes: dilemas metodológicos na obra de Anthony Giddens

Resumo Essa pesquisa aponta questões de ordem metodológica e epistemológica na teoria da estruturação de Anthony Giddens, bem como problemas reconhecidos e debatidos por vários de seus comentadores. Seguindo pistas encontradas nos próprios textos de Giddens, analisam-se, com maior detalhe, alguns livros de Mary Hesse e Roy Bhaskar, em busca de elementos que ajudem na reconstrução metodológica da teoria de Giddens. Finalmente, argumenta-se em favor de uma maior atenção ao modelo de redes de Hesse, como uma ferramenta muito mais fértil para a análise de Giddens do que o realismo crítico de Bhaskar, para a resolução dos dilemas que Giddens enfrenta. Como anexo, são apresentadas traduções de vários textos dos comentaristas mais importantes de Giddens, bem como dois artigos dele, inéditos e em língua portuguesa.

Juliana Neves Simões Gomes

Orientadora Maria Arminda do Nascimento Arruda

Título Entre o ar e o chão: *metier* de bailarino na cidade de São Paulo

Resumo Essa tese procura investigar os mistérios que envolvem a adesão ao *metier* da dança, atividade artística para a qual é atraída uma minoria que faz do corpo instrumento de trabalho e recurso privilegiado de transgressão das próprias condições de existência. Trata-se de um estudo sobre bailarinas e bailarinos profissionais, cujo interesse reside no exame dos elementos objetivos e subjetivos de acesso e permanência nessa carreira. A ideia consiste em desvendar a vocação para a dança, tomando como cenário analítico o contexto do meio coreográfico da cidade de São Paulo, na atualidade, em que são encontrados bailarinos de distintos perfis, alinhados em diferentes modelos estéticos: de um lado, a produção contemporânea, que tem como base os procedimentos do balé clássico, e, de outro, as linguagens de vanguarda, amparadas, sobretudo, nas técnicas de improvisação. De acordo com isso, o objetivo do trabalho é compreender quem são aqueles que, do ponto de vista social, se tornam bailarinos, suas razões e seus meios e em que medida os capitais econômicos, simbólicos e corporais podem ser traduzidos no âmbito dos estilos aos quais essas trajetórias se dirigem. A tese teve como fundamentos de pesquisa a etnografia de duas companhias paulistanas, uma tradicional e outra de vanguarda, e um conjunto de entrevistas com bailarinas e bailarinos,

a partir das quais foram geradas narrativas sobre seus itinerários e um banco de dados morfológicos, permitindo a interpretação das trajetórias dos agentes desse meio. Ao abordar essa base de dupla perspectiva metodológica, o trabalho elabora a análise da modelagem corporal e do imaginário desses profissionais, bem como dos estilos de vida que deles derivam. A trajetória social e a feição do corpo dos bailarinos, submetidas ao ângulo das subjetividades do sujeito e da construção da dimensão de seus sentidos, foram as principais referências utilizadas como fontes de dados para apreender as especificidades dos portadores que constituem o pequeno grupo que realiza o salto para essa profissão e passa a vivenciar a dança como um trabalho, na condução metódica da vida. Por fim, examinaram-se os fatores e as condições sociais que orientam a formação dessa vocação.

Luiza Maria de Assunção

Orientador Lísias Nogueira Negrão

Título Campo psiquiátrico e campo religioso: entre diálogos e tensões

Resumo Nessa tese, buscou-se analisar uma possível relação entre ciência e religião, mediante o diálogo entre psiquiatria e assistência religiosa hospitalar. Por intermédio dos porta-vozes desses dois domínios (psiquiatras e ministros religiosos), tentou-se captar em que moldes acontece o diálogo entre as duas especialidades, as quais, por meio de alguns de seus profissionais, têm buscado uma aproximação. A hipótese da qual se partiu é a de que, ao estabelecerem pontes de contato, os campos psiquiátrico e religioso se tornam vulneráveis, podendo, assim, colocar em risco seu desenvolvimento e sua legalidade como áreas de atuação autônomas. Para fazer a apreciação desse pressuposto, foram considerados como centro de análise os especialistas da saúde mental e os especialistas da religião que atuam no Instituto de Psiquiatria (IPQ) do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP (HCFMUSP). O universo empírico, analisado em moldes qualitativos, compôs-se por vinte e sete psiquiatras, onze enfermeiros, treze voluntários religiosos, três ministros religiosos e dezessete pacientes. A relação entre esses sujeitos foi pensada mediante a proposta bourdieusiana, a qual trata do conflito entre campos sociais e do conflito interno a determinado campo. Sob essa perspectiva, foram conduzidas as reflexões e análises do trabalho. A partir da sistematização e do manuseio dos relatos dos informantes, constataram-se três formas de posicionamento no campo psiquiátrico e duas no campo religioso. No primeiro, elas se dividem em:

monoposicionado (psiquiatra puro), biposicionado (psiquiatra espiritualista) e psiquiatra neutro/ambíguo. Já em relação ao campo religioso, as formas de posicionamento se resumem a, de um lado, religiosos racionalizados e, de outro, religiosos magicizados. Foi em função desses lugares ocupados nos dois campos que se realizaram as análises e que se verificaram os tipos de relações que são colocados em prática entre os dois campos e no interior de cada um deles. A postura preponderante foi de demarcação do território e, ao mesmo tempo, de sua flexibilização, postura essa principalmente efetivada pelos psiquiatras neutros/ambíguos e responsável por um processo de retradução no campo psiquiátrico, que, da mesma forma que favorece o diálogo, impede a invasão e a respectiva perda de autonomia. Tomando como base essa constatação, foi possível notar que, em oposição à hipótese levantada inicialmente, o campo psiquiátrico, no contato com o campo religioso, não perde sua autonomia; ao contrário, realiza uma acomodação que reforça mais ainda seu espaço de atuação.

Marcio Luiz do Nascimento

Orientador Sérgio Miceli Pessoa de Barros

Título Primeira Geração Romântica *versus* Escola do Recife: trajetórias de intelectuais da Corte e dos intelectuais periféricos da Escola do Recife

Resumo Os trabalhos sobre intelectuais brasileiros atuantes no século XIX se mostram contraproducentes quando dissociam o texto do contexto sociopolítico ou supervalorizam capitais econômicos em detrimento dos capitais políticos e das relações sociais. Nesse sentido, construiu-se uma análise que recupera texto e contexto e aproxima os capitais em suas diferentes modalidades, confrontando dois grupos de peso intelectual: a Primeira Geração Romântica e a Escola do Recife. A metodologia foi capaz de unir a revelação do sentido por trás do enraizamento social e familiar dos escritores: suas diferentes formações escolares; as expectativas profissionais dos grupos sociais aos quais pertenciam; e as aspirações traduzidas em suas produções literárias. Os letrados do Recife conviviam com a dupla condição de marginalizados. Tanto eram excluídos políticos do *establishment* Imperial como operavam com baixos capitais econômicos e de relações sociais. Essa condição de intelectuais periféricos duplamente marginalizados explica, em grande parte, a reação contra o projeto político-literário romântico, iniciando-se primeiro entre os integrantes da Escola do Recife. Para eles, o modelo literário dos românticos,

em particular o indianismo e o sertanismo, estava esgotado. Nesse aspecto, os intelectuais da Escola do Recife apontavam a ausência dos grupos sociais urbanos na literatura romântica como emblemática da resistência dos românticos às novas transformações sociopolíticas, operadas no Brasil do século XIX, com o surgimento do indivíduo burguês.

Marilda de Oliveira Lemos

Orientadora Eva Alterman Blay

Título Alívio e tensão: um estudo sobre a interpretação e a aplicação da Lei Maria da Penha nas Delegacias de Defesa da Mulher e Distritos Policiais da Seccional de Polícia de Santo André - São Paulo

Resumo A violência contra a mulher constitui uma violação aos direitos humanos e às liberdades fundamentais. Em 2006, o governo brasileiro aprovou a Lei 11.340, Lei Maria da Penha, a qual coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Contudo, apesar do esforço que vem sendo feito por órgãos governamentais e não governamentais, a implantação da Lei Maria da Penha tem encontrado resistências. Alguns representantes do Poder Judiciário advogam sobre a inconstitucionalidade de tal lei, e sua interpretação e aplicabilidade ficam submetidas às representações sociais sobre o papel da mulher na sociedade e seus direitos. A teoria das representações sociais é um auxílio para analisar os discursos de agentes policiais das Delegacias de Defesa da Mulher e Distritos Policiais que trabalham com essa lei cotidianamente.

Myrian Matsuo Affonso Beltrão

Orientador Sedi Hirano

Título Trabalho informal e desemprego: desigualdades sociais

Resumo Esse estudo demonstra, a partir de uma abordagem etnográfica, o processo de inserção e permanência de trabalhadores no mercado de trabalho informal; as formas de exploração, dominação e precarização do trabalho; e suas consequências sobre as condições de saúde, trabalho e vida dos trabalhadores, a partir de quatro grupos abordados mais diretamente: os vendedores ambulantes, os catadores de materiais de reciclagem, os colhedores de laranja e os pescadores de lagosta. A pesquisa revela as estratégias de resistência desenvolvidas pelos agentes informais no cotidiano de trabalho, bem como as formas de organização adotadas por eles para tentar reverter a situação

de pobreza e exploração. O posicionamento das várias instituições sociais e políticas – em particular, os sindicatos, as cooperativas, as Organizações Não Governamentais (ONGs), os movimentos sociais e, principalmente, o Estado diante do contexto da economia informal – é destacado nesse estudo. O objetivo principal é analisar a articulação do trabalho informal e sua importância no modo de produção capitalista. Tal entendimento possibilita combater as reais causas do desemprego, da informalidade e da desigualdade social e econômica. Faz-se, assim, crítica aos princípios do empreendedorismo, da autonomia e do cooperativismo como alternativas ao desemprego. As várias formas de trabalho informal, como o trabalho autônomo, o por conta própria, o temporário e o terceirizado, encobrem o caráter subordinado do trabalho informal aos setores dinâmicos da economia e, consequentemente, ao processo de acumulação capitalista. A falta de um contrato de trabalho ou de um contrato que proteja totalmente o trabalhador é considerada uma afronta à cidadania social. Assim, o trabalhador informal deixa de ser visto como cidadão ou como sujeito de direitos. Tal problema se torna importante à medida que se analisam o tipo de economia, o modelo de desenvolvimento e o papel do Estado como responsável pelas políticas públicas de educação, saúde, emprego e segurança, entre outras medidas voltadas a esse segmento da população. Pensa-se em um modelo de desenvolvimento em que sejam considerados os interesses sociais e a defesa do meio ambiente. A prioridade deve ser de investimentos na educação, pois, com uma educação básica e fundamental de qualidade, pode-se vislumbrar uma possibilidade de desenvolvimento com inclusão social. Os direitos de cidadania, nesse caso, traduzem-se em acesso à educação, aos serviços de saúde, ao trabalho decente e à segurança, entre outras necessidades, para todos.

Nair D'Aquino Fonseca Gadelha

Orientador Sedi Hirano

Título O cavalo de troia das políticas sociais Brasil e Argentina: um estudo comparado das políticas públicas

Resumo Existe, na América Latina, um paradoxo de inversão entre as conquistas democráticas, que tendem a ampliar e incluir os cidadãos, e a dinâmica de sociedades que historicamente produziram grandes desigualdades, levando ao aprofundamento da exclusão e à negação da cidadania inscrita nas regras dos direitos políticos e sociais autorregulados. Significa, assim, que o encaminhamento da questão social e da pobreza pressupõe considerar as variáveis

das políticas societais, por meio das quais os Estados se veem obrigados a (re) construir instituições para acesso e/ou alternativas de oportunidade social, em benefício da maioria. Segundo a análise comparativa, essa pesquisa analisa como, no Brasil e na Argentina, constroem-se os arcabouços de formação dos cidadãos (e da cidadania), enquanto instituição social. Diante do fenômeno cada vez mais abrangente das desigualdades e tendo em vista que os conceitos de cidadania e sociedade civil se referem aos campos de atuação de forças políticas em relação ao local (território) e ao campo social de origem, a pesquisa se centra na análise comparativa de dois programas oficiais de combate à pobreza, Bolsa Família (Brasil) e Plan Jefes y Jefas del Hogar Desocupados (Argentina), bem como em seus resultados. Trata-se de período em que a questão social e a realidade da exclusão assumiram novas dimensões, exigindo medidas mais eficazes de combate à pobreza. O projeto se centra na análise do enquadramento sistêmico macro e microssociológico dos agentes envolvidos, buscando desvendar as correlações de força, tensões e contradições das visões dos dois programas, bem como as estratégias de sobrevivência dos excluídos, ao analisar conceitos, processos e teorizações dos discursos sobre a questão social, em contraste com as ações e práticas dos governos selecionados. A metodologia se articula em torno da composição documental dos dois programas e na observação analítica dos dados primários e secundários de fontes oficiais, além de considerar o mapeamento e a entrevista de agentes atuantes e outros documentos complementares à apreensão dos programas analisados.

Nilton Ken Ota

Orientadora Irene de Arruda Ribeiro Cardoso

Título O poder como linguagem e vida: formalismo normativo e irrealidade social

Resumo Essa tese analisa a configuração do poder na atualidade, descrevendo seus princípios de funcionamento e suas estratégias. Para tanto, investiga três contextos sociais distintos: o paradigma teórico do primado da linguagem; a vertente hegemônica da psicanálise lacaniana; e o novo campo de tratamento da pobreza. Por meio dessa abordagem, a pesquisa identificou uma modalidade de poder fundamentada na exacerbação simbólica e na perda de significações coletivas. Trata-se de um poder estruturado como uma linguagem.

Renée Avigdor

Orientador José Reginaldo Prandi

Título Judeus, sinagogas e rabinos: o judaísmo em São Paulo em mudança

Resumo Trata-se de estudar as principais mudanças rituais e doutrinárias observadas recentemente no judaísmo, em São Paulo, com ênfase nas transformações introduzidas nas sinagogas da cidade e, mais pormenorizadamente, na Congregação Mekor Haim. A investigação sociológica está centrada nas modificações que se referem às influências entre o judaísmo asquenazita e o sefaradita, tanto entre ortodoxos quanto entre não ortodoxos. Para introduzir a questão no Brasil, a tese se detém preliminarmente nas mudanças ocorridas ao longo da história judaica.

Thais Helena de Alcântara Peres

Orientador Brasílio João Sallum Jr.

Título Educação superior, emprego e renda: uma relação problemática. RMSP. 2002-2009

Resumo Esse estudo investigou a relação entre educação e renda, a fim de entender os limites da educação superior como promotora do bem-estar individual e social. Pretende-se, assim, com ele contribuir para a análise dos impactos, em curto prazo, da educação superior sobre o mercado de trabalho e sobre a renda dos trabalhadores em seu conjunto. A escolha do recorte de tempo 2002-2009 é particular, porque se refere ao momento no qual as dinâmicas de três processos sociais, aparentemente sem muita sinergia entre si, começam a se encontrar. Quais sejam: (i) a expansão do acesso ao ensino superior, particularmente do setor privado; (ii) a reestruturação do mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP); e (iii) o crescimento da População em Idade Ativa (PIA). A questão que se colocou foi entender quais arranjos sociais seriam feitos para proporcionar a maior entrada de pessoas mais jovens e mais escolarizadas em um mercado de trabalho que redefinia sua estrutura de oportunidades. Foram utilizados os bancos de dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, para as análises *cross section* dos mesmos pares de indivíduos em dois momentos, 2002-2003 e 2008- 2009, fornecendo elementos descritivos para a compreensão da relação em foco. Modelos probabilísticos Logit e OLogit foram usados para a mensuração dos impactos, entre 2002 e 2009, da escolaridade sobre a ocupação (emprego ou desemprego); da escolaridade sobre a qualidade da ocupação (mercado formal ou mercado informal); e

dos impactos na renda recebida pelos indivíduos, segundo as características de escolaridade, idade, gênero, cor, condição na família e inserção no mercado de trabalho. Entre outras conclusões, os resultados dessa investigação reafirmam as possibilidades muito maiores de o trabalhador com ensino superior estar nos estratos superiores de renda, mas destacam que ele perdeu importância para fins de empregabilidade, no período analisado, ao contrário do trabalhador com ensino médio, cuja importância aumentou para fins de empregabilidade.

Wagner de Melo Romão

Orientador Álvaro Agusto Comin

Título Nas franjas da sociedade política: estudo sobre o orçamento participativo

Resumo A literatura acadêmica sobre as novas instâncias de participação, surgidas no Brasil, nas últimas duas décadas, foi marcada por estudos que colocavam a sociedade civil como elemento impulsionador e centro desse processo. A tese se estrutura a partir da crítica a essa perspectiva de análise, focalizando o modo como essa literatura conformou determinada visão sobre as experiências de orçamento participativo (OP). Defende-se que os estudos sobre tais experiências devem considerar menos a referência da sociedade civil e mais as dinâmicas sociopolíticas próprias dos partidos políticos e dos governos, reunidas no conceito de sociedade política. Assim, o OP é analisado como: a) uma estratégia de mobilização e ampliação da base social de apoio de governos e de partidos; e b) um novo espaço de interação de agentes sociopolíticos, permeado pela lógica das disputas eleitorais. Apresenta-se um estudo de caso do orçamento participativo de Osasco, SP, voltado, sobretudo, para os aspectos político-institucionais da experiência e para a análise do conselho do OP e do perfil sociopolítico de seus conselheiros. A pesquisa indica a predominância de um alto envolvimento dos conselheiros com a sociedade política, o que se combina com as funções estratégicas do orçamento participativo, de movimentação permanente e formação de novos quadros militantes.

Dissertações

Bruna Gisi Martins de Almeida

Orientador Marcos Alvarez

Título A experiência da internação entre adolescentes: práticas punitivas e rotinas institucionais

Resumo O objetivo desse trabalho é investigar o que estrutura a experiência da internação como forma de punição de adolescentes. A partir da pesquisa de campo realizada em unidade da Fundação Casa, a intenção foi buscar compreender como suas práticas e rotinas se relacionam com as concepções sobre punição de adolescentes, definindo essa experiência para os adolescentes lá internados. A pesquisa consistiu na entrevista com adolescentes de uma unidade de semiliberdade, os quais estavam em progressão de medida, e em visitas a uma unidade de internação, a qual foi analisada nesse trabalho a partir do conceito de instituição total, que, a partir da suspensão da obviedade da situação, possibilita pensar de que forma os elementos que constituem essa situação comunicam sentidos e informações que atuam sobre o indivíduo e servem como guias para a ação. Com isso, o comportamento e as interações dos adolescentes internados foram interpretados não como consequências de sua trajetória ou efeitos de sua personalidade, mas como resultado dessa experiência de punição e como efeitos da socialização operada nesse espaço. Tendo em vista as especificidades das práticas punitivas para adolescentes, a tensão existente entre a concepção repressiva e a recuperadora (ou pedagógica) na condução do controle da criminalidade juvenil mostrou-se central tanto nos discursos sobre o tema e legislações para a punição de adolescentes quanto nas práticas das instituições de internação. Por um lado, a concepção pedagógica possui grande legitimidade e, partindo da concepção do *status* dos adolescentes como pessoas em desenvolvimento, integra os objetivos oficiais e efeitos intencionados das unidades de internação. Essa concepção se manifesta nos esforços para a transformação do adolescente, mediante o Plano Individual de Atendimento. Por outro lado, com base no perigo iminente por lidarem com criminosos, as práticas e os procedimentos de segurança da rotina institucional informam um perigo também para os internos. O processo conflituoso que todos os internos vivem de tentar proteger seu *self* dessa definição prescrita é acompanhado pela tensão de se relacionar com aqueles cuja definição também decorre dessa informação básica de pertencer a uma instituição destinada a

indivíduos perigosos. A fim de evitar que esse perigo se realize, em um caos violento e sem regulação, são criadas as normas de conduta que regulam essas interações e se multiplicam, garantindo maior previsibilidade naquele contexto.

Cristian Carla Bernava
Orientador Paulo Menezes
Título Violência e feminino no cinema contemporâneo
Resumo Esse trabalho investiga a associação entre a violência e o feminino no cinema contemporâneo. Em virtude das mudanças nas formas de apresentação da violência feminina no cinema, nos últimos anos, a primeira parte desse trabalho se dedica, a partir das análises de "Sedução e vingança" e "Valente", a percorrer os caminhos que permitem considerar a especificidade do imaginário cinematográfico relativo à violência feminina e emergência de um novo tipo de personagem feminina, a guerreira, expressão do embate discursivo em torno da feminilidade e da violência. Na segunda parte desse trabalho, composta pela análise dos filmes em que três personagens-ícone do período aparecem, Nikita, Lara Croft e Beatrix Kiddo, chama-se a atenção para as transformações e contradições que permeiam as diferentes caracterizações da guerreira.

Danilo Sales do Nascimento França
Orientadora Marcia Regina de Lima Silva
Título Raça, classe e segregação residencial no município de São Paulo
Resumo Essa dissertação de mestrado desenvolve uma análise da segregação residencial no município de São Paulo, descrita a partir da articulação entre raça e classe social. Desse modo, realçam-se as diferenças de padrões residenciais de negros e brancos pertencentes a estratos sociais semelhantes, com ênfase na caracterização da segregação racial nas classes média e alta de São Paulo. A partir dessa descrição, revela-se a maneira como a segregação se relaciona com o perfil da estratificação social e das desigualdades raciais no Brasil, refletindo as dificuldades de inserção dos negros em estratos sociais mais elevados. Para tanto, defende-se a hipótese de que a distância residencial entre os negros e brancos aumenta conforme se consideram as camadas sociais média e alta, de modo que os negros desses estratos apresentam maior concentração em bairros mais pobres e periféricos. Essa hipótese é demonstrada por meio de uma ampla análise quantitativa, na qual se explora a aplicação de diversas

técnicas disponíveis para mensuração e análise da segregação residencial. A argumentação acerca dessas questões se alicerça, aqui, no campo da sociologia das relações raciais, em diálogo com a produção brasileira e norte-americana sobre segregação residencial.

Denise Adell de Freitas Guimarães

Orientador Fernando Pinheiro

Título A decoração nas residências de elite: a produção material e simbólica dos espaços da casa

Resumo Esse estudo analisa e compara a decoração de interiores residenciais em setores da elite paulistana. A investigação dessa prática é entendida como reveladora de suas funções sociais, tal como sua capacidade de afirmar posições sociais, expressar identidades e poder de consumo e produzir distinções sociais no espaço físico da casa. O exame da dimensão material e simbólica desses espaços ocorre por meio de entrevistas com moradores e do registro fotográfico dos interiores visitados. Outras duas fontes de informações contribuem para essa análise: edições recentes de revistas sobre decoração de interiores em circulação no mercado editorial brasileiro e entrevistas qualitativas com profissionais especializados em decoração residencial que trabalham para as elites paulistanas. A investigação do papel dessas mídias no processo de produção dos espaços residenciais contemporâneos e de suas recepções pelos moradores entrevistados, juntamente com a análise das percepções desses profissionais sobre as demandas de seus clientes, contribui para a compreensão dos diversos aspectos da decoração de interiores, tal como ela se apresenta no mundo atual.

Edilza Correia Sotero

Orientador Antônio Sérgio Alfredo Guimarães

Título Negros no ensino superior: trajetória e expectativas de estudantes de administração beneficiados por políticas de ação afirmativa (ProUni e cotas) em Salvador

Resumo Nessa dissertação, são analisadas as trajetórias de estudantes negros da cidade de Salvador, que, para obtenção do diploma de nível superior no curso de Administração, desenvolvem diferentes estratégias, quais sejam: a escolha de ingresso em instituições de ensino públicas ou privadas, com o benefício da política de cotas ou do ProUni. A pesquisa se situa em um contexto de

crescimento de vagas e matrículas em todo o Brasil, e especialmente no Estado da Bahia, o que contribui para o crescimento da hierarquização nesse nível de ensino. Com base nesses fatos, procura-se compreender em que medida a escolha de uma ou outra forma de ingresso corresponde a diferenças na trajetória e/ou nas expectativas dos estudantes de inserção no mercado de trabalho e ascensão social.

Eduardo Vilar Bonaldi

Orientador Ruy Gomes Braga Neto

Título O pequeno investidor na bolsa de valores: uma análise da ação e da cognição econômica

Resumo A presente pesquisa tomou por objeto os investidores pessoa física, no mercado de ações brasileiro. Esse universo de investidores comumente denomina-se e é igualmente denominado – pelas demais instâncias e pelos agentes do mercado financeiro – "'pequenos investidores", independentemente do capital de que dispõem para seus investimentos acionários, da experiência ou do conhecimento que possuam sobre a bolsa de valores. A pesquisa desenvolve uma análise sobre como fatores sociais, culturais e tecnológicos modelam, afetam e influenciam a ação e a cognição econômica nesse universo particular de investidores. Onze entrevistas semiestruturadas foram realizadas com pequenos investidores; duas com profissionais que atuam na área de "educação" do pequeno investidor. Igualmente, houve acompanhamento de palestras e *workshops* destinados a esse público, bem como de sites, fóruns de internet e palestras virtuais destinados a esse público investidor. A análise desse material empírico, conjugada com o estudo da bibliografia própria à área da sociologia econômica, resultou na identificação e no estabelecimento de cinco instâncias de modelação da ação econômica, cinco espaços de mediação nos quais os indivíduos desenvolvem e exercem seus modos de operação prática nesse mercado, a partir de fatores ou dimensões sociais, culturais e tecnológicas. Essas cinco instâncias podem ser resumidas da seguinte maneira: 1) a influência dos agentes e das iniciativas voltadas à educação do pequeno investidor em bolsa de valores; 2) o impacto das redes sociais para a operação prática dos pequenos investidores; 3) a conformação de estilos de operação e de tomada de riscos na bolsa (grosso modo, "conservadores" ou "arrojados"), a partir de identidades ou papéis sociais reivindicados e assumidos pelos pequenos investidores; 4) o papel de *softwares* e tecnologias que assessoram e equipam o pequeno

investidor; e, finalmente, 5) a constante associação entre o investimento em bolsa e o universo cultural dos jogos. Em oposição ao paradigma neoclássico das ciências econômicas, o estudo conclui que, em suas tentativas de cálculos e maximizações racionais, os indivíduos não são unidades autorreferenciadas e/ou autossuficientes; ao contrário, seus cálculos e suas maximizações são constituídos a partir de fatores ou dimensões sociais, culturais e tecnológicas.

Fábio Pimentel de Maria da Silva

Orientador Ruy Gomes Braga Neto

Título Trabalho e emprego no setor de telemarketing

Resumo Os operadores de telemarketing, funcionários, em sua maioria, de empresas terceirizadas, tomam parte do amplo movimento de precarização que tem atingido os trabalhadores brasileiros nas duas últimas décadas. Além disso, as centrais de teleatividades apresentam, em geral, uma organização do trabalho que reúne tendências bastante representativas dos processos de reestruturação produtiva no Brasil. Há, ao longo de todo o trabalho, a tentativa constante de tratar do modo de constituição desses fenômenos na história recente, assim como de discutir as maneiras como os teleoperadores os vivenciam e respondem a eles.

Fernanda Emy Matsuda

Orientador Marcos Alvarez

Título A medida da maldade: periculosidade e controle social no Brasil

Resumo Esse trabalho se dedica ao estudo da periculosidade e das formas de controle social que são ativadas por essa noção na atualidade. A abordagem recupera o contexto de surgimento do conceito de periculosidade no âmbito da psiquiatria e sua cooptação pelo sistema jurídico, processo que foi facilitado pela natureza da penalidade moderna, que se desenvolve a partir da constituição de um saber sobre o indivíduo submetido à intervenção estatal. Procura-se demonstrar de que maneira a periculosidade é reinventada e instrumentalizada para justificar certas modalidades de controle social voltadas para aqueles que cometem crimes e que não são necessariamente remetidos ao aparato punitivo, operação que torna ainda mais insidiosa a atuação do Estado. Por intermédio da análise de um caso recente, é possível verificar a mobilização do dispositivo da periculosidade, usado para constituir a exceção e legitimar medidas expressivas que restam por colocar em risco o Estado de direito.

Frederico de Oliveira Henriques

Orientador Álvaro Agusto Comin

Título Ideias, redes e dinâmica política: a construção da agenda da inovação na Fapesp

Resumo Essa dissertação tem por objetivo estudar a construção da agenda de inovação no Estado de São Paulo, do início da Constituinte paulista até 2008. O foco central consiste em entender os vetores que levaram a essa atual configuração da política científica e tecnológica. Para a realização da pesquisa, será analisada a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), entidade que foi pioneira na implementação de programas de incentivo à inovação, a qual é sabiamente um centro de excelência na política de C&T, fundada no estado mais rico do país. As conclusões indicam que essa nova agenda tem como ator principal a comunidade científica, e não os setores empresariais, pois sua maior internacionalização possibilitou a seus dirigentes acompanharem tendências mundiais. Esse trabalho foi desenhado a fim de investigar o desenvolvimento da política de inovação em três níveis de análise: o contexto histórico, a dinâmica política e organizacional e as redes sociais.

Guilherme Pedroso Nascimento Nafalski

Orientadora Maria Célia Pinheiro Machado Paoli

Título Unasul: uma perspectiva política de integração sul-americana

Resumo O objetivo desse trabalho é investigar a existência ou não de política na construção da Unasul; e política, nesse caso, compreendida como propõe Jacques Rancière. Para tanto, é realizada uma revisão histórica da política externa do período compreendido entre 1951 e 2010, buscando as especificidades de cada governo. Além da revisão histórica, são analisados dois momentos que podem ter colaborado para o resultado da Unasul: a fundação do Partido dos Trabalhadores e do Foro de São Paulo, investigados como trajetória dos atores presentes na elaboração da Unasul e possíveis momentos políticos. Há também algumas considerações sobre os órgãos financiadores internacionais, como FMI e Banco Mundial.

Gustavo Takeshy Taniguti

Orientador Iram Jácome Rodrigues

Título Sindicatos e relações de trabalho na Toyota do Brasil: São Bernardo do Campo e Indaiatuba em uma perspectiva comparada

Resumo Esse texto analisa as formas como os sindicatos metalúrgicos de duas unidades produtivas de uma mesma empresa automobilística organizaram suas ações, a partir de um contexto de grandes mudanças, iniciado na década de 1990. São objetos de análise os trabalhadores de duas unidades da Toyota Motors Co. do Brasil: a de São Bernardo do Campo, localizada na região do ABC paulista, e a de Indaiatuba, localizada na região de Campinas-SP. Procurou-se colocar em discussão as práticas do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, localizado em uma tradicional região industrial, e também as do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região, que representa um novo território produtivo brasileiro. No contexto das recentes transformações ocorridas no setor automotivo brasileiro, especialmente a partir da década de 1990, as estratégias de racionalização do processo produtivo desconfiguraram as formas tradicionais de ação sindical e de organização do trabalho, fazendo os atores sociais se repensarem nesse contexto de mudanças.

Jonas Tomazi Bicev

Orientadora Nadya Araújo Guimarães

Título Os trabalhadores subcontratados da região metropolitana de São Paulo: precariedade ou estabilização?

Resumo O recente aumento da subcontratação formal de trabalho tem estimulado um importante debate sobre a qualidade da inserção e do vínculo estabelecido entre os trabalhadores e as empresas de intermediação de mão de obra. Visando contribuir para esse debate, essa dissertação se organiza de modo a alcançar três objetivos: em primeiro lugar, caracterizar a natureza e as transformações recentes no mercado de trabalho brasileiro; em segundo lugar, analisar o crescimento recente dos intermediários privados do mercado de trabalho; em terceiro lugar, investigar, com base em dados transversais e longitudinais da Rais para a região metropolitana de São Paulo, no período compreendido entre 1998 e 2007, se a passagem pelo emprego temporário ou terceirizado se constitui como um meio de acesso a empregos capazes de garantir a permanência no mercado formal ou se, pelo contrário, insere os indivíduos em uma sequência de empregos marcados pela fragilidade ou instabilidade dos vínculos.

Marcela de Andrade Rufato

Orientador Mário Antônio Eufrásio

Título Imigração e relações raciais na cidade moderna: a teoria social de Louis Wirth

Resumo Essa dissertação tem como objetivo principal a reconstrução conceitual e teórica dos estudos de imigração de Louis Wirth, sociólogo de origem alemã, naturalizado norte-americano, associado à tradição da Escola Sociológica de Chicago. A análise se centrou em seus escritos de formação: *Culture conflict in the immigrante family* (1925), sua dissertação de mestrado, e *The ghetto* (1928), a publicação de sua tese de doutorado, complementados por alguns artigos. Os principais elementos reconstruídos foram, não necessariamente nesta ordem: a condição do imigrante de desorganização e reorganização pessoal e de grupo; a teoria da assimilação; os conflitos culturais e a delinquência entre a segunda geração de imigrantes; a psicologia social do imigrante e seus tipos sociais e de personalidade; a possibilidade de aplicação do conhecimento sociológico para intervenção na realidade social; e o conceito de gueto na interpretação do isolamento espacial, cultural e social. Esses elementos foram analisados não apenas nas formulações do autor, mas também pelas influências que sofreu de William I. Thomas, Robert E. Park e Ernest W. Burgess. Quanto ao conceito de gueto, especificamente, foi realizado também o exame de sua incorporação na sociologia e nos estudos raciais norte-americanos, posteriores ao autor, na reavaliação e crítica elaborada por Loïc Wacquant.

Matheus Gato de Jesus

Orientador Antônio Sérgio Alfredo Guimarães

Título Negro, porém republicano: investigações sobre a trajetória intelectual de Raul Astolfo Marques (1876-1918)

Resumo O trabalho é uma investigação sobre a trajetória intelectual de Raul Astolfo Marques (1876-1918). Fruto da geração de ex-escravos nascida sob a égide da Lei do Ventre Livre (1871) e das transformações que levaram ao fim do trabalho servil e à capitulação da monarquia, o escritor logrou grande expressão pública no Maranhão da República Velha e figurou-se entre os fundadores da Academia Maranhense de Letras. Na primeira parte da dissertação, intitulada "Um ilustre desconhecido", tentou-se compor a trajetória intelectual do escritor a partir de uma sociologia crítica das fontes nas quais o autor é representado. Na segunda, "As cores da aurora: história e contra-história da república",

focalizou-se exclusivamente o romance *A nova aurora*, no qual o autor expõe literariamente os significados da transformação política de novembro de 1889 para o povo brasileiro.

Mauricio Hiroaki Hashizume

Orientador Leonardo Gomes Mello e Silva

Título A formação do movimento Katarista: classe e cultura nos Andes bolivianos

Resumo O protagonismo social de camponeses e indígenas na Bolívia é comumente associado à particular composição étnico-cultural da população do país vizinho. O exame do katarismo – nome herdado do índio insurgente Tupac Katari, que liderou a rebelião contra os colonizadores espanhóis no final do século XVIII –, especialmente em sua fase inicial (1969 a 1985), permite uma compreensão mais ampla e complexa do processo de formação, mudança e consolidação da classe trabalhadora boliviana. Antes disso, o trabalhador era representado pela figura do operário mineiro. A partir do surgimento de corrente político-ideológica de valorização étnico-cultural nos grandes centros urbanos e do fortalecimento de novas lideranças do sindicalismo no campo (como Jenaro Flores e Raimundo Tambo), os camponeses-indígenas se consolidam, em um intervalo de aproximadamente quinze anos, como os principais atores sociais das classes populares na Bolívia, e reforçam seu papel no que se refere à organização da sociedade. Ao assumir a problematização da dialética entre os rasgos tradicionais (ou pré-modernos) e as características tipicamente modernas que compõem o movimento, são enfocados os elementos de classe, de um lado, e os antecedentes mais ligados à etnia, de outro. A obra de E. P. Thompson acerca da centralidade das classes sociais é utilizada como referência, juntamente com contribuições de outros autores, como Marx, Fernandes, Stavenhagen, Wood e Sewell, para ajudar a decifrar essa combinação entre mobilizações de cunho tradicional e aspectos ligados à modernidade, com especial destaque para a opção katarista pela disputa institucional dentro da estrutura sindical. Nesse sentido, fatores subjetivos (como a teoria dos dois olhos) se imiscuem com a concretude do racismo e do paternalismo, em meio a choques e influências decorrentes da relação com outras correntes de pensamento. Além da questão territorial, também são abordadas as práticas do cotidiano, como a atuação das igrejas, o futebol, a rádio e o comércio popular com significados próprios dos povos originários.

A análise da formação do katarismo permite um olhar privilegiado de como as estruturas por trás da classe social moderna ideal podem se articular com costumes, tradições e valores étnico-culturais reais, dentro de um complexo contexto de país subdesenvolvido.

Max Eduardo Brunner Souza

Orientador Sérgio França Adorno de Abreu

Título Pensamento social conservador na modernidade brasileira contemporânea: estudo de caso sobre o movimento escoteiro

Resumo Esse trabalho trata do pensamento social conservador na modernidade brasileira contemporânea. O texto parte de uma análise da bibliografia consagrada sobre conservadorismo, modernidade contemporânea e brasileira, analisando suas categorias fundamentais e contrastando-as com uma análise empírica do pensamento social de um grupo de indivíduos conservadores imersos na modernidade brasileira: o movimento escoteiro no Brasil. As conclusões indicam que o fenômeno do pensamento conservador brasileiro segue uma lógica própria, de um conservadorismo progressista, distinto daquele encontrado em outros países europeus e anglo-saxônicos.

Nelson João Pedro Saúte

Orientador Ruy Gomes Braga Neto

Título Crônica de uma integração imperfeita. O caso da privatização dos portos e caminhos de ferro em Moçambique (2000-2005)

Resumo Constitui o escopo desse trabalho o estudo da privatização, em regime de concessão, dos Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM), no quadro do ajustamento da economia moçambicana, recorrentemente dependente, imposto pelo Banco Mundial e pelo FMI, como forma de integrar-se no mundo globalizado dominado pelo neoliberalismo, no período pós-guerra civil. O caso do CFM permite iluminar uma realidade mais ampla e complexa, que é a dinâmica histórica, econômica e social de Moçambique, realidade marcada por fortes tensões sociais, em um contexto de permanente e inquietante mudança.

Paulo José Rossi

Orientador Fernando Antonio Pinheiro Filho

Título August Sander e *Homens do século XX*: a realidade construída

Resumo O fotógrafo alemão August Sander (1876-1964) foi autor de uma das mais apreciadas obras fotográficas do século passado, *Homens do século XX* (HSXX), um projeto de fotografia documental de grande envergadura, iniciado na década de 1920, composto basicamente por retratos, por sua vez organizados segundo o critério de classificação de tipos da sociedade, elaborado pelo próprio fotógrafo. Alguns dos retratos são descritos nesse trabalho de forma pormenorizada, a fim de encontrar, em suas propriedades visíveis, indicações referentes aos esquemas de percepção que Sander empregava em sua visão de mundo. As análises dessas imagens são confrontadas com os critérios de classificação por ele adotados e articuladas a um manancial de informações relacionado ao ambiente fotográfico da época, ao contexto sociopolítico da Alemanha e à biografia do fotógrafo. Esse procedimento levou à hipótese central da pesquisa: mais do que representações de tipos sociais, como de fato acreditava Sander, HSXX é, antes, um conjunto de estereótipos, no sentido de seus retratos serem realidades construídas que correspondem a um modo de percepção social. Quanto à percepção do real, a maioria dos retratos corresponde a estereótipos preconcebidos socialmente. O presente estudo parte do princípio de que *Homens do século XX* é a narração da interpretação de Sander sobre aquele período histórico da Alemanha. Desse ponto de vista, a análise empreendida não interpreta somente a obra, mas também a interpretação circunstanciada daquele que a concebeu. Não se trata, portanto, de um estudo sobre os fatos narrados, mas sim sobre a forma como Sander os narrou, sua percepção do mundo inscrita na interpretação que ele faz do real, circunstanciada por diversos fatos sociais.

Pedro Iemma Meira

Orientador Brasílio João Sallum Jr.

Título Posições de classe e modos de vida em uma cidade interiorana

Resumo Esse trabalho trata da estratificação social e, mais especificamente, da questão da relação entre posições de classe e modos de vida. O estudo da estratificação social se justifica pela relevância desse tema na sociologia, uma vez que sempre foi objeto de discussão, desde os autores clássicos até os contemporâneos. O aspecto dos modos de vida escolhido para a pesquisa foi

o local de moradia. O objeto de estudo escolhido foi a cidade de São Carlos, e buscou-se analisar a relação entre as posições de classe e o local de moradia naquele município por meio de mapas e dados obtidos a partir do Censo 2000 do IBGE. A divisão da população em posições de classe foi feita por meio de um esquema com base no de Erik Wright, considerado o mais adequado aos objetivos e aos dados disponíveis. Os dados mostraram diferenças interessantes entre padrões de distribuição espacial de alguns conjuntos de posições de classe, levando a crer que a posição de classe tem, sim, alguma influência nos modos de vida.

Rafael Godoi

Orientadora Vera da Silva Telles

Título Ao redor e através da prisão: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo

Resumo Nesse trabalho, a incidência da prisão para além de seus limites físicos e institucionais é problematizada a partir da exploração e confrontação de dois contextos sociais distintos: a Catalunha e São Paulo. Os vasos comunicantes que conectam a prisão a outros territórios sociais, bem como as experiências de diversos agentes que fazem a mediação entre o mundo prisional e a sociedade mais ampla, são questões abordadas por uma perspectiva analítico-descritiva, visando evidenciar a produção de um multifacetado campo social estruturado ao redor e por meio das instituições prisionais. Explorando diferentes trajetórias que se conformam nesse campo, é possível problematizar algumas das circunstâncias do processo de massificação do encarceramento, assim como outras importantes alterações recentes no dispositivo carcerário contemporâneo.

Ricardo Pagliuso Regatieri

Orientador Ricardo Musse

Título Negatividade e ruptura: configurações da crítica de Robert Kurz

Resumo Essa dissertação objetiva tratar de aspectos da abordagem crítica elaborada nos últimos anos por Robert Kurz. A análise procura (1) mostrar como Kurz recupera, reformula e expande a crítica marxiana do valor e do fetichismo, (2) perscrutar, nessa apropriação e releitura que o autor efetiva, a mediação da teoria crítica e (3) apontar os resultados a que chega Kurz quanto aos temas aqui discutidos. A dissertação enfoca a construção teórica de Kurz

no que tange à crítica ao marxismo tradicional, à crítica do sujeito e à ressignificação do conceito de fetichismo. Considera-se que o enfoque desses aspectos permite divisar como a elaboração de Kurz realiza uma crítica da modernidade que se dirige aos seus fundamentos.